Índice

Apresentação..... 6

1 – Identificação..... 7

2 – Responsabilidades Institucionais..... 18

2.1 – Papel da Conab na Execução das Políticas Públicas..... 18

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização 19

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA..... 24

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento..... 27

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas..... 28

2.1.5 – Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários..... 33

3 – Estratégia de Atuação..... 37

4 – Gestão de Programas e Ações..... 41

4.1 – Programas..... 41

4.1.1 – Programa Abastecimento Agroalimentar..... 41

4.1.2 – Programa Gestão da Política Agropecuária..... 42

4.1.3 – Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais..... 42

4.1.4 – Programa Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa..... 42

4.2 – Principais Ações dos Programas..... 43

4.3 – Gestão das Ações..... 44

4.3.1 – (2130) Formação de Estoques Públicos..... 44

4.3.1.1 – Resultados..... 44

a) Preços Mínimos..... 47

b) Aquisições de Produtos Agrícolas..... 48

c) Movimentação dos Estoques Públicos..... 49

d) Posição dos Estoques Públicos..... 51

4.3.2 – (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos..... 53

4.3.2.1 – Resultados..... 53

4.3.3 – (2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares..... 53

4.3.3.1 – Resultados..... 54

4.3.4 – (2138) – Aquisição de Produtos para Comercialização..... 58

4.3.4.1 – Resultados..... 58

4.3.5 – (2808) Capacitação da Mão-de-Obra do Setor Armazenador..... 59

4.3.5.1 – Resultados..... 59

4.3.6 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns..... 60

4.3.6.1 – Resultados..... 61

4.3.7 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras..... 64

4.3.7.1 – Resultados..... 64
4.3.8 – (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento.... 68
4.3.8.1 – Resultados..... 69
4.3.9 – (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas..... 70
4.3.9.1 – Resultados..... 70
4.3.10 – (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG..... 72
4.3.10.1 – Resultados..... 72
4.3.11 (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF..... 73
4.3.11.1 – Resultados..... 73
4.3.12 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários..... 74
4.3.12.1 – Resultados..... 75
a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural – PEPRO..... 75
b) Prêmio de Risco de Opção Privada – PROP..... 76
1) Prêmio de Risco..... 76
2) Contrato Privado de Opção de Venda..... 77
c) Prêmio e Escoamento do Produto – PEP..... 77
4.3.13 – (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e seus Dependentes..... 78
4.3.13.1 – Resultados..... 79
4.3.14 – (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados..... 80
4.3.14.1 – Resultados..... 81
4.3.15 – (2011) – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados..... 82
4.3.15.1 – Resultados..... 83
4.3.16 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados..... 84
4.3.16.1 – Resultados..... 85
4.3.17 – (2272) Gestão e Administração do Programa..... 86
4.3.17.1 – Resultados..... 86
a) Gestão de Pessoas..... 87
1) Quadro de Pessoal..... 87
2) Serviço de Apoio à Educação..... 90
3) Gastos com Remuneração/Manutenção..... 91
4) Benefícios Complementares..... 92
4.3.18 – (4641) Publicidade de Utilidade Pública..... 93
4.3.18.1 – Resultados..... 94
4.3.19 – (0110) Contribuição à Previdência Privada..... 94
4.3.19.1 – Resultados..... 94
4.3.20 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras..... 95

4.3.20.1 – Resultados..... 96
4.3.21 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação..... 100
4.3.21.1 – Resultados..... 101
4.3.22 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista..... 108
4.3.22.1 – Resultados..... 108
4.3.23 – (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista..... 109
4.3.23.1 – Resultados..... 109
4.3.24 – (0284) Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa..... 110
4.3.24.1 – Resultados..... 110
4.4 – Outras Ações..... 110
4.4.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos..... 110
a) Vendas em Leilão Público..... 111
1) Vendas dos Estoques Governamentais – Vínculo AGF e COV..... 111
2) Vendas de Produtos da Agricultura Familiar..... 112
3) Venda dos Estoques Próprios..... 112
b) Contrato Público de Opção de Venda..... 113
c) Programa Vendas em Balcão..... 113
d) Subvenção à Comercialização – Valor de Escoamento do Produto – VEP..... 116
4.4.2 – Serviços de Armazenagem..... 118
4.4.3 - Remoção de Produtos..... 118
4.4.3.1 – Remoção de Produtos da Agricultura Familiar..... 118
4.4.3.2 – Remoção de Produtos para Distribuição Gratuita..... 119
4.5 – Participação na Execução do Fome Zero..... 120
4.6 – Levantamento dos Estoques Privados de Café..... 122
4.7 – Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar..... 123
4.8 – Cobranças..... 126
4.9 – Programa de Revitalização da Conab..... 128
a) Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia..... 128
b) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab..... 131
c) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras).. 134
d) Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis..... 137
e) Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar..... 139
4.10 – Projeto SIGABrasil..... 140
4.11 – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT..... 141

4.12 – Transferência de Recursos (Convênios e Outros Meios)..... 143
4.12.1 – Recursos Recebidos..... 143
4.12.1.1 – Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS..... 143
a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF..... 144
b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar CPR-Estoque..... 144
c) Compra Especial da Agricultura Familiar..... 145
4.12.1.2 – Ações Emergenciais..... 147
a) Remoção de Produtos da Agricultura Familiar..... 147
b) Aquisição de Pescado no Estado da Bahia..... 149
c) Compra com Doação Simultânea – CPR Doação de Leite – PAA-LEITE..... 150
d) Aquisição de Feijão..... 151
e) Aquisição de Produtos de Agricultores Familiares do Estado de São Paulo. 153
4.12.1.3 – Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA..... 154
a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF..... 155
b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque..... 155
4.12.1.4 – Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional – MI..... 156
4.12.1.5 – Distribuição de Alimentos – MDS..... 159
4.12.1.6 – Elaboração da Estimativa da Produção de Café..... 163
4.12.1.7 – Desenvolvimento de Sistema de Informações..... 165
4.12.1.8 – Participação na Exposição Freio de Ouro..... 165
4.12.1.9– Treinamento em Análise, Formalização, Acompanhamento e Fiscalização de Parcerias Institucionais..... 165
4.12.1.10 – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar..... 165
4.12.1.11 – Apoio à Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar..... 166
4.12.1.12 – Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural..... 166
4.12.1.13 – Aquisição de Equipamentos para Bancos Comunitários de Sementes da Agricultura Familiar..... 166
4.12.1.14 – Remoção de Sementes..... 166
4.12.1.15 – Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescado..... 167
4.12.2 – Recursos Transferidos..... 167
5 – Desempenho Operacional..... 169
5.1 – Indicadores Vinculados ao PAA..... 171
5.2 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico..... 172
5.3 - Indicadores Operacionais..... 175
5.3.1 – Indicadores Econômico-Financeiros..... 175
6 – Previdência Complementar Patrocinada..... 179
7 – Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal..... 183
8 – Operações de Fundos..... 183

9 – Conteúdo Específico por UJ ou Grupo de Unidades Afins (Conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)..... 183
10- Gestão Orçamentária e Financeira 185
10.1 – Balanço Orçamentário 185
10.2 – Atividades Desenvolvidas pela Conab 188
10.3 – Demonstração do Resultado do Exercício 188
10.3.1 – Resultado Comparado 188
10.3.2 – Resultado por Atividades 189
10.4 – Despesas Comerciais e Administrativas 190
10.5 – Resultado das Superintendências Regionais 193
10.5.1 – Demonstração do Resultado, por Suregs e Matriz 193
10.5.2 – Receitas de Vendas e Serviços 193
10.5.3 - Receitas Líquidas 193
10.5.4 – Custos e Despesas Operacionais 193
10.5.5 - Receitas Operacionais Diversas 194
10.5.6 – Resultado Não-Operacional 194
10.5.7 - Resultado Econômico 194
10.5.8 – Relação Receita Total/Despesa Total 195

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a Prestação de Contas da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ao Tribunal de Contas da União -TCU, relativo ao exercício fiscal de 2007, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU n. º 47, de 27 de outubro de 2004, Decisão Normativa TCU n. º 85, de 19 de setembro de 2007, Portaria CGU n.º 1.950, de 28 de dezembro de 2007 (Norma de Execução CGU n. º 05/07) e Portaria n.° 328, de 29 de fevereiro de 2008.

Para o exercício de 2007 a Conab, conforme contido no Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, apresenta a prestação de contas em processos individualizados para as Superintendências Regionais nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul. Para a Matriz e demais Superintendências Regionais, o processo é consolidado.

As atividades desenvolvidas durante o ano sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2004-2007 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia.

O desenvolvimento das Ações e os resultados quantiqualitativos alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Em síntese, a Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, levando-se em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, do Desenvolvimento Agrário –MDA e da Integração Nacional, na condição de parceiros na execução dos convênios e programas de apoio social que visaram a amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

1 – Identificação

Nome completo da unidade e sigla:	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Natureza jurídica	Empresa pública
Vinculação Ministerial:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:	● **Criação:** A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.944, em 26/12/1990. Iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuo Social, em sua 8ª versão, alterada pelo Decreto 4.514, de 13/12/2002. ● **Competências:** ➢ Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal; ➢ Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários; ➢ Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária; ➢ Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; ➢ Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno; ➢ Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências; ➢ Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.
Normativos de criação, definição de competências	● **Estrutura Organizacional**

e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:	Sua estrutura orgânica, disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, teve sua última versão atualizada em 21/11/2007. Compõe-se pela Matriz, em Brasília, e pelas Superintendências Regionais - Suregs, em 21 Estados da Federação. ➢ I – Órgãos Superiores de Deliberação Colegiada Conselho de Administração Conselho Fiscal Diretoria Colegiada ➢ II – Órgãos Diretores Presidência Diretoria de Logística e Gestão Empresarial Diretoria de Gestão de Estoques Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira ➢ III – Órgãos Consultivos e de Assessoramento Gabinete da Presidência Assessoria da Presidência Ouvidoria Procuradoria-Geral Corregedoria-Geral Coordenadoria de Auditoria Interna Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Procuradorias Regionais ● III – Órgãos Executivos Superintendências de Área Gerências de Áreas ● IV – Órgãos Executivos Descentralizados Superintendências Regionais Gerências de Área Setores Unidades Operacionais

CNPJ:	26.461.699/0001-80
Nome e Código no SIAFI:	Conab 22211
Código da UJ titular do relatório:	Conab 135100 - DF
Códigos das UJs abrangidas:	
Endereço completo da sede:	SGAS Quadra 901, Bloco A, lote 69, Brasília-DF CEP: 70.390-010 Telefone: (61) 3312-6000 e Fax: (61) 3226-9058
Endereço da página institucional na *internet:*	www.conab.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento:	Em Funcionamento
Função de governo predominante:	20 - Agricultura
Tipo de atividade:	Abastecimento Agroalimentar

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2237	135045	Conab – Sede Sureg AM	AM	Executora	ON LINE
2237	135246	UA-Manaus	AM	Executora	OFF LINE
2237	135557	UA-Boa Vista	RR	Executora	OFF LINE
2227	135247	Unidade Est. Estratégico	AM	Executora	OFF LINE
2227	135258	Unidade Est. Estratégico	RR	Executora	OFF LINE
2228	135248	Núcleo Estoque Regulador PGPM	AM	Executora	OFF LINE
2228	135259	Núcleo Estoque Regulador PGPM	RR	Executora	OFF LINE
2242	135553	Unidade Conab PAA	AM	Executora	OFF LINE
2227	135570	Unidade Estoque Estratégico Roraima	RR	Executora	OFFLINE
2242	135554	Unidade Conab PAA Roraima	RR	Executora	OFF LINE
2234	135435	Mercado de Opções – Amazonas	AM	Executora	OFF LINE
2234	135436	Mercado de Opções – Roraima	RR	Executora	OFF LINE
2211	135000	UA-Russas	CE	Executora	OFF LINE
2211	135115	Conab Sede Sureg Ceará	CE	Executora	ON LINE
2211	135118	UA-Maracanaú	CE	Executora	OFF LINE
2211	135120	UC-Fortaleza	CE	Executora	OFF LINE
2211	135130	UA-Juazeiro do Norte	CE	Executora	OFF LINE
2211	135131	UA-Sobral	CE	Executora	OFF LINE
2211	135133	UA-Iguatu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135329	UA-Senador Pompeu	CE	Executora	OFF LINE
2211	135552	UA-Crateus	CE	Executora	OFF LINE
2227	135116	Unid. Estoque Estratégico/CE	CE	Executora	OFF LINE
2228	135117	Núcleo Estoque Regulador/CE PGPM	CE	Executora	OFF LINE
2234	135447	Mercado de Opções -CE	CE	Executora	OFF LINE
2212	135153	UA - Brasília	DF	Executora	ON LINE
2227	135167	Unid. Estoque Estratégico	DF	Executora	OFF LINE
2228	135168	Núcleo Estoque Regulador /DF PGPM	DF	Executora	OFF LINE
2212	135169	Silo Buffalo	DF	Executora	OFF LINE
2234	135428	Mercado de Opções DF	DF	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2212	135141	Conab Sede Sureg GO	GO	Executora	ON LINE
2212	135142	Unidade Estoque Estratégico/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2212	135143	Núcleo Estoque Regulador/GO	GO	Executora	OFF LINE
2212	135145	UA-Palmeiras de Goiás	GO	Executora	OFF LINE
2212	135146	UA-Parauna	GO	Executora	OFF LINE
2212	135147	UA-Pontalina	GO	Executora	OFF LINE
2212	135148	UA-Rio Verde	GO	Executora	OFF LINE
2212	135149	UA-São Luiz Montes Belos	GO	Executora	OFF LINE
2212	135152	UA-Santa Helena	GO	Executora	OFF LINE
2212	135155	UC-Goiania	GO	Executora	OFF LINE
2212	135161	Unidade Central de Itapurunga	GO	Executora	OFF LINE
2212	135410	UA-Porteirão	GO	Executora	OFF LINE
2212	135449	UA-Goiânia	GO	Executora	OFF LINE
2227	135142	Unid. Estoque Estratégico	GO	Executora	OFF LINE
2228	135143	Núcleo Estoque Regulador/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2242	135540	Unidade Conab PAA/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2234	135427	Mercado de Opções/ GO	GO	Executora	OFF LINE
2214	135182	Conab Sede Sureg Minas Gerais	MG	Executora	ON LINE
2214	135185	UA-Uberaba	MG	Executora	OFF LINE
2214	135186	UA-Uberlândia	MG	Executora	OFF LINE
2214	135187	UA-Passa Quatro	MG	Executora	OFF LINE
2214	135474	UA-São Sebastião do Paraíso	MG	Executora	OFF LINE
2214	135475	UA-Conceição do Rio Verde	MG	Executora	OFF LINE
2214	135482	UA-Juiz de Fora	MG	Executora	OFF LINE
2214	135483	UA-Varginha	MG	Executora	OFF LINE
2214	135491	UA-Perdões	MG	Executora	OFF LINE
2214	135492	UA-Campos Altos	MG	Executora	OFF LINE
2214	135494	UA-Montes Claros	MG	Executora	OFF LINE
2227	135183	Unidade Estoque Estratégico/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2228	135184	Núcleo Estoque Regulador/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2242	135562	Unidade Conab PAA Minas Gerais	MG	Executora	OFF LINE
2234	135431	Mercado de Opções/ MG	MG	Executora	OFF LINE
2216	135209	Conab Sede Sureg MT	MT	Executora	ON LINE
2216	135214	UA - Cuiabá	MT	Executora	OFF LINE
2216	135215	UA-Diamantino	MT	Executora	OFF LINE
2216	135216	UA-Rondonópolis I	MT	Executora	OFF LINE
2216	135218	UA-Sorriso	MT	Executora	OFF LINE
2216	135221	UA-Chap. dos Guimarães	MT	Executora	OFF LINE
2216	135224	UA-Sinop	MT	Executora	OFF LINE
2216	135446	UA-Alta Floresta	MT	Executora	OFF LINE
2227	135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT	MT	Executora	OFF LINE
2228	135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM	MT	Executora	OFF LINE
2242	135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso	MT	Executora	OFF LINE
2234	135043	Mercado de Opções-MT	MT	Executora	OFF LINE
2218	135265	Conab Sede Sureg PR	PR	Executora	ON LINE
2218	135268	UA-Cambé	PR	Executora	OFF LINE
2218	135270	UA-Ponta Grossa I	PR	Executora	OFF LINE
2218	135271	UA-Apucarana	PR	Executora	OFF LINE
2218	135274	UA-Paranaguá	PR	Executora	OFF LINE
2218	135280	UC-Curitiba	PR	Executora	OFF LINE
2218	135396	UA-Rolândia	PR	Executora	OFF LINE
2218	135544	Armazém Frigorífico Curitiba	PR	Executora	OFF LINE
2227	135266	Unid. Estoque Estratégico / PR	PR	Executora	OFF LINE
2228	135267	Estoque Regulador PGPM/ PR	PR	Executora	OFF LINE

Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2242	135545	Unidade Conab PAA - Paraná	PR	Executora	OFF LINE
2234	135437	Mercado de Opção – PR	PR	Executora	OFF LINE
2219	135294	UA – Maceió	AL	Executora	ON LINE
2227	135295	Unid. Est. Estratégico/ AL	AL	Executora	OFF LINE
2228	135296	Núcleo Estoque Regulador/ AL- PGPM	AL	Executora	OFF LINE
2234	135439	Mercado de Opção - Alagoas	AL	Executora	OFF LINE
2219	135285	Conab – Sede Sureg PE	PE	Executora	ON LINE
2219	135290	UC - Recife	PE	Executora	OFF LINE
2219	135298	UA-Arcoverde	PE	Executora	OFF LINE
2219	135304	UA-Recife	PE	Executora	OFF LINE
2219	135405	UC-Caruarú	PE	Executora	OFF LINE
2227	135286	Unid. Est. Estratégico/PE	PE	Executora	OFF LINE
2228	135287	Núcleo Estoque Regulador/PE - PGPM	PE	Executora	OFF LINE
2242	135563	Unidade Conab PAA Pernambuco	PE	Executora	OFF LINE
2234	135438	Mercado de Opções – PE	PE	Executora	OFF LINE
2239	135229	UA-Rio Branco	AC	Executora	OFF LINE
2227	135240	Unid. Est. Estratégico/ AC	AC	Executora	OFF LINE
2228	135241	Núcleo Estoque Regulador/ AC PGPM	AC	Executora	OFF LINE
2234	135530	Mercado de Opções / AC	AC	Executora	OFF LINE
2242	135547	Unidade Conab PAA Acre	AC	Executora	OFF LINE
2239	135136	UA-Cacoal	RO	Executora	OFF LINE
2239	135219	UA-Porto Velho	RO	Executora	OFF LINE
2239	135220	UA-Vilhena	RO	Executora	OFF LINE
2239	135461	Conab Sede - Sureg RO	RO	Executora	ON LINE
2227	135227	Unid. Est. Estratégico/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2228	135228	Núcleo Estoque Regulador PGPM/ RO	RO	Executora	OFF LINE
2242	135548	Unidade Conab PAA Rondônia	RO	Executora	OFF LINE
2234	135433	Mercado de Opções / RO	RO	Executora	OFF LINE
2221	135315	Conab Sede Sureg Rio G. Do Sul	RS	Executora	ON LINE
2221	135318	UF-Augusto A. Leitão	RS	Executora	OFF LINE
2221	135319	AF-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2221	135322	UA-Porto Alegre	RS	Executora	OFF LINE
2227	135316	Unid. Estoque Estratégico/RS	RS	Executora	OFF LINE
2228	135317	Núcleo Estoque Regulador/ RS PGPM	RS	Executora	OFF LINE
2242	135556	Unidade Conab PAA Rio Grande do Sul	RS	Executora	OFF LINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2210	135101	Conab Sede Sureg Bahia	BA	Executora	ON LINE
2210	135103	UA/Itaberaba	BA	Executora	OFF LINE
2228	135112	Núcleo Estoque Regulador/BA-PGPM	BA	Executora	OFF LINE
2227	135113	Unid. Estoques Estratégico/BA	BA	Executora	OFF LINE
2210	135114	Unid. Cent. Irecê	BA	Executora	OFF LINE
2234	135425	Mercado de Opções/Bahia	BA	Executora	OFF LINE
2242	135558	Unidade Conab PAA Bahia	BA	Executora	OFF LINE
2210	135564	UA – Entre Rios	BA	Executora	OFF LINE
2210	135565	UA – Ribeira do Pombal	BA	Executora	OFF LINE
2210	135566	UA – Teixeira de Freitas	BA	Executora	OFF LINE
2227	135110	Unid. Estoque Estratégico/SE	SE	Executora	OFF LINE
2228	135111	Núcleo Estoque Regulador/SE-PGPM	SE	Executora	OFF LINE
2210	135416	UA Itabaiana	SE	Executora	OFF LINE
2234	135426	Mercado de Opções/Sergipe	SE	Executora	OFF LINE
2242	135572	Unidade Conab PAA Sergipe	SE	Executora	OFFLINE
2227	135311	Unidade de Estoques Estratégico/ ES	ES	Executora	OFF LINE
2228	135312	Núcleo Estoque Regulador/ES - PGPM	ES	Executora	OFF LINE
2234	135441	Mercado de Opções – Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE
2238	135458	Conab Sede Sureg ES	ES	Executora	ON LINE
2238	135465	UA - Colatina	ES	Executora	OFF LINE
2238	135481	UA - Camburi	ES	Executora	OFF LINE
2242	135559	Unidade Conab PAA Espírito Santo	ES	Executora	OFF LINE
2213	135170	Conab Sede Sureg Maranhão	MA	Executora	ON LINE
2227	135171	Unidade Estoque Estratégico	MA	Executora	OFF LINE
2228	135172	Núcleo Estoque Regulador/ MA - PGPM	MA	Executora	OFF LINE
2213	135173	UA - Itaqui	MA	Executora	OFF LINE
2213	135174	UA-Imperatriz	MA	Executora	OFF LINE
2213	135569	UA – Balsas	MA	Executora	OFF LINE
2234	135429	Mercado de Opções Maranhão	MA	Executora	OFF LINE
2213	135460	UA – São Luis	MA	Executora	OFF LINE
2242	135550	Unidade Conab PAA Maranhão	MA	Executora	OFF LINE
2213	135192	Conab Sede Sureg MS	MS	Executora	ON LINE
2228	135193	Núcleo Estoque Regulador/ MS - PGPM	MS	Executora	OFF LINE
2215	135194	UA – Campo Grande	MS	Executora	OFF LINE
2215	135195	UA - Dourados	MS	Executora	OFF LINE
2215	135196	UA - Cassilândia	MS	Executora	OFF LINE
2215	135197	UA – Maracaju	MS	Executora	OFF LINE
2215	135199	UA – Rio Brilhante	MS	Executora	OFF LINE
2215	135200	UA – São Gabriel D'Oeste	MS	Executora	OFF LINE
2215	135201	UA - Sidrolândia	MS	Executora	OFF LINE
2215	135397	UA – Chapadão do Sul	MS	Executora	OFF LINE
2227	135402	Unidade de Estoque Estratégico/ MS	MS	Executora	OFF LINE
2234	135432	Mercado de Opções/MS	MS	Executora	OFF LINE
2242	135551	Unidade Conab PAA Mato Grosso do Sul	MS	Executora	OFF LINE
2228	135256	Núcleo Estoque Regulador/ AP - PGPM	AP	Executora	OFF LINE
2217	135242	Conab Sede Sureg Pará	PA	Executora	ON LINE
2227	135243	Unidade de Estoque Estratégico/ PA	PA	Executora	OFF LINE
2228	135244	Núcleo Estoque Regulador/ PA	PA	Executora	OFF LINE
2217	135245	UA - Ananindeua	PA	Executora	OFF LINE
2227	135255	Unidade de Estoque Estratégico	PA	Executora	OFF LINE
2217	135393	UA - Santarém	PA	Executora	OFF LINE
2234	135434	Mercado de Opções\ Pará	PA	Executora	OFF LINE
2217	135532	UA – Marabá	PA	Executora	OFF LINE
2242	135546	Unidade Conab PAA Pará	PA	Executora	OFF LINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2241	135288	UA – João Pessoa	PB	Executora	OFF LINE
2241	135289	UA – Campina Grande	PB	Executora	OFF LINE
2227	135300	Unidade Estoque Estratégico/ PB	PB	Executora	OFF LINE
2228	135301	Núcleo Estoque Regulador/ PB – PGPM	PB	Executora	OFF LINE
2234	135464	Mercado de Opções/ Paraíba	PB	Executora	OFF LINE
2241	135476	Sede Sureg Paraíba	PB	Executora	ON LINE
2240	135178	UA – Teresina	PI	Executora	OFF LINE
2240	135179	UA – Picos	PI	Executora	OFF LINE
2227	135180	Unidade de Estoque Estratégico/ PI	PI	Executora	OFF LINE
2228	135181	Núcleo Estoque Regulador/ PI – PGPM	PI	Executora	OFF LINE
2240	135217	UA – Floriano	PI	Executora	OFF LINE
2240	135345	Conab Sede Sureg PI	PI	Executora	ON LINE
2240	135462	UA – Parnaíba	PI	Executora	OFF LINE
2234	135463	Unidade Mercado de Opões/ PI	PI	Executora	OFF LINE
2242	135541	Unidade Conab PAA Piauí	PI	Executora	OFF LINE
2220	135305	Conab Sede Sureg Rio de Janeiro	RJ	Executora	ON LINE
2227	135306	Uniadade de Estoque Estratégico/ RJ	RJ	Executora	OFF LINE
2228	135307	Núcleo Estoque Regulador/ RJ – PGPM	RJ	Executora	OFF LINE
2220	135308	UA – Lira Tavares	RJ	Executora	OFF LINE
2220	135420	UGR/Hortomercado Humaitá	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135421	UGR/Hortomercado Leblon	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135422	UGR/ Hortomercado Meier	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135423	UGR/Hortomercado Campinho	RJ	Cont.	OFF LINE
2220	135424	UGR/Hortomercado Iraja	RJ	Cont.	OFF LINE
2234	135440	Mercado de Opções/ RJ	RJ	Executora	OFF LINE
2242	135561	Unidade Conab PAA Rio de Janeiro	RJ	Executora	OFF LINE
2236	135119	UA - Natal	RN	Executora	OFF LINE
2236	135138	UA - Mossoró	RN	Executora	OFF LINE
2227	135139	Unidade de Estoque Estratégico/ RN	RN	Executora	OFF LINE
2228	135140	Núcleo de Estoque Regulador / RN - PGPM	RN	Executora	OFF LINE
2234	135448	Mercado de Opções/ RN	RN	Executora	OFF LINE
2236	135457	Conab Sede Sureg Rio Grande do Norte	RN	Executora	ON LINE
2242	135533	Unidade Conab PAA Rio Grande do Norte	RN	Executora	OFF LINE
2236	135534	UA - Assu	RN	Executora	OFF LINE
2236	135567	UA – Currais Novos	RN	Executora	OFF LINE
2236	135568	UA – Natal - Caiapós	RN	Executora	OFF LINE
2233	135276	UA – Herval D'Oeste	SC	Executora	OFF LINE
2227	135278	Unidade Estoque Estratégico/ SC	SC	Executora	OFF LINE
2228	135279	Núcleo Estoque Regulador/ SC -PGPM	SC	Executora	OFF LINE
2233	135284	Sede Sureg Santa Catarina	SC	Executora	ON LINE
2234	135445	Mercado de Opção/ Santa Catarina	SC	Executora	OFF LINE
2242	135549	Unidade Conab PAA Santa Catarina	SC	Executora	OFF LINE
2233	138011	UA – São José	SC	Executora	OFF LINE
2222	135325	Conab Sede Sureg São Paulo	SP	Executora	ON LINE
2227	135326	Unidade Estoque Estratégico/ SP	SP	Executora	OFF LINE
2228	135327	Núcleo Estoque Regulador-PGPM	SP	Executora	OFF LINE
2222	135330	UA - Mooca	SP	Executora	OFF LINE
2222	135331	UA - Bauru	SP	Executora	OFF LINE
2222	135332	UC – São Paulo	SP	Executora	OFF LINE
2234	135443	Mercado de Opções/ SP	SP	Executora	OFF LINE
2222	135486	UA – Carapicuíba	SP	Executora	OFF LINE
2222	135487	UA - Garça	SP	Executora	OFF LINE
2222	135531	UA – Bernardino de Campos	SP	Executora	OFF LINE
2242	135555	Unidade Conab PAA São Paulo	SP	Executora	OFF LINE

SUREGS COM PROCESSO CONSOLIDADO e MATRIZ					
2223	135337	Conab Sede Sureg Tocantins	TO	Executora	ON LINE
2227	135338	Unidade Estoque Estratégico/ TO	TO	Executora	OFF LINE
2228	135339	Núcleo Estoque Regulador/ TO PGPM	TO	Executora	OFF LINE
2223	135340	UA - Araguaina	TO	Executora	OFF LINE
2223	135417	UA – Rio Formoso	TO	Executora	OFF LINE
2234	135444	Mercado de Opções Tocantins	TO	Executora	OFF LINE
2242	135560	Unidade Conab PAA Tocantins	TO	Executora	OFF LINE
2224	**135100**	**Companhia Nacional de Abastecimento – MATRIZ**	**DF**	**Executora**	**ON LINE**
2227	135347	Núcleo Estoque Estratégico – Sede	DF	Executora	ON LINE
2228	135348	Núcleo Estoque Regulador – Sede	DF	Executora	ON LINE
2224	135350	Presidência – PRESI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135351	Gabinete – GABIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135352	Assessoria da Presidência – ASPRE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135353	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional – COPRI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135354	Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135355	Procuradoria-Geral – PROGE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135356	Diretoria de Logística e Gestão Empresarial – DIGEM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135357	Gerência de Avaliação de Resultados – GEARE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135359	Gerência de Planejamento e Programação Orçamentária – GEPOR	DF	Credora	OFF LINE
2224	135360	Diretoria de Gestão de Estoques – DIGES	DF	Credora	OFF LINE
2224	135361	Gerência da Rede de Armazéns Próprios – GERAP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135362	Gerência de Movimentação de Estoques – GEMOV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135363	Gerência de Controle de Estoques – GECOE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135365	Gerência de Execução Operacional – GEREP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento – GEPAB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135368	Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – DIAFI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135369	Superintendência de Contabilidade – SUCON	DF	Credora	OFF LINE
2224	135370	Superintendência de Finanças – SUFIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135371	Gerência de Execução Orçamentária – GEORC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135373	Superintendência de Administração – SUPAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135374	Superintendência de Recursos Humanos – SUREH	DF	Credora	OFF LINE
2224	135375	Gerência de Sistemas e Informação – GESIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135377	Gerência de Material – GEMAT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135378	Pessoal a Disposição de Outros Órgãos	DF	Credora	OFF LINE
2224	135388	Gerência de Infra-Estrutura Tecnológica – GETEC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135389	Coordenadoria de Desenv. e Apoio a Gestão - CODAG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135390	Gerência de Cadastro e Cobrança – GECOB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135450	Superintendência de Prog. Inst. Sociais e Abastecimento – SUPAB	DF	Controle	OFF LINE
2224	135452	Gerência de Desenvol. de Pessoas e de Qualidade	DF	Controle	OFF LINE
2224	135454	Superintendência de Operações – SUOPE	DF	Controle	OFF LINE
2224	135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS	DF	Controle	OFF LINE
2224	135456	Gerência de Comercialização – GECOM	DF	Controle	OFF LINE
2224	135467	Coordenadoria de Planejamento e Avaliação – COPAV	DF	Controle	OFF LINE
2224	135468	Corregedoria Geral – COGER	DF	Controle	OFF LINE
2224	135469	Gerência de Comunicação – GERCO	DF	Controle	OFF LINE
2224	135470	Gerência de Promoção Institucional – GEPIN	DF	Controle	OFF LINE
2224	135477	Controladoria	DF	Credora	OFF LINE
2224	135495	Superintendência de Modernização Empresarial – SUMEP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135496	Superintendência de Informação do Agronegócio – SUINF	DF	Credora	OFF LINE
2224	135497	Superintendência de Gestão da Oferta - SUGOF	DF	Credora	OFF LINE
2224	135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA	DF	Credora	OFF LINE
2224	135499	Gerência de Informações Técnicas – GEINT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135500	Gerência de Custos de Produção – GECUP	DF	Credora	OFF LINE

MATRIZ					
2224	135501	Gerência de Informações de Estoques Privados	DF	Credora	OFF LINE
2224	135502	Gerência de Alimentos Básicos – GERAB	DF	Credora	OFF LINE
2224	135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais – GEFIP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários – GEOLE	DF	Credora	OFF LINE
2224	135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS	DF	Credora	OFF LINE
2224	135506	Superintendência de Armaz. e Movimentação de Estoques – SUARM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135507	Gerência de Fiscalização dos Estoques Especiais do Agronegócio – GEFAG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135508	Gerência de Vistoria dos Estoques Privados – GEVEP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade – GECOQ	DF	Credora	OFF LINE
2224	135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135511	Gerência de Programas Institucionais – GEPRI	DF	Credora	OFF LINE
2224	135512	Gerência de Serviços Gerais – GESEG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135513	Gerência de Apoio Administrativo – GEAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135514	Gerência de Patrimônio e Seguros – GEPAS	DF	Credora	OFF LINE
2224	135515	Gerência de Programação Financeira – GEPRO	DF	Credora	OFF LINE
2224	135516	Gerência de Execução Financeira – GEFIN	DF	Credora	OFF LINE
2224	135517	Gerência de Cont. Financ. e Operações Governamentais - GEFOG	DF	Credora	OFF LINE
2224	135518	Gerência de Execução Contábil – GECON	DF	Credora	OFF LINE
2224	135519	Gerência de Contr. de Convênio e Operações Governamentais – GECOV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135520	Gerência Fiscal e Tributária – GEFIT	DF	Credora	OFF LINE
2224	135521	Gerência de Análise de Custos – GERAC	DF	Credora	OFF LINE
2224	135522	Gerência de Cadastro de Pessoal – GEPES	DF	Credora	OFF LINE
2224	135523	Gerência de Folha de Pagamento – GEFOP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135524	Gerência de Benefício, Segur. e Medic. Trabalho – GEBEM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa – SUMAD	DF	Credora	OFF LINE
2224	135526	Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ	DF	Credora	OFF LINE
2224	135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação-GECAV	DF	Credora	OFF LINE
2224	135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento-GECAP	DF	Credora	OFF LINE
2224	135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – SUPAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135536	Gerência de Acomp. e Controle das Ações da Agricultura Familiar – GECAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135537	Gerência de Programação Operacional da Agr. Familiar - GEPAF	DF	Executora	OFF LINE
2224	135538	Gerência de Geotecnologias - GEOTE	DF	Executora	OFF LINE
2224	135542	Gerência de Auditoria - GEAUD	DF	Executora	OFF LINE
2224	135543	Gerência de Suporte Técnico Administrativo – GESUT	DF	Executora	OFF LINE
2224	135571	Unidade Conab PAA Brasília	DF	Executora	OFFLINE
2224	135573	Gerência de Organização e Métodos – GEORM	DF	Credora	OFF LINE
2224	135574	Ouvidoria – OUVIR	DF	Credora	OFF LINE
2224	135575	Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – SUORC	DF	Credora	OFFLINE
2224	135576	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – GEHOR	DF	Credora	OFFLINE

Quadro 1.01
Dados Gerais das Unidades

	Nome	CNPJ	Sede	Endereço	Cep	Telefone	Fax	Site internet	End. Eletrônico	Subórgão	UG da Sede
1	Superintendência Regional do Amazonas-Sureg AM	26.461.699/0377-77	Manaus – AM	Av. Min. Mario Andreazza, n.º 2196 – Distrito Industrial	69075-830	(92) 3613-2448	(92) 3613-2460	www.conab.gov.br	am.sureg@conab.gov.br	2237	135045
2	Superintendência Regional da Bahia – Sureg BA	26.461.699/0061-11	Salvador – BA	Av Antônio Carlos Magalhães n. 3840- Ed. CAPEMI Bloco A – 4o andar – Pituba	41820-902	(71)3113-8630	(71) 3353-9457	www.conab.gov.br	ba.sureg@conab.gov.br	2210	135101
3	Superintendência Regional do Ceará – Sureg CE	26.461.699/0108-10	Fortaleza – CE	Rua Antonio Pompeu, 555 – José Bonifácio	60040-001	(85) 3252-1384	(85) 3231-7300	www.conab.gov.br	ce.sureg@conab.gov.br	2211	135115
4	Superintendência Regional do Espírito Santo – Sureg ES	26.461.699/0376-96	Vitória – ES	Av. Princesa Isabel, 629 - Sala 702- Ed. Vitória Center/ Centro	29010-904	(27) 3041-4005	(27) 3223-2892	www.conab.gov.br	es.sureg@conab.gov.br	2238	135458
5	Superintendência Regional de Goiás – Sureg GO	26.461.699/0022-05	Goiânia – GO	Av. Meia Ponte, 2748 – Santa Genoveva	74680-400	(62) 3232-4401	(62) 3232-4312/13	www.conab.gov.br	go.sureg@conab.gov.br	2212	135141
6	Superintendência Regional do Maranhão – Sureg MA	26.461.699/0101-43	São Luis – MA	Av. Jerônimo de Albuquerque no. 6 Ed. Nena Cardoso – Bairro Vinhais	65071-750	(98)2109-1301	(98) 2109-1320	www.conab.gov.br	ma.sureg@conab.gov.br	2213	135170
7	Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul – Sureg MS	26.461.699/0137-54	Campo Grande – MS	Av. Mato Grosso 1022 – Centro	79002-232	(67) 3383-1666	(67) 3384-9995	www.conab.gov.br	ms.sureg@conab.gov.br	2215	113192
8	Superintendência Regional do Mato Grosso – Sureg MT	26.461.699/0003-42	Cuiabá – MT	Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest Dom Aquino	78015-115	(65) 3616-3803/ 3838	(65) 3624-5280	www.conab.gov.br	mt.sureg@conab.gov.br	2216	135209
9	Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg MG	26.461.699/0119-72	Belo Horizonte – MG	Rua Professor Antonio Aleixo, 756 – Bairro de Lourdes	30180-150	(31) 3290-2800	(31) 3290-2784	www.conab.gov.br	mg.sureg@conab.gov.br	2214	135182
10	Superintendência Regional do Pará – Sureg PA	26.461.699/0078-60	Belém – PA	Rua Joaquim Nabuco, 23 – Bairro Nazaré	66055-300	(91) 3225-4919	(91) 3224-2728	www.conab.gov.br	pa.sureg@conab.gov.br	2217	135242
11	Superintendência Regional da Paraíba – Sureg PB	26.461.699/ 0388-20	João Pessoa - PB	Rua Coronel Estevão D´avila Lins, S/N – Bairro Cruz das Almas	58085-010	(83) 3242-5864	(83) 3241-3578	www.conab.gov.br	pb.sureg@conab.gov.br	2241	135476
12	Superintendência Regional do Paraná – Sureg PR	26.461.699/0052-20	Curitiba- PR	Rua Mauá, 1116 – Alto da Glória	80030-200	(41) 3313-2700	(41) 3313-2742	www.conab.gov.br	pr.sureg@conab.gov.br	2218	135265
13	Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg PE	26.461.699/0037-91	Recife – PE	Estrada do Barbalho, 960 – Iputinga	50690-000	(81) 3271-3311	(81) 3271-3488	www.conab.gov.br	pe.sureg@conab.gov.br	2219	135285
14	Superintendência Regional do Piauí – Sureg PI	26.461.699/0386-68	Teresina – PI	Rua Honório de Paiva, 475 A/Sul – Piçarra	64001-510	(86) 3221-4131	(86) 3221-6496	www.conab.gov.br	pi.sureg@conab.gov.br	2240	135345
15	Superintendência Regional do Rio de Janeiro – Sureg RJ	26.461.699/0095-60	Rio de Janeiro – RJ	Rua da Alfândega, 91 – 11o, 12o andares – Centro	20070-003	(21) 3861-5750	(21) 2252-1785	www.conab.gov.br	rj.sureg@conab.gov.br	2220	135305
16	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – Sureg RN	26.461.699/0373-43	Natal- RN	Av. Jerônimo Câmara, 1814 – Lagoa Nova	59060-300	(84) 3234-8744	(84) 3234-3048	www.conab.gov.br	rn.sureg@conab.gov.br	2236	135457
17	Superintendência Regional do Rio Grande do Sul – Sureg RS	26.461.699/ 0088-31	Porto Alegre- RS	Rua Quintino Bocaiúva, 57 – Bairro Floresta	90440-051	(51) 3326-6400	(51) 3337-4262	www.conab.gov.br	rs.sureg@conab.gov.br	2221	135315
18	Superintendência Regional de Rondônia	26.461.699/0383-15	Porto Velho – RO	Av. Farquar no. 3305- Bairro Pedrinhas	78904-660	(69) 3216-8400	(69) 3216-8419	www.conab.gov.br	ro.sureg@conab.gov.br	2239	135461
19	Superintendência Regional de Santa Catarina – Sureg SC	26.461.699/0270-38	São José – SC	BR 101 – Km 205 – Barreiros	88110-200	(48) 3381-7200	(48) 3381-7233	www.conab.gov.br	sc.sureg@conab.gov.br	2233	135284
20	Superintendência Regional de São Paulo – Sureg SP	26.461.699/0071-93	São Paulo – SP	Av. Mofarrej, 348 – Vila Leopoldina	05311-000	(11) 3649-4800	(11) 3645- 3335	www.conab.gov.br	sp.sureg@conab.gov.br	2222	135325
21	Superintendência Regional do Tocantis – Sureg TO	26.461.699/0197-95	Palmas – TO	Quadra 103 Norte Rua NO 01 Lote 33/35 – Plano Diretor Norte – Centro	77001-016	(63) 3218-7401	(63) 3215-2946	www.conab.gov.br	to.sureg@conab.gov.br	2223	135337

2 – Responsabilidades Institucionais

2.1 - Papel da Conab na execução das políticas públicas

Para a execução de seus objetivos, a Conab poderá:

- Comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Poderá ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária;
- Participar de programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências;
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado;
- Efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor;
- Aceitar, emitir e endossar títulos;
- Receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca;
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia;
- Promover análise e acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção.
- Promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia.
- Prestar apoio técnico e administrativo ao MAPA, a outros órgãos e entidades públicas, mediante remuneração, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A missão institucional da Conab é "**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**."

Para cumprir sua missão, a Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades:

- Informações do Setor Agropecuário: Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Esses subsídios possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- Gestão dos Estoques Públicos: Fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em

bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.

- Programas Sociais e de Abastecimento: Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

Atuando em todo o território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, a Companhia responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, contribuindo, desta forma, para a formação de renda dos produtores rurais.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados (ao produtor, no atacado, no mercado internacional e de paridade), os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto. Os produtos de maior expressão econômica, abrangidos pelos estudos da Companhia são: algodão, arroz, feijão, milho, soja, mandioca, leite, café. Também compõem a pauta da PGPM os cereais de inverno (aveia, canola, cevada, trigo, triticale) e produtos de menor expressão econômica como: alho, amendoim, borracha, carnaúba, castanha do Brasil e de caju, girassol, casulo de seda, guaraná, juta-malva, mamona, sisal e sorgo.

Os preços mínimos são elaborados anualmente, para cada safra, sendo propostos pela Conab, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e fixados por Decreto, a fim de serem praticados nas operações a serem realizadas durante o exercício, mediante instrumentos concebidos para a operacionalização da PGPM.

Citada Política foi criada para dar suporte ao produtor naquelas situações em que os preços de mercado caem a níveis que induzam a prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha, contudo, a monopolizar a comercialização agrícola. Ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado sempre que as condições estiverem recuperadas. A atuação governamental inicia quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões de produção. Por outro lado, todo produto adquirido pelo governo deve retornar ao mercado oportunamente e com os preços de compra compatíveis com os do mercado normal.

O Decreto-Lei nº. 79/1966, que sistematizou a atuação da PGPM, criou dois instrumentos básicos para atuação: a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), sendo que o segundo, a partir de 1990, passou a ser um instrumento meramente financeiro, cujo risco econômico foi transferido para os bancos. Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos.

- Aquisições do Governo Federal (AGF): permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.

Em 2007 foram adquiridas 386,3 mil toneladas de produtos tais como algodão, arroz, feijão, sisal, soja, sorgo e milho em grãos, com destaque para esse último, no Centro-Oeste. Para os produtores dessa região a intervenção do governo foi fundamental, com apoio importante aos produtores de milho do Mato Grosso, pois no início da colheita da safrinha o produto chegou a ser cotado abaixo de R$ 10,00 nas praças mais distantes dos centros de consumo, enquanto que o preço mínimo estava fixado em R$11,00. Este produto foi responsável por 72,56% das AGFs realizadas no ano.

- Contrato de Opção: este instrumento, criado com a abertura da economia brasileira, visa permitir que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno, tornando-se instrumento alternativo à PGPM, na época da colheita.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O Contrato de Opção de Venda é lançado quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo e o Governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado, garantindo renda ao produtor e estimulando a produção para atender o consumo interno. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

Os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, em 2007, resultaram na aquisição de 489 mil toneladas de arroz na região Sul, especificamente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo que o segundo concentrou 99% da produção adquirida.

O exercício da Opção pelo produtor ou cooperativa é interessante quando o preço de exercício, que é o preço definido pelo Governo para compra de sua produção,

situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato. Nesse caso, adquirir o Contrato de Opção será o mesmo que fazer um seguro para o preço da mercadoria, ou seja, garantir que o valor do produto não cairá abaixo do valor definido no contrato. Se até a data do vencimento o mercado não pagar um preço melhor do que o fixado no Contrato de Opção, o titular do Contrato poderá vender o produto ao governo, pelo preço previamente contratado. Nesse caso ele estará exercendo sua opção de venda.

- Prêmio de Escoamento de Produto (PEP): possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida ao segmento definido no Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante o qual compromete-se a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas em Regulamento e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

As operações de Prêmio de Escoamento do Produto realizadas durante o ano de 2007, equivalentes a 1,428 milhões de toneladas, contemplaram o arroz, o feijão e o milho, sendo esse último o produto com maior volume ofertado (73%) e negociado (83%). O milho (adquirido em GO, BA, MT, RO e MS) teve como destino as regiões Norte, Nordeste, Espírito Santo e o Norte de Minas Gerais.

- Valor de Escoamento do Produto (VEP): valor pago a um segmento definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais longe dos centros de consumo e necessita fazer com que haja o deslocamento até as regiões consumidoras. Se o Governo fizesse uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam condições de adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2007 foram negociadas 1.175 mil toneladas de milho em grãos, produzido nos Estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, tendo como destino o Norte, Nordeste, Espírito Santo e norte de Minas Gerais, das quais foram comprovadas aproximadamente 700 mil toneladas. Foram ofertadas, também, 207,7 mil toneladas de arroz nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que não chegaram a ser negociadas devido a ausência de compradores. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora. O milho escoado atendeu, na região de destino, o seguinte ramo de atividade: criação de aves, suínos e bovinos, abate de suínos, aves e outros pequenos animais; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; fabricação de insumos para rações e forragens balanceadas para animais.

- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): trata-se de uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor (comerciantes ou indústrias de beneficiamento, por exemplo) que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP; no entanto, quem lança os contratos é o setor privado. Enquanto o Contrato de Opção Público visa a formação de estoques por parte do governo federal (se o preço não reagir o governo recebe a mercadoria e faz o pagamento ao produtor, formando estoques), o PEP é concedido para que o produto se desloque dos centros de produção para os centros de consumo. Já no caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. Na primeira etapa (1º leilão) é realizada oferta de prêmio no qual o beneficiado é a indústria. Em um segundo momento, ocorre novo leilão onde o produtor se credencia no direito, mas não na obrigação, de vender sua produção a uma das indústrias selecionadas para receber o prêmio. Com tal medida, consegue-se que o industrial pague o preço de referência em momento de mercados baixos, e que ocorra o deslocamento da produção para as áreas definidas, com volume de recursos significativamente menor do que se feita a aquisição e, conseqüentemente, a remoção e vendas futuras pelo governo. Por outro lado, dá flexibilidade ao produtor de praticar a opção se o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato ou, caso contrário, vender seu produto no mercado, caso o preço esteja superior. Porém, uma vez exercida a opção, há obrigatoriedade no cumprimento do pacto (entrega do produto). É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

Nesse ano, a intervenção ocorreu apenas para a soja, com contratos lançados para os seguintes estados: MT, MS, BA, PI, MG, DF, GO, TO, MA, PA e RO. Porém, dos 392.584 contratos lançados, foram negociados apenas 59.331, correspondendo a 1.601.937 toneladas, e somente no estado do Mato Grosso, local onde foram ofertados 293.553 contratos, de 27 mil kg cada. Tais contratos foram destinados às operações com mercado externo (exportação), interestadual ou estadual; nesse caso com comprovação do esmagamento do produto, transformando-o em óleo ou farelo.

- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): É uma subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação. Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

A primeira utilização desse mecanismo de subvenção ocorreu em 2006, e sua

implementação, no ano de 2007, incluiu os seguintes produtos: algodão, milho, feijão, café e soja. Do total de produtos ofertados (17,2 milhões de toneladas), 50% foi negociado, com destaque significativo para o milho e a soja, no Estado do Mato Grosso, correspondendo a 77% da quantidade negociada. Destacam-se também o algodão (729,9 mil t) e o café (300 mil t) cujas quantidades foram negociadas em sua totalidade. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto vinha em queda.

- Vendas em Leilão Público: a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF e Contrato de Opção), em 2007, resultaram em 1,434 milhões de toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 85% do total ofertado e foi quase que totalmente negociado (92%).

Ainda na modalidade Leilão Público, foram vendidas 50.490 toneladas de diversos produtos adquiridos dos agricultores familiares, destacando-se o feijão, com a venda de 35.450 toneladas, basicamente na região Sul, em função do aumento dos preços registrados no fim do exercício.

Objetivando absorver parte da oferta, também foram lançados Contratos Públicos de Opção de Venda, para o arroz, totalizando 33.711 contratos, os quais foram negociados em quase sua totalidade, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, correspondendo a 857,7 mil toneladas. No Rio Grande do Sul o volume negociado foi maior (91%), em decorrência da queda nos preços recebidos pelos produtores dessa região, no início do ano, com tendência de permanência durante todo o período de colheita. As vendas, portanto, são uma forma de regular a pressão sobre os preços e abastecer o mercado consumidor.

- Vendas em Balcão: esse programa, implantado em 1991 com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural, principalmente a de pequenos animais, objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em leilões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país. A clientela-alvo desse programa são pequenos produtores de aves, suínos e leite; moinhos coloniais, beneficiadores; fracionadores de grãos e micro agroindústrias produtoras de ração, sendo que para participar todos devem se cadastrar previamente na Conab, no respectivo pólo de venda do município, qualificando suas atividades em escala de produção/consumo. O objetivo é atender aos beneficiários cuja escala de produção e/ou localização impeça o acesso aos estoques públicos comercializados em bolsas de mercadorias. Também têm acesso a esses estoques, nas mesmas condições de suprimento, as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor, tais como universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa.

Conforme normatizado, a pauta de produtos e as quantidades máximas de

compras por cliente/mês, em 2007, foram as seguintes: milho em grãos 14 t para as regiões Norte e Nordeste e 27 t para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul; arroz em casca 100 t; trigo em grãos 50 t; castanha de caju 10 t; embalagem 1.000 unidades. Para a implementação do Programa são observadas as exigências da demanda e a disponibilidade estratégica de estoques, considerando, entre outros fatores, a necessidade de intervenção do governo, seja pela insuficiência de oferta ou pela prática de preços abusivos. O Programa adota ainda, como diretriz básica, Preços de Venda compatíveis com o mercado, posicionando-os em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído. Como parâmetro para a definição dos preços referenciais de venda são considerados os leilões do produto, os preços conjunturais e a metodologia que embasa outros instrumentos de comercialização utilizados pela Companhia.

Nesse ano de 2007, as Vendas em Balcão foram direcionadas para arroz, castanha de caju e milho, considerando as demandas identificadas e a disponibilidade dos produtos da pauta. O total de vendas correspondeu a 220,3 mil toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,6%), já que as vendas do arroz (RO) e da castanha(RN) foram pouco significativas (826 toneladas). Mediante esse Programa foram atendidos cerca de 44 mil beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas na região Sul (68%), com destaque para Santa Catarina, com 80,2 mil toneladas. Caracterizada como região produtora o Sul apresenta-se, também, como altamente consumidor, tendo um grande número de clientes cadastrados, em razão do setor de avicultura e suinocultura, principalmente. A região Nordeste também apresentou um percentual significativo das vendas (22%), destacando-se o Ceará, com 23 mil toneladas, cujo resultado pode estar evidenciando a facilidade de acesso dos beneficiários ao programa, tendo em vista que este Estado concentra um número maior de pólos de venda localizados nos armazéns próprios da Companhia. Essas duas regiões absorveram 90% das vendas efetuadas com produtos originários de AGF e Contrato de Opção, correspondendo a 71% da clientela atendida.

Com o Programa de Vendas em Balcão o governo permitiu, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tivessem acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de leilões públicos.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na

comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante convênios/acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os convênios mantidos com o MDS e com o MDA, nesse ano de 2007, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar.

Mediante o instrumento de **Compra Especial da Agricultura Familiar** denominado **CPR-Estoque**, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 58 mil toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 15,6 mil agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 167 municípios, em dezesseis estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da **Compra Especial da Agricultura familiar- CPR-Doação**, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 131 mil toneladas, contemplando 73.684 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esses produtos foram doados a milhares de entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às

populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 8,6 milhões de pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais, no Ceará e na Bahia.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF** tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 50% dos estados da federação (MT, PR, RS, SC, BA, RN, TO, AM, PE, MS, PB, PI e SP), ocorreu a aquisição de 33.199 kg de diversos produtos, atendendo 8.455 agricultores familiares, localizados em 252 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 3 mil agricultores, distribuídos em 109 municípios do Estado.

Além de poder reposicionar os estoques e vendê-los em leilões públicos, também é permitido à Conab efetuar a **venda direta** dos estoques oriundos do PAA aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, vinculados ao programa Vendas em Balcão. Esse Programa, no âmbito da Agricultura Familiar, possibilitou a aquisição, pelos produtores, de 6.339 toneladas de produtos originários dos agricultores familiares, beneficiando 2655 clientes, contemplando produtos como o arroz (em Rondônia), a castanha de caju, no Rio Grande do Norte, e o milho, em 9 estados diferentes (BA, SE, CE, PE, RN, MA, PI, TO, RS), com destaque expressivo para o estado do Piauí, que foi o grande beneficiário, apresentando 44% do quantitativo de vendas e 51% do total de clientes atendidos com a venda de milho em grãos.

Em 2007 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R$228 milhões, e elevando para 98.840 o número de agricultores familiares atendidos.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

De acordo com o último censo do IBGE, a agricultura familiar está presente em 86% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, ocupando 30% da área total. Sua força econômica é traduzida por representar 38% do Valor Bruto da Produção Nacional, sendo responsável pela produção de 84% de mandioca; 67% do feijão; 49% do milho; 31% do arroz e quantidades expressivas de soja, suínos, leite e outros produtos importantes para o abastecimento interno e para as exportações.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2007, viabilizar a distribuição de 47,9 mil toneladas de produtos, equivalentes a 2,2 milhões de cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas, geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo, açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias de grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

Com recursos advindos do MDS foram atendidas, por exemplo, famílias vitimadas pelos efeitos da contaminação química por chumbo e metais pesados, na região de Santo Amaro/BA (19 mil cestas); comunidades indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul (88.500 cestas); municípios atingidos por seca nos estados de Alagoas, Piauí e Amazonas (9.800 cestas) e famílias vitimadas por terremoto no município de Itacarambi/MG (500 kg de leite em pó).

Dentre os atendimentos emergenciais realizados durante o ano, com o apoio da Defesa Civil, destacaram-se os voltados às famílias vitimadas por enchentes em municípios do Estado do Amazonas (23,6 mil famílias, com 9.800 cestas); atingidas pela seca na Bahia e no Pará (54,9 mil famílias, com 32 mil cestas) e atingidas por inundações em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul (13,2 mil famílias, com 12 mil cestas).

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de

segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores (MDS), cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes. Em relação ao ano de 2006, o resultado operacional dessas doações quase quadruplicou (passou de R$946 mil para R$3,69 milhões), evidenciando um maior engajamento por parte da sociedade/governo no processo que permeia as ações pontuais do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 82 toneladas de produtos alimentícios ao exterior, sendo 56 toneladas (com recursos do MI) em atendimento às famílias vítimas de terremoto no Peru e às atingidas pela passagem de furacões na Jamaica, e 26 toneladas (com recursos do MDS) em socorro às famílias atingidas por inundações na Bolívia.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Em 2007 foram organizadas 1.333 unidades de varejo nessa região, e está sendo avaliada a oportunidade de implantação da Refap em outros Estados, preliminarmente na Bahia e em Sergipe.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e

mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, a partir de 2006, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os **Levantamentos das Safras Agrícolas** realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um

objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto **GeoSafras**, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometereológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2007, pode ser citado o monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas e/ ou o mapeamento de áreas agrícolas dos Estados do RS, PR, SC, SP, MG, BA, MT, GO e DF e, ainda, o georreferenciamento de 355 usinas de cana nos estados do PR, SP, MG, GO, MS e MT. Os intercâmbios de cooperação técnica, a exemplo do que foi estabelecido com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, visando a participação a Conab no projeto de Monitoramento Agrícola Global, produzido pelo USDA, em colaboração com a NASA e com a Universidade de Maryland têm sido de grande relevância para o projeto.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inqüestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2007, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 131,73 milhões de toneladas a produção de grãos da safra 2006/07, superior à safra anterior em 7,5% (9,2 milhões de toneladas), sendo que o milho foi o produto que apresentou melhor resultado, com aumento de produção de 20,8%, representando um acréscimo de 8,85 milhões de toneladas. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2007/08, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 46,4 milhões de hectares, superior à da safra anterior (2006/07) em 0,3% (157,9 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de136 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café , no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 33,7 milhões de sacas beneficiadas, apresentando uma redução de 20,6% em relação ao anterior (42,5 milhões de sacas). Já a produção nacional da safra 2008/09 deverá atingir 42,7 milhões de sacas de 60kg de café beneficiado, sendo 32,6 milhões de arábica e 10,1 milhões de robusta, superior à safra 2007/08 em 26,66%, em razão do crescimento de produtividade em 9,40% e da área cultivada em 2,5%.

Com relação à cana-de-açúcar, a área atualmente ocupada é de aproximadamente 7 milhões de hectares, 13% superior à safra anterior, estando 82% concentrada na região Centro-Sul e 17% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira da safra 2007/08 está estimada em 549,9 milhões de toneladas, 15,8% superior à safra passada (474,8 milhões de toneladas). Desta produção, 475,07 milhões de toneladas são destinadas à indústria sucroalcooleira, sendo 47,0% para fabricação de açúcar e 53,0 % para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda

planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto **SIGABrasil**, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2007, foram os mapas, como por exemplo, o mapa de municípios atendidos pelo PAA; os mapas de séries históricas da expansão de culturas (café, milho, arroz, soja, feijão, algodão, laranja e cana-de-açúcar); o mapa da produção agropecuária brasileira para atendimento à Presidência da República, o mapeamento do corredor de escoamento da produção transnordestina, entre outros.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O **Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT**, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2007, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram,

basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (evolução do portal, definição SIMAB, modelos gerenciais, mapas, séries históricas etc).

A prioridade para o próximo exercício é somar esforços no atendimento ao agricultor familiar, como forma de incentivar a produção, comercialização e agregação de valor ao produto, visando substituir pela produção local, principalmente da agricultura familiar, os produtos oriundos de repasses entre mercados ou originários de localidades fora das respectivas áreas de abrangência. Informações tais como preços e quantidades de produtos comercializados pelos mercados, especificações técnicas dos principais produtos hortícolas, conjunturas sobre preços pagos ao produtor, banco de oferta e procura de produto, cadastro de permissionários, e outros assuntos de interesse do setor, deverão contar com o suporte da base de dados do Prohort. Também o mapeamento das principais regiões produtoras de cada produto, assim como do destino da produção, deverá promover o incentivo à produção em áreas de consumo específicas.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma **Rede Armazenadora** constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.188.500 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 55% da capacidade total; a convencional participa com 44% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2007, equivale a 630.105 toneladas, sendo 400.332 t de estoques do governo e 229.773 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa uma redução de cerca de 18%, em relação ao exercício anterior. Apesar do decréscimo nos estoques governamentais (26,43%), houve incremento no quantitativo de estoques de terceiros (3,53%), inclusive na receita, equivalente a 26,1%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a melhoria da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

Em 2007, o convênio mantido com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe possibilitou a capacitação de 967 pessoas, mediante a implementação de 36 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar, extrapolando em aproximadamente 50% a meta física previamente estabelecida.

A natureza dos cursos, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do **Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras**, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2007 foram realizadas operações em oito dos dez estados para os quais foram programadas. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para apoio aos instrumentos de comercialização utilizados durante o ano, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 2.061 armazéns, representando 35% da meta estabelecida, resultado decorrente, principalmente, da dificuldade de se conseguir o quantitativo de empregados necessários à realização das operações.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as mínimas condições técnicas para abrigar os estoque governamentais, os quais são denominados armazéns credenciados.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.561 armazéns, com capacidade estática para 123,4 milhões de toneladas, sendo 27,0 milhões de toneladas para produtos embalados ou enfardados e 96,4 milhões de toneladas para granel. No entanto, apenas 955 destes armazéns, correspondendo a 13,30 milhões de toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

A previsão da safra agrícola 2007/08 indica uma produção de 135,8 milhões de toneladas, enquanto a oferta de armazenagem é de 123,4 milhões de toneladas. Considerando a existência, também, de estoques remanescentes de anos anteriores (15,3 milhões de toneladas de estoque de passagem), constata-se a ocorrência de

déficits de armazenagem.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na **Movimentação dos Estoques Públicos.**

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 368.635 toneladas de produtos (arroz e milho), vinculados aos Contratos de Opção de Venda e AGFs. Do total contratado, aproximadamente 88% foi motivado pela necessidade de abertura de espaço nas unidades armazenadoras de origem para recebimento de produtos da safra agrícola, sendo 54% deste direcionado para o programa Vendas em Balcão. Também ocorreu a contratação de remoções em razão do descredenciamento de armazéns por desvio de produto (11%) e, ainda, em cumprimento a decisão judicial (0,4%). Desta forma foram movimentadas, efetivamente, 226,1 mil toneladas de produtos, sendo que 76 mil t serão removidas no próximo ano e as demais foram canceladas ou aditadas.

Grande parte do transporte contratado pela Conab, no exercício de 2007, foi utilizado na movimentação de milho, originário predominantemente do Mato Grosso.

Além das remoções de alimentos para distribuição, com recursos do MDS e do MI (8,5 mil t), também foram removidas 32,8 mil toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar, sendo que a maioria das remoções nesse caso, se justificou pela necessidade de retirada dos produtos dos pólos de compra que não apresentavam armazéns adequados para a guarda e a conservação dos alimentos.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a **Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.**

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantiqualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas todas as etapas previstas no programa anual de fiscalização, tendo sido vistoriados 3.529 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2007 contemplou, cumulativamente, 17,6 milhões de toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela

Conab, correspondendo a 99,7% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e a 117,2% da meta física estabelecida para o exercício (15 milhões de toneladas).

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 5.026 toneladas de produtos, tais como milho, feijão e, principalmente, arroz, nos Estados do PR, RS, CE e MT, com destaque para esse último. Foram identificadas, ainda, perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 62,7 mil toneladas dos mesmos produtos, em nove Estados, destacando-se, também, o Mato Grosso, envolvendo o arroz e o milho, com 7,2 mil e 42,9 mil toneladas, respectivamente.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2007, correspondeu a 2,3 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

3 – Estratégia de Atuação

Considerando a missão institucional da Conab que é: "**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**" e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2004/07, que busca contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo, além de formar estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

- Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; e
- Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e garantir a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou aplicação de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Em continuidade ao processo de consolidação e expansão da produção agrícola a Conab anunciou, no fim do exercício de 2006, que a safra brasileira de grãos 2006/07 seria da ordem de 121, 5 milhões de toneladas, 1,3% superior à anterior (2005/06), com manutenção da tendência de maior crescimento no Centro-Norte do País, distante das áreas de maior concentração urbana e de consumo e, principalmente, dos tradicionais portos de exportação. Como resultado deste novo rearranjo, tem-se o crescimento da participação percentual da produção das regiões Centro-Norte no total produzido pelo País.

Os baixos preços, principalmente nos períodos de colheita, e a valorização do real frente ao dólar, são fatores que reduzem o fluxo de renda e desvalorizam o patrimônio dos agricultores, levando-os ao empobrecimento e acarretando o êxodo rural, constituindo dois sérios problemas para a agricultura brasileira. Objetivando sua solução, ou a redução de seus efeitos, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investindo em infra-estrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2007, com recursos orçamentários da ordem de R$2,3 bilhões, suficientes,

caso fosse necessário, para a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas, quando havia indicações que as ações de apoio seriam em grande escala, agregando aos estoques grande volume de produtos.

Felizmente, os prognósticos não se confirmaram. Os preços das commodities, praticados tanto nos mercados interno quanto externo, à exceção do arroz, apresentaram aumento das cotações, provocado pelo crescimento do consumo internacional, decorrente da quebra da safra de forrageiras na Europa e da utilização de produtos, principalmente milho, como fonte de biocombustíveis. Como conseqüência, as intervenções, via aquisições do Governo Federal, ficaram restritas ao arroz na Região Sul e a demandas localizadas, mas de pequenas escalas, atingindo apenas 21,68% da meta estabelecida para o exercício.

Isso não significa dizer que a reduzida intervenção no mercado caracteriza má gestão ou planejamento deficiente. Na realidade, é até desejável que não aconteça, pois nesse caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pela sua produção, sem uso dos recursos públicos.

Apesar da pequena intervenção efetivada em 2007 é importante frisar que o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações, a Conab adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho; em 2006 pelo mesmo motivo foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado foi a utilização dos novos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados, destacaram-se o PEP e o VEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP, do PEPRO e do PESOJA foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos e em 2007, 11.266.274 toneladas.

Além desses instrumentos o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores; para tanto, no âmbito de ação da Conab, tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006 foram negociados por meio do PROP 2.189.491 toneladas de milho, soja, arroz e raiz de mandioca e, em 2007, 1.601.937 toneladas de soja.

Se, por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro, a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes devem entregar nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

Como a origem dos produtos está concentrada em poucos estados, principalmente no Estado do Mato Grosso, tem-se a abertura de milhares de processos com prazo de análise e pagamento de dez dias. Tal situação tem criado grande gargalo, exigindo o deslocamento de empregados de outras Regionais para a realização do trabalho, elevando-se os custos com diárias, passagens, locomoção e horas-extras.

Para uma solução definitiva, foram feitas tratativas no sentido de aumento do quadro de pessoal, de melhoria dos controles internos com a criação de sistemas eletrônicos, melhoria das instalações físicas e investimentos em treinamento e qualificação de empregados.

Na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem aumentado o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Esses são repassados à Companhia por meio de convênios e termos de cooperação com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. Além das metas estabelecidas nesses instrumentos, em 2007 foram desenvolvidas ações pontuais para solução de problemas emergenciais que necessitavam de rápida intervenção sob o risco de perdas de produtos e fornecimento de alimentos a famílias em estado de carência alimentar e nutricional.

Nesses atendimentos destacam-se a aquisição de 48 toneladas de pescado e o fornecimento a 36.931 pessoas, em função da contaminação das águas da Bahia de Todos os Santos, no Estado da Bahia; a aquisição de 2.092.300 litros de leite no Estado de Sergipe, beneficiando 1.062 produtores e 33.107 pessoas; a aquisição de 6 t de geléia de umbu de 18 produtores no interior do Estado da Bahia e a distribuição beneficiando 55.354 pessoas.

Com os recursos repassados à Conab, em âmbito nacional, e por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra Especial da Agricultura Familiar (CPR-Doação), foram atendidos 98.840 produtores familiares, com a aquisição de 228.648 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques e na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional. Os alimentos adquiridos com doação simultânea beneficiaram cerca de 8.600 mil pessoas.

A operacionalização do Programa exigiu grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos de ação, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas de armazenagem adequadas à armazenagem e conservação dos produtos. Além das despesas com o deslocamento de empregados, muitas vezes nos fins de semana, o número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, conseqüentemente, na prestação de contas.

Objetivando sanar problemas de controle, consolidação das informações, agilidade no atendimento e retrabalho, a Conab desenvolveu um aplicativo, denominado PAANET, cuja concepção facilita o preenchimento e envio, via Internet, dos projetos de venda elaborados pelas próprias cooperativas ou associações de produtores. Esse foi o primeiro passo na solução do problema. Em seguida, já em fase de execução, ocorrerá a aquisição de equipamentos de informática e melhoria no processo de transmissão de

dados entre a Matriz, em Brasília, e as Regionais.

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria, realiza diversos leilões de compra, providencia a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

Para a solução ou redução dos efeitos dos problemas que têm dificultado a realização de modo harmônico das atividades, faz-se necessário imediato aumento do quadro de empregados, a realização de investimentos na aquisição de equipamentos de informática, o desenvolvimento de sistemas de controle das operações e o treinamento e qualificação de empregados.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1 – Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 24 Ações, contempladas em quatro Programas do Plano Plurianual -PPA 2004/2007. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item **4.12**

4.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** almeja contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo, assim como visa formar e manter estoques de produtos agropecuários, para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Jacinto Ferreira (até 20/06/2007)
  Wagner Gonçalves Rossi (a partir de 21/06/2007)
- **Gerente Executivo:** Jussara Flores Soares (até 16/09/2007)
  Norival Onofre Kwiatkowski (a partir de 17/09/2007)
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

  a) Produção Nacional de Grãos:

  Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

  b) Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal:

  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade adquirida de produtos agropecuários, provenientes da agricultura familiar, e o total de aquisições do Governo Federal.

  c) Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários

  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre o Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário atual e o do ano anterior.

  d) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

  e) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

  f) Margem de Disponibilidade de Trigo

  Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

g) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e também pelo setor varejista. É importante registrar que o aumento da produção de alimentos básicos e de produtos regionais é fundamental para suprir a carência alimentar, para promover o aumento da renda e a fixação das comunidades rurais, tendo reflexo na redução do êxodo rural e das tensões sociais.

4.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** objetiva quantificar a oferta de grãos, cereais e leguminosas do País e subsidiar a formulação da política agrícola avaliando o desempenho das culturas, do plantio até a colheita, e o balanço da oferta e demanda dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado de forma mais ágil, transparente e segura.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

4.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Programa de Apoio Administrativo
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

4.1.4 – (0906) Programa Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa

- **Tipo de Programa:** Programa de Apoio Administrativo
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas, juros e amortização relativas à dívida externa.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

4.2 – (0906) Principais Ações dos Programas

- **(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar**
  - (2130) Formação de Estoques Públicos;
  - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos;
  - (2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares;
  - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização;
  - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador;
  - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
  - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
  - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento;
  - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas;
  - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG;
  - (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e de Estoques Reguladores e Estratégicos –AGF;
  - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
  - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
  - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
  - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
  - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
  - (2272) Gestão e Administração do Programa;
  - (4641) Publicidade de Utilidade Pública e
  - (0110) Contribuição à Previdência Privada.
- **(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária**
  - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras; e
  - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.
- **(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
  - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista; e
  - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- **(0906) Programa Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa**
  - (0284) Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa.

4.3 – Gestão das Ações

4.3.1 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno, ofertando estoques na entressafra para atenuar as oscilações de preços.
- **Descrição:** A intervenção se dá mediante as Aquisições do Governo Federal (AGF) e Contratos Públicos de Opção de Venda. É realizada retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os no abastecimento. As aquisições de produtos agropecuários para a formação de estoques públicos podem ser realizadas diretamente dos produtores e de cooperativas, por meio de AGF, ou pelo exercício de Contrato Público de Opção de Venda pelos seus titulares. Esta Ação envolve tanto a aquisição dos estoques, quanto a manutenção dos mesmos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Suarm/Suope/Sufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares

4.3.1.1 – Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos		
Controle: SIAFI – PTRES **1678 –** Programa de Trabalho 20.605.0352.**2130**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 2.300.000.000,00**	28,49
Execução Orçamentária	R$ 655.298.737,14	
Meta Física	**4.042.440 t**	21,68
Execução Física	876.500 t	

Da dotação orçamentária aprovada na LOA/2007 (R$2,3 bilhões) foram liquidados durante o período R$655,3 milhões (28,49%) e a execução física atingiu 21,68% da meta prevista de 4,0 milhões de toneladas.

A produção agropecuária, diferentemente da industrial, ao ser iniciada em um ano não tem como ser reprogramada. Assim, se um produtor decidiu plantar determinada área com certa cultura, dificilmente terá condições de mudar seus planos, sem graves prejuízos. Deste modo, se o mercado mudar seu perfil, ou seja, se os preços que estavam em ascensão entrarem em decréscimo, o produtor é, de certa forma, obrigado a dar seqüência à sua atividade, a despeito dos prováveis prejuízos. Da mesma forma, se sua área apresentar condições edafoclimáticas adequadas para determinada atividade, ele pouco poderá fazer em termos de mudança para outra cultura, sendo o caso do arroz o exemplo mais significativo, na região sul do Rio Grande do Sul.

É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola, apoiando o produtor rural

nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou um planejamento insuficiente. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois neste caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais, e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho sem o uso dos recursos públicos.

Em maio de 2006, ao fazer a programação financeira para o orçamento de 2007, o mercado apresentava sinais que, felizmente, não se confirmaram durante o período de realização dos desembolsos com o acionamento das políticas de apoio à comercialização. Tinha-se, naquele momento, indicações que as ações de apoio seriam em grande escala e obrigariam o Governo Federal a adquirir volumes significativos de estoques públicos, estimados em quatro milhões de toneladas. Entretanto, com a mudança dos rumos em praticamente todos os produtos, o volume efetivo de compras atingiu a apenas 876,5 mil toneladas, ou 21,68%. As modificações do mercado estão ressaltadas abaixo, para os principais produtos onde se estimava aquisições:

- **Arroz**: tomando-se por base o principal estado produtor, o Rio Grande do Sul, responsável por 58,63% da produção da safra 2005/06, em maio de 2006, os preços médios recebidos pelos produtores foram calculados pela Conab em R$ 16,63 por 50 kg, ou seja, 24,41% abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal. Com o apoio de políticas implementadas durante aquela safra e o fato de estar na entressafra, em dezembro de 2006 já haviam evoluído para R$ 23,36 por 50 kg, ou seja, acima do preço mínimo em 6,18%. Em 2007, tendo em vista que o orçamento foi disponibilizado a tempo, em 02/03/2007, durante da XV Festa de Abertura da Colheita do Arroz, a Conab pode lançar dois programas de apoio à comercialização, tendo feito, na ocasião, um leilão de Contrato de Opção de Venda e iniciou as operações de Aquisição do Governo Federal. Com as ações implementadas, em agosto de 2007 os preços já estavam superiores ao mínimo em 3,14%. Essas ações do Governo foram responsáveis pela aquisição de 551,3 mil toneladas, significando que as aquisições de arroz superaram as do ano anterior, com crescimento de 79,46%.

- **Feijão**: em maio de 2006 o mercado de feijão estava com os preços no Estado do Paraná, principal produtor, sendo cotados em R$57,21 por 60 kg, ou seja, 21,53% superior ao mínimo. Entretanto, com o bom desempenho das safras seguintes, em dezembro daquele ano já tinham caído para R$51,77 e com a colheita da principal safra de 2006/07, os preços iniciaram um processo de queda aproximando-se dos preços mínimos de modo que o Governo Federal foi obrigado a fazer programas de escoamento da produção para evitar aquisições de grandes volumes do produto. Em agosto de 2007, quando o mercado iniciou o processo de recuperação, a Conab detinha 55,0 mil toneladas de feijão compradas pelo PAA e mais 39,1 mil toneladas de aquisições diretas-AGF. A partir daí houve o total descolamento dos mercados, sendo que em dezembro de 2007 atingiu a cifra de R$190,45 por 60 kg, preço este que é 305,21% superior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

- **Milho**: este produto foi o que teve maior aumento de preços entre o período da elaboração do orçamento e aqueles obtidos no período da realização das operações de apoio à comercialização. Tomando-se por base o estado do Paraná, responsável por 26,28% da produção da safra 2005/06, o preço médio calculado pela Conab em maio de 2006 foi de R$11,38 por 60 kg para o preço mínimo de R$14,00, ou seja, 18,71% abaixo do preço de garantia do

Governo Federal. Por esse motivo em 2006 foi comprado o total de 2.223,4 mil toneladas do produto. Com a redução da oferta e em razão das políticas de apoio à comercialização, especialmente a implementação do PEP permitindo o abastecimento do Nordeste com produto do Centro-Oeste, fez com que os preços reagissem, chegando em dezembro a R$16,31. Ao iniciar a safra 2006/07, entretanto, em função da boa colheita, com ganho de 20,83% em relação à anterior, os preços voltaram novamente a cair a níveis abaixo do mínimo, obrigando a novas e maciças intervenções governamentais, em operações de prêmio de escoamento e de aquisições. Entretanto, em agosto de 2007, com a confirmação da quebra de safra de grãos forrageiros na Europa, abriu-se um novo mercado para o Brasil, de modo que, de uma exportação de apenas 3,9 milhões de toneladas na safra 2005/06, a previsão do fechamento da safra atual é de 10,8 milhões de toneladas exportadas. Além disso, nos últimos anos os norte-americanos têm investido de forma mais acentuada no programa de substituição do MTBE, aditivo utilizado como antidetonante na gasolina, pelo uso do etanol. Como o ecossistema deles é inapropriado para o cultivo da cana-de-açúcar estão utilizando o milho como matéria-prima, gerando mais uma fonte de demanda. Como a área disponível que eles têm é limitada, obrigando a utilizar áreas de outras culturas, isso provocou a elevação dos preços internos, com reflexos nas cotações na Bolsa de Mercadorias de Chicago. É certo, após os eventos desses dois últimos anos, que as cotações no milho em todos mercados estarão em patamares mais elevados, certamente em níveis superiores aos atuais preços mínimos. É por esse motivo que as aquisições de 2007 restringiram-se a apenas 281,4 mil toneladas do milho.

- **Trigo**: nos últimos anos o Governo Federal tem tido importante participação no mercado de trigo, com o apoio a comercialização por meio de compras ou programas de escoamento, principalmente nas safras 2003/04 e 2004/05. Entretanto, para as safras mais recentes, motivado pelos baixos preços e dificuldades de comercialização os produtores têm reduzido a área plantada, de modo que as ações governamentais não têm sido necessárias. Em maio de 2006, quando da elaboração do orçamento, os preços médios do trigo giraram, no Paraná, principal produtor, em torno de R$19,44 por 60 kg, ou seja 13,60% abaixo do mínimo fixado pelo Governo Federal, mas em dezembro já haviam atingido a marca de R$26,38, ou seja, 17,25% superior ao mínimo. No ano de 2007 a situação foi ainda melhor com os preços em agosto sendo 34,85% superiores ao preço oficial e em dezembro já atingia 37,78% de modo que não houve qualquer necessidade de intervenção nesse mercado.

Como pode ser visto, pelas análises feitas para os principais produtos que tinham possibilidade de formar estoques, com exceção do arroz, todos os demais produtos adquiriram um novo patamar de preços, praticamente eliminando a necessidade de o Governo Federal intervir nos mercados. Este fato, como já ressaltado, é muito bom pois mostra que o mercado voltou a atuar em patamares que remuneram o produtor nacional e, o que é muito importante, sem produzir elevações de preços de forma exacerbada, que poderiam induzir à elevação da inflação.

A seguir, estão detalhadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação, durante o exercício de 2007.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2007 para as safras de verão, inverno, produtos regionais e sementes e para as operações amparadas por AGF.

Quadro 4.01

Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2005		2006	
			Início de Vigência	Valor(R$)	Início de Vigência	Valor(R$)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	-	-	Fev/07	44,60
	Sul, Sudeste (exceto MG) e BA-Sul		Fev/06	44,60	Fev/07	44,60
	Centro-Oeste e MG		Abr/06	44,60	Abr/07	44,60
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		Jun/06	44,60	Jun/07	44,60
Arroz longo fino em casca	Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e BA-Sul(exceto MT)	50 kg	Fev/06	22,00	Fev/07	22,00
	Norte e MT		Fev/06	20,70	Fev/07	20,70
Arroz longo em casca	Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste (exceto MT)	60 kg	Fev/06	11,13	Fev/07	11,13
	MT e TO		Fev/06	10,75	Fev/07	10,75
	Norte (exceto RR e TO)		Fev/06	10,12	Fev/07	10,12
	RR		Set/06	10,12	Set/07	12,36
Cera de carnaúba	Nordeste	kg	Ago/06	3,10	Jul/07	3,92
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	50 kg	-	-	Jan/07	15,00
	Norte e Nordeste		Fev/06	17,00	Fev/07	17,00
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	-	-	Jan/07	0,44
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	kg	Fev/06	0,44	Fev/07	0,44
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	-	-	Jan/07	47,00
	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul		-	-	Nov/07	48,42
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		-	-	Jan/07	47,00
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	60 kg	-	-	Jan/07	33,10
Juta/malva embonecada	Todo o território nacional	kg	Fev/06	0,92	Fev/07	0,97
Juta/malva prensada	Todo o território nacional	kg	Fev/06	1,08	Fev/07	1,13
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Jul/06	33,56	Jul/07	33,56
Milho	Sudeste, PR, BA-Sul, sul do MA e Sul do PI	60 kg	Fev/06	14,00	Fev/07	14,00
	SC e RS		-	-	Jan/07	14,00
	Centro-Oeste (exceto MT)		-	-	Fev/07	14,00
	MT, AC e RO		Fev/06	11,00	Fev/07	11,00
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (excetoBA-sul, sul do MA e sul do PI)		Jun/06	16,00	Jun/07	16,00
	TO		Fev/06	16,00	Fev/07	16,00
Sisal	BA, PB e RN	kg	Ago/06	0,99	Jul/07	0,99
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Fev/06	9,80	Fev/07	9,80
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)		Jun/06	11,20	jun807	11,20

Fonte: Decreto n.° 5.559, de 05/10/2005 e Decreto n.° 5.869 de 03/08/2006

Quadro 4.02
Preços Mínimos para Sementes – Safras de Verão e de Produtos Regionais e das Regiões Norte e Nordeste - R$/Kg

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	2006				2007			
		Início de Vigência	Grão/Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência	Grão/Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada
Algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/06	0,1562	0,6517	0,6892	02/07	0,1580	0,6517	0,6892
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/06	0,1562	0,7914	0,8504	06/07	1,1580	0,7914	0,8504
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	-	-	-	-	12/06	0,6440	2,0468	2,4064
Arroz longo fino	Todo o território nacional	02/06	0,4000	0,7720	0,8324	02/07	0,4400	0,7720	0,8324
Arroz longo	Todo o território nacional	02/06	0,1855	0,5120	0,5460	02/07	0,1855	0,5120	0,5460
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	-	-	-	-	11/06	0,7833	1,3249	1,4952
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	-	-	-	-	01/07	0,7833	1,4235	1,6621
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	-	-	-	-	01/07	0,5517	0,9248	1,0081
Girassol	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	-	-	-	-	11/06	0,2935	8,4885	9,9767
Juta/malva	Todo o território nacional	02/06	-	4,3058	-	02/07	-	4,5052	-
Milho hibrido	Sudeste, PR, BA-Sul, sul do MA e sul do PI	-	-	-	-	02/07	0,2333	1,3430	1,3860
	Sul, Sudeste, BA-Sul, Sul do MA, Sul de PI	02/06	0,2249	1,3430	1,3860	-	-	-	-
	SC e RS					01/07	0,2333	1,3430	1,3860
	Centro-Oeste (exceto MT)	02/06	0,2166	1,4451	1,4914	02/07	0,2333	1,4451	1,4914
	MT, AC e RO	02/06	0,1834	1,3865	1,4309	02/07	0,1833	1,3865	1,4309
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/06	0,2667	1,3212	1,3635	06/07	0,2667	1,3212	1,3635
	TO	02/06	0,2667	1,3212	1,3635	02/07	0,2667	1,3212	1,3635
Milho variedade	Sudeste, PR, BA-Sul, sul do MA e sul do PI		-	-	-	02/07	0,2333	0,7287	0,7693
	Sul, Sudeste, BA-Sul, Sul do MA, Sul de PI	02/06	0,2249	0,7287	0,7693	-	-	-	-
	SC e RS					01/07	0,2333	0,7287	0,7693
	Centro-Oeste (exceto MT)	02/06	0,2166	0,7841	0,8278	02/07	0,2333	0,7841	0,8278
	MT, AC e RO	02/06	0,1834	0,7523	0,7942	02/07	0,1833	0,7523	0,7942
	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/06	0,2667	0,7964	0,8516	06/07	0,2667	0,7964	0,8516
	TO	02/06	0,2667	0,7964	0,8516	02/07	0,2667	0,7964	0,8516
Soja	Todo o território nacional	02/06	0,2333	0,4971	0,5367	02/07	0,2333	0,4971	0,5367
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/06	0,1574	0,1618	1,1901	02/07	0,1633	0,1618	1,1901
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/06	0,1867	1,0538	1,0869	06/07	0,1867	1,0538	1,0869
Sorgo variedade	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	02/06	0,1574	0,5646	0,5881	02/07	0,1633	0,5646	0,5881
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/06	0,1867	0,6277	0,6645	06/07	0,1867	0,6277	0,6645

Fonte: Decreto n.° 5.559, de 05/10/2005 e Decreto n.° 5.869 de 03/08/2006

Quadro 4.03
Preços Mínimos – Safra de Inverno

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Tipo	PH Mínimo	Unidade	Preços Mínimos					
					Início de Vigência	Brando	Pão/Melhorador/Durum	Início de Vigência	Brando	Pão/Melhorador/Durum
Trigo	Sul	1	78	R$/Tn	07/06	348,17	400,00	07/07	348,17	400,00
		2	75	R$/Tn	07/06	330,88	379,54	07/07	330,88	379,54
		3	70	R$/Tn	07/06	296,27	348,17	07/07	296,27	348,17
	Centro-Oeste	1	78	R$/Tn	06/06	391,50	450,00	06/07	391,50	450,00
		2	75	R$/Tn	06/06	372,05	426,75	06/07	372,05	426,75
		3	70	R$/Tn	06/06	333,14	391,50	06/07	333,14	391,50

Fonte: Decreto n.° 5.868, de 03/08/2006 e Decreto n.° 6.149, de 10/07/2007

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2007 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 4.042.440 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 876.500 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 21,68% da meta. Além dos produtos agrícolas foram compradas, via leilão eletrônico, 2.099.500 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

O Quadro 4.04 detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Quadro 4.04
Demonstrativo das Aquisições

Sureg	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total (2)	
		Quantidade(t)	Valor(R$)	Quantidade(t)	Valor(R$)	Quantidade(t)	Valor(R$)
BA	Sisal	4.551	4.505.228,64	-	-	4.551	4.505.228,64
GO	Milho em grãos	50.291	11.727.787,10	-	-	50.291	11.727.787,10
	Feijão	252	201.290,46	-	-	252	201.290,46
MS	Algodão	1.051	3.181.447,05	-	-	1.051	3.181.447,05
	Milho em grãos	9.903	2.310.459	-	-	9.903	2.310.458,54
MT	Milho em grãos	220.169	40.529.677	1.080	252.000,00	221.249	40.781.677,32
PA	Arroz	152	57.198	-	-	152	57.197,55
PR	Feijão	20.967	16.963.940,44	-	-	20.967	16.963.940,44
RO	Sorgo	818	163.915,49	-	-	818	163.915,49
RS	Arroz	62.043	27.967.376,55	483.530	245.112.959,92	545.573	273.080.336,47
	Feijão	1.138	886.524,98	-	-	1.138	886.524,98
	Semente de soja	-	-	1	650,00	1	650,00
SC	Arroz	-	-	5.535	2.937.924,00	5.535	2.937.924,00
	Feijão	15.018	12.151.926,52	-	-	15.018	12.151.926,52
Total - Produto		**386.354**	**120.646.770,64**	**490.146**	**248.303.533,92**	**876.500**	**368.950.304,56**
AL	Sacaria(1)	-	-	36.000	39.668,20	36.000	39.668,20
AM	Sacaria(1)	-	-	85.000	101.954,23	85.000	101.954,23
CE	Sacaria(1)	-	-	657.000	724.191,39	657.000	724.191,39
ES	Sacaria(1)	-	-	160.000	165.566,70	160.000	165.566,70
MG	Sacaria(1)	-	-	252.000	296.882,89	252.000	296.882,89
PA	Sacaria(1)	-	-	53.000	55.949,30	53.000	55.949,30
PB	Sacaria(1)	-	-	264.000	308.528,88	264.000	308.528,88
PE	Sacaria(1)	-	-	52.000	65.328,51	52.000	65.328,51
PI	Sacaria(1)	-	-	118.500	130.584,79	118.500	130.584,79
RN	Sacaria(1)	-	-	297.000	275.909,54	297.000	275.909,54
RO	Sacaria(1)	-	-	85.000	101.954,23	85.000	101.954,23
TO	Sacaria(1)	-	-	40.000	44.090,80	40.000	44.090,80
Total-Sacaria		**-**	**-**	**2.099.500**	**2.310.609,46**	**2.099.500**	**2.310.609,46**
Total Geral							**371.260.914,02**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc
(1) Em Unidade
(2) Inclui R$4.059.582,00 de INSS produtor rural

Destacaram-se o arroz em casca com aquisição de 551.260 toneladas (62,89%) e o milho em grãos com 281.443 toneladas (32,11%), representando 95,0% do total adquirido.

c) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

No período considerado foi contratada a remoção de 368.635 toneladas de arroz em casca e milho, vinculadas aos Contratos Públicos de Opção de Venda e às AGFs. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, o que possibilitou economia ao Tesouro de 20,93% sobre os valores da planilha de custo utilizada pela Conab como referência para os

preços de abertura. Do total contratado foram removidas 226.147 toneladas; canceladas 69.156 toneladas em função do não-cumprimento dos fluxos semanais estabelecidos nos Avisos, da falta de espaço nos armazéns de destino, da perda de qualidade nas unidades de origem, da ocorrência de perda em armazenagem ou desvio e pela venda em leilão dos produtos a serem removidos; foram aditadas 2.510 toneladas (ponta de estoque e redirecionamento de produto que seria removido para Crateús e, por falta de espaço no armazém, seguiu para Juazeiro do Norte) e outras 75.842 toneladas deverão ser removidas no início do exercício de 2008, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.05
Demonstrativo das Remoções Contratadas

Origem	Destino	Produto	Valores(sem ICMS)		Quantidades (em t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
Suregs com Processo Individualizado									
MG	MG	Milho	1.091.381,68	930.638,07	11.800	3.140	3.140	-	5.519
MT	AL	Milho	439.711,92	386.944,69	1.000	1.010	-	10	0
	AM	Milho	723.040,00	553.593,40	3.000	1.000	-	-	2.000
	CE	Milho	6.886.680,00	6.778.616,40	14.200	14.190	2.010	2.000	0
	ES	Milho	1.336.960,00	972.093,41	4.000	4.000	-	-	0
	MG	Milho	6.635.336,02	5.943.412,39	36.033	32.268	3.765	-	0
	MT	Arroz	186.792,66	167.673,46	4.974	4.401	572	-	0
	MT	Milho	9.493.198,16	5.250.386,07	102.533	64.853	36.668	500	1.512
	PA	Milho	475.160,00	379.365,14	1.500	1.000	-	-	500
	PB	Milho	3.248.526,64	2.274.455,95	7.700	5.000	-	-	2.700
	PE	Milho	458.630,00	350.586,12	1.100	600	-	-	500
	PI	Milho	2.512.321,22	1.833.630,72	7.000	4.000	-	-	3.000
	RN	Milho	826.334,00	500.000,00	1.600	1.600	-	-	0
	SE	Milho	501.360,00	310.780,10	1.500	-	-	-	1.500
	TO	Milho	283.404,83	212.591,72	863	863	-	-	0
PR	RS	Milho	676.395,10	625.500,00	9.656	9.656	-	-	0
	SC	Milho	5.708.062,70	3.841.490,21	78.395	21.204	-	-	57.191
RO	AC	Milho	58.225,66	43.867,50	340	213	7	-	120
	RO	Milho	287.494,86	221.060,11	3.002	1.702	-	-	1.300
RS	RS	Arroz	820.447,53	785.342,14	25.870	25.089	781	-	0
Subtotal			**42.649.462,98**	**32.362.027,60**	**316.066**	**195.790**	**46.944**	**2.510**	**75.842**
Suregs com Processo Consolidado									
MS	RS	Milho	3.803.339,65	2.663.267,47	24.306	16.681	7.625	-	0
	SC	Milho	3.534.622,05	2.507.633,21	27.894	13.307	14.587	-	0
SP	SP	Milho	9.572,93	7.520,22	369	369	-	-	0
Subtotal			**7.347.534,63**	**5.178.420,90**	**52.569**	**30.357**	**22.212**	**-**	**0**
Total Geral			**49.996.997,61**	**37.540.448,50**	**368.635**	**226.147**	**69.156**	**2.510**	**75.842**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Do total contratado, 33,74% (124.390 t) foi motivada pela necessidade de abertura de espaço nas unidades armazenadoras de origem para recebimento de produtos da safra agrícola; 15,46%% (56.994 t) para abertura de espaço na origem e em atendimento ao programa Vendas em Balcão no destino; 0,43% (1.586 t) em cumprimento a decisão judicial; 11,71% (43.166 t) por desvio de produto e 38,66% (142.498 t) para Vendas em Balcão.

Além dos custos de aquisição dos produtos detalhados no quadro 4.04 (Demonstrativo das Aquisições), foram gastos R$286.348.432,58 em atividades correlatas à manutenção/carregamento de estoques, destacando-se as despesas com o pagamento de armazenagem em unidades de terceiros, com participação de 31,74%, conforme detalhamento a seguir.

Quadro 4.06
Execução da Despesa - R$

Natureza da Despesa	Valor Liquidado	(%)
Aquisição de mercadorias para revenda	364.890.722,11	55,68
Capatazia, Estiva, Braçagem e Pesagem	1.325.073,74	0,20
Embalagens	1.953.646,44	0,30
COFINS	952,98	0,00
PASEP	206,49	0,00
Armazenagem	207.969.742,69	31,74
Seguros em geral	6.380.266,52	0,97
Comissões e corretagens	9.786.580,41	1,49
ICMS	14.253.269,53	2,18
ISS	17.892,09	0,00
Serviços gráficos	57.520,10	0,01
INSS – Produtor rural	7.841.366,94	1,20
Serviços de terceiros	1.425.902,18	0,22
Editais e publicações	38.909,10	0,01
Ensaque e reensaque	1.299,70	0,00
Análises laboratoriais	660.477,81	0,10
Taxas e pedágios	15.672,01	0,00
Transportes, Encomendas, Carretos e Fretes	37.284.674,61	5,69
Sentenças judiciais transitadas em julgado	1.362.161,39	0,21
Diversas sentenças	30.902,94	0,00
INSS – Armazenagem	1.497,36	0,00
Total	**655.298.737,14**	**100,00**

Fonte: Siafi

d) Posição dos Estoques Públicos

Em 31/12/2007, os estoques públicos vinculados à PGPM, em nível nacional, totalizaram 2,3 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas, ou seja, 47,03% inferior aos existentes no mesmo período do exercício de 2006 e 42,94% inferior, também, em relação ao ano de 2005.

Quadro 4.07
Demonstrativo da Posição dos Estoques Governamentais, por Produto

Produto	PGPM (AGF + Contrato de Opção) (Em t) Posição em:			Variação (%)	
	31/12/2005 (a)	31/12/2006(b)	31/12/2007(c)	(c/a)	(c/b)
Algodão em pluma	4.570	4.958	1.571	-65,62	-68,31
Arroz em casca	926.892	1.072.848	1.492.778	61,05	39,14
Café	10.917	10.917	10.930	0,12	0,12
Fécula de mandioca	-	968	968	-	-
Feijão	1.278	3.766	332	-74,02	-91,18
Milho	1.975.517	3.159.657	748.047	-62,13	-76,33
Sisal	-	382	4.932	-	-
Soja	-	-	73	-	-
Sorgo	0	17.174	-	-	-
Trigo	1.050.544	5.664	5.640	-99,46	-0,42
Total	**3.969.718**	**4.276.334**	**2.265.271**	**-42,94**	**-47,03**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe

Quadro 4.08
Demonstrativo da Posição dos Estoques Públicos, em 31/12/2007 (AGF e Contratos de Opção)

Sureg	UF	Produto												Total (t) (1)		
		Algodão	Arroz		Café	Fécula	Feijão	Milho		Sisal	Soja	Trigo	Sacaria			
		AGF	AGF	C.O.	C.O.	AGF	AGF	AGF	C.O.	AGF	C.O.	C.O.	C.O.	AGF	C.O.	Geral
Suregs com Processos Individualizados																
AM	AM	-	-	-	-	-	-	90,1	-	-	-	-	84.676,0	90,1	0,0	90,1
CE	CE	-	-	-	-	-	-	12.147,9	-	-	-	-	344.276,0	12.147,9	0,0	12.147,9
GO	GO	37,1	-	-	-	-	-	30,0	-	-	-	-	5.310,0	67,1	0,0	67,1
MG	MG	-	-	-	5.527,3	-	-	17.060,8	437,6	-	-	-	264.296,0	17.060,8	5.964,9	23.025,7
MT	MT	-	5.252,9	773,3	-	-	-	586.225,7	8.282,7	-	-	-	68.767,0	591.478,6	9.056,0	600.534,6
PE	AL	-	-	-	-	-	-	710,6	23,9	-	-	-	71.132,0	710,6	23,9	734,5
	PE	-	-	-	-	-	-	494,5	-	-	-	-	115.141,0	494,5	0,0	494,5
PR	PR	-	-	-	4.701,9	967,8	80,0	39.382,5	46.190,5	-	-	-	-	40.430,3	50.892,4	91.322,7
RO	AC	-	-	-	-	-	-	148,2	-	-	-	-	340,0	148,2	0,0	148,2
	RO	-	-	-	-	-	-	2.297,9	-	-	-	-	111.220,0	2.297,9	0,0	2.297,9
RS	RS	-	548.346,0	850.126,6	-	-	106,3	2.909,9	359,7	-	73,1	5.640,0	51.979,0	551.362,2	856.199,4	1.407.561,6
Subtotal		**37,1**	**553.598,9**	**850.899,9**	**10.229,2**	**967,8**	**186,3**	**661.498,1**	**55.294,4**	**0,0**	**73,1**	**5.640,0**	**1.117.137,0**	**1.216.288,2**	**922.136,6**	**2.138.424,8**
Suregs com Processo Consolidado																
BA	BA	-	-	-	-	-	-	-	-	4.932,4	-	-	38.463,0	4.932,4	0,0	4.932,4
	SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.791,0	0,0	0,0	0,0
ES	ES	-	-	-	628,2	-	-	3.575,6	-	-	-	-	99.266,0	3.575,6	628,2	4.203,8
MA	MA	-	-	-	-	-	-	-	158,4	-	-	-	3.152,0	0,0	158,4	158,4
MS	MS	1.534,4	-	-	-	-	85,7	10.803,9	4.533,9	-	-	-	19.076,0	12.424,0	4.533,9	16.957,9
PA	PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72.123,0	0,0	0,0	0,0
PB	PB	-	-	-	-	-	-	3.459,6	-	-	-	-	69.851,0	3.459,6	0,0	3.459,6
PI	PI	-	-	-	-	-	-	1.972,0	-	-	-	-	133.135,0	1.972,0	0,0	1.972,0
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-	40,5	-	-	-	-	-	40,5	0,0	40,5
RN	RN	-	-	-	-	-	-	4.334,7	-	-	-	-	89.615,0	4.334,7	0,0	4.334,7
SC	SC	-	32.149,0	56.130,0	-	-	60,0	262,8	1.248,7	-	-	-	-	32.471,8	57.378,7	89.850,5
SP	SP	-	-	-	72,4	-	-	-	464,0	-	-	-	14.000,0	0,0	536,4	536,4
TO	TO	-	-	-	-	-	-	399,8	-	-	-	-	42.861,0	399,8	0,0	399,8
Subtotal		**1.534,4**	**32.149,0**	**56.130,0**	**700,6**	**0,0**	**145,7**	**24.848,9**	**6.405,0**	**4.932,4**	**0,0**	**0,0**	**583.333,0**	**63.610,4**	**63.235,6**	**126.846,0**
Total Geral		**1.571,5**	**585.747,9**	**907.029,9**	**10.929,8**	**967,8**	**332,0**	**686.347,0**	**61.699,4**	**4.932,4**	**73,1**	**5.640,0**	**1.700.470,0**	**1.279.898,6**	**985.372,2**	**2.265.270,8**
		1.571,5	**1.492.777,8**		**10.929,8**	**967,8**	**332,0**	**748.046,4**		**4.932,4**	**73,1**	**5.640,0**	**1.700.470,0**	**2.265.270,8**		

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecoe
CO – Contrato Público de Operação de Venda
(1) Não inclui sacaria.

4.3.2 - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos

- **Tipo:** Finalístico
- **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos básicos suplementares, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.
- **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab
- **Coordenador nacional da Ação:** Nilton Lélio de Melo

4.3.2.1 – Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos		
Controle: SIAFI – PTRES 1698 **–** Programa de Trabalho 20.605.0352.**2133**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 3.000.000,00**	99,82
Execução Orçamentária	R$ 2.994.509,88	
Meta Física	**27 Serviços Prestados**	100,00
Execução Física	27 Serviços Prestados	

A meta física aprovada para 2007 previa que fossem firmadas 27 parcerias com Estados e Municípios, em todo o território nacional. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização das mesmas.

Em 2007 foi firmado convênio com a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, com aquisição de 112 toneladas de produtos alimentícios por meio da Ação (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização.

Do valor aprovado na LOA para 2007, de R$3.000.000,00 foram gastos R$2.994.509,88, representando cerca de 99,82%, referentes a despesas operacionais do convênio assinado, assim como despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da execução dos convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e o Ministério da Integração Nacional-MI, cujos custos não estavam previstos nos convênios assinados.

4.3.3 - (2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

- **Tipo:** Finalístico
- **Finalidade:** Visa a promover o sistemático acompanhamento e avaliação

quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das operações especiais do agronegócio, evitando perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes.

- **Descrição:** A operacionalização da fiscalização dos estoques públicos é realizada em termos qualitativo e quantitativo, avaliando-se as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras (UAs) e a preservação da integridade dos produtos, apurando as irregularidades operacionais, as faltas, as depreciações qualitativas dos estoques e a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo

4.3.3.1 – Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares		
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**2137**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 1.600.000,00**	
a) Despesas Correntes	R$ 1.500.000,00	
b) Despesas de Capital	R$ 100.000,00	
Execução Orçamentária	**R$ 1.585.060,39**	**99,07**
a) Despesas Correntes	R$ 1.485.060,39	**99,00**
b)Despesas de Capital	R$ 100.000,00	**100,00**
Meta Física	**15.000.000 Estoque Fiscalizado (em t)**	
Execução Física	17.581.742 t	117,21

Durante o exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido vistoriados 3.529 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal.

Foram fiscalizadas cumulativamente 17,6 milhões de toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,07% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização e a 117,21% da meta física para o exercício. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano. O quadro a seguir detalha, por Sureg, as quantidades fiscalizadas, o número de armazéns vistoriados e as ocorrências registradas.

Quadro 4.09
Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas por Sureg

Sureg	UF	Estoque(Em t) (1)			N.º Vistorias		N.º Armazéns Vistoriados	Ocorrências(Em t)			
		Contábil (a)	Fiscalizado (b)	b/a	Programada	Realizada		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem
Suregs com processos individualizados											
AM	AM	1.893	1.893	100,00	2	2	4	-	-	-	-
	RR	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
CE	CE	29.573	29.573	100,00	2	2	18	7	-	-	-
GO	GO	257.707	257.059	99,75	5	5	175	-	-	-	587
	DF	8.270	8.206	99,23	5	5	16	-	-	-	-
MG	MG	484.444	484.374	99,99	4	4	120	-	-	-	7
MT	MT	8.373.285	8.340.738	99,61	5	5	930	2.159	2.384	36.397	13.825
PE	PE	11.135	11.135	100,00	2	2	8	-	-	-	-
	AL	3.326	3.326	100,00	2	2	2	-	-	-	-
PR	PR	1.183.035	1.181.594	99,88	5	5	404	208	-	-	1.440
RO	RO	9.874	9.874	100,00	2	2	15	-	-	-	-
	AC	-	-	-	2			-	-	-	-
RS	RS	5.282.303	5.269.868	99,76	5	5	1.186	-	268	3.163	1.016
Subtotal		**15.644.845**	**15.597.640**	99,70			**2.878**	**2.374**	**2.652**	**39.560**	**16.875**
Suregs com Processo Consolidado											
BA	BA	29.410	29.356	99,82	4	4	40	-	-	-	-
	SE	4.699	4.699	100,00	4	4	6	-	-	-	-
ES	ES	11.495	11.495	100,00	2	2	5	-	-	-	-
MA	MA	5.201	5.201	100,00	2	2	12	-	-	-	-
MS	MS	1.314.290	1.308.280	99,54	5	5	203	-	-	5.264	746
PA	PA	7.158	7.156	99,97	2	2	9	-	-	-	2
	AP	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
PB	PB	8.453	8.453	100,00	2	2	5	-	-	-	-
PI	PI	15.724	15.724	100,00	2	2	14	-	-	-	-
RJ	RJ	355	355	100,00	1	2	3	-	-	-	-
RN	RN	19.500	19.495	99,97	2	2	10	-	-	-	5
SC	SC	529.485	529.482	100,00	5	5	287	-	-	-	-
SP	SP	33.922	32.774	96,62	4	4	38	-	-	-	-
TO	TO	11.965	11.632	97,22	4	4	19	-	-	-	308
Subtotal		1.991.657	1.984.102	99,62			651	-	-	5.264	1.061
Total		**17.636.502**	**17.581.742**	99,69	**-**	**-**	**3.529**	**2.374**	**2.652**	**44.824**	**17.936**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis
Nota: (1) Valores acumulados nas nove etapas realizadas

Em relação ao exercício de 2006, quando foram fiscalizadas 21,6 milhões de toneladas, houve decréscimo de 18,5% na quantidade fiscalizada e, em relação à meta física estabelecida (15,0 milhões de toneladas), a execução atingiu 117,21%, sendo que no ano anterior a meta foi extrapolada em 82,0%. A alta execução física, também neste ano, deve-se às aquisições efetivadas no fim do exercício anterior, após o estabelecimento das metas para o exercício de 2007.

Na operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produto AP e desclassificado) de 5.026 toneladas de arroz, feijão e milho, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4.10
Demonstrativo de Perdas Qualitativas

UF	Produto	Ocorrência(Em t)		Total
		AP	Desclassificado	
CE	Milho	7	-	7
MT	Arroz	1.559	92	1.651
	Milho	600	2.292	2.892
PR	Feijão	208	-	208
RS	Arroz	-	268	268
Total		**2.374**	**2.652**	**5.026**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Posteriormente à fiscalização, foram emitidas comunicações à Suope com vistas à venda do produto, à Suarm para impedimento do agente armazenador enquanto houver pendência financeira, e finalmente à Sufin, para as providências relativas à cobrança.

As perdas quantitativas (desvio e perdas em armazenagem) totalizaram 62.760 toneladas, com destaque para o Estado do Mato Grosso, com desvio de 36.397 toneladas e perdas em armazenagem de 13.825 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir. Os relatórios de ocorrências foram encaminhados à Gerência de Cobranças e de Cadastro de Armazéns para as providências cabíveis.

Quadro 4.11
Demonstrativo de Perdas Quantitativas

UF	Produto	Ocorrência (Em t)		Total
		Desvio	Perdas em Armazenagem	
GO	Feijão	-	4	4
GO	Milho	-	583	583
MG	Milho	-	7	7
MS	Milho	5.264	746	6.010
MT	Arroz	5.609	1.653	7.262
	Milho	30.788	12.100	42.888
	Sorgo	-	72	72
PA	Milho	-	2	2
PR	Feijão	-	115	115
PR	Milho	-	1.325	1.325
RN	Milho	-	5	5
RS	Arroz	3.163	963	4.126
	Milho	-	53	53
TO	Arroz	-	308	308
Total		**44.824**	**17.936**	**62.760**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

De acordo com as diferenças quantitativas apuradas e registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN, foram calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou em perdas em armazenagem. Em seguida foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais - impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Sufin (para cobrança).

Ainda para os casos de desvio de produtos, com base no TVN, a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

No fim do período encontravam-se armazenadas 3.950,7 toneladas de milho em grãos e arroz em casca, desclassificadas ou abaixo do padrão, apuradas nas etapas realizadas em 2007 ou em exercícios anteriores, cujos processos de cobrança ainda não haviam sido concluídos, conforme detalhado no Quadro 4.12.

Quadro 4.12
Demonstrativo de Estoques Desclassificados e "AP"

Sureg	UF	Produto	Safra	Ocorrência (Em t)		Total
				AP	Desclassificado	
PE	AL	Milho	2002/03	23,9	-	23,9
GO	GO	Milho	1991/92	-	30,0	30,0
MT	MT	Arroz	1999/00	233,9	91,9	325,8
			2000/01	13,7	-	13,7
			2004/05	739,9	-	739,9
		Milho	1991/92	107,7	2.291,7	2.399,4
RS	RS	Arroz	2004/05	347,7	-	347,7
		Milho	1994/95	-	70,3	70,3
Total				**1.466,8**	**2.483,9**	**3.950,7**

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis e Conab/Diges/Suope/Gecoe

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2007 para a execução da atividade de fiscalização foi de R$1.600.000,00, sendo R$1.500.000,00 para despesas correntes e R$100.000,00 para despesas de capital. Foram gastos R$1.485.060,39 com despesas correntes e R$100.000,00 com investimentos, totalizando R$1.585.060,39, o que representou 99,07% do valor total.

Em face das características operacionais da Ação, e pelo reduzido número de fiscais e classificadores nas Regionais, implicando no deslocamento de empregados para comporem as equipes, principalmente daqueles lotados na Matriz, cerca de 87,09% das despesas correntes realizadas referem-se a diárias e despesas com locomoção, conforme detalhado a seguir.

Quadro 4.13
Demonstrativo de Despesas

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-P. Física	Outros Serviços de Terceiros-P. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamentos e Material Permanente	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	3.897,50	324,00	7.460,48	-	-	-	-	11.681,98
CE	CE	5.692,50	749,13	4.625,08	-	-	-	-	11.066,71
GO	GO	108.980,40	26.458,86	27.230,47	-	847,64	-	-	163.517,37
	DF	-	-	-	-	-	-	-	0,00
MG	MG	26.705,00	5.396,78	3.183,28	-	272,24	-	-	35.557,30
MT	MT	69.677,50	12.234,55	121.202,45	-	1.080,95	-	2.508,99	206.704,44
PE	PE	18.327,50	5.561,91	12.430,22	151,20	210,60	9,00	-	36.690,43
	AL	120,00	397,00		-	-	-	-	517,00
PR	PR	34.727,50	9.299,85	49.423,22	-	350,60	-	-	93.801,17
RO	RO	862,50	-	762,84	-	-	-	-	1.625,34
RS	RS	87.214,86	32.464,84	65.215,21	-	1.481,70	-	-	186.376,61
Subtotal		**356.205,26**	**92.886,92**	**291.533,25**	**151,20**	**4.243,73**	**9,00**	**2.508,99**	**747.538,35**
Suregs com processo consolidado									
BA	BA	6.536,04	3.053,00	2.546,10	-	6,30	-	-	12.141,44
	SE	4.002,50	146,75	145,00	-	-	-	-	4.294,25
ES	ES	11.092,50	3.161,53	1.240,99	-	-	-	-	15.495,02
MA	MA	21.339,98	2.983,81	4.275,14	-	188,60	-	-	28.787,53
MS	MS	17.680,34	4.002,88	7.610,38	-	120,00	-	-	29.413,60
PA	PA	1.500,00	-	3.839,24	-	-	-	-	5.339,24
PB	PB	23.742,50	4.251,47	5.299,83	-	770,60	-	-	34.064,40
PI	PI	13.604,75	3.194,82	7.497,40	-	234,40	-	-	24.531,37
RJ	RJ	60,00	-	-	-	-	-	-	60,00
RN	RN	28.004,86	2.910,43	12.096,32	-	278,00	-	-	43.289,61
SC	SC	29.399,19	10.347,35	10.547,98	-	5,00	-	-	50.299,52
SP	SP	27.415,00	6.050,78	7.717,18	-	417,48	27,54	-	41.627,98
TO	TO	11.230,00	3.195,32	651,49	-	105,00	-	-	15.181,81
Matriz		288.562,24	42.795,50	97.922,93	5,00	6.219,59	-	97.491,01	532.996,27
Subtotal		**484.169,90**	**86.093,64**	**161.389,98**	**5,00**	**8.344,97**	**27,54**	**97.491,01**	**837.522,04**
Total Geral		**840.375,16**	**178.980,56**	**452.923,23**	**156,20**	**12.588,70**	**36,54**	**100.000,00**	**1.585.060,39**

Fonte: Siafi

4.3.4 - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.
- **Descrição:** Adquire-se no mercado produtos básicos e suplementares para cumprir os contratos e convênios firmados com entidades públicas e privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri
- **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira

4.3.4.1 – Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização		
Controle: SIAFI – PTRES 1679 **–** Programa de Trabalho 20.605.0352.**2138**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 100.000.000,00**	0,23
Execução Orçamentária	R$ 231.950,07	
Meta Física	**52.000 Produto Adquirido (Em t)**	0,22
Execução Física	112 t	

Para atendimento do convênio com a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, conforme descrito na Ação (2133) *Operacionalização da Comercialização de Produtos*, com vistas ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, foram adquiridas 112 toneladas de diversos produtos alimentícios de agricultores familiares, e distribuídos às escolas públicas de ensino fundamental, beneficiando em média 5.252 crianças.

Em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na celebração de convênios com prefeituras municipais e outras instituições.

Por esse motivo, a Conab buscou, ao longo de todo o exercício, a celebração de convênios com prefeituras municipais, objetivando a aquisição de produtos alimentícios produzidos por agricultores familiares, para utilização na merenda escolar em escolas públicas. Mas, em face da legislação vigente, que impede o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE para a Conab, foi criado, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, um Grupo Temático da Merenda Escolar, composto por representantes da Casa Civil, do MAPA, do MDS e do Ministério da Educação-MEC, objetivando viabilizar a integração do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA com o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Até o fim do exercício não havia sido publicada a Resolução FNDE reconhecendo e recomendando a utilização do PAA na aquisição de alimentos para a merenda escolar.

4.3.5 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Visa treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, objetivando a redução das perdas, a melhoria da qualidade dos produtos armazenados, a diminuição da rotatividade da mão-de-obra e a geração de empregos no setor.
- **Descrição:** Essa Ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas. Seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com recepção, tratamento fitossanitário, guarda, conservação e expedição de produtos agrícolas e ainda com operação e manutenção de máquinas e equipamentos. Posteriormente, os treinandos poderão atuar como multiplicadores voluntários para a disseminação dos conhecimentos em regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm
- **Coordenador nacional da Ação:** Denise Deckers do Amaral

4.3.5.1 – Resultados

(2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador		
Controle: SIAFI – PTRES 1693 **–** Programa de Trabalho 20.128.0352.**2808**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 162.942,00**	100,00
Execução Orçamentária	R$ 162.942,00	
Meta Física	**650 Pessoa Capacitada**	148,77
Execução Física	967 pessoas	

Em outubro de 2006 foi assinado convênio com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe, com vigência até 31 de dezembro de 2010, tendo como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola; a realização de seminários; o aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins de divulgação de técnicas na área de armazenagem; a implementação de programa de transferência e difusão de tecnologia na área de armazenagem; a integração com as Escolas Técnicas e o desenvolvimento de software para apurar os custos das atividades de armazenamento e processamento.

Durante o exercício foram organizados e executados 36 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem-Centreinar, quando foram treinados 967 participantes, representando cerca de 148,77% da meta física aprovada na LOA, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.14
Demonstrativo dos Cursos Realizados

Sureg	Título do Curso	Local	Período	Número de Treinandos	Carga Horária
BA	Produtos e subprodutos da mandioca: produção de farinha e subprodutos	Iaçu	24 a 26/04/2007	33	24
	Produtos e subprodutos da mandioca: produção de farinha e subprodutos	Belo Campo	27, 28 e 30/04/2007	27	24
	Produtos e subprodutos da mandioca: produção de farinha e subprodutos	Condeúba	02 a 04/05/2007	16	24
GO	Classificação e Análise de Grãos	Rio Verde	21 a 24/08/2007	40	32
	Classificação e Análise de Grãos	Rio Verde	27 a 30/08/07	45	32
	Secagem, Aeração e Termometria	Rio Verde	30 a 31/10/2007	44	16
	Segurança do Trabalho em Unidades Armazenadoras	Rio Verde	05 a 07/12/2007	30	24
MG	Uso do Sistema de Posicionamento Global - GPS	Viçosa	18 a 20/05/2007	11	20
	Uso do Sistema de Posicionamento Global - GPS	Viçosa	25 a 27/05/2007	11	20
	Classificação e Análise de Grãos	Viçosa	28/05 a 1.º/06	19	40
	Classificação e Análise de Grãos	Viçosa	02 a 06/07/2007	4	40
	Formação Classificadores Produtos Vegetais: Habilitação Milho e Soja	Viçosa	02 a 13/07/2007	16	88
	Formação Classificadores Produtos Vegetais: Habilitação Soja	Viçosa	10 a 13/07/2007	1	24
	Classificação e Análise de Grãos	Viçosa	13 a 17/08/2007	19	40
	Secagem e Aeração de Grãos	Viçosa	17 a 21/09/2007	11	40
	Gerenciamento de Unidades Armazenadoras	Viçosa	24 a 28/09/2007	16	40
	Armazenamento de Grãos	Viçosa	1.º a 05/10/2007	11	40
	Classificação e Análise de Grãos	Viçosa	10 a 14/12/2007	29	40
MS	Classificação e Análise de Grãos	Dourados	25 a 27/06/2007	30	24
	Secagem e Aeração de Grãos	Dourados	17 a 19/09/2007	33	24
	Secagem e Areação de Grãos	Sidrolândia	05 a 07/12/2007	24	24
PR	Armazenamento de Grãos	Cascavel	08 a 10/08/2007	42	20
	Secagem e Aeração de Grãos	Cascavel	29 a 31/08/2007	41	20
	Gerenciamento de Unidades Armazenadoras	Cascavel	19 a 21/09/2007	42	20
	Armazenamento de Grãos	Mandaguari	15 a 19/10/2007	28	40
	Armazenamento de Grãos	Londrina	05 a 07/11/2007	42	20
	Armazenamento de Grãos	Londrina	07 a 09/11/2007	40	20
	Operação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos de UAs	Arapoti	07 a 09/11/007	27	24
	Armazenamento de Grãos	Mandaguari	09 a 10/11/2007	12	11
	Armazenamento e Secagem de Grãos – Módulo I	Maringá	02 a 04/05/2007	40	20
	Gerenciamento de Unidades Armazenadoras	Mandaguarí	19 a 21/11/2007	27	20
	Armazenamento e Secagem de Grãos – Módulo II	Maringá	05 a 07/12/2007	40	20
RO	Armazenamento de Grãos	Vilhena	11 a 14/09/2007	29	34
RS	Armazenagem e Secagem de Grãos	Erechim	03 a 05/07/2007	19	24
SC	Operação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos de UAs	Campos Novos	06 a 07/11/2007	30	24
TO	Manejo Operacional na Secagem e Armazenagem e Controle de Est. de Grã	Lagoa da Confusão	25 a 28/07/2007	38	32
Total				**967**	**1.029**

Fonte: Conab/Diges/Suarm

Para a realização dos treinamentos foi consignada dotação orçamentária de R$162.942,00, integralmente repassada à Funarbe para cobertura das despesas.

4.3.6 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários. Para tanto, poderão ser executadas atividades de manutenção e modernização, aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas/equipamentos e a informatização das unidades.
- **Descrição:** Essa Ação é de execução contínua e a implementação se dá mediante a contratação de empresas ou prestadoras de serviços especializadas em manutenção/ reformas e adaptações, ou pela aquisição de máquinas e equipamentos, de acordo com as diretrizes contantes na Lei nº 8.666/93.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges

- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Denise Deckers do Amaral

4.3.6.1 – Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns		
Controle: SIAFI – PTRES 1689 **–** Programa de Trabalho 20.122.0352.**2829**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 10.000.000,00**	97,82
a) Despesa Corrente	R$ 3.000.000,00	
b) Despesa de Capital	R$ 7.000.000,00	
Execução Orçamentária	**R$ 9.781.627,99**	
a) Despesa Corrente	R$ 2.924.300,68	
b) Despesa de Capital	R$ 6.857.327,31	
Meta Física	**40 Unidade recuperada/modernizada**	210,00
Execução Física	84 unidades	

A dotação aprovada na LOA/2007 para esta Ação foi de R$10.0 milhões sendo R$3,0 milhões para despesas correntes e R$7,0 milhões para despesas de capital (investimento), contemplando 40 unidades armazenadoras.

Com base no valor aprovado e considerando: as demandas apresentadas pelas Suregs, o pequeno número de engenheiros para acompanhamento das obras, a demora no processo licitatório, os limites de pagamento estabelecidos e a necessidade de avaliação dos contratos pela Coordenadoria Jurídica, na matriz, a área responsável redefiniu a meta física estabelecida naquela Lei, de 40 para 74 unidades beneficiadas (Voto Presi n.º 11 e Diges n.º 34, de 29 de dezembro de 2006). Na reprogramação foram incluídas pequenas obras de manutenção/recuperação/adequação e aquisição de equipamentos operacionais que poderiam ser realizadas por empregados da própria Regional, e em grande parte com dispensa de licitação.

Para o próximo exercício, a área responsável (Superintendência de Armazenagem) pretende concentrar esforços e recursos na manutenção/modernização de menor número de unidades armazenadoras, reduzindo-se, assim, o quantitativo de engenheiros para acompanhamento das obras, e o número de processos licitatórios.

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.188.500 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro 4.15
Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem

Sureg	UF	Quantidade		Capacidade (t)			Total
		Armazém	Unidade	Convencional	Granel	Frigorifica	
Suregs com Processos Individualizados							
AM	AM	2	1	4.800	-	-	4.800
	RR	4	1	8.700	-	-	8.700
CE	CE	10	7	53.400	-	-	53.400
GO	DF	5	1	37.800	25.800	-	63.600
	GO	14	9	45.200	145.000	-	190.200
MG	MG	17	11	140.600	141.600	2.400	284.600
MT	MT	23	6	24.100	180.100	-	204.200
PR	PR	13	6	130.100	445.800	5.000	580.900
PE	AL	1	1	2.800	-	-	2.800
	PE	4	2	28.400	-	-	28.400
RO	AC	1	1	600	-	-	600
	RO	5	3	20.000	-	-	20.000
RS	RS	4	3	13.300	-	14.400	27.700
Subtotal		**103**	**52**	**509.800**	**938.300**	**21.800**	**1.469.900**
Suregs com Processo Consolidado							
BA	BA	10	5	36.200	-	-	36.200
	SE	1	1	3.200	-	-	3.200
ES	ES	3	2	86.000	-	-	86.000
MA	MA	13	4	15.000	66.400	-	81.400
MS	MS	16	8	14.700	169.700	-	184.400
PA	PA	5	3	25.000	-	-	25.000
PB	PB	2	2	15.900	-	-	15.900
PI	PI	6	4	23.900	-	-	23.900
RJ	RJ	2	1	26.800	-	-	26.800
RN	RN	5	5	23.700	-	-	23.700
SC	SC	4	2	6.600	5.000	-	11.600
SP	SP	6	5	167.300	-	-	167.300
TO	TO	3	2	5.200	28.000	-	33.200
Subtotal		**76**	**44**	**449.500**	**269.100**	**0**	**718.600**
Total Geral		**179**	**96**	**959.300**	**1.207.400**	**21.800**	**2.188.500**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

O quadro a seguir detalha as unidades beneficiadas e os valores aplicados.

Quadro 4.16
Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa(R$)		Total
			Corrente	Capital	
AM	AM	Sureg-AM	0,00	1.119,45	1.119,45
		Manaus	14.464,80	147.891,80	162.356,60
	RR	Boa Vista	13.009,92	115.387,26	128.397,18
Subtotal			**27.474,72**	**264.398,51**	**291.873,23**
CE	CE	Russas	22.080,17	2.434,99	24.515,16
		Sureg-CE	38.010,76	18.400,00	56.410,76
		Maracanau	63.487,87	251.470,93	314.958,80
		Juazeiro do Norte	23.993,11	2.434,99	26.428,10
		Sobral	33.866,83	0,00	33.866,83
		Iguatu	35.856,22	8.734,99	44.591,21
		Senador Pompeu	23.376,07	0,00	23.376,07
		Crateus	18.786,22	8.734,99	27.521,21
Subtotal			**259.457,25**	**292.210,89**	**551.668,14**
GO	DF	Brasília	101.977,72	29.021,82	130.999,54
	GO	Sureg-GO	9.746,35	2.030,00	11.776,35
		Palmeiras de Goiás	9.776,00	218.603,63	228.379,63
		Paraúna	5.628,00	0,00	5.628,00
		Pontalina	4.183,00	1.599,00	5.782,00
		Rio Verde	31.953,00	5.184,00	37.137,00
		São Luís dos Montes Belos	5.913,00	0,00	5.913,00
		Santa Helena	21.688,20	0,00	21.688,20
		Itapuranga	2.524,00	680,00	3.204,00
		Porteirão	28.938,00	188.737,83	217.675,83
		Goiânia	1.320,00	0,00	1.320,00
Subtotal			**223.647,27**	**445.856,28**	**669.503,55**
MG	MG	Uberaba	163.771,61	97.496,33	261.267,94
		Uberlândia	39.777,10	984.228,97	1.024.006,07
		Passa Quatro	7.939,86	95.253,13	103.192,99
		São Sebastião do Paraíso	36.098,00	0,00	36.098,00
		Varginha	0,00	2.386,60	2.386,60
		Montes Claros	6.700,00	13.300,00	20.000,00
Subtotal			**254.286,57**	**1.192.665,03**	**1.446.951,60**
MT	MT	Sureg-MT	38.262,34	31.817,35	70.079,69
		Cuiabá	44.359,61	0,00	44.359,61
		Diamantino	121.093,35	0,00	121.093,35
		Rondonópolis	68.668,68	22.660,00	91.328,68
		Sorriso	15.799,31	140.086,44	155.885,75
		Sinop	44.688,16	122.119,00	166.807,16
		Alta Floresta	67.180,00	0,00	67.180,00
Subtotal			**400.051,45**	**316.682,79**	**716.734,24**
PR	PR	Cambé	158.621,00	80.958,00	239.579,00
		Ponta Grossa	537.645,63	149.319,00	686.964,63
		Apucarana	12.995,14	14.560,00	27.555,14
		Paranaguá	3.450,00	179.498,00	182.948,00
		Rolândia	7.774,30	0,00	7.774,30
		AF-Curitiba	69.139,00	1.162.946,38	1.232.085,38
Subtotal			**789.625,07**	**1.587.281,38**	**2.376.906,45**
PE	PE	Recife	27.536,67	24.072,97	51.609,64
	AL	Maceió	14.250,00	3.500,00	17.750,00
Subtotal			**41.786,67**	**27.572,97**	**69.359,64**
RO	RO	Cacoal	6.411,68	0,00	6.411,68
		Porto Velho	23.849,70	0,00	23.849,70
		Vilhena	16.850,00	73.042,70	89.892,70
		Sureg-RO	8.121,96	0,00	8.121,96
Subtotal			**55.233,34**	**73.042,70**	**128.276,04**
RS	RS	Rsureg-RS	0,00	150.500,00	150.500,00
		Coronel Augusto Alvaro Leitão	63.868,56	204.236,02	268.104,58
		AF-Porto Alegre	66.307,52	73.867,91	140.175,43
		Porto Alegre	4.878,72	192.270,94	197.149,66
Subtotal			**135.054,80**	**620.874,87**	**755.929,67**
Total			**2.186.617,14**	**4.820.585,42**	**7.007.202,56**

Sureg	UF	Unidade	Grupo de Despesa(R$)		Total
			Corrente	Capital	
BA	BA	Sureg-BA	1.680,00	59.744,56	61.424,56
		Irecê	18.190,30	0,00	18.190,30
		Entre Rios	19.239,92	0,00	19.239,92
		Ribeira do Pombal	0,00	79.856,61	79.856,61
Subtotal			**39.110,22**	**139.601,17**	**178.711,39**
ES	ES	Colativa	22.635,70	1.463,00	24.098,70
		Camburi	0,00	55.777,00	55.777,00
Subtotal			**22.635,70**	**57.240,00**	**79.875,70**
MA	MA	Sureg-MA	0,00	2.141,98	2.141,98
		Itaqui	120.222,43	30.699,54	150.921,97
		Imperatriz	17.661,89	0,00	17.661,89
		São Luís	1.600,00	7.450,00	9.050,00
		Balsas	11.787,92	25.385,47	37.173,39
Subtotal			**151.272,24**	**65.676,99**	**216.949,23**
MS	MS	Campo Grande	196.180,18	399,50	196.579,68
		Dourados	1.800,00	59.949,64	61.749,64
		Cassilândia	2.866,00	14.150,00	17.016,00
		Maracaju	0,00	292.208,64	292.208,64
		Rio Brilhante	0,00	7.690,21	7.690,21
		São Gabriel D'Oeste	14.234,72	7.547,99	21.782,71
		Sidrolândia	0,00	217.535,40	217.535,40
		Chapadão do Sul	8.702,00	7.547,99	16.249,99
Subtotal			**223.782,90**	**607.029,37**	**830.812,27**
PA	PA	Ananindeua	11.370,74	61.260,00	72.630,74
		Santarém	9.135,55	3.500,00	12.635,55
		Marabá	8.909,15	0,00	8.909,15
Subtotal			**29.415,44**	**64.760,00**	**94.175,44**
PB	PB	João Pessoa	18.931,44	61.050,12	79.981,56
		Campina Grande	0,00	25.111,29	25.111,29
		Sureg-PB	0,00	475,59	475,59
Subtotal			**18.931,44**	**86.637,00**	**105.568,44**
PI	PI	Teresina	8.870,00	0,00	8.870,00
		Picos	5.000,00	0,00	5.000,00
		Floriano	6.176,00	0,00	6.176,00
		Sureg-PI	6.497,57	0,00	6.497,57
		Parnaíba	4.450,00	0,00	4.450,00
Subtotal			**30.993,57**	**0,00**	**30.993,57**
RJ	RJ	Lira Tavares	3.248,78	52.374,89	55.623,67
Subtotal			**3.248,78**	**52.374,89**	**55.623,67**
RN	RN	Mossoró	0,00	18.542,52	18.542,52
		Sureg-RN	16.243,92	4.531,00	20.774,92
		Assu	7.978,07	0,00	7.978,07
		Currais Novos	15.308,28	0,00	15.308,28
		Natal-Caiapós	0,00	46.656,14	46.656,14
Subtotal			**39.530,27**	**69.729,66**	**109.259,93**
SC	SC	Herval D'Oeste	40.241,57	43.338,85	83.580,42
		Ssão José	42.795,10	80.504,93	123.300,03
Subtotal			**83.036,67**	**123.843,78**	**206.880,45**
SP	SP	Sureg-SP	3.248,78	0,00	3.248,78
		Garça	6.897,25	0,00	6.897,25
		Bernardino de Campos	17.955,34	0,00	17.955,34
Subtotal			**28.101,37**	**0,00**	**28.101,37**
TO	TO	Araguaína	19.574,79		19.574,79
		Rio Formoso	48.050,15	287.986,89	336.037,04
Subtotal			**67.624,94**	**287.986,89**	**355.611,83**
DF	DF	Matriz	0,00	481.862,14	481.862,14
Subtotal			**0,00**	**481.862,14**	**481.862,14**
Total			**737.683,54**	**2.036.741,89**	**2.774.425,43**
Total Geral			**2.924.300,68**	**6.857.327,31**	**9.781.627,99**

Fonte: Siafi

4.3.7 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** A Ação tem por objetivo formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras (UAs), e a atualização do Banco de Dados sobre a capacidade de armazenamento.
- **Descrição:** A Ação é uma atividade de execução contínua onde as informações são coletadas pelos empregados da Conab mediante preenchimento de formulários próprios que servem para alimentação do cadastro.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Denise Deckers do Amaral

4.3.7.1 – Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras		
Controle: SIAFI – PTRES 1692 **–** Programa de Trabalho 20.126.0352.**4702**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 300.000,00**	95,41
Execução Orçamentária	R$ 286.226,34	
Meta Física	**5.870 Unidade Armazenadora Cadastrada**	35,11
Execução Física	2.061 Unidades	

A programação de cadastramento/recadastramento para 2007 previa a realização de operações nos estados do AM/RR (23 armazéns), ES (79), MA (143), MT (1.000), PA/AP (150), PI (106), SC (730) e RS (3.639).

As operações nos Estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul não foram realizadas em função da dificuldade de montagem das equipes de cadastramento, devido à falta de pessoal disponível nesses estados e nas demais Suregs. No Pará e em Roraima foram realizadas parcialmente, em virtude do período de chuvas, que dificultou o deslocamento das equipes para regiões do interior. Nos demais, as operações foram realizadas com sucesso.

Além das operações programadas foram executados cadastramento/recadastramento emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 2.061 armazéns, representando 35,11% da meta estabelecida. A baixa execução foi conseqüência da falta de empregados disponíveis para a composição das equipes e da dotação orçamentária, cuja programação inicial envolvia recursos da ordem de R$469.412,00 sendo que a dotação aprovada foi de R$300.000,00.

Em função da dificuldade para a contratação de novos empregados, ou para a

recontratação de empregados anistiados (que envolve autorização dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda), e também para a obtenção de suplementação orçamentária, o que implica no cancelamento parcial de dotação em outras Ações orçamentárias, a área responsável reprogramou as ações não realizadas para o exercício de 2008.

Um fator positivo foi a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns-SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem -SCA, estando prevista para 2008 a descentralização da atualização do cadastro para as Suregs, até então concentrada na Matriz, reduzindo-se, assim, o trabalho e o trânsito de documentos. Em uma segunda etapa, a alimentação de dados deverá ser executada pelos próprios cadastradores, via Internet, eliminando o trabalho de preenchimento de formulários e de digitação, reduzindo os custos com material de consumo.

O quadro a seguir detalha os resultados obtidos em 2007.

Quadro 4.17
Demonstrativo de Unidades Cadastradas/Recadastradas

Sureg	UF	Meta	Realizada	(%)
Suregs com Processos Individualizados				
AM(1)	AM	23	27	117,39
	RR			
GO	GO	-	49	-
MG	MG	-	135	-
MT	MT	1.000	229	22,90
PR	PR	-	69	-
RO	RO	-	7	-
RS	RS	3.639	156	4,29
Subtotal		**4.662**	672	14,41
Suregs com Processo Consolidado				
BA	BA	-	12	-
ES	ES	79	58	73,42
MA	MA	143	129	90,21
MS	MS	-	11	-
PA(2)	PA	150	33	22,00
	AP			
PI	PI	106	125	117,92
SC	SC	730	960	131,51
SP	SP	-	46	-
TO	TO	-	7	-
RN	RN	-	8	-
Subtotal		**1.208**	**1.389**	114,98
Total Geral		**5.870**	**2.061**	35,11

Fonte: Conab/Diges/Suar/Gecad
Obs.: (1) – Cadastramento parcial – apenas no Estado de RR
(2)– Cadastramento parcial – apenas 1 roteiro

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Além do estoque de passagem de 2007, de 15,3 milhões de toneladas, a previsão da safra agrícola 2007/08 indica uma produção de 135,8 milhões de toneladas,

enquanto a oferta de armazenagem é de 123,4 milhões de toneladas, indicando a ocorrência de déficits de armazenagem.

No fim do exercício estavam cadastrados 16.561 armazéns, com capacidade estática disponível para 123,4 milhões de toneladas, sendo 27,0 milhões de toneladas para produtos embalados ou enfardados e 96,4 milhões de toneladas para granel.

Dos armazéns cadastrados, apenas 955 (13,30 milhões de toneladas) se enquadravam em todos os requisitos técnicos definidos pela Conab, para trabalharem com os estoques públicos.

Em relação ao início do exercício, houve um aumento de 1,16% na capacidade estática cadastrada e redução de 9,9% nas credenciadas, conforme demonstrado no Quadro 4.18.

Quadro 4.18
Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada e Credenciada, por UF
Comparativo 2006 e 2007

Sureg	UF	Capacidade Estática (Em t)					
		Cadastrada		Variação (%)	Credenciada		Variação (%)
		2006	2007		2006	2007	
Suregs com Processos Individualizados							
AM	AM	36.090	36.490	1,11	4.800	4.800	0,00
	RR	18.890	18.890	0,00	-	-	-
CE	CE	378.480	378.480	0,00	53.400	53.400	0,00
GO	GO	12.433.680	12.435.730	0,02	2.328.890	2.101.720	-9,75
	DF	396.310	406.060	2,46	63.600	63.600	0,00
MG	MG	6.960.820	6.984.270	0,34	463.570	407.100	-12,18
MT	MT	22.723.930	23.060.830	1,48	2.099.670	1.504.370	-28,35
PE	PE	695.200	695.200	0,00	27.600	27.600	0,00
	AL	286.290	286.290	0,00	2.800	2.800	0,00
PR	PR	24.944.400	25.021.750	0,31	5.743.210	5.438.250	-5,31
RO	RO	463.850	483.450	4,23	48.820	48.820	0,00
	AC	28.430	28.430	0,00	600	600	0,00
RS	RS	22.252.820	22.637.870	1,73	1.668.470	1.696.590	1,69
Subtotal		**91.619.190**	**92.473.740**	**0,93**	**12.505.430**	**11.349.650**	**-9,24**
Suregs com Processo Consolidado							
BA	BA	3.331.600	3.337.380	0,17	136.760	136.760	0,00
	SE	13.360	13.360	0,00	3.220	3.220	0,00
ES	ES	984.700	1.314.940	33,54	86.000	86.000	0,00
MA	MA	1.355.750	1.418.420	4,62	81.400	81.400	0,00
MS	MS	6.553.930	6.561.670	0,12	882.810	740.770	-16,09
PA	PA	351.850	351.870	0,01	25.000	25.000	0,00
	AP	820	820	0,00	-	-	-
PB	PB	102.840	102.840	0,00	15.220	15.220	0,00
PI	PI	605.240	688.390	13,74	23.900	23.900	0,00
RJ	RJ	237.480	237.480	0,00	26.800	26.800	0,00
RN	RN	67.010	67.010	0,00	20.200	20.200	0,00
SC	SC	3.478.540	3.539.870	1,76	251.960	323.790	28,51
SP	SP	11.913.660	11.913.660	0,00	676.000	437.900	-35,22
TO	TO	1.371.710	1.380.080	0,61	33.200	33.200	0,00
Subtotal		**30.368.490**	**30.927.790**	**1,84**	**2.262.470**	**1.954.160**	**-13,63**
Total		**121.987.680**	**123.401.530**	**1,16**	**14.767.900**	**13.303.810**	**-9,91**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

Na mesma época, estavam descredenciados 499 armazéns, com capacidade para 4,27 milhões de toneladas, por terem sido registrados desvios de produtos, troca de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 12.519, com capacidade para 84,5 milhões de toneladas, estavam impedidos de operar com a PGPM, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 1.601 armazéns, com capacidade para 10,16 milhões de

toneladas, não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, e 987 armazéns (11,17 milhões de toneladas) estavam impedidos por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme demonstrado no Quadro 4.19.

Quadro 4.19
Demonstrativo da Capacidade Estática, por Modalidade de Impedimento

Sureg	UF	Capacidade Estática (Em t)											
		Descredenciada		Var.	Impedida		Var.	Sem Contrato		Var.	Imp. no SICAF		
		2006	2007	(%)	2006	2007	(%)	2006	2007	(%)	2006	2007	Var. (%)
Suregs com Processos Individualizados													
	AM	-	-	-	16.920	8.620	-49,05	16.250	6.060	-62,71	17.010	17.010	-
AM	RR	-	-	-	-	8.700	-	-	10.190	-	-	-	-
CE	CE	-	-	-	309.980	309.980	-	15.100	15.100	-	-	-	-
	GO	824.900	824.900	-	8.520.550	7.874.470	-7,58	724.350	317.180	-56,21	367.700	1.317.460	258,30
GO	DF	-	-	-	-	256.320	-	-	65.690	-	-	20.450	-
MG	MG	7.400	7.400	-	5.906.710	5.212.800	-11,75	427.400	649.540	51,97	155.740	707.430	354,24
MT	MT	521.390	639.920	22,73	18.398.610	17.793.040	-3,29	1.101.690	1.116.650	1,36	602.570	2.006.850	233,05
	PE	137.000	137.000	-	752.030	483.600	-35,69	62.060	47.000	-24,27	-	-	-
PE	AL	-	-	-	-	268.430	-	-	15.060	-	-	-	-
PR	PR	6.040	6.040	-	15.989.670	14.662.570	-8,30	2.587.740	2.563.040	-0,95	617.740	2.351.850	280,72
	RO	-	-	-	402.040	376.640	-6,32	22.170	-	-100,00	18.650	57.990	210,94
RO	AC	-	-	-	-	5.660	-	-	22.170	-	-	-	-
RS	RS	1.723.280	1.711.330	-0,69	14.194.170	12.818.430	-9,69	3.392.410	3.381.670	-0,32	1.274.490	3.029.850	137,73
Subtotal		**3.220.010**	**3.326.590**	**3,31**	**64.473.760**	**60.070.640**	**-6,83**	**8.332.920**	**8.203.290**	**-1,56**	**3.036.890**	**9.491.880**	**212,55**
Suregs com Processo Consolidado													
	BA	10.750	10.750	-	3.163.820	3.152.700	-0,35	30.410	30.410	-	-	6.760	-
BA	SE	-	-	-	-	10.140	-	-	-	-	-	-	-
ES	ES	-	-	-	673.040	1.047.590	55,65	225.660	181.350	-19,64	-	-	-
MA	MA	1.310	1.310	-	1.191.520	1.254.190	5,26	81.520	81.520	0,00	-	-	-
MS	MS	717.710	727.790	1,40	4.617.640	4.328.700	-6,26	213.840	213.840	0,00	121.930	550.570	351,55
	PA	8.540	8.540	-	202.750	202.770	0,01	112.130	111.310	-0,73	4.250	4.250	-
PA	AP	-	-	-	-	-	-	-	820	-	-	-	-
PB	PB	-	-	-	81.790	81.790	0,00	5.830	5.830	-	-	-	-
PI	PI	-	-	-	580.930	664.080	14,31	410	410	-	-	-	-
RJ	RJ	-	-	-	147.720	147.720	-	62.960	62.960	-	-	-	-
RN	RN	-	-	-	25.250	25.250	-	21.560	21.560	-	-	-	-
SC	SC	1.440	1.440	0,00	2.162.610	1.817.200	-15,97	889.020	918.170	3,28	173.510	479.270	176,22
SP	SP	44.910	44.910	0,00	10.719.910	10.592.510	-1,19	327.550	317.090	-3,19	145.290	521.250	258,77
TO	TO	150.630	150.630	0,00	1.126.870	1.098.790	-2,49	1.120	1.120	0,00	59.890	96.340	60,86
Subtotal		**935.290**	**945.370**	**1,08**	**24.693.850**	**24.423.430**	**-1,10**	**1.972.010**	**1.946.390**	**-1,30**	**504.870**	**1.658.440**	**228,49**
Total		**4.155.300**	**4.271.960**	**2,81**	**89.167.610**	**84.494.070**	**-5,24**	**10.304.930**	**10.149.680**	**-1,51**	**3.541.760**	**11.150.320**	**214,82**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

A dotação orçamentária aprovada na LOA foi de R$300.000,00, sendo gastos no período R$286.226,34, correspondendo a 95,41%.

Pelas características operacionais da Ação, que implica no deslocamento de empregados para o cadastramento/recadastramento de armazéns, e pela dificuldade de formação de equipes com empregados da própria Sureg, a Conab, tem incentivado o deslocamento de empregados disponíveis em outras Regionais. Tal prática tem gerado maiores gastos com diárias e despesas com passagens e locomoção. Em 2007 essas representaram cerca de 56,73% das despesas totais realizadas, conforme detalhado no Quadro 4.20.

Quadro 4.20
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (R$)				Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
Suregs com Processos Individualizados						
AM	AM	7.867,50	949,51	8.464,22	-	17.281,23
GO	GO	8.205,00	2.114,70	2.503,02	-	12.822,72
MG	MG	4.640,00	2.244,67	786,40	-	7.671,07
MT	MT	6.860,00	1.615,96	4.477,98	-	12.953,94
PR	PR	60,00	-	202,40	-	262,40
Subtotal		27.632,50	6.924,84	16.434,02	0,00	50.991,36
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	1.750,00	1.771,54	1.811,00	12,00	5.344,54
ES	ES	840,00	253,66	289,85	-	1.383,51
MA	MA	1.800,00	1.247,15	-	26,60	3.073,75
PA	PA	1.357,50	-	1.964,50	-	3.322,00
PB	PB	2.220,00	667,87	-	-	2.887,87
PI	PI	10.177,50	1.456,96	5.241,26	110,00	16.985,72
RN	RN	-	311,46	3.378,14	-	3.689,60
SC	SC	32.662,50	2.540,59	3.554,19	45,40	38.802,68
SP	SP	1.000,00	300,91	110,96	15,00	1.426,87
TO	TO	700,00	825,19	-	85,00	1.610,19
Matriz		39.992,50	10.454,84	9.447,51	96.813,40	156.708,25
Subtotal		**92.500,00**	**19.830,17**	**25.797,41**	**97.107,40**	**235.234,98**
Total Geral		**120.132,50**	**26.755,01**	**42.231,43**	**97.107,40**	**286.226,34**

Fonte: Siafi

4.3.8 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação possibilita melhor controle dos estoques privados armazenados, prevenir a ocorrência de problemas; orientar sobre procedimentos técnicos; padronizar rotinas para identificação, apuração e comunicação das ocorrências verificadas; aplicar penalidades aos infratores; propiciar maior segurança aos estoques depositados e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.
- **Descrição:** O trabalho consta de inspeção e verificação da existência de estoques, das condições de armazenagem e da documentação pertinente, em virtude de programação prévia ou para apurar denúncias, preenchimento de Termos de Vistoria, alimentação do Sistema Nacional de Cadastro de Unidades Armazenadoras (UA) e gestão administrativa com vista à aplicação das penalidades.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gevep
- **Coordenador nacional da Ação:** Francisco de Assis Farage Fonseca

4.3.8.1 – Resultados

(4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento		
Controle: SIAFI – PTRES 1691 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**4706**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 120.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 113.524,44	94,60
Meta Física	**900.000 Estoque vistoriado (em t)**	
Execução Física	0	0

Esta Ação foi criada com base no Art. 19, Capítulo VII do Decreto 3.855, de 03 de julho de 2001, que regulamenta a Lei 9.973, de 29 de maio de 2000 (Lei de Armazenagem), que outorga ao MAPA, entre outras atividades, a responsabilidade pela vistoria dos estoques e das condições de armazenamento dos produtos agropecuários.

A meta física para 2007 previa a vistoria de 900.000 toneladas de produtos armazenados em unidades de terceiros; para tanto foi consignada dotação orçamentária de R$120.000,00. A meta física e o cronograma de vistorias são definidos pela Matriz, e a implementação ocorre em várias Unidades da Federação, conforme orientação da Gerência de Vistoria dos Estoques Privados-Gevep. Entretanto, as vistorias não foram realizadas, devido a não celebração de convênio com o MAPA, onde parte das despesas seriam custeadas pela Conab e o restante pelo Ministério.

A Conab está capacitada para a execução da Ação, tendo realizado treinamento para fiscais durante o exercício de 2006, sendo que em 2007 foram realizadas visitas técnicas a detentores de estoques privados de produtos agropecuários, com vistas a definição e a implementação da sistemática da fiscalização.

Os gastos totalizaram R$223,524,44 com destaque para as despesas com diárias que representaram 85,25% das despesas liquidadas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.21
Demonstrativo de Exercício da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (R$)				Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
Suregs com Processos Individualizados						
CE	CE	2.040,00	358,00	-	-	2.398,00
GO	GO	20.332,50	4.408,19	435,00	-	25.175,69
MG	MG	11.665,00	1.095,63	-	-	12.760,63
MT	MT	16.965,00	2.434,30	1.015,10	-	20.414,40
PR	PR	2.292,50	221,32	124,70	-	2.638,52
RO	RO	540,00	331,33	-	-	871,33
Subtotal		**53.835,00**	**8.848,77**	**1.574,80**	**0,00**	**64.258,57**
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	3.780,00	813,59	-	-	4.593,59
	SE	1.500,00	-	-	-	1.500,00
ES	ES	1.800,00	-	-	-	1.800,00
MA	MA	1.680,00	-	-	-	1.680,00
MS	MS	2.160,00	652,71	-	-	2.812,71
PB	PB	180,00	-	-	165,00	345,00
PI	PI	2.280,00	500,00	-	-	2.780,00
RN	RN	5.382,50	73,80	290,00	-	5.746,30
TO	TO	1.080,00	358,94	-	-	1.438,94
Matriz	DF	23.097,50	1.959,63	1.496,10	16,10	26.569,33
Subtotal		**42.940,00**	**4.358,67**	**1.786,10**	**181,10**	**49.265,87**
Total Geral		**96.775,00**	**13.207,44**	**3.360,90**	**181,10**	**113.524,44**

4.3.9 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Visa proporcionar ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.
- **Descrição:** A ação é uma atividade desenvolvida a partir da associação voluntária dos diversos agentes, configurada na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, que, sob o estímulo e apoio do agente público, promove e consolida melhorias nas relações mercantis entre fornecedores e comerciantes de pequeno porte.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab/ Gepri
- **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira

4.3.9.1 – Resultados

(4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas		
Controle: SIAFI – PTRES 1700 – Programa de Trabalho 20.125.0352.**4710**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 150.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 147.753,47	**98,50**
Meta Física	**1.200 Unidade de Varejo Organizada**	
Execução Física	1.333 unidades	**111,08**

A meta física para 2007 previa a organização de 1.200 unidades de varejo tendo sido organizados 1.333 unidades, representando cerca de 111,08% da meta. Do total de varejistas organizados pela Refap, 540 foram em Pernambuco, 500 na Paraíba, 220 em Alagoas, 54 no Rio Grande do Norte e 19 no Ceará. O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R$50,0 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede.

As principais atividades desenvolvidas durante o exercício foram:

- Reunião com gestores e técnicos da Sureg-CE, visando instruir procedimentos quanto à implantação de uma base operacional da rede no Estado;
- Diversas reuniões com gestores e técnicos do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, culminando com a formalização de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira, com a finalidade específica de financiamento de capital de giro às unidades varejistas filiadas, fazendo uso de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste – FNE;
- Encontros técnicos com as Superintendências do SEBRAE, nos diversos Estados de atuação da Refap, visando a formalização de parceria para capacitação dos varejistas filiados à rede;
- Participação de técnicos no 23.º Congresso de Gestão e Feira

Internacional de Negócios em Supermercados, em São Paulo/SP, oportunidade para capacitação e articulações para formalização de parcerias;

- Reuniões diversas para esclarecimentos, motivação e capacitação de unidades varejistas filiadas, com a participação de técnicos do SEBRAE e BNB;

- Organização e formalização das Centrais de Negócios Super Alagoas, contendo 16 unidades varejistas da região metropolitana de Maceió/AL, Unisuper e União, abrangendo respectivamente 23 e 18 unidades varejistas da região metropolitana de Natal/RN, e Progresso, abrangendo 19 varejistas da região metropolitana de Fortaleza/CE;

- Organização e em processo de formalização, já com a definição dos grupos de unidades varejistas, três Centrais de Negócios nas regiões metropolitanas de Recife/PE, Natal/RN e João Pessoa/PB;

- Realização de oficina de trabalho em Natal/RN, reunindo os coordenadores da Refap, com o propósito de avaliar os trabalhos em curso, contando com a participação de consultor independente;

- Reuniões periódicas com as Centrais de Negócios instaladas, visando avaliação dos trabalhos em curso e implantação/aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e operacionais;

- Participação em oficina de trabalho na Sureg/BA, com o objetivo de capacitar técnicos para avaliar a oportunidade de implantação da Refap nos Estados da Bahia e Sergipe;

- Participação de coordenadores da Refap na 27.ª Convenção Anual de Atacadistas/Distribuidores, realizada em Recife/PE, visando capacitação técnica e articulação com potenciais fornecedores para as Centrais de Negócios;

- Participação de coordenadores da Refap no 4.º Encontro Nacional de Centrais de Negócios, realizado em Fortaleza/CE, para atualização técnica e intercâmbio de conhecimentos;

- Supervisões periódicas dos trabalhos realizados pelas bases operacionais da Refap, visando repassar orientações e proceder os ajustes requeridos;

- Realização do 1.º Encontro Nacional dos Coordenadores da Refap, em Brasília/DF, abrangendo todos os assuntos pertinentes ao desenvolvimento da Rede, visando sua revisão, atualização e capacitação mútua, com a definição de metas para 2008.

Da dotação orçamentária de R$150.000,00 aprovada para 2007, foram gastos durante o exercício R$147.753,47.

Quadro 4.22
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
Suregs com Processos Individualizados									
CE	CE	962,50		1.203,35	-	-	-	-	2.165,85
PE	PE	4.930,00	1.490,71	1.853,75	-	8.950,00	50,00	350,00	17.624,46
	AL	-	301,80	2.250,00	-	-	-	-	2.551,80
Subtotal		5.892,50	1.792,51	5.307,10	0,00	8.950,00	50,00	350,00	22.342,11
Suregs com Processo Consolidado									
PB	PB	1.437,50	91,02	145,00	-	100,00	-	-	1.773,52
RN	RN	1.737,50	200,00	3.966,17	1.500,20	100,00	-	-	7.503,87
Matriz	DF	9.280,00	222,32	7.297,15	-	99.334,50	-	-	116.133,97
Subtotal		**12.455,00**	**513,34**	**11.408,32**	**1.500,20**	**99.534,50**	**0,00**	**0,00**	**125.411,36**
Total		18.347,50	2.305,85	16.715,42	1.500,20	108.484,50	50,00	350,00	147.753,47

Fonte: SIAFI

4.3.10 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG

- **Tipo:** Finalístico
- **Finalidade:** A Unidade Armazenadora de Uberlândia teve iniciada sua ampliação em 1989 e paralisada em 1990, tendo sido concluído 52,75% do serviço contratado. Os constantes atrasos nos pagamentos das faturas, aliadas às questões administrativas vivenciadas pela Conab naquele período, notadamente a descontinuidade administrativa, propiciaram a paralisação da obra pela construtora.
- **Descrição:** A Ação visa concluir a obra inacabada do graneleiro tipo "V", com capacidade estática de 100.000 toneladas, objetivando sobretudo sua atuação como alternativa à iniciativa privada e contribuindo para minimizar a escassez de espaço de armazenamento, especialmente das safras de milho e soja, na região do Triângulo Mineiro.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm
- **Coordenador nacional da Ação:** Denise Deckers do Amaral

4.3.10.1 – Resultados

(12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG		
Controle: SIAFI – PTRES 1697 – de Trabalho 20.605.0352.**12BZ**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 11.700.000,00**	0,00
Execução Orçamentária	R$ 0,00	
Meta Física	**20% de execução física**	0,00
Execução Física	0	

A obra não foi reiniciada em virtude da não concretização da receita destinada à cobertura das despesas. A concorrência realizada em 2006 foi revogada, conforme aviso de revogação publicado no DOU de 07/01/2007.

Em setembro foi solicitado cancelamento da dotação orçamentária da Ação no

valor de R$11.700.000,00, sendo R$2.340.000,00 da Fonte 250 – crédito tipo 107 e R$9.360.000,00 da Fonte 250 – crédito tipo 120.

4.3.11 - (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir o abastecimento e o preço, no mercado primário interno, dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, mediante a formação de estoques reguladores e estratégicos.
- **Descrição:** Concessão de equalização, pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, referente à diferença entre os valores de venda e compra dos produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador nacional da Ação:** Antonio Carlos Pinho de Argolo

4.3.11.1 – Resultados

(0299) Equalização Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos–AGF (Lei n.° 8.427, de 1992)		
Controle: SIAFI – PTRES 3710 **–** Programa de Trabalho 20.846.0352.**0299**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 300.000.000,00**	64,81
Execução Orçamentária	R$ 194.438.090,27	

Quadro 4.23
Demonstrativo das Despesas com Equalização – Em (R$)

Sureg	UF	Venda a Vista	Venda em Balcão	Devolução de Venda	Perda em Armazenagem	Resíduos a Equalizar	Superávit	Equalização
Suregs com Processos Individualizados								
AM	AM	-	200.864,80	-	6.030,25	37.623,12	(65.469,79)	179.048,38
	RR	-	-	-	-	-	-	-
CE	CE	3.049,66	7.672.608,68	-	11.877,51	174.402,92	(4.140,30)	7.857.798,47
GO	GO	29.641.523,35	-	1.335,89	812,10	4.465.834,28	(6.728.363,96)	27.381.141,66
	DF	-	-	-	-	-	-	-
MG	MG	1.067.421,84	907.162,43	-	2.877,03	131.680,98	(4.141.536,52)	(2.032.394,24)
MT	MT	76.859.279,49	-	201.423,08	3.079.603,35	7.210.562,18	(16.094.219,48)	71.256.648,62
PE	PE	-	769.801,56	-	-	1.197,05	-	770.998,61
	AL	-	92.234,55	-	49,04	448,80	(115,14)	92.617,25
RO	RO	192.777,25	144.333,80	-	96,81	32.967,54	(562.695,43)	(192.520,03)
	AC	-	53.755,03	-	33,44	7,82	(8.509,37)	45.286,92
RS	RS	4.235.661,75	3.452.300,33	-	1.451.861,79	794.025,33	(188.076,50)	9.745.772,70
Subtotal		111.999.713,34	13.293.061,18	202.758,97	4.553.241,32	12.848.750,02	(27.793.126,49)	115.104.398,34
Suregs com Processo Consolidado								
BA	BA	-	-	-	-	-	-	-
	SE	-	-	-	-	-	-	-
ES	ES	20.626,60	687.355,27	13,83	-	41.512,21	(25.046,42)	724.461,49
MA	MA	-	61.511,25	-	-	1.086,75	-	62.598,00
MS	MS	43.898.212,58	-	-	137.246,27	361.449,32	(3.429.860,17)	40.967.048,00
PA	PA	66.683,10	223.309,19	-	-	21.998,87	(69.065,43)	242.925,73
PB	PB	-	1.269.240,84	-	-	63.047,41	(20.856,41)	1.311.431,84
PI	PI	-	202.044,31	-	-	103.468,26	-	305.512,57
PR	PR	14.073.392,73	4.760.998,77	1.015,05	324.411,07	1.179.797,17	(4.024.393,87)	16.315.220,92
RJ	RJ	-	-	-	-	-	-	-
RN	RN	37.528,00	1.818.587,55	-	70,32	5.390,45	(526,24)	1.861.050,08
SC	SC	985.275,84	17.507.129,75	26.931,97	11.468,77	505.131,05	(3.234.198,19)	15.801.739,19
SP	SP	2.338.707,60	-	-	-	3.886,70	(684.191,08)	1.658.403,22
TO	TO	17.919,01	62.183,55	-	367,42	3.035,25	(204,34)	83.300,89
Subtotal		**61.438.345,46**	**26.592.360,48**	**27.960,85**	**473.563,85**	**2.289.803,44**	**(11.488.342,15)**	**79.333.691,93**
Total Geral		**173.438.058,80**	**39.885.421,66**	**230.719,82**	**5.026.805,17**	**15.138.553,46**	**(39.281.468,64)**	**194.438.090,27**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecov

O valor da equalização apurado durante o período foi de R$233.719.558,91 parcialmente compensado pelas devoluções (cancelamento de vendas, devolução de produtos vendidos e recebimentos de perdas diversas) no valor de R$39.281.468,64, totalizando R$194.438.090,27.

Apesar de pertencer ao Programa Abastecimento Agroalimentar, essa Ação é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, sendo incluída no Relatório de Gestão da Conab por solicitação da CGU-Brasília.

4.3.12 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra

modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador nacional da Ação:** Antonio Carlos Pinho de Argolo

4.3.12.1 – Resultados

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 **–** Programa de Trabalho 20.846.0352.**0300**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução (%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 2.493.002.652,00**	65,17
Execução Orçamentária	R$ 1.624.592.447,00	

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural - PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Até o fim do exercício foram ofertadas 17.238.582 toneladas de algodão em

pluma, café arábica, feijão anão cores, feijão preto, milho e soja, tendo sido negociadas 8.663.508 toneladas, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R $1.197.973.013,51. Até o fim do exercício havia sido comprovada a venda de 2.325.921 toneladas e paga subvenção no valor de R$335.126.743,14, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.24
Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

Sureg	UF/Origem	Produto	Quantidade (t)			Valor da Subvenção R$1,00	
			Ofertada	Negociada	Comprovada	Previsto	Realizado
Suregs com Processo Individualizado							
GO	DF	Algodão	1.040	1.040	162	783.432,00	122.034,60
		Feijão Cores	1.500	-	-	-	-
		Soja	30.000	-	-	-	-
	GO	Algodão	52.988	52.988	33.729	39.626.151,80	25.176.152,05
		Feijão Cores	10.000	10.000	3.331	1.006.000,00	305.938,77
		Milho	445.000	158.115	38.878	7.543.583,79	4.163.630,20
		Soja	412.000	23.170	-	393.890,00	-
MG	MG	Algodão	18.720	18.720	3.860	14.084.592,40	2.900.083,63
		Feijão Cores	10.000	7.090	531	815.030,00	62.127,00
		Feijão Preto	4.000	1.420	462	284.540,00	97.944,00
		Soja	226.000	20.000	-	340.000,00	-
MT	MT	Algodão	392.808	392.808	86.996	291.039.694,10	64.540.141,33
		Feijão Cores	3.000	300	-	17.700,00	-
		Feijão Preto	2.400	1.972	1.731	563.420,00	493.966,44
		Milho	3.385.000	3.068.621	380.815	134.537.829,02	13.489.039,71
		Soja	8.755.000	3.611.402	1.337.119	286.123.067,05	62.448.940,51
PR	PR	Algodão	4.280	3.780	3.583	2.847.474,00	2.698.751,11
		Feijão Cores	13.750	5.634	4.860	632.625,55	541.631,50
		Feijão Preto	20.000	9.865	6.740	1.699.223,00	1.082.929,30
RO	RO	Milho	30.000	11.160	-	456.280,00	-
		Soja	61.000	43.200	-	2.842.860,00	-
RS	RS	Feijão Cores	3.000	-	-	-	-
		Feijão Preto	3.000	-	-	-	-
Subtotal			**13.884.486**	**7.441.285**	**1.902.797**	**785.637.393**	**178.123.310**
Suregs com Processo Consolidado							
Âmbito Nacional		Café Arábica	300.000	300.000	33.611	189.306.000,00	22.240.778,11
BA	BA	Algodão	203.892	203.892	135.590	153.069.716,00	101.743.302,70
		Milho	255.000	124.970	100.783	9.649.530,00	6.185.579,73
		Soja	466.000	44.560	900	1.871.520,00	6.149,99
MA	MA	Algodão	4.056	4.056	1.022	3.055.384,80	769.699,34
		Soja	216.000	15.500	-	651.000,00	-
MS	MS	Algodão	31.616	31.616	15.344	23.816.332,80	11.558.333,07
		Soja	922.000	54.302	11.595	2.280.684,00	97.169,24
		Feijão Cores	10.000	1.251	783	146.367,00	91.611,00
		Milho	600.000	390.320	108.772	12.018.644,00	3.552.125,14
PA	PA	Soja	48.000	3.800	-	250.800,00	-
PI	PI	Algodão	8.372	8.372	4.410	6.198.300,20	3.262.119,97
		Soja	122.000	21.440	-	892.480,00	-
SC	SC	Feijão Cores	7.000	-	-	-	-
		Feijão Preto	6.000	504	504	108.450,00	108.450,00
SP	SP	Algodão	11.640	11.640	9.810	8.768.412,00	7.388.114,70
TO	TO	Algodão	520	-	-	-	-
		Soja	142.000	6.000	-	252.000,00	-
Subtotal			**3.354.096**	**1.222.223**	**423.124**	**412.335.620,80**	**157.003.432,99**
Total Geral			**17.238.582**	**8.663.508**	**2.325.921**	**1.197.973.013,51**	**335.126.743,14**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

b) Prêmio de Risco de Opção Privada - PROP

1) Prêmio de Risco

É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão

privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

No primeiro leilão foram ofertados 392.584 contratos de soja e negociada 59.331, com subvenção prevista no valor de R$137,7 milhões. No segundo leilão, foram negociados 57.717 contratos, até o fim do exercício havia sido exercido 46.802, representado a comercialização de 1.263.654 toneladas e pago subvenção de R$947.741,00.

2) Contrato Privado de Opção de Venda

O Contrato Privado de Opção de Venda é um instrumento de sustentação de preços, utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em um momento de baixa nas cotações.

Este Contrato dá o direito, mas não a obrigação, do detentor da opção (produtor ou cooperativa) vender o produto para o lançador da opção de venda (comerciantes ou indústrias de beneficiamento). O exercício da opção somente ocorrerá se, na data do vencimento da opção, o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato; caso contrário, o detentor da opção pode vender o produto no mercado e, neste caso, perder o prêmio pago no ato da aquisição do contrato.

Após a realização dos leilões de PROP, a Conab realiza uma nova operação (2.º leilão) com lançamento dos Contratos Privados de Opção de Venda.

Quadro 4.25
Demonstrativo de Leilões de Prêmio de Risco e Contrato Privado de Opção de Venda
SOJA

Sureg	UF	1.º Leilão				2.º Leilão	Exercício		
		Contratos (27.000Kg)		Quantidade Negociada (t)	Valor do Prêmio (R$)	Quat. Contrato Ofertada	Quantidade de Contrato	Quantidade (t)	Valor Pago (R$)
		Ofertado	Negociado						
Suregs com Processos Individualizados									
GO	DF	1.146	-	-	-	-	-	-	-
	GO	14.968	-	-	-	-	-	-	-
MG	MG	7.483	-	-	-	-	-	-	-
MT	MT	293.553	59.331	1.601.937	137.697.714,18	57.717	46.802	1.263.654	947.740,50
RO	RO	2.072	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		**319.222**	**59.331**	**1.601.937**	**137.697.714**	**57.717**	**46.802**	**1.263.654**	**947.740,50**
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	17.923	-	-	-	-	-	-	-
MA	MA	8.409	-	-	-	-	-	-	-
MS	MS	35.221	-	-	-	-	-	-	-
PA	PA	1.701	-	-	-	-	-	-	-
PI	PI	4.518	-	-	-	-	-	-	-
TO	TO	5.590	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		**73.362**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Total Geral		**392.584**	**59.331**	**1.601.937**	**137.697.714**	**57.717**	**46.802**	**1.263.654**	**947.740,50**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
Nota: Foram cancelados 344 contratos do 1o Leilão.

c) Prêmio de Escoamento do Produto - PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

Até o fim do período foram realizadas operações destinadas ao escoamento de arroz, feijão anão cores, feijão preto e milho, que no acumulado do ano teve oferta de 2.279.758 toneladas, sendo negociadas 1.427.726 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R$103.143.168,80.

As operações por origem e destino podem ser melhor visualizadas no quadro seguinte.

Quadro 4.26
Demonstrativo das Vendas de Prêmio de Escoamento do Produto

Sureg	UF	Produto	Destino	Quantidades (t)			Subvenção (Em R$)	
				Ofertada	Negociada	Comprovada	Prevista	Paga
Suregs com Processo Individualizado								
GO	DF	Feijão Anão	(b)	3.000	-	-	-	-
	GO	Feijão Anão	(b)	12.500	3.486	3.032,00	379.362,00	255.019,49
		Milho	(d)	495.000	404.369	394.678,00	28.599.928,90	21.187.214,76
MG	MG	Feijão Anão	(b)	13.000	1.840	1.837,53	205.380,00	205.091,01
		Feijão Preto	(c)	15.500	3.870	3.870,00	820.440,00	502.440,00
MT	MT	Feijão Anão	(b)	6.000	500	472,10	29.500,00	10.153,90
		Feijão Preto	(c)	12.000	7.065	7.065,00	2.048.845,00	1.990.245,00
		Milho	(d)	700.000	575.280	507.736,44	30.847.480,00	5.047.633,73
PR	PR	Feijão Anão	(b)	28.500	13.450	13.179,21	1.551.813,40	1.253.378,72
		Feijão Preto	(c)	62.678	34.290	31.121,23	6.794.742,00	5.406.203,38
RO	RO	Milho	(d)	5.000	-	-	-	-
RS	RS	Arroz em casca	(a)	352.500	135.000	131.116,00	14.167.500,00	2.949.747,28
		Feijão Anão	(b)	6.000	210	170,00	26.040,00	19.000,00
		Feijão Preto	(c)	13.180	1.155	1.155,00	259.875,00	259.875,00
Subtotal				**1.724.858**	**1.180.515**	**1.095.432,51**	**85.730.906,30**	**39.086.002,27**
Suregs com Processo Consolidado								
BA	BA	Milho	(d)	315.000	119.648	117.395,85	9.403.143,50	7.016.584,30
MS	MS	Milho	(d)	150.000	84.000	84.000,00	1.919.000,00	-
SC	SC	Arroz em casca	(a)	55.000	22.500	17.069,00	2.345.000,00	1.067.256,98
		Feijão Anão	(b)	15.500	8.706	8.624,21	1.061.544,00	919.644,49
		Feijão Preto	(c)	19.400	12.357	11.690,00	2.683.575,00	2.012.416,70
Subtotal				**554.900**	**247.211**	**238.779**	**17.412.262,50**	**11.015.902,47**
Total Geral				**2.279.758**	**1.427.726**	**1.334.212**	**103.143.168,80**	**50.101.904,74**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
Notas: (a) Qualquer localidade exceto as Regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e para os Estados do TO, RO e os Países Componentes do Mercosul e o Suriname
(b) Qualquer localidade, exceto os Estados do DF, GO, MG, MT, PR, RS e SC.
(c) Qualquer localidade, exceto os Estados do PR, RS e SC.
(d) Norte, Nordeste, Espírito Santo e Norte de Minas Gerais.
(1) Em litros

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 1.334.212 toneladas, cujos pagamentos totalizavam R$ 50,1 milhões.

4.3.13 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados ativos, dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, mediante a concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Descrição:** A Ação é caracterizada por ser de natureza contínua, onde a Conab firma convênios com Hospitais, profissionais liberais, associações médicas e clínicas, dentre outros, para atendimento de seu quadro funcional e dependentes.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.13.1 – Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		
Controle: SIAFI – PTRES 1701 **–** Programa de Trabalho 20.301.0352.**2004**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 11.370.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 11.345.480,25	99,78
Meta Física	**19.920 Pessoa beneficiada**	
Execução Física	13.417	67,35
Custo por pessoa beneficiada(R$)	862,97	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA /2007 crédito orçamentário de R $10.200.000,00 e estimada uma média de 19.920 beneficiários mensais. Face ao aumento do número de beneficiários em decorrência da contratação de empregados, via concurso público, da ampliação dos procedimentos e, também, do reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R$1.170.000,00, totalizando R$11.370.000,00.

No acumulado até 31/12/2007, a média mensal de atendimento atingiu 13.417 beneficiários, isto é, 67,35% do previsto e dispêndio total de R$11.345.480,25, representando 99,78% do valor programado. Comparativamente a igual período do exercício anterior, verificou-se redução de 8,36% no número de beneficiários atendidos e aumento de 9,82% no valor liquidado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.27
Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)
Exercícios - 2006 e 2007

Anos	Previstas		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira
2006	20.196	10.355.824,00	14.641	10.330.639,36	72,49	99,75
2007	19.920	11.370.000,00	13.417	11.345.480,25	67,35	99,78

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Sureh/Geben e Siafi

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é de acordo com nível salarial recebido e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de

Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora nº1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Por ter maior número de empregados e contar com grande rede credenciada, as despesas contabilizadas na Matriz representaram cerca de 17,13% do total liquidado em 2007, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.28
Resultados do SAS por Superintendência Regional -2007

Sureg	Física			Financeira(R$)		
	Meta	Execução	%	Meta	Execução	%
Suregs com Processo Individualizado						
AM	426	289	67,84	253.000,00	252.065,17	99,63
CE	1.356	1.014	74,78	742.000,00	741.417,18	99,92
GO	1.668	1.063	63,73	1.262.000,00	1.254.824,20	99,43
MG	876	558	63,70	526.000,00	525.201,66	99,85
MT	642	420	65,42	408.000,00	407.477,31	99,87
PR	660	460	69,70	382.000,00	381.697,75	99,92
RO	330	205	62,12	96.000,00	95.193,58	99,16
RS	648	398	61,42	610.000,00	609.480,25	99,91
Subtotal	6.606	4.407	66,71	4.279.000	4.267.357	99,73
Suregs com Processo Consolidado						
BA	654	491	75,08	418.000,00	417.182,68	99,80
ES	642	436	67,91	448.000,00	447.136,40	99,81
MA	732	539	73,63	592.000,00	591.100,28	99,85
MS	492	317	64,43	326.000,00	325.502,25	99,85
PA	378	260	68,78	194.000,00	193.885,62	99,94
PB	564	417	73,94	269.000,00	268.479,04	99,81
PE	1.392	1.076	77,30	1.082.000,00	1.081.354,18	99,94
PI	882	674	76,42	465.000,00	464.711,07	99,94
RJ	954	491	51,47	610.000,00	609.553,94	99,93
RN	504	348	69,05	262.000,00	261.712,13	99,89
SC	324	216	66,67	170.000,00	169.163,90	99,51
SP	414	212	51,21	170.000,00	166.815,00	98,13
TO	270	232	85,93	140.000,00	137.738,83	98,38
Matriz	5.112	3.301	64,57	1.945.000,00	1.943.787,83	99,94
Subtotal	13.314	9.010	67,67	7.091.000	7.078.123	99,82
TOTAL	**19.920**	**13.417**	67,35	**11.370.000**	**11.345.480**	99,78

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Sureh/Geben e Siafi

4.3.14 - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Administrativo.
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993. Esta Ação materializa-se pela concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos empregados que tenham filhos em

idade pré-escolar (0 a 7 anos).

- **Descrição:** A Ação é de natureza contínua e a concessão do benefício está assegurada no Acordo Coletivo de Trabalho 2007/09 a todos os empregados com dependentes legais que tenham idade inferior a sete anos ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.14.1 – Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 1696 **–** Programa de Trabalho 20.365.0352.**2010**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 1.900.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 1.900.000,00	100,00
Meta Física	**550 Crianças de 0 a 6 anos atendidas**	
Execução Física	429	78,00

Para o exercício de 2007, foi aprovado crédito orçamentário no valor de R$1.900.000,00 e prevista a concessão do benefício a 550 criança/mês, tendo sido executados 100,00% da dotação orçamentária e 78,00 da meta física (média mensal de 429 atendimentos).

Em relação ao exercício de 2006 verificou-se redução de 0,69% na execução orçamentária (de R$1.913.168,00 para R$1.900.000,00) e de 4,03% na física (de 447 benefícios mensais para 429).

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio-Creche: dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e
- Auxílio-deficiente: dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de beneficiários por Sureg.

Quadro 4.29
Demonstrativo da Execução Física e Financeira, por Sureg – Em (R$)

Sureg	Meta Física	Físico Executado			Var. (%)	Meta Prevista(R$)	Valor Executado(R$)	Var. (%)
		Aux. Creche	Aux. Deficiente	Total				
Suregs com Processos Individualizados								
AM	15	7	2	9	60,00	36.610,40	36.610,40	100,00
CE	45	26	15	41	91,11	186.622,60	186.622,60	100,00
GO	32	15	10	25	78,13	127.575,80	127.575,80	100,00
MG	18	11	2	13	72,22	49.343,60	49.343,60	100,00
MT	28	18	4	22	78,57	87.206,70	87.206,70	100,00
PE	37	28	5	33	89,19	122.110,40	122.110,40	100,00
PR	22	15	4	19	86,36	73.782,70	73.782,70	100,00
RO	16	8	3	11	68,75	43.842,80	43.842,80	100,00
RS	17	12	1	13	76,47	45.401,90	45.401,90	100,00
Subtotal	**230**	**140**	**46**	**186**	**80,87**	**772.496,90**	**772.496,90**	**100,00**
Suregs com Processo Consolidado								
BA	25	14	7	21	84,00	94.001,95	94.001,95	100,00
ES	17	9	2	11	64,71	37.258,55	37.258,55	100,00
MA	35	23	6	29	82,86	116.451,60	116.451,60	100,00
MS	11	6	1	7	63,64	28.389,35	28.389,35	100,00
PA	15	11	1	12	80,00	41.021,00	41.021,00	100,00
PB	17	11	2	13	76,47	48.859,00	48.859,00	100,00
PI	20	14	2	16	80,00	59.224,80	59.224,80	100,00
RJ	15	7	2	9	60,00	44.095,00	44.095,00	100,00
RN	14	8	3	11	78,57	45.954,80	45.954,80	100,00
SC	13	8	1	9	69,23	31.533,20	31.533,20	100,00
SP	6	3	0	3	50,00	15.661,52	15.661,52	100,00
TO	12	4	1	5	41,67	21.824,50	21.824,50	100,00
Matriz	120	75	22	97	80,83	543.227,83	543.227,83	100,00
Subtotal	**320**	193	50	243	75,94	1.127.503,10	1.127.503,10	100,00
Total	**550**	333	96	429	78,00	1.900.000,00	1.900.000,00	100,00

Fonte:Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi

4.3.15 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** Objetiva assegurar aos empregados o benefício do auxílio-transporte, para deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações.
- **Descrição:** A Ação é de natureza contínua e a concessão do benefício está assegurada em Legislação Específica e no Acordo Coletivo de Trabalho 2007/09, cabendo ao empregado a opção pelo recebimento de vale-transporte, ou conversão do valor em pecúnia, lançado em folha de pagamento.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.15.1 – Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 1685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.**2011**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 5.000.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 4.797.036,95	95,94%
Meta Física	**3.320 Servidor Beneficiado**	
Execução Física	3.058	92,11

A dotação aprovada na LOA/2007 foi de R$5.000.000,00, tendo sido gastos R$4.797.036,95, correspondente a 95,9% do programado. A meta física previa o atendimento a 3.320 empregados/mês sendo cumprida em 92,1%, beneficiando uma média mensal de 3.058 servidores. Comparativamente ao exercício de 2006 verifica-se que a dotação orçamentária em 2007 foi 10,32% maior que a anterior enquanto a meta física foi 1,37% menor. O valor executado em 2007 superou o de 2006 em 18,96% em função dos reajustes nos preços dos serviços e do benefício concedido em pecúnia e a execução física foi menor em 5,53%.

Quadro 4.30
Metas e Resultados do Auxílio-Transporte
Exercícios - 2006 e 2007

Anos	Previstas		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (em R$1,00)	Física	Financeira (em R$1,00)	Física	Financeira
2006	3.366	4.532.173,00	3.237	4.032.366,18	96,2	89,0
2007	3.320	5.000.000,00	3.058	4.797.036,95	92,1	95,9

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Sureh/Geben e Siafi

No quadro de resultados por Sureg, observa-se que a Bahia e a Paraíba atingiram 100% da meta física conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4.31
Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional - 2007

Sureg	Física			Financeira (R$)		
	Meta	Execução	%	Meta	Execução	%
Suregs com Processos Individualizados						
AM	71	67	94,37	130.000,00	121.880,00	93,75
CE	226	215	95,13	250.000,00	241.900,04	96,76
GO	278	250	89,93	410.000,00	402.617,80	98,20
MG	146	138	94,52	220.000,00	205.281,46	93,31
MT	107	96	89,72	160.000,00	145.642,42	91,03
PE	232	207	89,22	330.000,00	316.163,03	95,81
PR	110	89	80,91	120.000,00	113.214,08	94,35
RO	55	52	94,55	60.000,00	51.429,11	85,72
RS	108	103	95,37	200.000,00	193.168,27	96,58
Subtotal	**1.333**	**1.217**	91,30	**1.880.000**	**1.791.296**	95,28
Suregs com Processo Consolidado						
BA	109	110	100,92	160.000,00	154.042,18	96,28
ES	107	105	98,13	130.000,00	118.130,85	90,87
MA	122	118	96,72	130.000,00	120.186,28	92,45
MS	82	64	78,05	70.000,00	67.106,43	95,87
PA	63	62	98,41	70.000,00	58.031,70	82,90
PB	94	94	100,00	100.000,00	88.713,96	88,71
PI	147	144	97,96	170.000,00	157.285,40	92,52
RJ	159	129	81,13	300.000,00	292.819,32	97,61
RN	84	80	95,24	110.000,00	105.999,06	96,36
SC	54	49	90,74	130.000,00	121.799,50	93,69
SP	69	57	82,61	110.000,00	102.318,15	93,02
TO	45	42	93,33	60.000,00	53.726,05	89,54
Matriz	852	787	92,37	1.580.000,00	1.565.581,86	99,09
Subtotal	**1.987**	**1.841**	**92,65**	**3.120.000**	**3.005.741**	**96,34**
Total	**3.320**	**3.058**	**92,11**	**5.000.000**	**4.797.037**	**95,94**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Sureh/Geben e Siafi
Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi

4.3.16 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** Visa conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, o auxílio-alimentação a empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9.527/97.
- **Descrição:** A Ação é de natureza contínua e a concessão do benefício está assegurada em Legislação Específica e no Acordo Coletivo de Trabalho 2007/09, que dá direito a cada empregado ao recebimento mensal de 23 créditos do valor pecuniário aprovado, creditado em cartão magnético (alimentação ou refeição).
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.16.1 – Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		
Controle: SIAFI – PTRES 1684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.**2012**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 13.900.705,00**	
Execução Orçamentária	R$ 13.879.648,83	99,85
Meta Física	**3.320 Servidor Beneficiado**	
Execução Física	3.196	96,27

No exercício de 2007, o crédito orçamentário foi de R$13.900.705,00 dos quais foram gastos R$13.879.648,83, perfazendo 99,85% do previsto.

Comparativamente ao exercício anterior verifica-se incremento de 8,42% na dotação e de 11,47% no executado, decorrente da variação na quantidade de empregados, do aumento no valor do benefício (R$15,00, acordo 2005/06; R$15,75, acordo 2006/07; e R$17,00, acordo 2007/09), e do aumento no número de tickets mensais que passou de 22 para 23.

A meta física de beneficiar 3.320 servidores/mês foi executada em 96,27%, perfazendo uma média mensal de 3.196 empregados, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 4.32
Número de Beneficiários do Auxílio-Alimentação

Sureg	Quantidade de Empregados	Execução Física		Execução Financeira	
		Média Mensal de Beneficiários	Participação sobre total Conab	Executada	Participação sobre total Conab
Suregs com Processos Individualizados					
AM/RR	69	69	100,00	303.651,89	2,19
CE	225	216	96,00	996.776,71	7,18
GO	276	271	98,19	1.216.733,73	8,77
MG	146	145	99,32	642.294,26	4,63
MT	103	101	98,06	452.602,11	3,26
PE	230	221	96,09	932.914,23	6,72
PR	112	109	97,32	495.916,94	3,57
RO/AC	55	53	96,36	243.997,21	1,76
RS	110	107	97,27	485.241,84	3,50
Subtotal	**1.326**	**1.292**	**97,44**	**5.770.129**	**41,57**
Suregs com Processo Consolidado					
BA	113	110	97,35	498.553,60	3,59
ES	107	106	99,07	474.684,58	3,42
MA	122	120	98,36	541.019,65	3,90
MS	82	77	93,90	333.048,53	2,40
PA	66	64	96,97	290.337,52	2,09
PB	100	96	96,00	430.059,12	3,10
PI	152	144	94,74	662.547,09	4,77
RJ	135	132	97,78	597.943,90	4,31
RN	88	83	94,32	349.998,24	2,52
SC	55	51	92,73	239.089,41	1,72
SP	69	64	92,75	301.100,03	2,17
TO	47	43	91,49	194.941,76	1,40
Matriz	877	814	92,82	3.196.196,48	23,03
Subtotal	**2.013**	**1.904**	94,59	**8.109.519,91**	**58,43**
Total	**3.339**	**3.196**	**95,72**	**13.879.648,83**	**100,00**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gebem e Siafi

4.3.17 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, tais como: serviços administrativos; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do Programa.
- **Descrição:** A ação é uma atividade de natureza contínua, onde as despesas que não são associadas às ações finalísticas do programa são apropriadas nesta ação.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**:Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.17.1 – Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa		
Controle: SIAFI – PTRES 1682/1688 /15184 **–** Programa de Trabalho 20.122.0352.**2272**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 255.507.005,00**	
Execução Orçamentária	R$ 190.761.670,31	74,66
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

Contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2007, de R$255.507.005,00, sendo R$197.369.762,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R$49.714.574,00 para custeio e R$8.222.669,00 para investimentos na Matriz e nas Suregs. No decorrer do exercício, o orçamento de pessoal e encargos foi suplementado em R$22.025.000,00, que somados à dotação inicial atingiu R$219.394.762,00. A dotação para custeio também foi suplementada com R $13.530.000,00 totalizando R$63.244.574,00. Por outro lado, os recursos para investimento tiveram cancelamento de R$3.000.000,00, sendo reduzidos para R $5.222.669,00.

Cabe esclarecer que nas despesas com custeio está incluída dotação de R$200.000,00 referente a emenda parlamentar para desenvolvimento do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, que por solicitação do MAPA foi desbloqueada no mês de dezembro e repassada ao PNUD para utilização em 2008.

As despesas de pessoal representaram 76,30% (R$219.324.349,79), as despesas com manutenção 21,88% (R$62.898.186,95) e o investimento totalizou 1,81% (R$5.212.996,42), conforme detalhado no Quadro 4.33.

Quadro 4.33
Demonstrativo de Execução da Despesa

Grupo de Despesa	Elemento de Despesa	Valor Liquidado(R$)	Part. (%)
Pessoal e encargos sociais	Outros benefícios assistenciais	386.940,24	0,13
	Vencimentos e vantagens fixas	160.150.595,10	55,72
	Obrigações patronais	55.093.857,42	19,17
	Outras despesas variáveis	2.923.967,23	1,02
	Despesas de exercícios anteriores	2.344,30	0,00
	Indenizações trabalhistas	372.734,42	0,13
	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	393.911,08	0,14
Subtotal		**219.324.349,79**	76,30
Outras despesas correntes	Outros benefícios assistenciais	360.108,54	0,13
	Diárias	2.432.257,10	0,85
	Material de consumo	6.584.264,48	2,29
	Passagens e despesas com locomoção	1.549.568,26	0,54
	Outros serviços de terceiros-Pessoa Física	773.096,29	0,27
	Locação de mão-de-obra	12.313.060,51	4,28
	Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica	33.972.047,84	11,82
	Obrigações tributárias e contributivas	3.291.811,49	1,15
	Depósitos compulsórios	66.893,86	0,02
	Sentenças judiciais	5.031,31	0,00
	Indenizações e restituições	1.550.047,27	0,54
Subtotal		**62.898.186,95**	21,88
Investimentos	Obras e instalações	181.150,13	0,06
	Equipamentos e material permanente	5.031.846,29	1,75
Subtotal		**5.212.996,42**	1,81
Total		**287.435.533,16**	**100,00**

Fonte: Siafi

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração dos recursos humanos, cujos principais resultados destacamos a seguir.

a) Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuadamente capacitada e compatível com suas necessidades, em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e na renovação do quadro de pessoal, recompondo-o com a convocação dos candidatos aprovados em concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargos de Técnico de Nível Superior.

1) Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Companhia encerrou o exercício de 2007 com 3.339 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior, o quadro foi acrescido em 19 empregados, representando um aumento de 0,6%.

Apesar do acréscimo, a disponibilidade de empregados em exercício na Companhia não sofreu alteração, visto que a quantidade de cedidos a outros órgãos passou de 688 para 722 empregados (aumento de 4,94%), conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.34
Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados		(b)-(a)
	31/12/2006 (a)	31/12/2007 (b)	
Em efetivo exercício na Conab	2.523	2.523	0
Cedidos a outros órgãos	-	-	-
Com ônus p/Conab	688	722	34
Sem ônus p/Conab	22	14	-8
Licenciados(*)	71	68	-3
Contratos Suspensos(**)	16	12	-4
Total	**3.320**	**3.339**	**19**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop
Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos, etc.
(**) licença por motivos particulares, etc.

Quadro 4.35
Demonstrativo Total do Número de Empregados por Situação Funcional

Situação Funcional	Sureg																					Total	Part. %
	Mtz	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	
Em efetivo exercício na Empresa	555	53	85	147	69	192	92	143	76	92	62	68	155	124	108	89	74	48	93	54	62	44	2485	74,42
Contrato especial	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	0,63
Cargo de direção na própria Empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Diretor não empregado	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,12
Conselheiro de Administração/Fiscal	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0,27
Licenciado INSS/acidente de trabalho	13	1	1	8	3	4	1	-	6	2	1	1	1	5	3	1	2	2	4	0	2	1	62	1,86
À disposição com ônus para a Conab-Dec. 4050	143	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143	4,28
À disposição com ônus para a Conab-Lei 10.470	121	14	27	67	33	76	28	1	-	8	3	30	70	22	1	43	12	5	12	1	4	1	579	17,34
À disposição sem ônus para a Conab-Dec 4050	-	-	-	2	2	4	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	14	0,42
Licença maternidade – 120 dias/adoção	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,09
Cedido à Conab	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,12
Licença para cargo eletivo com vencimentos	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,09
Licença para cargo eletivo sem vencimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Contrato suspenso/Licença particular	4	1	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	1	12	0,36
Total	**877**	**69**	**113**	**225**	**107**	**276**	**122**	**146**	**82**	**103**	**66**	**100**	**230**	**152**	**112**	**135**	**88**	**55**	**110**	**55**	**69**	**47**	**3.339**	**100**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

Quadro 4.36
Efetivo, por Situação Contratual

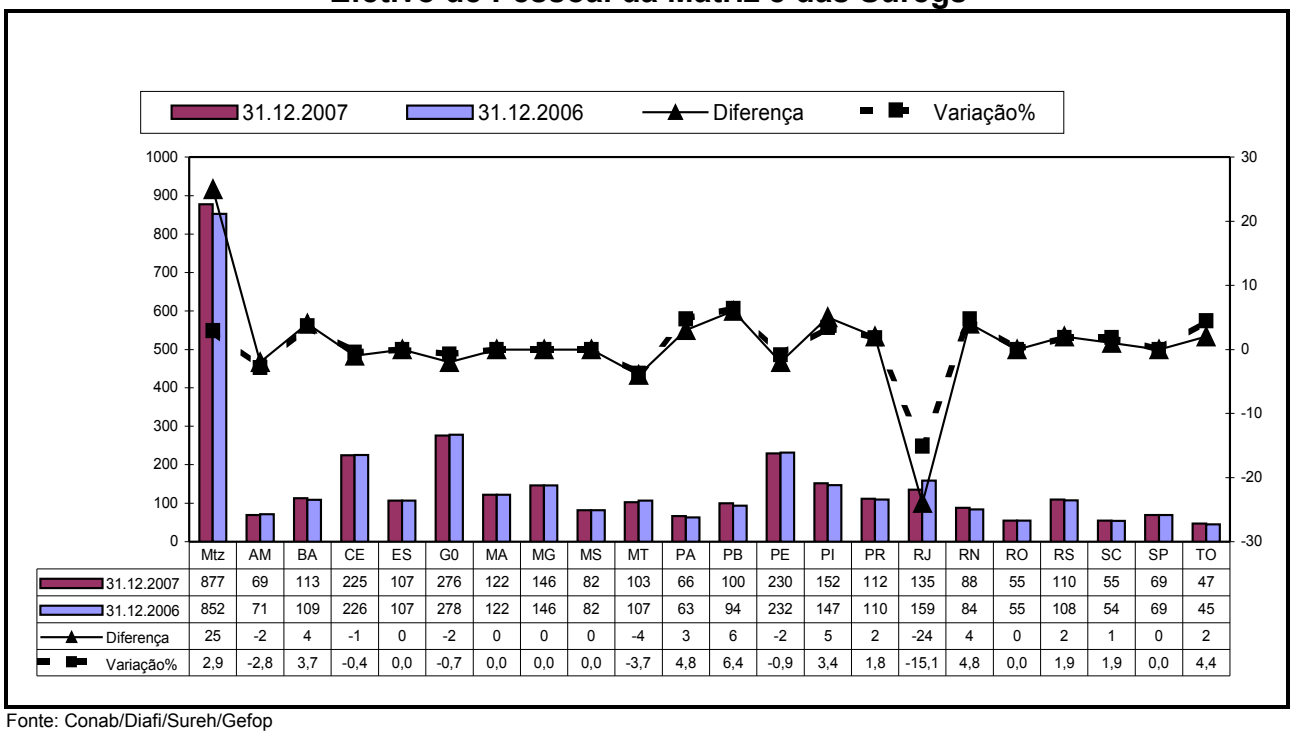
Unidade	MTZ	AM	BA	CE	ES	G0	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Total	Part.%
Contrato padrão	589	22	36	65	28	147	28	59	72	103	31	35	86	32	81	52	35	27	60	25	46	35	1694	50,73
Cont. Padrão - Concursado	103	3	16	3	2	4	5	14	6	9	7	4	5	6	6	3	7	12	7	9	3	7	241	7,22
Reintegrado (Transitado)	29	13	4	74	38	10	30	-	-	9	2	12	68	5	6	13	14	2	7	13	7	2	358	10,72
Reintegrado (Liminar)	-	-	-	10	14	3	-	-	-	-	1	3	2	36	-	4	1	-	1	-	-	-	75	2,25
Anistiado (Transitado)	2	5	5	27	10	26	59	-	-	2	16	-	1	41	6	5	24	4	9	2	-	1	245	7,34
Anistiado (Liminar)	4	1	-	38	9	6	-	-	-	-	5	1	12	7	-	23	3	-	3	-	1	-	113	3,38
Anistiado (LEI 8878/94)	150	25	52	8	6	80	-	30	4	23	4	45	56	25	13	35	4	10	23	6	12	2	613	18,36
Total	**877**	**69**	**113**	**225**	**107**	**276**	**122**	**103**	**82**	**146**	**66**	**100**	**230**	**152**	**112**	**135**	**88**	**55**	**110**	**55**	**69**	**47**	**3.339**	**100**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

Do quadro geral, 1.404 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a 42,04%. Do total de 3.339 empregados, apenas 75,56% (2.523) estão em efetivo exercício, conforme detalhado nos quadros anteriores.

A Figura 4.01 espelha a distribuição do efetivo de empregados existente em 31/12/2007, na Matriz e nas Suregs. Em comparação com a mesma data do exercício de 2006, as maiores variações positivas no âmbito regional foram registradas na Sureg-PB (6,4%), Sureg-RN e Sureg-PA, ambas com um acréscimo de 4,8% . Na Matriz ocorreu aumento de 25 empregados (2,9%).

Figura 4.01
Efetivo de Pessoal da Matriz e das Suregs



	Mtz	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO
31.12.2007	877	69	113	225	107	276	122	146	82	103	66	100	230	152	112	135	88	55	110	55	69	47
31.12.2006	852	71	109	226	107	278	122	146	82	107	63	94	232	147	110	159	84	55	108	54	69	45
Diferença	25	-2	4	-1	0	-2	0	0	0	-4	3	6	-2	5	2	-24	4	0	2	1	0	2
Variação%	2,9	-2,8	3,7	-0,4	0,0	-0,7	0,0	0,0	0,0	-3,7	4,8	6,4	-0,9	3,4	1,8	-15,1	4,8	0,0	1,9	1,9	0,0	4,4

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

O perfil da estrutura de pessoal da Conab, nessa data, apresentava as seguintes características: 748 (22,40%) técnicos de nível superior, dos quais 400 estão lotados na Matriz e 348 nas Superintendências Regionais e 2.591 (77,60%) empregados de nível médio e auxiliar.

Em relação ao exercício anterior, a proporção de técnicos de nível superior passou de 717 empregados (21,6% do total) para 748 (22,40%).

O demonstrativo a seguir inclui também 21 empregados/colaboradores classificados como Contrato Especial (0,63%) e 2 Pensões Judiciais (0,06%).

Quadro 4.37
Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo e por Sureg

Nível	Matriz	%	AM	BA	CE	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RS	SC	SP	TO	Sureg	%	Total	%
Auxiliar	179	20,4	33	60	148	70	163	84	71	46	60	34	56	144	105	58	86	61	24	62	19	27	16	1.427	58,0	1.606	48,10
Médio	277	31,6	28	34	59	26	89	22	45	21	22	14	32	65	37	35	24	16	17	32	21	26	20	685	27,8	962	28,81
Superior	400	45,6	8	19	18	11	24	16	30	15	19	18	12	21	10	19	25	11	14	16	15	16	11	348	14,1	748	22,40
Contrato Especial	21	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		21	0,63
Indeniz. Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,1	2	0,06
Total	877	26,3	69	113	225	107	276	122	146	82	103	66	100	230	152	112	135	88	55	110	55	69	47	2.462	73,7	3.339	100,0

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

A quantidade de empregados na situação contratual de anistiado teve aumento de 1,79%, passando de 954, em 2006, para 971, até dezembro de 2007. A quantidade de anistiados com liminar teve redução de 42,3% (196 para 113), demonstrando o resultado das ações para regularização das situações pendentes.

Quadro 4.38
Demonstrativo do Número de Empregados, por vínculo e nível de cargo

Situação Contratual	Nível de Cargo				
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total
Contrato Padrão	668	592	652	21	1933
Reintegrado (Transitado)	232	99	27	-	358
Reintegrado (Liminar)	56	15	4	-	75
Anistiado (Transitado)	149	83	13	-	245
Anistiado (Liminar)	76	28	9	-	113
Anistiado (Lei 8878/94)	425	145	43	-	613
Outros (Ind. Judicial)	2	-	-	-	2
Total	**1.608**	**962**	**748**	**21**	**3.339**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

No quadro a seguir estão discriminados os Vínculos Especiais, cuja atuação se dá na Matriz.

Quadro 4.39
Vínculo Especial

Função	Quantidade
CONTRATO ESPECIAL	**21**
Chefe Gabinete	1
Assessor	14
Corregedor Geral	1
Coordenador	3
Gerente de Área	2
ADMINISTRADORES	**13**
Presidente	1
Diretor (1)	3
Conselho de Administração (2)	5
Conselho Fiscal (2)	4
OUTROS (pensão judicial)	**2**
Total	**36**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

2) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício, a Matriz e as Superintendências Regionais contavam com 288 estagiários, 1,05% a mais em relação ao exercício anterior, sendo 225 de nível superior e 63 de nível médio.

Quadro 4.40
Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição em 31/12/2007					
	2006			2007		
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total
Suregs com Processos Individualizados						
Sureg-AM	4	-	4	5	-	5
Sureg CE	7	1	8	10	1	11
Sureg GO	16	5	21	18	4	22
Sureg MG	15	11	26	14	7	21
Sureg MT	14	-	14	24	1	25
Sureg PE	3	2	5	3	-	3
Sureg PR	10	8	18	11	4	15
Sureg RO	11	-	11	9	1	10
Sureg RS	4	3	7	7	4	11
Subtotal	**84**	**30**	**114**	**101**	**22**	**123**
Suregs com Processo Consolidado						
Sureg BA	13	4	17	10	6	16
Sureg ES	3	-	3	3	-	3
Sureg MA	8	2	10	11	-	11
Sureg MS	20	1	21	14	-	14
Sureg PA	7	0	7	8	1	9
Sureg PB	3	-	3	3	-	3
Sureg PI	7	-	7	8	-	8
Sureg RJ	7	-	7	4	-	4
Sureg RN	5	-	5	3	-	3
Sureg SC	8	1	9	1	8	9
Sureg SP	9	1	10	9	2	11
Sureg TO	9	1	10	9	1	10
Matriz	43	19	62	41	23	64
Subtotal	**142**	**29**	**171**	**124**	**41**	**165**
Total	**226**	**59**	**285**	**225**	**63**	**288**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

3) Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulados até 31/12/07, o valor global despendido diretamente com Pessoal (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R$219,32 milhões, mais R$19,48 milhões (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R$238,81 milhões, representando um aumento de 6,24% em relação ao exercício de 2006.

Tal incremento decorreu principalmente do aumento salarial de 6,0% concedido a partir de 01/09/2007, em cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2007/2009, além de promoção por antiguidade concedida em janeiro/2007, nos termos do Regulamento de Pessoal.

Quadro 4.41
Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Detalhamento (em mil R$)	2006	2007	Variação %
Vencimentos e Vantagens Fixas	**142.621,39**	**160.150,60**	**12,29**
Obrigações Patronais – (provisões)	49.449,86	55.093,86	11,41
Outras Despesas Variáveis (Subst. e H.Extras)	2.547,74	2.923,97	14,77
Indenizações Trabalhistas	232,52	372,73	60,30
Ressarcimento Pessoal Requisitado de O. Órgãc	951,47	393,91	(58,60)
Despesas de Exercícios anteriores	22,67	2,34	(89,66)
Outros Benefícios Sociais (Auxílio Funeral)	360,70	386,94	7,28
Subtotal	**196.186,35**	**219.324,35**	**11,79**
Sentenças Judiciais	25.950,59	11.711,23	(54,87)
Adiantamentos Concedidos não financeiros	(73,74)	(315,27)	327,56
Encargos patronais – RPPS	2,90	-	-
Provisões e op. créditos de Venc.e Vants.Fixas	(2.628,36)	1.898,87	(172,25)
Provisões s/Obrigações patronais	440,68	744,37	68,91
Outras Despesas Variáveis	4.908,11	5.447,50	10,99
Subtotal	**28.600,19**	**19.486,70**	**(31,87)**
Total	**224.786,54**	**238.811,05**	**6,24**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Obs.: No total foi observada diferença de R$3.009,84, referente à valores a regularizar lançados em Operações Governamentais

No acumulado até 31 de dezembro de 2007 a despesa média mensal, por empregado, foi de R$5.960,22, contra R$5.642,48 em igual período do exercício anterior. A variação de 5,63% entre os dois períodos deve-se a promoção regulamentar por antiguidade realizada em janeiro/2007 e ao aumento de salários (6%), negociados no Acordo Coletivo 2007/2009 e, ainda à redução das despesas com sentenças judiciais.

Quadro 4.42
Despesa de Pessoal – Média Mensal

Unidade Orgânica	2006			2007			Var % Qtde de Empregados
	Despesa R$ Mil	Qtde de Empregados	Média Mensal (R$)	Despesa R$ Mil	Qtde de Empregados	Média Mensal (R$)	
Suregs com Processos Individualizados							
Amazonas	3.620,18	71	4.249,03	4.448,59	69	5.372,70	-2,82
Ceará	10.713,71	226	3.950,48	11.875,60	225	4.398,37	-0,44
Goiás	17.502,57	278	5.246,57	18.463,97	276	5.574,87	-0,72
Mato Grosso	5.831,36	107	4.541,56	6.393,35	103	5.172,62	-3,74
Minas Gerais	10.349,27	146	5.907,12	11.203,64	146	6.394,77	0,00
Paraná	7.639,71	110	5.787,66	9.070,03	112	6.748,54	1,82
Pernambuco	11.778,21	232	4.230,68	13.528,00	230	4.901,45	-0,86
Rondônia	2.792,84	55	4.231,58	3.362,38	55	5.094,51	0,00
Rio Grande do Sul	8.184,48	108	6.315,19	7.272,43	110	5.509,41	1,85
Subtotal	78.412,34	1.333	4.902,00	85.618,00	1.326	5.380,72	-0,53
Suregs com Processo Consolidado							
Bahia	4.921,79	109	3.762,83	5.681,16	113	4.189,65	3,67
Espírito Santo	16.229,45	107	12.639,76	6.620,24	107	5.155,95	0,00
Maranhão	5.051,39	122	3.450,41	5.802,27	122	3.963,30	0,00
Mato Grosso do Sul	5.294,68	82	5.380,78	5.546,15	82	5.636,34	0,00
Pará	4.059,96	63	5.370,32	4.745,04	66	5.991,21	4,76
Paraíba	4.452,04	94	3.946,85	5.600,94	100	4.667,45	6,38
Piauí	5.988,78	147	3.395,00	6.518,30	152	3.573,63	3,40
Rio de Janeiro	8.911,09	159	4.670,38	9.221,52	135	5.692,30	-15,09
Rio Grande do Norte	4.710,20	84	4.672,82	5.383,38	88	5.097,90	4,76
Santa Catarina	3.258,40	54	5.028,39	3.885,50	55	5.887,13	1,85
São Paulo	4.911,02	69	5.931,18	6.267,91	69	7.569,94	0,00
Tocantins	3.123,44	45	5.784,16	3.822,12	47	6.776,81	4,44
Matriz	75.471,74	852	7.381,82	84.101,52	877	7.991,40	2,93
Subtotal	**146.383,98**	**1.987**	**6.139,24**	**153.196,06**	**2.013**	**6.341,95**	**1,31**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop/Sucon/Gecon/Dre
Média = (Despesa Acumulada/Nº De Empregados)/Nº Meses

4) Benefícios Complementares

- **Auxílio Funeral -** valor em pecúnia correspondente a R$3.131,10 pago ao empregado por meio da folha de pagamento, destinado à realização de despesas com o funeral de dependentes típicos e de genitores, conforme Cláusula Nona do Acordo Coletivo 2006/2007 e R$3.350,00, a partir de 01/09/2007, nos termos da Cláusula Décima do ACT 2007/2009.
- **Auxílio-Escola -** valor em pecúnia correspondente a R$182,28, pago trimestralmente ao empregado por meio da folha de pagamento, nos termos da Cláusula Terceira do Acordo Coletivo 2006/2007 e R$80,00, pago mensalmente a partir de 01/10/2007, nos termos do ACT 2007/2009.

O acumulado do exercício é de 95 beneficiários de auxílio-funeral, correspondendo a R$386.924,24 pagos até 31/12/07, e da média trimestral de 496 beneficiários de auxílio-escola, ao custo de R$505.801,13 no período, distribuído pela

Matriz e Suregs conforme detalhamento no quadro seguinte.

Quadro 4.43
Demonstrativo de Benefícios Complementares pagos até 31/12/2007

Unidades	Auxílio Funeral		Auxílio Escola	
	Quantidade Beneficiários	Custo Período(R$)	Quantidade Beneficiários- Média trimestral	Custo Período(R$)
Suregs com Processos Individualizados				
Sureg-AM	3	12.524,40	14	13.136,28
Sureg CE	6	25.486,60	17	46.970,40
Sureg GO	8	34.879,90	42	40.830,84
Sureg MG	3	14.731,30	18	18.461,88
Sureg MT	1	3.350,00	16	13.980,84
Sureg PE	11	44.273,20	46	45.032,16
Sureg PR	6	22.355,50	17	14.950,52
Sureg RS	3	12.524,40	10	8.050,68
Sureg RO	0	-	8	7.677,41
Subtotal	41	170.125,30	188	209.091,01
Suregs com Processo Consolidado				
Sureg BA	2	9.831,10	31	33.248,24
Sureg ES	2	9.393,30	16	15.551,48
Sureg MA	3	9.612,20	21	19.181,88
Sureg MS	1	3.131,10	12	9.624,36
Sureg PA	3	12.524,40	5	3.022,80
Sureg PB	1	3.350,00	26	77.946,32
Sureg PI	2	6.481,10	38	35.043,24
Sureg RJ	4	33.423,39	15	13.376,28
Sureg RN	3	12.743,30	17	16.101,36
Sureg SC	1	9.393,30	9	8.472,96
Sureg SP	2	6.262,20	7	6.294,72
Sureg TO	1	3.131,10	6	6.477,00
Matriz	29	97.538,45	105	52.369,48
Subtotal	**54**	**216.814,94**	**308**	**296.710,12**
Total	**95**	**386.940,24**	**496**	**505.801,13**

Fonte: Conab/Sucon//Gecon/Dre

4.3.18 - (4641) Publicidade de Utilidade Pública

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** A Ação tem por finalidade informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmentos da população para adotar comportamentos que lhes tragam reais benefícios sociais, objetivando melhorar sua qualidade de vida.
- **Descrição:** Por meio dessa Ação a Conab coordena, supervisiona e classifica as informações de interesse do Governo a serem veiculadas, bem como a contratação de institutos de pesquisas de opinião pública, campanhas e ações governamentais voltadas para a publicidade de utilidade pública.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Presi/ Copri
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução**: Copri
- **Coordenador nacional da Ação:** Maíra Vergne Dias

4.3.18.1 – Resultados

(4641) Publicidade de Utilidade Pública		
Controle: SIAFI – PTRES 1695 **–** Programa de Trabalho 20.131.0352.**4641**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 350.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 167.696,39	47,91%
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

A dotação orçamentária prevista no LOA/07 foi de R$350.000,00 tendo sido gastos, na Matriz, R$167.696,39 no exercício de 2007, equivalente a 47,91%, referente ao pagamento de despesas com material promocional e de participação em eventos do agronegócio.

4.3.19 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Administrativo
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as empresas controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir, como patrocinadoras, para as entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar nº108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar nº108/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.19.1 – Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada		
Controle: SIAFI – PTRES 1683 **–** Programa de Trabalho 20.273.0352.**0110**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 21.832.360,00**	
Execução Orçamentária	R$ 21.832.360,00	100
Meta Física	**-**	-
Execução Física	-	

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º109/01, do crédito orçamentário de R$21.832.360,00 foi executado o montante de R$21.832.360,00, correspondente a 100,00% do programado para o exercício.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 8,83%. Tal aumento decorreu do aumento salarial negociado nos Acordos Coletivos (6%) e promoções por tempo de serviço.

Do crédito orçamentário de R$21.832.360,00, o montante de R$12.522.125,54 refere-se à amortização de parcelas, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observados os termos aditivos n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas. No acumulado do exercício, as contribuições mensais realizadas pela Conab alcançaram R$9.310.234,46, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos, conforme quando à seguir.

Quadro 4.44
Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições	
		Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora	Empregados
Suregs com Processos Individualizados						
AM	2.618.348,59	35	16	51	174.845,12	174.845,12
CE	7.451.336,37	127	141	268	470.480,04	470.480,04
GO	9.411.369,19	115	89	204	623.501,51	623.501,51
MG	6.486.029,06	81	75	156	458.209,13	458.209,13
MT	3.988.311,85	50	29	79	265.647,93	265.647,93
PE	8.816.399,45	146	94	240	563.650,02	563.650,02
PR	6.387.510,16	84	60	144	431.796,20	431.796,20
RO	1.845.426,10	24	13	37	124.124,72	124.124,72
RS	4.228.699,68	60	87	147	273.552,49	273.552,49
Subtotal	**51.233.430,45**	**722**	**604**	**1326**	**3.385.807,16**	**3.385.807,16**
Suregs com Processo Consolidado						
BA	2.352.383,21	36	26	62	154.117,74	154.117,74
ES	3.600.307,74	45	18	63	246.010,37	246.010,37
MA	2.433.005,32	44	22	66	154.268,05	154.268,05
MS	4.432.300,97	60	40	100	282.788,14	282.788,14
PA	2.329.387,85	29	26	55	160.196,61	160.196,61
PB	3.216.116,67	42	43	85	207.293,02	207.293,02
PI	2.159.419,72	26	19	45	141.993,93	141.993,93
RJ	3.339.701,25	43	130	173	230.904,43	230.904,43
RN	2.869.526,93	36	33	69	176.018,58	176.018,58
SC	2.524.638,81	29	22	51	166.955,86	166.955,86
SP	3.499.347,95	39	63	102	254.395,57	254.395,57
TO	1.683.707,39	14	4	18	117.609,58	117.609,58
Matriz	48.145.545,12	440	282	722	3.631.875,42	3.631.875,42
Subtotal	**82.585.388,93**	**883**	**728**	**1611**	**5.924.427,30**	**5.924.427,30**
Total Geral	**133.818.819,38**	**1.605**	**1.332**	**2.937**	**9.310.234,46**	**9.310.234,46**

Fonte: Conab/Sucon//Gecon/Dre
Cibrius

4.3.20 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente e segura.

- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa
- **Coordenador nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira

4.3.20.1 – Resultados

4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras		
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.**4711**.0001		
Discriminação	**Valor**	**Indicador de Execução(%)**
Dotação Orçamentária	**R$ 1.000.000,00**	98,47
Execução Orçamentária	R$ 984.663,24	
Meta Física	**6 pesquisas realizadas**	200,00
Execução Física	12	

No último trimestre de 2007 a Conab e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana-de-açúcar. A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudaram, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses. O primeiro trabalho conjunto de campo começou no mês de novembro, com a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometereológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física aprovada na LOA/2007 previa a realização de seis pesquisas de campo realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. Além das viagens programadas, e por determinação da Diretoria da Companhia, nos meses em que não fossem realizadas as pesquisas deveriam ser procedidos levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. A seguir, o cronograma com a programação de viagens para o exercício de 2007.

Quadro 4.45
Calendário de Viagens - 2007

Sureg	UF	Meses											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
AM	AM	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
BA	BA	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	-
	SE	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-
CE	CE	-	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-
ES	ES	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-
GO	GO	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
MA	MA	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	-
MG	MG	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
MS	MS	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
MT	MT	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
PA	PA	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
PB	PB	-	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-
PE	PE	-	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-
PI	PI	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	-
PR	PR	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
RJ	RJ	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-
RN	RN	-	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-
RO	RO	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	-
SC	SC	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
SP	SP	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
RS	RS	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-	X	-
TO	TO	X	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	-

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Para a realização do quarto e último levantamento da safra de grãos do exercício, os empregados da Conab visitaram municípios produtores do País, no período de 11 a 18 de dezembro de 2007, entrevistando produtores rurais, agrônomos e técnicos de Cooperativas, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados) e Agentes Financeiros. As estimativas de área e produtividade, nos estados onde foi realizada a pesquisa, foram desenvolvidas dentro dos seguintes critérios:

- Safra de Verão 2007/2008: Para as culturas de algodão, amendoim 1ª safra, arroz, feijão 1ª safra, milho 1ª safra e soja, nos Estados da Região Centro-Sul, sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia, Tocantins e Rondônia foram utilizados os dados da pesquisa. Nos demais Estados e regiões, bem como para os produtos não pesquisados em razão do calendário agrícola, foram ajustados os dados de área da safra anterior. Para a estimativa de produtividade foram utilizadas as médias dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando-se o ganho tecnológico.
- Culturas de Inverno: Para trigo, triticale, aveia, centeio e cevada foram utilizados os dados da pesquisa de campo.
- Safra da Região Norte/Nordeste - Safra de Verão: Foi ajustada a área da safra anterior de alguns produtos e para a produtividade foi considerada a média dos últimos cinco anos, descartando-se os anos atípicos e agregando-se o ganho tecnológico.

Quadro 4.46
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2005/06 e 2006/07

Produto	Área Em 1000ha				Produção Em mil t			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2005/06 (a)	2006/07 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2005/06 (a)	2006/07 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	856,2	1.096,8	28,1	240,6	1.685,7	2.383,6	41,4	697,9
Amendoim total	**113,1**	**102,9**	**-9,0**	**-10,2**	**267,8**	**226,2**	**-15,5**	**-41,6**
Amendoim 1ª safra	81,8	75,5	-7,7	-6,3	209,4	182,0	-13,1	-27,4
Amendoim 2ª safra	31,3	27,4	-12,5	-3,9	58,4	44,2	-24,3	-14,2
Arroz	3.017,8	2.967,4	-1,7	-50,4	11.721,7	11.315,9	-3,5	-405,8
Aveia	356,8	321,4	-9,9	-35,4	516,5	378,0	-26,8	-138,5
Centeio	4,3	4,3	0,0	0,0	6,6	5,9	-10,6	-0,7
Cevada	142,9	90,0	-37,0	-52,9	399,4	205,8	-48,5	-193,6
Feijão total	**4.223,6**	**4.087,4**	**-3,2**	**-136,2**	**3.471,2**	**3.338,8**	**-3,8**	**-132,4**
Feijão 1ª safra	1.233,3	1.559,6	26,5	326,3	1.149,3	1.568,0	36,4	418,7
Feijão 2ª safra	2.051,3	1.703,9	-16,9	-347,4	1.462,2	996,6	-31,8	-465,6
Feijão 3ª safra	939,0	823,9	-12,3	-115,1	859,7	774,2	-9,9	-85,5
Girassol	66,9	75,4	12,7	8,5	93,6	106,1	13,4	12,5
Mamona	147,9	155,6	5,2	7,7	103,9	93,7	-9,8	-10,2
Milho total	**12.963,9**	**14.054,9**	**8,4**	**1.091,0**	**42.514,9**	**51.369,7**	**20,8**	**8.854,8**
Milho 1ª safra	9.652,8	9.493,9	-1,6	-158,9	31.809,0	36.596,7	15,1	4.787,7
Milho 2ª safra	3.311,1	4.561,0	37,7	1.249,9	10.705,9	14.773,0	38,0	4.067,1
Soja	22.749,4	20.686,8	-9,1	-2.062,6	55.027,1	58.376,4	6,1	3.349,3
Sorgo	731,9	704,4	-3,8	-27,5	1.543,0	1.497,1	-3,0	-45,9
Trigo	2.361,8	1.757,5	-25,6	-604,3	4.873,1	2.233,7	-54,2	-2.639,4
Triticale	131,1	107,7	-17,8	-23,4	306,3	203,8	-33,5	-102,5
Brasil	**47.867,6**	**46.212,5**	**-3,5**	**-1.655,1**	**122.530,8**	**131.734,7**	**7,5**	**9.203,9**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A produção de grãos da safra 2006/07 foi de 131,73 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 7,5% (9,2 milhões de toneladas). Apesar da retração na área cultivada de 3,5% (1,65 milhão de hectares), a produção foi impulsionada pelas boas condições climáticas durante todo o ciclo das culturas e pelo aumento da área plantada da cultura de milho.

Comparativamente à safra 2005/06, o milho foi o produto que apresentou melhor resultado na safra 2006/07, com aumento de produção de 20,8%, o que representa um acréscimo de 8,85 milhões de toneladas. Em relação à área plantada, considerando as 1ª e 2ª safras, o milho foi superior em 8,4% na comparação com a safra 05/06, contando atualmente com cerca de 14,05 milhões de hectares.

De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2007/08, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 46,4 milhões de hectares, superior à da safra anterior (2006/07) em 0,3% (157,9 mil hectares).

As culturas de algodão, arroz, feijão 1ª safra, milho 1ª safra, soja e trigo participam com 81,6% da área total de grãos, e apresentam os seguintes comportamentos: algodão com crescimento de 4,8%; milho 1ª safra, crescimento de 1,6%; soja, ganho de 1,2% e trigo, acréscimo de 3,5%. A cultura de feijão 1ª safra sofreu a maior redução na de plantio, 11,7%, seguida do arroz com redução de 1,2%.

O incremento na área cultivada nas principais culturas de verão foi motivado pelos bons preços de mercado e pelos contratos de entrega futuras. A exceção é para a cultura do feijão 1ª safra, cujo plantio teve inicio no final do mês de agosto, principalmente nos Estados de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que, apesar dos bons preços do produto na época da implantação da cultura houve redução na área plantada em função das poucas chuvas e das baixas temperaturas registradas nas

Regiões produtoras daqueles Estados.

Quadro 4.47
Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2006/07 e 2007/08

Produto	Área Em 1000ha				Produção Em mil t			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2006/07 (b)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2006/07 (b)	2007/08 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	1.096,8	1.149,4	4,8	52,6	2.383,6	2.498,0	4,8	114,4
Amendoim total	**102,9**	**105,1**	**2,1**	**2,2**	**226,2**	**232,4**	**2,7**	**6,2**
Amendoim 1ª safra	75,5	76,8	1,7	1,3	182,0	187,7	3,1	5,7
Amendoim 2ª safra	27,4	28,3	3,3	0,9	44,2	44,7	1,1	0,5
Arroz	2.967,4	2.932,5	-1,2	-34,9	11.315,9	11.941,6	5,5	625,7
Aveia	321,4	124,8	-61,2	-196,6	378,0	239,9	-36,5	-138,1
Centeio	4,3	3,7	-13,2	-0,6	5,9	5,0	-15,3	-0,9
Cevada	90,0	98,3	9,2	8,3	205,8	263,6	28,1	57,8
Feijão total	**4.087,4**	**3.893,4**	**-4,7**	**-194,0**	**3.338,8**	**3.270,2**	**-2,1**	**-68,6**
Feijão 1ª safra	1.559,6	1.376,5	-11,7	-183,1	1.568,0	1.493,1	-4,8	-74,9
Feijão 2ª safra	1.703,9	1.703,9	0,0	0,0	996,6	1.020,6	2,4	24,0
Feijão 3ª safra	823,9	813,0	-1,3	-10,9	774,2	756,5	-2,3	-17,7
Girassol	75,4	104,4	38,5	29,0	106,1	151,7	43,0	45,6
Mamona	155,6	177,7	14,2	22,1	93,7	152,9	63,2	59,2
Milho total	**14.054,9**	**14.272,5**	**1,5**	**217,6**	**51.369,7**	**53.369,0**	**3,9**	**1.999,3**
Milho 1ª safra	9.493,9	9.647,5	1,6	153,6	36.596,7	38.016,0	3,9	1.419,3
Milho 2ª safra	4.561,0	4.625,0	1,4	64,0	14.773,0	15.353,0	3,9	580,0
Soja	20.686,8	20.929,1	1,2	242,3	58.376,4	58.164,4	-0,4	-212,0
Sorgo	704,4	666,2	-5,4	-38,3	1.497,1	1.456,4	-2,7	-40,7
Trigo	1.757,5	1.818,9	3,5	61,4	2.233,7	3.831,4	71,5	1.597,7
Triticale	107,7	94,4	-12,3	-13,3	203,8	211,6	3,8	7,8
Brasil	**46.212,5**	**46.370,4**	**0,3**	**157,9**	**131.734,7**	**135.788,1**	**3,1**	**4.053,4**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

O Quadro 4.48 detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2007 e uma estimativa para 2008.

Quadro 4.48
Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Ano	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2006	372,5	1.037,8	81,6	1.491,9	981,3	304,5	206,1
	2007	206,1	1.524,0	96,8	1.826,9	1.005,8	419,4	401,7
	2008	401,7	1.561,0	60,0	2.022,7	1.050,0	520,0	452,7
Arroz em casca	2006	3.532,1	11.971,7	827,8	16.331,6	13.000,0	452,3	2.879,3
	2007	2.879,3	11.315,9	1.000,0	15.095,2	13.100,0	300,0	1.795,2
	2008	1.795,2	12.013,5	1.000,0	14.808,7	13.200,0	250,0	1.358,7
Feijão	2006	113,6	3.471,2	70,0	3.654,8	3.300,0	1,5	353,3
	2007	353,3	3.338,7	65,0	3.757,0	3.350,0	26,0	381,0
	2008	381,0	3.241,2	70,0	3.692,2	3.400,0	30,0	262,2
Milho	2006	3.135,4	42.514,9	956,0	46.606,3	37.100,0	3.938,0	5.568,3
	2007	5.568,3	51.369,9	1.095,5	58.033,7	40.500,0	10.933,5	6.600,2
	2008	6.600,2	53.369,4	600,0	60.607,6	44.000,0	9.500,0	7.069,6
Soja em grãos	2006	2.734,7	55.027,1	48,8	57.810,6	30.383,0	24.957,9	2.469,7
	2007	2.469,7	58.376,4	97,9	60.944,0	33.150,0	23.733,8	4.060,2
	2008	3.636,1	58.164,4	40,0	61.840,5	33.950,0	25.500,0	2.390,5
Trigo	2006	1.112,5	4.873,1	6.266,1	12.251,7	10.889,8	786,1	575,8
	2007	575,8	2.233,7	7.648,5	10.458,0	10.293,4	21,2	143,4
	2008	143,4	3.831,4	6.525,0	10.499,8	10.250,0	21,0	228,8

Fonte:Conab/Digem/Suinf/Geasa

A dotação orçamentária aprovada na LOA/2007 para a Ação foi de R$1,0 milhão, tendo sido gastos R$984.663,24, representando cerca de 98,47% do total da ação. Destacam-se as despesas com Diárias, Passagens e Despesas com Locomoção que, juntas, representaram 76,43% da despesa total, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.49
Demonstrativo de Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R$)					Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processos Individualizados							
AM	AM	840,00	178,00	520,56	-	-	1.538,56
CE	CE	5.280,00	3.301,41	1.981,29	-	-	10.562,70
GO	GO	29.805,00	12.152,41	14.849,61	960,80	-	57.767,82
MG	MG	23.725,00	11.682,70	8.032,34	183,71	-	43.623,75
MT	MT	6.545,00	1.666,48	17.085,97	-	-	25.297,45
PE	PE	5.360,00	2.830,77	5.395,02	62,84	-	13.648,63
	AL	-	-	1.130,00	-	-	1.130,00
PR	PR	16.260,00	6.890,14	9.367,69	17,56	-	32.535,39
RO	RO	3.960,00	2.286,85	1.668,00	-	-	7.914,85
RS	RS	11.074,57	5.668,23	11.666,06	193,27	-	28.602,13
Subtotal		**102.849,57**	**46.656,99**	**71.696,54**	**1.418,18**	**0,00**	**222.621,28**
Suregs com Processo Consolidado							
BA	BA	18.090,00	10.817,75	7.067,06	-	-	35.974,81
	SE	-	-	1.559,54	-	-	1.559,54
ES	ES	540,00	300,00		-	-	840,00
MA	MA	5.890,00	4.042,53	3.365,82	85,00	-	13.383,35
MS	MS	13.080,00	6.937,69	5.153,13	-	-	25.170,82
PB	PB	1.560,00	808,92	1.311,20	-	-	3.680,12
PI	PI	12.087,50	6.904,51	11.881,40	50,00	-	30.923,41
RJ	RJ	2.280,00	940,80	50,00	-	-	3.270,80
RN	RN	2.250,00	738,14	826,22	-	-	3.814,36
SC	SC	13.200,00	8.107,36	11.115,11	-	-	32.422,47
SP	SP	13.760,00	5.406,84	10.588,74	196,23	20,65	29.972,46
TO	TO	5.600,00	5.130,19	-	260,81	-	10.991,00
Matriz	DF	59.097,50	18.914,04	45.538,14	446.489,14	-	570.038,82
Subtotal		**147.435,00**	**69.048,77**	**98.456,36**	**447.081,18**	**20,65**	**762.041,96**
Total Geral		**250.284,57**	**115.705,76**	**170.152,90**	**448.499,36**	**20,65**	**984.663,24**

Fonte: Siafi

4.3.21 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi

- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gecap
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.21.1 – Resultados

4572 - Capacitação de Serv. Púb. Federais em Proc. de Qualificação e Requalificação		
Controle: SIAFI – PTRES 1694 **–** Programa de Trabalho 20.128.0360.**4572**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 1.400.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 1.373.729,00	98,12%
Meta Física	**3.197**	
Execução Física	3.723	116,45

A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (DIAFI), responsável pela ação de capacitação, dentro de uma visão prospectiva, contextualizada com o ambiente interno, entende que a capacitação das pessoas deva ser direcionada ao alcance das competências organizacionais e funcionais, como estratégia para a consolidação dos objetivos e metas organizacionais.

Na era do conhecimento, um modelo de gestão que priorize a educação, e o potencial de aprendizagem dos colaboradores, é de fundamental importância. Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa (PEC), com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os resultados da Companhia.

A cada ano, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como visando identificar outros treinamentos não previstos, correlatos às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nessas Unidades, propondo, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação e Mestrado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização/pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz e na Sureg-Piauí e desenvolveu, no âmbito da Companhia, cursos de Educação de Jovens e Adultos, tendo os empregados como educadores. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R$112,41, desde que não oferecidos pela Companhia, em cursos fechados, conforme Cláusula Vigésima do Acordo Coletivo de Trabalho-Biênio 2007/2009.

É importante assinalar que, por delegação de autoridade, ficaram os Superintendentes Regionais autorizados a realizarem gastos de até R$1.000,00 por mês em capacitação sendo que, acima desse valor, torna-se necessária a solicitação de análise e deliberação pela Matriz.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria

dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado crédito orçamentário em 2007 no valor de R$1.400.000,00 e executado o montante de R$ 1.373.729,00, correspondendo a 98,1% da meta.

Para 2007, a meta física previa a capacitação de 3.197 pessoas, sendo superada em 16,5%, com o treinamento de 3.723 empregados e de 594 participantes convidados pela Companhia. Esse resultado foi alcançado mediante o desenvolvimento de vários eventos, principalmente nas áreas Administrativa, Planejamento, Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Operacional, Auditoria, Informática etc. Cabe registrar que vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano. No total de 3.723 treinandos não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se redução no número de empregados capacitados em torno de 25,8%. Tal fato decorre da grande freqüência de participantes, no ano de 2006, no Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL)-Módulos I e II, realizado em todas as Suregs e que contou com a participação de 2.229 treinandos, ou seja, 43,6% do total.

Quadro 4.50
Metas e Resultados - Exercícios - 2006 e 2007

Ano	Prevista		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira
2006	3.654	1.600.000,00	5.018	1396911,36	137,3	87,3
2007	3.197	1.400.000,00	3.723	1.373.729,00	116,5	98,1

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap e Siafi

Em 2007, o tempo de treinamento somou 78.877 homens/hora contra 90.627 no ano anterior, representando uma redução de 12,9%. A média da carga horária registrada no último exercício foi de 21,19 horas por treinando, com acréscimo de 17,3% sobre a do ano anterior (2006) cujo resultado foi de 18,06 horas. O aumento pode ser explicado pela maior participação, em 2007, de empregados em cursos de Pós-Graduação e Mestrado, com maior carga horária (aumento de 109,5%), conforme demonstrado no quadro 4.51.

Quadro 4.51
Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento
Exercícios 2006 e 2007

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos		Homens/hora Treinados		Média de carga/horária por participante	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Planejamento	480	764	9.586	18.587	19,97	24,33
Operacional	439	676	10.600	18.960	24,15	28,05
Administrativa	629	800	8.396	11.220	13,35	14,03
Financeira	235	169	10.142	4.402	43,16	26,05
Gerencial	3	35	48	532	16,00	15,20
Informática	121	224	3.876	8.164	32,03	36,45
Qualidade	19	22	448	422	23,58	19,18
Jurídica	37	142	3.160	6.019	85,41	42,39
Auditoria	15	236	778	2.782	51,87	11,79
Comunic. Social	2	27	28	342	14,00	12,67
Educ/Desenvolv	3.038	628	43.565	7.447	14,34	11,86
Total	**5.018**	**3.723**	**90.627**	**78.877**	**18,06**	**21,19**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap

O fato de a Conab manter, em Brasília, um Centro de Treinamento com uso intensivo durante todo o ano, sem despesas com aluguel de salas e contando com locais para realização de eventos, inclusive com um laboratório de informática, justifica a concentração, na Matriz, de maior número de cursos e de treinandos (38,6%). O Centro disponibiliza, também, salas para reuniões e cursos promovidos por outros órgãos do Governo Federal, como MAPA, MDS, MDA etc. No total de 1.438 treinandos da Matriz, estão computados empregados das Suregs que se deslocaram para o DF, a fim de participar dos treinamentos de Sistemas Corporativos desenvolvidos e realizados na Matriz, em Brasília, tais como: Operação do SIAGRO (Sistema de Informações Agropecuárias/ABAS), Operação do SIGEST (Sistema de Gestão de Estoques), Operação do xFAC (Sistema de Faturamento e Controle de Estoques), Operação do PAANet (Programa de Aquisição de Alimentos) e Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI).

No que diz respeito às despesas com a referida Ação, nos dois anos em referência, a incidência de gastos recai sobre Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e Encargos, em decorrência da contratação de Empresas para realização dos eventos; seguida das Despesas com Diárias, Passagens e Locomoção. As Despesas com Indenizações, verificadas no desempenho da Ação, representam a restituição das mensalidades de cursos de idiomas.

Quadro 4.52
Demonstrativo das Despesas Realizadas
Exercícios 2006 e 2007

Elemento de Despesa	Despesa Realizada (R$)		(%) de Participação de cada Elemento de Despesa	
	2006	2007	2006	2007
Diárias	388.628,51	312.171,80	27,8	22,7
Material de Consumo	8.791,33	2.293,72	0,6	0,2
Passagens e Desp. Locomoção	331.251,75	266.444,02	23,7	19,4
Serviços de Consultoria	1.500,00	-	0,1	0,0
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Física	57.616,11	37.720,65	4,1	2,7
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica	579.491,51	727.482,66	41,5	53,0
Obrigações Tributárias e Contributivas	207,00	104,03	0,0	0,0
Indenizações e Restituições	29.425,15	27.512,12	2,2	2,0
Total	**1.396.911,36**	**1.373.729,00**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Siafi

No Programa de Valorização do Servidor, a Conab proporcionou cursos de Pós-Graduação e Mestrado a 44 empregados, sendo que no ano anterior apenas 21 foram beneficiados. Durante o ano de 2007 a Conab continuou a investir em Cursos de Educação de Jovens e Adultos e no Projeto Graduar, possibilitando o retorno aos estudos de funcionários e prestadores de serviços, proporcionando a 42 deles a conclusão de Ensino Médio e Fundamental. Também intensificou os cursos de Língua Estrangeira, concedendo incentivo financeiro para 58 empregados, contra 46 no ano anterior, conforme detalhado nos quadros a seguir.

Quadro 4.53
Projeto Graduar - Exercícios 2006 e 2007

Locais de Atuação	1º Grau				2º Grau				Total			
	Nº de Participantes		Homens/hora		Nº de Participantes		Homens/hora		Nº de Participantes		Homens/hora	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007 *1	2006	2007
Matriz	12	18	6.912	2.880	18	9	10.368	1.440	30	27	17.280	4.320
PI	20	15	9.120	6.900	-	-	-	-	20	15	9.120	6.900
Total	**32**	**33**	**16.032**	**9.780**	**18**	**9**	**10.368**	**1.440**	**50**	**42**	**26.400**	**11.220**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap

Quadro 4.54
Programa Educacional de Idiomas
Exercícios 2006 e 2007

Locais de Atuação	Nº de Participantes		Homens/Hora	
	2006	2007	2006	2007
Suregs com Processo Individualizado				
AM	1	1	88	96
CE	9	9	414	486
GO	1	9	100	592
PE	4	4	452	720
PR	1	2	96	168
Subtotal	**16**	**25**	**1.150**	**2.062**
Suregs com Processo Consolidado				
ES	1	1	78	52
MA	5	4	344	304
PA	0	1	0	48
PB	1	0	88	0
PI	1	0	16	0
RN	2	2	80	167
Matriz	20	25	1.280	1.976
Total	**30**	**33**	**1.886**	**2.547**
Total Geral	**46**	**58**	**3.036**	**4.609**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gecap

Quadro 4.55
Cursos de Pós-Graduação/Mestrado Realizados em 2007

Sureg	Curso		Participante	Carga Horária
Suregs com Processos Individualizados				
CE	Administração Pública	Pós-Graduação	1	390
MG	Manejo Integrado de Pragas e Receituário Agronômico	Pós-Graduação	1	465
	Controladoria e Finanças Empresariais	Pós-Graduação	1	420
	Engenharia de Projetos Industriais	Pós-Graduação	1	360
MT	Direito Tributário	Pós-Graduação	1	474
PE	Gestão de Pessoas	Pós-Graduação	1	390
RO	Agronegócios	Pós-Graduação	1	460
PR	Agronegócios	Pós-Graduação	1	460
	Agronegócio	Pós-Graduação	1	460
Subtotal			**9**	**3.879**
Suregs com Processo Consolidado				
BA	MBA Logística Empresarial	Pós-Graduação	1	440
ES	MBA Gestão Estratégica e Inteligência Empresarial	Pós-Graduação	1	360
	MBA Gestão Estratégica e Inteligência Empresarial	Pós-Graduação	1	360
	Controle da Administração Pública	Pós-Graduação	1	362
	Controle da Administração Pública	Pós-Graduação	1	362
	Controle da Administração Pública	Pós-Graduação	1	362
	Controle da Administração Pública	Pós-Graduação	1	362
	Direito Processual Civil	Pós-Graduação	1	390
PA	Economia (Mestrado)	Mestrado	1	780
PB	MBA Gestão Empresarial e de Pessoas	Pós-Graduação	1	465
RJ	Gestão Ambiental	Pós-Graduação	1	380
	Gestão e Auditoria de Finanças	Pós-Graduação	1	360
RN	Gestão Estratégica de Negócios	Pós-Graduação	1	456
	Gestão Estratégica de Negócios	Pós-Graduação	1	360
	Administração Financeira	Pós-Graduação	1	413
	Direito e Processo de Trabalho	Pós-Graduação	1	360
	Gestão Estratégica e de Pessoas	Pós-Graduação	1	360
	Gestão Estratégica e de Pessoas	Pós-Graduação	1	360
SC	Direito Processual Civil	Pós-Graduação	1	360
TO	Extensão Rural e Agricultura Familiar	Pós-Graduação	1	390
Matriz	Agronegócios (Mestrado)	Mestrado	1	888
	Agronegócios (Mestrado)	Mestrado	1	512
	Direito (Mestrado)	Mestrado	1	465
	MBA Gerência de Projetos	Pós-Graduação	1	360
	Geoprocessamento	Pós-Graduação	1	525
	Geoprocessamento	Pós-Graduação	1	525
	Contabilidade e Controladoria Pública e Docência Superior	Pós-Graduação	1	510
	Planejamento Trib., Gestão, Auditoria Tribut. e Docência Superior	Pós-Graduação	1	510
	Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação	Pós-Graduação	1	420
	Direito Público	Pós-Graduação	1	360
	Direito Civil e Processo Civil	Pós-Graduação	1	360
	MBA em Recursos Humanos	Pós-Graduação	1	360
	Gestão Pública com Ênfase na Administração Pública	Pós-Graduação	1	455
	Software Livre	Pós-Graduação	1	540
	Crimes e Perícias Eletrônicas	Pós-Graduação	1	435
Subtotal			**35**	**15.267**
Total Geral			**44**	**19.146**

Fonte: Sureg/Gecap

Quadro 4.56
Demonstrativo Detalhado - Número de Treinandos – Por Sureg - 2007

Área de Conhecimento	Unidades com Processo individualizado										Matriz e Sureg Consolidada														Total Conab
	AM	CE	GO	MG	MT	PE	PR	RS	RO	Total	Mtz	BA	ES	MA	MS	PA	PB	PI	RJ	RN	SC	SP	TO	Total	
Planejamento	13	144	13	17	14	55	19	20	17	312	304	12	14	9	14	11	11	14	11	9	22	11	10	452	764
Operacional	15	23	59	14	27	25	16	11	26	216	237	16	15	28	17	11	27	25	10	29	16	16	13	460	676
Administrativa	57	83	52	14	13	59	11	29	10	328	150	1	112	6	7	4	23	20	2	69	42	32	4	472	800
Financeira	15	-	6	24	1	-	-	-	-	46	69	1	1	8	15	4	12	6	2	1	3	-	1	123	169
Gerencial	-	-	22	-	-	1	-	-	-	23	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	35
Informática	-	-	31	7	2	-	-	-	-	40	131	9	33	-	-	-	-	-	2	-	-	-	9	184	224
Qualidade	1	-	-	-	2	-	-	-	-	3	4	-	-	-	-	-	2	13	-	-	-	-	-	19	22
Jurídica	1	1	1	3	2	2	2	1	1	14	102	1	2	1	3	1	2	1	4	3	4	3	1	128	142
Auditoria	10	8	-	-	-	7	-	-	30	55	34	27	4	25	8	9	-	22	20	1	16	-	15	181	236
Comunicação Social	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	7	1	1	-	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	27
Educ e.Desenv.R.H.	4	2	3	3	3	66	6	3	8	98	388	1	4	66	2	2	17	4	2	38	3	2	1	530	628
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Totais por Unidade	117	262	188	83	65	216	55	65	93	1.144	1.438	69	186	143	67	43	95	106	54	151	107	65	55	2.579	3.723
Total Conab	3.723																								
% sobre total Conab	3,1	7,0	5,0	2,2	1,7	5,8	1,5	1,7	2,5	30,7	38,6	1,9	5,0	3,8	1,8	1,2	2,6	2,8	1,5	4,1	2,9	1,7	1,5	69,3	100,0

Quadro 4.57
Demonstrativo Detalhado – Homens/Hora Treinados – Por Sureg - 2007

Área de Conhecimento	Homens/hora treinados																							Total Ho/h	Análise vertical %
	Unidades com Processo individualizado									Matriz e Sureg Consolidada															
	AM	CE	GO	MG	MT	PE	PR	RS	RO	Mtz	BA	ES	MA	MS	PA	PB	PI	RJ	RN	SC	SP	TO		
Planejamento	167	2.351	156	720	172	553	1.117	222	638	7.826	164	893	121	166	904	588	356	504	108	223	127	511	18.587	24
Operacional	458	738	1.303	856	859	940	560	395	1.014	3.482	1.082	435	738	654	575	666	584	326	1.790	673	358	474	18.960	24
Administrativa	915	768	1.176	263	214	869	198	720	210	2.426	16	391	104	73	66	219	384	56	1.486	448	126	92	11.220	14
Financeira	180	-	100	90	8	-	-	-	-	2.242	8	35	96	120	31	135	48	368	413	108	-	420	4.402	6
Gerencial	-	-	88	-	-	390	-	-	-	54	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	532	1
Informática	-	-	980	334	157	-	-	-	-	4.908	450	1.011	-	-	-	-	-	66	-	-	-	258	8.164	10
Qualidade	12	-	-	-	56	-	-	-	-	64	-	-	-	-	-	30	260	-	-	-	-	-	422	1
Jurídica	36	36	36	49	510	54	51	36	36	3.463	36	426	36	86	36	44	36	81	404	432	59	36	6.019	8
Auditoria	120	64	-	-	-	84	-	-	240	194	108	1.448	100	32	36	-	88	80	4	64	-	120	2.782	4
Comunicação Social	12	12	12	12	12	12	12	12	12	102	12	12	-	12	12	12	12	12	12	12	12	12	342	0
Educ e.Desenv.R.H.	44	8	10	84	28	332	16	28	23	4.152	4	58	968	8	8	136	68	8	4	28	8	4	7.447	9
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais por Unidade	4	7	1	8	6	4	4	3	3	3	0	9	3	1	8	0	1.836	1	1	8	690	7	78.877	100
Total Conab	78.877																								
% sobre total Conab	2,5	5,0	4,9	3,1	2,6	4,1	2,5	1,8	2,8	36,7	2,4	6,0	2,7	1,5	2,1	2,3	2,3	1,9	7,2	2,5	0,9	2,4		

4.3.22 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- Coordenador nacional da Ação: Rafael Ferreira Fontes

4.3.22.1 – Resultados

0022 - Cumprimento de Sent. Jud. Trans.em Julg. Dev. por Emp. Púb.e Soc.de Econ. Mista		
Controle: SIAFI – PTRES 1687 **–** Programa de Trabalho 28.846.0901.**0022**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 10.010.660,00**	
Execução Orçamentária	R$ 9.625.966,50	96,16
Meta Física	**-**	
Execução Física	-	-

A Secretaria de Orçamento federal-SOF não acatou a proposta da Conab, à época da elaboração do Orçamento-2007, que solicitava aporte de recursos no valor de R$46.000.000,00, sendo consignada na LOA dotação orçamentária de R$2.246.756,00. Em decorrência das decisões judiciais a Conab solicitou e foram aprovadas suplementações no valor de R$7.763.904,00 (R$5.000.000,00, Decreto de 03/04/2007; R$1.168.759,00, Decreto de 06/11/2007; e R$1.595.145,00, Decreto de 27/11/2007), totalizando R$10.010.660,00. No exercício foram liquidados em nível nacional R$9.625.966,50, representando 96,16% da dotação final, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.58
Demonstrativo de Execução da Despesa - Em (R$)

Sureg	Elemento de Despesa		Total	Part. (%)
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais		
AM	17.134,10	54.257,78	71.391,88	0,74
CE	109.117,78	423,78	109.541,56	1,14
GO	205.244,76	302.284,98	507.529,74	5,27
MG	37.834,59	134.046,60	171.881,19	1,79
MT	55.018,56	209.111,79	264.130,35	2,74
PE	44.025,92	905.783,83	949.809,75	9,87
PR	33.213,66	621.815,81	655.029,47	6,8
RO	28.675,12	119.946,56	148.621,68	1,54
RS	23.817,52	290.358,66	314.176,18	3,26
Subtotal	**554.082,01**	**2.638.029,79**	**3.192.111,80**	**33,16**
BA	55.469,23	12.864,79	68.334,02	0,71
ES	36.531,57	1.165.348,67	1.201.880,24	12,49
MA	192.872,07	66.729,08	259.601,15	2,7
PA	16.033,73	741.376,02	757.409,75	7,87
PB	4.808,65	268.113,70	272.922,35	2,84
PI	172.433,09	156.795,61	329.228,70	3,42
RJ	12.317,56	412.978,39	425.295,95	4,42
RN	4.993,78	769.676,26	774.670,04	8,05
SC	19.975,12	0,00	19.975,12	0,21
SP	15.109,43	761.029,44	776.138,87	8,06
TO	4.808,65	80.800,03	85.608,68	0,89
Matriz	98.543,33	1.364.246,50	1.462.789,83	15,2
Subtotal	**633.896,21**	**5.799.958,49**	**6.433.854,70**	**66,84**
Total	**1.187.978,22**	**8.437.988,28**	**9.625.966,50**	**100,00**

Fonte: Siafi Gerencial

4.3.23 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge.
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.23.1 – Resultados

002F - Cumprimento de Déb. Jud. Per. Vincendos Dev. por Emp. Púb. e Soc. de Econ. Mista		
Controle: SIAFI – PTRES 1686 **–** Programa de Trabalho 28.846.0901.**002F**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 60.000,00**	
Execução Orçamentária	R$ 36.026,32	60,04
Meta Física	**-**	
Execução Física	-	-

Durante o exercício foram pagos R$36.026,32, representando 60,04% da

dotação de R$60.000,00, aprovada na LOA. Os pagamentos foram efetuados na Matriz (R$11.897,62), Sureg/GO (R$12.560,70) e Sureg/RS (R$11.568,00), referentes a indenizações de acidentes a terceiros ocorridos dentro das instalações da Companhia.

4.3.24 – (0284) Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Visa atender ao pagamento de amortização e encargos da dívida externa contraída com a United States Agenay for International Development-USAID, conforme Contrato assinado entre as partes, em 8 de novembro de 1971.
- **Descrição:** Trata-se de um Contrato onde a Conab, nas datas programadas efetua o pagamento das parcelas da dívida em conformidade com as cláusulas estabelecidas e a taxa de câmbio do dia. Os recursos do financiamento foram utilizados na comercialização agrícola do Nordeste e para a aquisição de equipamentos para as diversas empresas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento-SINAC e Centrais de Abastecimento-CEASA, à época.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Rafael Ferreira Fontes

4.3.24.1 – Resultados

0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa		
Controle: SIAFI – PTRES 1681 **–** Programa de Trabalho 28.844.0906.**0284**.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária	**R$ 105.018,00**	
Execução Orçamentária	R$ 46.550,02	44,43
Meta Física	**-**	
Execução Física	-	-

Durante o período foram pagos R$46.550,02, representando 44,33% da dotação de R$105.018,00, aprovada na LOA/07. O pagamento foi efetuado na Matriz, sendo R$7.616,17 referentes a juros e R$38.933,85 de amortização do principal.

Pelo Decreto n.º 5.994, de 19 de dezembro de 2006, foram transferidas ao Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional as obrigações financeiras decorrentes de contratos de financiamento externos, tomados pela União, cujos desembolsos tenham sido totalmente realizados pelos credores. Por intermédio do Decreto de 10 de julho de 2007, foi cancelada a dotação orçamentária no valor de R $57.074,00 e transferida ao MF/STN, restando no fim do exercício, saldo orçamentário de R$1.393,98.

4.4 – Outras Ações

4.4.1 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público

1) - Vendas dos Estoques Governamentais - Vínculo AGF e COV

Em 2007, a Conab ofertou para venda em leilão público 1.573.035 toneladas de diversos produtos agrícolas, tendo sido negociadas 1.433.586 toneladas (91,14% da oferta).

Destacou-se o milho com oferta de 1.371.613 toneladas e venda de 1.257.646 toneladas (91,70% da oferta) motivada pelo aumento da demanda, com conseqüente aumento dos preços em nível de consumidor. As vendas estiveram concentradas no Estado do Mato Grosso que representaram 67,22% das vendas deste produto.

Quadro 4.59
Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

Sureg	UF	Produto	Quantidade (t)		Valor da Operação(R$)	
			Ofertada	Vendida	S/ ICMS	C/ ICMS
Suregs com Processos Individualizados						
CE	CE	Milho	7	-	-	-
GO	GO	Algodão	26	16	32.953,89	37.169,61
		Milho	110.671	79.275	25.207.970,41	25.837.823,11
		Arroz	443	443	216.159,93	222.837,09
		Feijão	360	360	382.094,15	422.585,44
MG	MG	Milho	94.693	94.693	37.259.892,13	38.178.542,53
MT	MT	Arroz	111.312	99.133	33.249.009,81	33.925.574,19
		Algodão	867	36	98.128,33	110.310,77
		Milho	879.448	845.380	219.454.572,39	232.921.660,90
		Quirera de milho	43	43	5.868,45	5.868,45
		Sorgo	17.148	17.148	2.393.148,46	2.433.417,31
PE	AL	Milho	14	14	5.184,00	5.184,00
PR	PR	Milho	108.806	106.187	39.467.060,80	40.319.496,28
		Algodão	832	832	2.248.347,15	2.527.447,87
		Feijão	22.143	22.143	21.530.369,08	21.618.247,67
		Fécula	968	-	-	-
RO	RO	Arroz	2.943	2.943	1.012.496,58	1.218.203,84
		Milho	9.095	7.675	1.964.070,00	1.964.070,00
		Sorgo	818	818	184.124,25	184.124,25
RS	RS	Arroz	778	680	195.598,96	198.402,98
		Feijão	1.126	1.019	930.672,80	1.023.823,09
		Milho	11	-	-	-
		Soja	5.687	5.613	2.831.255,32	2.831.255,32
Subtotal			**1.368.239**	**1.284.452**	**388.668.976,89**	**405.986.044,70**
Suregs com Processo Consolidado						
MS	MS	Milho	155.224	110.818	37.904.798,34	41.673.757,21
		Feijão	659	659	767.469,84	870.350,10
		Algodão	988	505	1.454.404,27	1.652.731,82
		Trigo	24	24	9.712,00	11.036,23
PA	PA	Arroz	3.925	3.398	1.167.333,16	1.332.104,36
RJ	RJ	Milho	41	-	-	-
SC	SC	Arroz	10.206	-	-	-
		Feijão	17.023	17.023	18.044.112,18	18.843.287,55
SP	SP	Milho	13.603	13.603	5.379.283,53	5.379.283,53
		Algodão	3.049	3.049	8.983.649,15	8.983.649,22
TO	TO	Arroz	54	54	20.844,00	20.844,00
Subtotal			**204.797**	**149.134**	**73.731.606,47**	**78.767.044,02**
Total Geral			**1.573.035**	**1.433.586**	**462.400.583,36**	**484.753.088,72**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

2 – Vendas de Produtos da Agricultura Familiar

Dos estoques vinculados ao PAA foram vendidas, em 2007, 50.490 toneladas de diversos produtos, destacando-se o feijão com venda de 35.450 toneladas (70,2%), motivada pelo aumento dos preços registrado no fim do exercício.

Quadro 4.60
Vendas – Agricultura Familiar

Sureg	UF	Produto	Quantidade (t) Ofertada	Valor da Operação		
				Vendida	S/ ICMS	C/ ICMS
Suregs com Processos Individualizados						
CE	CE	Farinha de mandioca	427	-	-	-
GO	GO	Milho	76	76	26.840,00	26.840,00
MG	MG	Arroz	264	39	16.845,46	17.672,78
MT	MT	Arroz	3.885	3.885	1.464.271,56	1.470.319,56
		Milho	4.081	1.156	266.454,04	269.066,79
PE	AL	Feijão	36	-	-	-
		Farinha de mandioca	398	-	-	-
	PE	Feijão	1.115	-	-	-
		Farinha de mandioca	682	-	-	-
PR	PR	Feijão	21.777	21.777	25.473.117,92	25.590.824,84
		Arroz	104	104	39.951,84	39.951,84
RS	RS	Feijão	8.218	8.218	8.631.686,86	9.385.783,32
Subtotal			**41.062**	**35.254**	**35.919.167,68**	**36.800.459,13**
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	Feijão	5.338	120	144.000,00	144.000,00
		Farinha de mandioca	564	-	-	-
	SE	Feijão	778	-	-	-
MA	MA	Milho	1.603	1.575	413.992,00	450.417,94
		Farinha de mandioca	25	-	-	-
MS	MS	Milho	5.100	5.098	1.349.919,38	1.474.631,64
PA	PA	Arroz	355	180	66.060,00	79.588,80
PI	PI	Castanha de caju	229	229	183.479,20	208.478,24
		Farinha de mandioca	135	-	-	-
		Arroz	431	226	99.146,98	116.506,81
SC	SC	Arroz	33	-	-	-
		Feijão	5.404	5.335	7.379.061,95	7.857.498,66
SP	SP	Milho	40	40	13.360,00	13.360,00
TO	TO	Arroz	2.606	2.432	822.552,01	836.140,48
Subtotal			**22.642**	**15.236**	**10.471.571,52**	**11.180.622,57**
Total			**63.704**	**50.490**	**46.390.739,20**	**47.981.081,70**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

3) Vendas dos Estoques Próprios

Em 2007, a Conab ofertou para venda em leilão público 229 toneladas de produtos agrícolas e 33.694 litros de vinho branco dos estoques próprios (produtos recebidos em pagamento a serviços de armazenagem) e vendeu 221 toneladas de produtos, conforme detalhado no quadro 4.61.

Quadro 4.61
Demonstrativo de Vendas – Estoque Próprio

Sureg	UF	Produto	Quantidade (t)		Valor da Operação(R$)	
			Ofertada	Vendida	S/ ICMS	C/ ICMS
GO(*)	GO	Algodão	4	4	7.719,32	7.583,17
		Mamona	24	24	13.029,50	13.029,50
		Milho	8	8	1.904,32	1.904,32
		Arroz	27	27	11.223,40	11.568,62
MT(*)	MT	Arroz	167	167	35.028,00	35.028,00
Total (em tonelada)			**229**	**228**	**68.904,54**	**69.113,61**
RS(*)(1)	RS	Vinho branco	16.847	-	-	-
Total vinho (em litros)			**16.847**	**-**	**-**	**-**
Total Geral			**-**	**-**	**68.904,54**	**69.113,61**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
(1) em litros
(*) Suregs com Processos Individualizados

b) – Contrato Público de Opção de Venda

Em decorrência da queda nos preços recebidos pelos produtores de arroz nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, registrada no início de 2007 com tendência de permanência durante o período de colheita, a Conab, objetivando absorver parte da oferta, fez o lançamento de 33.711 Contratos de Opção de Venda com vencimentos nos meses de agosto e outubro.

Nos leilões foram negociados 31.767 contratos (94,2% da oferta), totalizando 857.709 toneladas. O valor total das operações, caso fossem exercidos todos os contratos, seria de R$437.043.060,00 e o prêmio pago pelos adquirentes foi de R$5.418.156,10, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.62
Contrato Público de Opção de Venda

UF	Produto	N.º Contratos (1)		Quantidade Contratada (t)	Valor do Prêmio (R$)	Valor da Operação (R$)
		Ofertados	Vendidos			
SC	Arroz em casa	3.367	2.733	73.791	189.378,29	37.451.970,00
RS	Arroz em casa	30.344	29.034	783.918	5.228.777,81	399.591.090,00
Total		**33.711**	**31.767**	**857.709**	**5.418.156,10**	**437.043.060,00**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom
Nota: Cada contrato corresponde a 27 toneladas de produto.

Da quantidade contratada foram adquiridas pela Conab 489.065 toneladas ao custo total de R$248.050.883,92, conforme detalhado na Ação: Formação de Estoques Públicos.

c) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei 8.171, de 17/01/91) o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação quanto ao desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranqüilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.° daquela Lei, destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua

família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode-se vislumbrar no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.° 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

Dessa forma, o Programa Vendas em Balcão foi concebido objetivando possibilitar, de forma direta, condições de eqüidade ao acesso dos estoques públicos aos criadores e agroindústrias de pequeno porte, bem como aos varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em todo o território nacional, propiciando a sustentabilidade do empreendimento do beneficiário, gerando emprego e renda em área rurais mais necessitadas, inibindo, por conseqüência, o êxodo rural.

Também foram incluídos como beneficiários as secretarias estaduais e municipais de agricultura, federações da agricultura e pecuária, sindicatos rurais, associações de classe e outras entidade afins, bem como universidades, escolas técnicas, centros de pesquisas e demais entidades públicas e privadas afins, que devem apresentar estudos prévios de assistência de benefícios diretos ou de pesquisa técnica.

Visando permitir uma participação maior na demanda aos estoques públicos, as quantidades para compra mensal estão limitadas por produto e cliente, da seguinte forma:

- Milho em grãos = 14 toneladas para as regiões Norte e Nordeste e 27 toneladas para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul;
- Arroz em casca = 100 toneladas;
- Castanha de caju = 10 toneladas;
- Trigo = 50 toneladas; e,
- Embalagens (sacaria) = 1.000 unidades

O ano de 2007 foi marcado por aumento tanto do lado da produção interna de grãos quanto das demandas interna e externa, notadamente para o milho, causado, principalmente, pelo crescimento da procura externa para arraçoamento animal e pela corrida mundial para a diversificação da matriz energética alternativa.

Neste cenário, pôde-se verificar crescimento acentuado nas vendas de milho dos estoques públicos, pelos instrumentos de comercialização utilizados pela Conab, dentre eles o Programa de Vendas em Balcão, instrumento este, que tem no milho em grãos, seu principal produto de venda, representando quase a totalidade das ofertas efetuadas.

Em 2007, as vendas totalizaram 540 toneladas de arroz em casca no Estado de Rondônia, com redução de 175,14% sobre as realizadas em 2006; 286 toneladas de castanha de caju (RN) com crescimento expressivo em relação a 2006 e 219.488 toneladas de milho em grãos, sendo registrados incrementos de 102,84% e 291,06%

sobre as quantidades comercializadas em 2006 e 2005, respectivamente.

O aumento da demanda interna e externa por milho em grãos provocou, em um primeiro momento, redução na necessidade de intervenção do Governo Federal com a aquisição de produtos e formação de estoques públicos e, em seguida, aumento da venda do produto disponível para abastecimento do mercado interno e redução de preços em nível de consumidor.

Relativamente à receita de vendas de milho em grãos verificou-se que, em 2006, ela totalizou R$32.212.225,70 (aumento de 70,01% em relação ao exercício de 2005) enquanto o preço médio apresentou queda de 11,81% (caindo de R$337,58/t para R$297,70/t). Em 2007 o valor somou R$80.547.911,71, com crescimento de 150,05% sobre as do ano anterior e 325,12% em relação ao de 2005. Quanto ao preço médio de 2005, houve variação positiva de 8,71% (de R$337,58/t para R$366,98/t) e em relação ao exercício anterior a variação foi de 23,27% (de R$297,70/t para R$366,98/t).

O quadro a seguir detalha as quantidades vendidas por UF em 2005, 2006 e 2007.

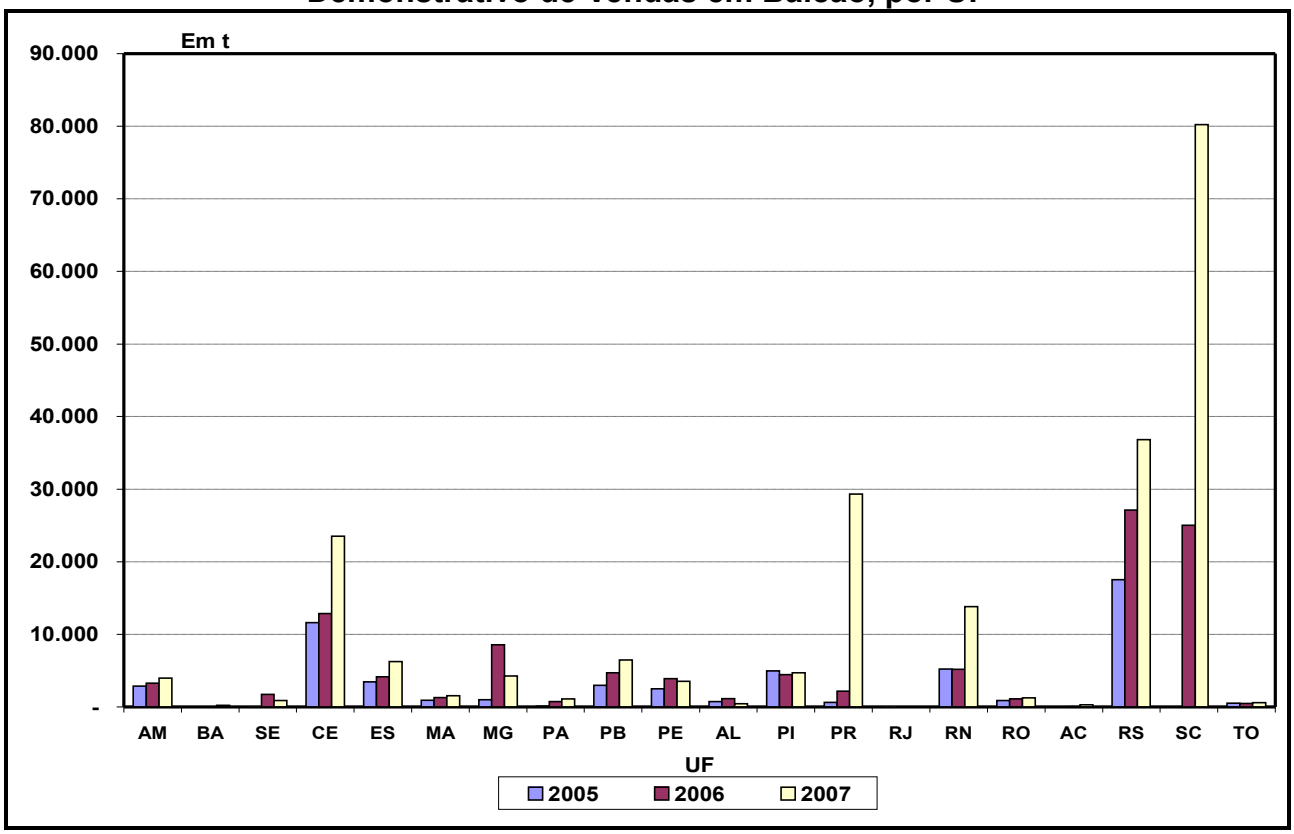
Quadro 4.63
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF e Produto

Sureg	UF	2005			2006			2007		
		Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R$)	N.º Clientes
Arroz em Casca										
PI	PI	-	-	-	8	3.440,26	1	-	-	-
RO*	RO	-	-	-	2.172	777.976,13	100	540	255.061,70	22
Subtotal		**-**	**-**	**-**	**2.180**	**781.416,39**	**101**	**540**	**255.061,70**	**22**
Castanha de Cajú										
PI	PI	-	-	-	13	13.384,25	7	-	-	-
RN	RN	-	-	-	-	-	-	286	264.580,36	79
RO*	RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		**-**	**-**	**-**	**13**	**13.384,25**	**7**	**286**	**264.580,36**	**79**
Milho										
AM*	AM	2.866	959.780,38	488	3.298	1.150.783,96	913	3.979	1.794.134,08	870
BA					4	1.417,92	2	230	95.848,69	65
	SE	42	14.516,17	10	1.765	604.479,11	420	914	348551,53	191
CE*	CE	11.612	4.358.368,41	3.088	12.885	4.676.705,42	3.752	23.546	9.456.718,73	6.457
ES	ES	3.454	1.109.582,26	1.406	4.161	1.422.895,43	2.861	6.256	2.661.114,40	3.219
MA	MA	934	336.769,36	252	1.299	507.290,68	443	1.569	635.345,92	596
MG*	MG	983	275.818,51	655	8.594	2.388.252,01	3.866	4.295	1.783.200,93	1.733
PA	PA	140	42.968,63	17	759	224.543,84	90	1.105	401.910,19	111
PB	PB	3.009	1.141.428,85	740	4.697	1.759.790,85	1.067	6.500	2.690.289,01	1.438
	PE	2.519	840.109,14	778	3.916	1.420.178,67	719	3.551	1.437.875,11	633
PE*	AL	744	259.518,01	228	1.169	424.237,33	328	441	201.915,17	123
PI	PI	4.984	1.817.751,83	2.114	4.449	1.764.173,72	1.951	4.733	2.153.679,53	2.131
PR*	PR	624	170.859,65	105	2.181	609.534,90	233	29.320	10.718.775,44	2.011
RJ	RJ	16	4.049,44	3	-	-	-	-	-	-
RN	RN	5.254	2.010.754,60	2.392	5.202	2.015.799,86	3.143	13.845	5.605.516,88	6.657
RO*	RO	888	233.122,67	1.524	1.129	320.274,36	2.326	1.262	432.925,72	4.241
	AC	-	-		52	15.445,20	115	314	119.532,58	549
RS*	RS	17.525	5.184.701,62	5.939	27.141	6.093.327,05	5.625	36.822	13.227.005,48	3.798
SC	SC	-	-		25.028	6.648.480,49	2.876	80.211	26.549.509,07	8.880
TO	TO	533	187.153,06	675	476	164.614,90	515	595	234.063,25	624
Subtotal		**56.127**	**18.947.252,59**	**20.414**	**108.205**	**32.212.225,70**	**31.245**	**219.488**	**80.547.911,71**	**44.327**
Total Geral		**56.127**	**18.947.252,59**	**20.414**	**110.398**	**33.007.026,34**	**31.353**	**220.314**	**81.067.553,77**	**44.428**

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab
* Suregs com processo individualizado.

Tradicionalmente, as maiores vendas são realizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2007, estes absorveram 53,32% do total vendido de milho, com crescimento de 220,5% e 35,7% sobre as efetivadas no ano anterior, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 4.02
Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF



Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Considerando que os atendimentos são efetuados em unidades armazenadoras próprias ou credenciadas pela Conab próximas aos logradouros dos beneficiários cadastrados, para dar andamento à disponibilização de milho para o Programa houve necessidade de reordenamento dos estoques públicos, especialmente daqueles armazenados no Estado do Mato Grosso, para diversas Unidades da Federação, conforme descrito na Ação: Formação de Estoques Públicos.

Os valores arrecadados com a venda dos estoques vinculados à PGPM foram transferidos para o Tesouro Nacional, e aqueles decorrentes dos estoques do PAA foram direcionados ao MDA ou MDS, conforme a origem dos recursos utilizados na aquisição dos produtos.

d) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Até o fim do exercício foram negociadas 1.175.040 toneladas de milho em grãos, tendo sido comprovado o escoamento de 699.994 t, cujo valor da operação acrescido do ICMS correspondeu a R$ 136.299,506,00. O valor pago após a comprovação do escoamento do produto foi da ordem de R$ 83.126.478,00. Também foram ofertadas 207.739 toneladas de arroz nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que não chegaram a ser negociadas devido a ausência de compradores.

Quadro 4.64
Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP

UF Origem	UF Destino	Quantidade (t)		Prêmio		Valor Realizado
		Negociada	Comprovada	Previsto	Pago	
GO	AL	12.519	12.319	1.588.249,00	1.566.849,00	98,7%
	BA	15.820	5.866	1.985.913,00	729.196,00	36,7%
	CE	39.934	37.340	5.286.841,00	4.926.235,00	93,2%
	ES	36.948	35.362	2.762.677,00	2.601.040,00	94,1%
	MA	2.020	2.020	263.660,00	263.660,00	100,0%
	MG	10	-	950,00	-	-
	PA	7.000	6.840	721.600,00	702.560,00	97,4%
	PB	19.137	18.773	2.569.223,00	2.522.548,00	98,2%
	PE	109.721	107.923	14.121.563,00	13.883.649,00	98,3%
	PI	4.999	4.999	666.370,00	666.370,00	100,0%
	RN	4.903	4.902	614.840,00	614.802,00	100,0%
	SE	9.933	9.573	1.234.554,00	1.189.074,00	96,3%
	TO	2.000	2.000	168.000,00	168.000,00	100,0%
Subtotal		**264.944**	**247.917**	**31.984.440,00**	**29.833.983,00**	**93,3%**
MS	AL	12.082	11.373	1.769.880,00	1.656.504,00	93,6%
	BA	27.737	19.697	4.471.090,00	3.076.130,00	68,8%
	CE	41.373	38.853	6.538.194,00	6.068.394,00	92,8%
	ES	74.392	70.838	8.723.005,00	8.269.544,00	94,8%
	MA	150	150	23.700,00	23.700,00	100,0%
	PA	833	0	138.789,00	0,00	0,0%
	PB	23.490	19.570	3.575.143,00	2.926.174,00	81,8%
	PE	56.206	50.126	9.181.012,00	8.164.372,00	88,9%
	PI	920	800	166.200,00	147.000,00	88,4%
	RN	2.713	2.713	441.290,00	441.290,00	100,0%
	SE	2.430	1.830	434.793,00	330.633,00	76,0%
	TO	1.600	400	183.200,00	69.200,00	37,8%
Subtotal		**243.926**	**216.350**	**35.646.296,00**	**31.172.941,00**	**87,5%**
MT	AC	200	0	16.420,00	0,00	0,0%
	AL	9.741	2.711	1.523.145,00	332.908,00	21,9%
	AM	23.954	13.717	1.410.229,00	664.590,00	47,1%
	BA	46.918	760	6.102.006,00	95.960,00	1,6%
	CE	77.126	38.442	10.784.837,00	4.560.309,00	42,3%
	ES	117.926	72.842	10.318.472,00	4.847.108,00	47,0%
	MA	288	288	41.062,00	41.062,00	100,0%
	MG	46.939	0	2.972.985,00	0,00	0,0%
	PA	6.702	3.216	469.292,00	159.492,00	34,0%
	PB	37.103	16.414	5.196.600,00	1.791.049,00	34,5%
	PE	124.655	69.586	17.735.505,00	8.166.154,00	46,0%
	PI	2.120	960	340.148,00	123.908,00	36,4%
	RJ	3.630	3.110	280.248,00	229.548,00	81,9%
	RN	4.953	3.673	679.872,00	436.852,00	64,3%
	RO	1.374	0	136.902,00	0,00	0,0%
	RS	112.406	5.500	6.441.552,00	287.500,00	4,5%
	SC	20.848	0	1.315.728,00	0,00	0,0%
	SE	6.022	2.288	883.098,00	265.814,00	30,1%
	SP	21.283	1.000	1.906.115,00	58.000,00	3,0%
	TO	1.982	1.220	114.554,00	59.300,00	51,8%
Subtotal		**666.170**	**235.727**	**68.668.770**	**22.119.554,00**	**32,2%**
Total		**1.175.040**	**699.994**	**136.299.506,00**	**83.126.478,00**	**61,0%**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

(a) Notas: Arroz – o destino pode ser qualquer localidade exceto os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e os Estados que compõem as regiões Norte e Nordeste.

(b) Notas: Milho – Destino: Norte, Nordeste, Espírito Santo e norte de Minas Gerais.

4.4.2 - Serviços de Armazenagem

A receita de armazenagem de produtos de terceiros apresentou elevação de 26,1% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2006, tendo como motivo principal o aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 3,53%. Por outro lado os estoques públicos tiveram redução de 26,43%, totalizando queda total de 17,8%.

Quadro 4.65
Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Sureg	Estoque (em t)						Var. %	Receita com Produtos de Terceiros (R$1,00)		
	2006			2007						
	Governo	Terceiros	Total (a)	Governo	Terceiros	Total(b)	(b/a)	2006	2007	Var. (%)
Suregs com Processos Individualizados										
AM	796	98	894	907	49	956	6,9	16.216,44	697,31	-95,7
CE	15.171	2.202	17.373	17.658	2.349	20.007	15,2	273.441,48	371.961,25	36,0
GO	64.092	42.183	106.275	16.959	35.425	52.384	-50,7	3.664.896,67	4.010.790,73	9,4
MG	20.440	30.212	50.652	83.889	28.705	112.594	122,3	2.522.842,42	2.458.769,51	-2,5
MT	129.645	4.742	134.387	96.637	7.187	103.824	-22,7	455.340,72	1.634.762,85	259,0
PE	11.760	476	12.236	7.673	629	8.302	-32,2	17.649,52	111.621,90	532,4
PR	128.401	75.541	203.942	39.743	94.451	134.194	-34,2	4.262.186,54	6.344.217,15	48,8
RO	4.725	2.024	6.749	2.320	1.586	3.906	-42,1	96.230,86	212.375,87	120,7
RS	1.367	9.504	10.871	900	9.688	10.588	-2,6	5.008.404,41	5.008.725,88	0,0
Subtotal	376.397	166.982	543.379	266.686	180.069	446.755	-17,8	16.317.209	20.153.922	23,5
Suregs com Processo Consolidado										
BA	9.283	1.339	10.622	8.454	663	9.117	-14,2	70.924,95	49.278,64	-30,5
ES	3.664	1.392	5.056	5.656	2.767	8.423	66,6	434.878,50	812.505,90	86,8
MA	4.082	10.247	14.329	3.119	9.650	12.769	-10,9	769.133,35	923.039,52	20,0
MS	113.014	14.908	127.922	80.262	12.327	92.589	-27,6	660.984,14	1.196.715,04	81,1
PA	6.486	723	7.209	4.514	406	4.920	-31,8	282.742,40	228.572,42	-19,2
PB	2.085	30	2.115	4.611	54	4.665	120,6	10.816,72	9.690,40	-10,4
PI	8.482	624	9.106	7.597	349	7.946	-12,7	29.423,74	27.214,18	-7,5
RJ	465	8.640	9.105	695	8.640	9.335	2,5	464.873,32	597.300,07	28,5
RN	4.415	11	4.426	10.906	2	10.908	146,5	5.483,75	1.446,80	-73,6
SC	3.345	4.348	7.693	2.819	4.296	7.115	-7,5	108.684,92	96.205,14	-11,5
SP	6.595	10.313	16.908	2.771	9.103	11.874	-29,8	853.902,52	1.091.990,88	27,9
TO	5.864	2.372	8.236	2.242	1.447	3.689	-55,2	41.556,41	112.303,45	170,2
Matriz	-	-	-	-	-	-	-	19.346,72	0,00	-100,0
Subtotal	167.780	54.947	222.727	133.646	49.704	183.350	-17,7	3.752.751,44	5.146.262,44	37,1
Total	**544.177**	**221.929**	**766.106**	**400.332**	**229.773**	**630.105**	**-17,8**	**20.069.960,50**	**25.300.184,89**	**26,1**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

4.4.3 Remoção de Produto

4.4.3.1 – Remoção de Produtos da Agricultura Familiar

Durante o exercício foi contratada, via leilões eletrônicos realizados na Matriz, a remoção de 38.885 toneladas de diversos produtos agrícolas adquiridos pelo PAA (2.320 t de arroz, 1.176 t de açúcar cristal, 144 t de castanha de caju, 183 t de cestas básicas, 9.501 t de farinha de mandioca, 22.322 t de feijão), conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.66
Demonstrativo da Remoção de Produtos vinculados ao PAA

Sureg	UF	Valor		Quantidades (t)				
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
Suregs com Processos Individualizados								
CE	CE	2.967,64	2.703,54	25	25	-	-	0
MT	MT	367464,2	367.464,20	2.000,00	799	285	-	916
	AL	156.245,63	152.832,54	2.870	2.088	782	-	0
PE	PE	542.027,26	540.904,66	4.374	4.234	149	9	0
PR	PR	528.888,88	432.310,22	7.853	7.506	347	-	0
RO	RO	1.307.160,52	1.032.212,29	5.544	3.926	1.788	170	0
RS	RS	68.373,64	68.324,88	2.055	1.984	71	-	0
Subtotal		**2.973.127,77**	**2.596.752,33**	**24.721,00**	**20.562**	**3.422**	**179**	**916**
Suregs com Processo Consolidado								
BA	BA	527.418,88	496.773,65	4.831	4.546	64	-	221
MA	MA	138.747,11	138.747,11	2.400	1.913	487	-	0
MS	MS	139.295,98	135.615,15	2.504	2.217	289	2	0
PA	PA	48584,58	44.239,25	183,00	183	-	-	0
PI	PI	83.412,82	83.413,13	1.000	856	144	-	0
RJ	RJ	3.586,28	3.297,14	47	47	-	-	0
RN	RN	22.398,75	22.398,91	543	242	301	-	0
SC	SC	36.705,35	36.705,53	906	612	294	-	0
SP	SP	150.962,00	150.962,00	1.750	1.671	79	-	0
Subtotal		**1.151.111,75**	**1.112.151,87**	**14.164**	**12.287**	**1.658**	**2**	**221**
Total Geral		**4.124.239,52**	**3.708.904,20**	**38.885**	**32.849**	**5.080**	**181**	**1.137**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

As remoções foram motivadas, principalmente, para a retirada dos produtos do pólos de compra, pois a maioria não possui armazéns para a guarda e conservação dos produtos, tendo esta situação representado 89,34% da contratações (34.741 toneladas). Para a abertura de espaço em unidades armazenadoras foi contratada a remoção de 1.473 toneladas; em atendimento ao Programa Vendas em Balcão, 540 toneladas e para a composição das cestas de alimentos, outras 2.132 toneladas.

4.4.3.2 – Remoção de Produtos para Distribuição Gratuita

Durante o exercício foram contratadas, via leilão eletrônico, realizados na Matriz, a remoção de 1.538 toneladas de diversos produtos alimentícios, adquiridos no âmbito do convênio assinado com o Ministério da Integração Nacional/Defesa Civil (446 toneladas de arroz, 89 t de açúcar, 367 t de cestas básicas, 155 t de farinha de mandioca, 213 t de feijão, 106 t de leite em pó e 172 t de macarrão), conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro 4.67
Demonstrativo das Remoções de Alimentos para Distribuição

Origem	Destino	Valor (R$)		Quantidades (t)		
		Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	A Remover
Suregs com Processos Individualizados						
AM	AM	1.937,73	1.937,73	59	0	59
CE	BA	30.437,83	29.732,51	161	161	0
MT	MS	25.275,60	19.000,19	306	306	0
PE	BA	19.642,07	19.186,03	138	138	0
RO	AM	23.082,49	21.319,95	143	143	0
Subtotal		**100.375,72**	**91.176,41**	**807**	**748**	**59**
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	16.733,54	16.733,55	144	144	0
ES	MT	11.505,47	8.365,50	37	37	0
MS	BA	33.287,41	32.511,44	92	92	0
	MS	9.582,80	8.402,24	230	230	0
	MT	14.481,59	10.518,22	46	46	0
PI	BA	29.350,12	28.670,03	161	161	0
SC	SC	1.877,43	1.492,07	21	21	0
Subtotal		**116.818,36**	**106.693,05**	**731**	**731**	**0**
Total Geral		**217.194,08**	**197.869,46**	**1.538**	**1.479**	**59**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

4.5 - Participação na Execução do Fome Zero

Em 2003, a Conab, observadas as suas competências regimentais, foi inserida no contexto do Fome Zero com funções específicas nas áreas de compra, recepção, controle de qualidade, armazenagem, logística/transporte e distribuição de produtos, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MAPA/MESA n.º 183/03.

Além da distribuição de produtos agrícolas, adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, a Conab recebe e distribui produtos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, de acordo com a Portaria n.º 280, de 07/03/2003, da Secretaria da Receita Federal.

Durante o exercício foram doadas diversas mercadorias, oriundas de recebimento de terceiros (Receita Federal, Associação Brasileira de Papelão Ondulado, Fundação Roberto Marinho, Laboratório Abbot Ltda e Tetra Pak Ltda), totalizando um montante financeiro de R$3.696.459,18, bem como a distribuição de 289.298 unidades de material informativo do Fome Zero (cartilhas, folders, caixas de coleta seletiva e tabela de composição de alimentos).

Além desses, foram distribuídas 41.841 toneladas de diversos produtos, a 3.953 instituições, que prestam relevantes serviços assistenciais às comunidades locais, inclusive prefeituras municipais, conforme demonstrado no Quadro 4.68.

Quadro 4.68
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)

Sureg	N.Ent. Benef.	Produtos																Total	Sacaria
		Açúcar		Arroz		Castanha de Caju	Doce	Farinha		Trigo	Feijão	Fubá	Leite em Pó	Mel	Milho	Semente	Suco		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Em Casca			Mandioca	Milho										
Suregs com Processos Individualizados																			
AM	4	-	-	-	160,5	-	-	17,2	-	-	-	-	-	-	356,1	-	-	533,8	-
CE	44	11,0	-	-	1.456,4	-	-	580,9	-	-	7,0	-	-	-	485,7	-	-	2.541,0	-
GO	186	-	-	78,9	910,4	-	-	-	-	-	1.940,4	-	-	-	-	-	-	2.929,7	400,0
MG	104	-	-	-	50,7	-	-	688,8	-	-	1.038,9	-	-	-	-	-	-	1.778,4	-
MT	25	-	-	-	1.096,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	559,6	-	-	1.655,9	-
PE	222	54,2	-	-	-	-	-	1.725,6	-	-	1.167,9	-	-	-	-	-	-	2.947,7	-
PR	788	-	-	-	197,8	-	-	1.157,7	-	-	3.082,9	-	-	27,4	-	-	-	4.465,8	-
RO	40	-	-	-	218,0	14,5	-	-	-	-	804,4	-	-	-	4,5	-	-	1.041,4	-
RS	498	-	-	198,3	-	-	4,9	-	46,8	41,8	1.322,5	38,7	132,7	5,3	-	2,2	4,4	1.797,6	-
Subtotal	**1.911**	**65**	**0**	**277**	**4.090**	**15**	**5**	**4.170**	**47**	**42**	**9.364**	**39**	**133**	**33**	**1.406**	**2**	**4**	**19.691**	**400**
Suregs com Processo Consolidado																			
BA	849	-	-	-	-	-	-	1.429,7	-	-	3.983,9	-	-	-	31,0	-	-	5.444,6	-
ES	14	-	-	-	-	-	-	327,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	327,9	-
MA	81	-	-	-	49,8	-	-	4,3	-	-	-	-	-	-	827,2	-	-	881,3	-
MS	23	0,3	-	-	-	-	-	576,4	-	-	350,1	-	47,2	-	264,0	-	-	1.238,0	-
PA	2	-	-	-	739,8	-	-	141,3	-	-	-	-	-	-	-	-	14,8	895,9	-
PB	60	15,3	-	-	12,0	-	-	50,4	-	-	54,1	-	0,8	20,0	-	-	-	152,6	-
PI	89	18,6	-	-	327,7	-	-	1.422,1	-	-	234,6	-	-	-	639,0	-	-	2.642,0	-
RJ	2	-	-	-	368,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	368,9	-
RN	369	13,3	-	-	-	-	-	366,1	-	-	458,2	-	-	52,8	-	-	-	890,4	-
SC	123	-	18,6	-	-	-	-	341,0	11,8	-	1.679,5	-	-	-	-	-	-	2.050,9	-
SP	286	-	-	-	-	-	-	1.854,5	-	-	915,6	-	-	-	54,0	-	-	2.824,1	-
TO	144	-	-	-	4.425,8	-	-	7,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.433,0	-
Subtotal	**2.042**	**48**	**19**	**0**	**5.924**	**0**	**0**	**6.521**	**12**	**0**	**7.676**	**0**	**48**	**73**	**1.815**	**0**	**15**	**22.150**	**0**
Total	**3.953**	**113**	**19**	**277**	**10.014**	**15**	**5**	**10.691**	**59**	**42**	**17.040**	**39**	**181**	**106**	**3.221**	**2**	**19**	**41.841**	**400**

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepri

4.6 - Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 31 de março a 31 de maio de 2007, o 4.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, com o objetivo de quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31 de maio, data que antecede a entrada da nova safra.

O levantamento é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2000, que tem como um de seus objetivos: "suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola".

No estoque total apurado (17.584.104 sacas beneficiadas) destacaram-se os Estados de Minas Gerais, com 12.757.289 sacas (72,5%), São Paulo, com 2.464.950 sacas (14,02%), Espírito Santo, com 985.104 sacas (5,60%) e o Paraná, com 719.094 sacas (4,09%), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4.69
Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

Em sacas de 60 kg

Entidade / UF	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros	Total
AC	130	-	-	-	-	130
AL	2.513	-	-	-	-	2.513
AM	6.895	-	-	-	-	6.895
BA	50.023	-	21.220	139.745	332	211.320
CE	22.286	-	-	-	3.772	26.058
DF	9.514	-	-	-	-	9.514
ES	80.217	-	381.649	51.526	471.712	985.104
GO	65.077	-	-	-	21.693	86.770
MA	1.311	-	-	-	-	1.311
MG	123.896	6.735	2.701.087	6.397.134	3.528.437	12.757.289
MS	7.798	-	-	-	185	7.983
MT	3.697	-	-	557	2.555	6.809
PA	1.291	-	-	-	-	1.291
PB	6.025	-	-	-	-	6.025
PE	10.777	-	-	-	-	10.777
PI	306	-	-	-	-	306
PR	74.284	103.839	82.476	120.136	338.359	719.094
RJ	15.616	-	-	-	45.200	60.816
RN	33.196	-	-	-	-	33.196
RO	18.057	-	8.483	8.901	18.375	53.816
RS	9.928	-	-	-	-	9.928
SC	6.093	-	-	-	1.886	7.979
SE	113.396	-	-	-	-	113.396
SP	259.705	52.504	571.231	938.447	643.063	2.464.950
TO	834	-	-	-	-	834
Total	**922.865**	**163.078**	**3.766.146**	**7.656.446**	**5.075.569**	**17.584.104**

Fonte: Conab/Diges/Suinf/Gevep

4.7 - Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab, por solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA, realizou no período de 5 a 16/11/2007, o terceiro levantamento da safra brasileira de cana-de-açúcar 2007/2008 e sua destinação (açúcar, álcool e outros). Foram deslocados 47 empregados, que visitaram 355 usinas de açúcar e destilarias de álcool e 60 entidades de classe em todo o território nacional.

Adotou-se como metodologia, a pesquisa de campo, com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agroindustrial sucroalcooleiro e outros usos. Os questionários aplicados nas usinas, destilarias e demais entidades permitiram a tabulação dos dados referentes a esses setores, com a finalidade de possibilitar a mensuração dos resultados.

A produção nacional de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro e a outros fins é de 549,91 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 15,80% (75,11 milhões de toneladas). Desse total, a indústria sucroalcooleira esmagará 86,39% (475,07 milhões de toneladas) e o restante - 13,61% (74,83 milhões de toneladas) - serão destinadas à fabricação de cachaça, à alimentação animal, à sementes e a outros fins.

A área ocupada atualmente com essa cultura é de 6,96 milhões de hectares, superior em 13,0% (800,4 mil hectares) à da safra anterior. Desse total, 82,37% (5,74 milhões de hectares) estão na região Centro-Sul e os 17,63% (1,22 milhões de hectares) restantes, na região Norte/Nordeste. Estima-se para esta safra uma produtividade média de 78,969 kg/ha, superior à safra 2006/07 em 2,5%.

Quadro 4.70
Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produção e Produtividade
Safras 2006/07 e 2007/08

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 06/07	Safra 07/08	VAR. %	Safra 06/07	Safra 07/08	VAR. %	Safra 06/07	Safra 07/08	VAR. %
Norte	**19,8**	**21,5**	**8,50**	**63.732**	**66.687**	**4,60**	**1.261,9**	**1.433,1**	**13,60**
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	4,8	5,8	19,70	56.900	58.500	2,80	273,1	336,4	23,20
AP	-	-		-	-	-	-	-	-
PA	10,5	11,2	7,00	70.160	70.160	-	736,7	788,6	7,00
TO	4,5	4,5	-	56.030	68.473	22,20	252,1	308,1	22,20
Nordeste	**1.123,4**	**1.206,4**	**7,40**	**55.954**	**60.465**	**8,10**	**62.860,3**	**72.942,8**	**16,00**
MA	40,3	41,5	3,00	58.100	61.500	5,90	2.341,4	2.552,9	9,00
PI	12,5	12,9	3,50	65.700	61.645	(6,20)	821,3	797,7	(2,90)
CE	28,9	40,4	40,00	56.120	56.490	0,70	1.619,1	2.281,6	40,90
RN	55,2	61,8	12,00	52.320	56.100	7,20	2.888,1	3.468,1	20,10
PB	112,5	122,1	8,60	52.700	56.830	7,80	5.927,2	6.941,2	17,10
PE	369,6	371,5	0,50	51.173	56.920	11,20	18.913,5	21.142,9	11,80
AL	402,7	412,0	2,30	62.500	65.900	5,40	25.168,8	27.148,2	7,90
SE	31,1	36,7	18,00	52.310	60.817	16,30	1.626,8	2.232,0	37,20
BA	70,7	107,5	52,00	50.270	59.354	18,10	3.554,1	6.378,2	79,50
Centro-Oeste	**604,5**	**710,1**	**17,50**	**75.219**	**78.214**	**4,00**	**45.473,0**	**55.540,3**	**22,10**
MT	209,7	225,5	7,50	67.100	69.500	3,60	14.073,6	15.670,2	11,30
MS	160,0	202,8	26,80	79.250	82.500	4,10	12.676,0	16.732,7	32,00
GO	234,9	281,8	20,00	79.725	82.100	3,00	18.723,4	23.137,4	23,60
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	**3.928,2**	**4.420,9**	**12,50**	**83.806**	**84.086**	**0,30**	**329.204,2**	**371.733,6**	**12,90**
MG	420,0	508,2	21,00	79.900	80.430	0,70	33.558,0	40.874,5	21,80
ES	67,6	71,7	6,00	58.650	62.750	7,00	3.967,1	4.499,2	13,40
RJ	152,3	161,4	6,00	45.000	45.500	1,10	6.853,5	7.345,5	7,20
SP	3.288,2	3.679,5	11,90	86.620	86.700	0,10	284.825,6	319.014,4	12,00
Sul	**487,3**	**604,8**	**24,10**	**73.879**	**79.794**	**8,00**	**36.001,0**	**48.255,6**	**34,00**
PR	436,0	552,0	26,60	78.280	83.650	6,90	34.130,9	46.174,0	35,30
SC	17,1	17,3	1,00	39.188	39.355	0,40	669,7	679,3	1,40
RS	34,2	35,5	3,80	35.100	39.500	12,50	1.200,4	1.402,3	16,80
Norte/Nordeste	**1.143,2**	**1.227,9**	**7,40**	**56.089**	**60.574**	**8,00**	**64.122,2**	**74.375,9**	**16,00**
Centro-Sul	**5.020,0**	**5.735,7**	**14,30**	**81.808**	**82.907**	**1,30**	**410.678,2**	**475.529,5**	**15,80**
Brasil	**6.163,2**	**6.963,6**	**13,00**	**77.038**	**78.969**	**2,50**	**474.800,4**	**549.905,4**	**15,80**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A estimativa da produção nacional de cana-de-açúcar destinada à indústria sucroalcooleira é de 475,07 milhões de toneladas, das quais 47,0% (223,48 milhões de toneladas) são para a fabricação de açúcar e 53,0% (251,59 milhões de toneladas) são para a produção de álcool. Quando comparada à safra 2006/07, verifica-se o crescimento de 10,62% (45,60 milhões de toneladas). No Norte/Nordeste, o aumento foi de 11,24% (6,23 milhões de toneladas). O referido aumento foi em função das boas condições climáticas, dos bons tratos culturais, da irrigação e da introdução de novas variedades mais produtivas. No Centro-Sul verifica-se um incremento de 10,52% (39,37 milhões de toneladas).

Do total de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro, São Paulo esmagará 58,55% (278,18 milhões de toneladas); o Paraná 8,47% (40,22 milhões de toneladas); Minas Gerais 7,67% (36,46 milhões de toneladas); Alagoas 5,63% (26,74 milhões de toneladas) Goiás 4,43%(21,06 milhões de toneladas) e Pernambuco 3,71% (17,61 milhões de toneladas).

Quadro 4.71
Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2007/08

Regiões/UF	Indústria Sucroalcooleira			Outros
	Total	Açúcar	Álcool	
Norte	**1.117,4**	**203,5**	**913,9**	**315,7**
RR	-	-	-	-
RO	-	-	-	-
AC	-	-	-	-
AM	298,7	77,4	221,4	37,7
AP	-	-	-	-
PA	638,8	126,2	512,6	149,8
TO	179,9	-	179,9	128,2
Nordeste	**60.496,8**	**35.926,9**	**24.570,0**	**12.446,0**
MA	1.904,5	122,5	1.781,9	648,4
PI	642,1	179,5	462,7	155,6
CE	100,4	-	100,4	2.181,2
RN	3.086,6	1.768,7	1.317,9	381,5
PB	6.247,1	971,8	5.275,3	694,1
PE	17.612,0	13.108,6	4.503,4	3.530,9
AL	26.741,0	18.189,3	8.551,7	407,2
SE	1.528,9	747,7	781,2	703,1
BA	2.634,2	838,7	1.795,5	3.744,0
Centro-Oeste	**50.594,5**	**15.990,9**	**34.603,7**	**4.945,8**
MT	13.727,1	3.040,0	10.687,1	1.943,1
MS	15.812,4	5.546,9	10.265,5	920,3
GO	21.055,0	7.404,0	13.651,1	2.082,4
DF	-	-	-	-
Sudeste	**322.542,5**	**152.292,3**	**170.250,2**	**49.191,1**
MG	36.460,1	16.554,2	19.905,9	4.414,4
ES	4.008,8	652,4	3.356,4	490,4
RJ	3.893,1	2.056,7	1.836,4	3.452,4
SP	278.180,6	133.029,0	145.151,6	40.833,8
Sul	**40.322,7**	**19.069,9**	**21.252,9**	**7.932,9**
PR	40.217,6	19.069,9	21.147,7	5.956,4
SC	-	-	-	679,3
RS	105,2	-	105,2	1.297,1
Norte/Nordeste	**61.614,2**	**36.130,4**	**25.483,8**	**12.761,7**
Centro-Sul	**413.459,8**	**187.353,0**	**226.106,7**	**62.069,7**
Brasil	**475.074,0**	**223.483,5**	**251.590,6**	**74.831,4**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A produção nacional de açúcar está estimada em 29,65 milhões de toneladas, 1,91% (576,4 mil toneladas) inferior à da safra 2006/07. Desse total, a região Centro-Sul participa com 84,50% (25,05 milhões de toneladas) e a Norte/Nordeste com 15,50% (4,60 milhões de toneladas).

A produção nacional de álcool será de 20,88 bilhões de litros, superior em 19,53% (3,41 bilhões de litros) à da safra anterior. Desse total, a região Centro-Sul participa com 90,40% (18,88 bilhões de litros) e a Norte e Nordeste com 9,60% (2,00 bilhões de litros).

Quadro 4.72
Cana-de-Açúcar – Produção de Açúcar e Álcool

Região/UF	Açúcar (Em 1000t)				Álcool (Em 1000 litros)					
	Safra 06/07	Safra 07/08	Variação		Total Safra 06/07	Total Safra 07/08	Variação		Por tipo de álcool safra 2007/08	
			Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado
Norte	**20,2**	**25,1**	**4,9**	**24,05**	**68.702,7**	**68.987,8**	**285,1**	**0,42**	**44.217,2**	**24.770,6**
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	15,8	8,8	(7,0)	(44,08)	5.914,5	15.863,0	9.948,5	168,21	157,8	15.705,2
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	4,4	16,2	11,8	269,28	50.037,9	39.757,1	(10.280,8)	(20,55)	33.462,4	6.294,6
TO	-	-	-	-	12.750,3	13.367,8	617,5	4,84	10.597,0	2.770,8
Nordeste	**4.192,7**	**4.571,3**	**378,6**	**9,03**	**1.660.546,5**	**1.936.007,0**	**275.460,5**	**16,59**	**1.026.750,2**	**909.256,8**
MA	3,3	14,0	10,7	324,68	130.939,0	122.946,2	(7.992,8)	(6,10)	85.814,2	37.132,0
PI	-	22,2	22,2	-	51.943,5	34.959,1	(16.984,4)	(32,70)	23.309,4	11.649,7
CE	-	-	-	-	1.488,6	6.819,6	5.331,0	358,12	148,7	6.670,9
RN	250,4	215,7	(34,7)	(13,86)	61.275,7	101.830,9	40.555,2	66,18	44.087,4	57.743,6
PB	153,1	115,7	(37,3)	(24,38)	318.284,1	383.585,2	65.301,2	20,52	193.772,4	189.812,9
PE	1.433,3	1.636,2	202,9	14,16	338.672,1	368.894,5	30.222,4	8,92	237.884,3	131.010,2
AL	2.184,9	2.374,4	189,5	8,68	609.785,1	723.570,4	113.785,3	18,66	305.745,2	417.825,1
SE	51,3	89,1	37,7	73,44	54.264,6	57.876,8	3.612,2	6,66	34.782,1	23.094,7
BA	116,4	103,9	(12,5)	(10,75)	93.893,9	135.524,3	41.630,4	44,34	101.206,5	34.317,8
Centroo-Oeste	**1.926,5**	**2.133,6**	**207,2**	**10,75**	**2.222.507,0**	**2.814.879,7**	**592.372,7**	**26,65**	**1.231.622,3**	**1.583.257,4**
MT	545,9	370,8	(175,1)	(32,08)	746.388,6	798.518,3	52.129,7	6,98	394.111,7	404.406,6
MS	575,6	739,9	164,3	28,55	642.978,9	849.333,3	206.354,5	32,09	325.082,3	524.251,0
GO	805,0	1.022,9	218,0	27,08	833.139,6	1.167.028,1	333.888,5	40,08	512.428,3	654.599,8
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	**21.944,4**	**20.373,3**	**(1.571,0)**	**(7,16)**	**12.192.520,3**	**14.276.041,3**	**2.083.521,0**	**17,09**	**5.499.573,3**	**8.776.467,9**
MG	1.952,4	2.287,1	334,7	17,14	1.278.845,8	1.719.547,1	440.701,3	34,46	678.773,5	1.040.773,6
ES	49,6	85,8	36,2	72,91	183.261,0	267.871,6	84.610,6	46,17	173.892,0	93.979,6
RJ	266,4	254,8	(11,7)	(4,38)	91.162,0	144.633,1	53.471,1	58,66	28.889,3	115.743,9
SP	19.675,9	17.745,7	(1.930,2)	(9,81)	10.639.251,4	12.143.989,4	1.504.738,0	14,14	4.618.018,5	7.525.970,9
Sul	**2.139,9**	**2.543,9**	**404,0**	**18,88**	**1.326.862,2**	**1.788.038,9**	**461.176,7**	**34,76**	**389.634,2**	**1.398.404,7**
PR	2.139,9	2.543,9	404,0	18,88	1.320.651,9	1.780.887,7	460.235,8	34,85	389.634,2	1.391.253,5
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	6.210,3	7.151,2	940,9	15,15	-	7.151,2
Norte/Nordeste	**4.212,9**	**4.596,4**	**383,5**	**9,10**	**1.729.249,2**	**2.004.994,8**	**275.745,7**	**15,95**	**1.070.967,4**	**934.027,4**
Centro-Sul	**26.010,7**	**25.050,8**	**(959,9)**	**(3,69)**	**15.741.889,5**	**18.878.959,9**	**3.137.070,3**	**19,93**	**7.120.829,8**	**11.758.130,0**
Brasil	**30.223,6**	**29.647,2**	**(576,4)**	**(1,91)**	**17.471.138,7**	**20.883.954,7**	**3.412.816,0**	**19,53**	**8.191.797,3**	**12.692.157,4**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

4.8 – Cobranças

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R$27.960.469,82 referentes a operações vinculadas aos estoques governamentais, R$18.241.674,57 de outros devedores e R$22.652,44 de ex-empregados, totalizando R$46.224.796,83, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.73
Demonstrativo de Cobranças

Operações	Quantidade		Valor cobrado (R$)
	Dividas	Produtos (kg)	
a) Cobranças Adm. Por Operações Estoques Governamentais-2007			
Alteração qualidade/escala/tipo	6	1.489.744	1.086.551,95
Classificação abaixo do padrão	16	3.184.924	3.050.233,21
Compra antecipada CAAF/MDS	1	31.250	25.000,00
Deságio	28	5.152.568	2.658.135,48
Descarte	3	3.337	2.502,75
Desclassificação em armazenagem	1	91.857	38.469,71
Desvio	37	51.793.649	16.298.833,23
Perda em armazenagem	67	16.114.010	4.800.743,49
Subtotal no período	**159**	**77.861.339**	**27.960.469,82**
b) Cobranças Adm. Por Origem Dívidas de Outros Devedores -2007			
Agricultura familiar	3	-	1.998.989,41
Aluguel	13	-	32.827,76
Armazenagem	1	-	61.082,00
Comissão	15	-	2.676,03
Indenização de prejuízos	9	-	1.792.290,91
Multa atraso entrega	1	-	6.219,84
Multa Bolsa de Valores	256	-	566.633,40
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	362	-	12.699.692,75
Pessoal cedido	90	-	1.035.641,88
Ressarcimento despesas administrativas	71	-	45.620,59
Subtotal no período	**821**	**-**	**18.241.674,57**
c) Dívidas de Ex-Empregados – 2007			
Indenização de prejuízos	3	-	1.353,71
Ressarcimento de Despesas Administrativas	1	-	1.314,11
Restituição de Salários	1	-	8.710,18
Serviço de Assistência à Saúde	1	-	11.274,44
Subtotal	**6**	**-**	**22.652,44**

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gecob

No mesmo período a Conab recebeu, em espécie, R$10.068.755,10 e 26.326 toneladas de produtos, referentes a cobranças por desvios e perdas em armazenagem realizadas em 2007 e em exercícios anteriores, e de cobranças a outros devedores e ex-empregados.

Quadro 4.74
Demonstrativo de Recebimentos até 30/09/2007

Operações	Quantidade		Recebimentos			Valores recebido (R$)
	Dividas	Produtos (kg)	Produtos (kg)	Sobretaxa (R$)	INPC (R$)	
a)Recebimentos Por Operações Estoques Governamentais – 2007						
Alteração de qualidade escala tipo	4	200.724	21.600	88.637,09	-	88.637,09
Classificação Abaixo do Padrão	3	635.146	-	361.194,08	-	361.194,08
Compra antecipada CAAF/MDS	297	936.144	9.375	-	215.998,52	215.998,52
Deságio	2	419.804	381.385	19.908,73	-	19.908,73
Desvio	31	74.296.940	25.106.816	2.291.447,58	41.782,90	2.333.230,48
Perda em armazenagem	50	9.068.861	806.680	2.297.123,39	13.105,52	2.310.228,91
Subtotal no período	**387**	**85.557.619**	**26.325.856**	**5.058.310,87**	**270.886,94**	**5.329.197,81**
b) Recebimentos de Cobranças Adm. Por Origem Dívidas de Outros Devedores						
Alienação de imóveis	74	-	-	-	-	704.599,19
Aluguel	35	--	--	--	--	32.708,79
Armazenagem	6	-	-	-	-	23.962,49
Comissão	22	-	-	-	-	3.978,45
Indenização de prejuízos	15	-	-	-	-	38.940,20
Multa atraso na entrega	3	-	-	-	-	46.177,92
Multa Bolsa de Valores	267	-	-	-	-	374.181,52
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	180	-	-	-	-	1.922.828,84
Pessoal cedido	115	-	-	-	-	1.271.038,25
Ressarcimento despesas administrativas	438	-	-	-	-	300.990,31
Serviço de assistência a saúde	1	-	-	-	-	538,09
Subtotal no período	**1.156**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4.719.944,05**
c) Recebimentos de Cobranças Adm. Por Origem Dívidas de (ex) empregados						
Indenização de prejuízos	23	-	-	-	-	3.298,96
Ressarcimento despesas administrativas	11	-	-	-	-	2.188,91
Restituição de salários	26	-	-	-	-	9.284,77
Serviço de Assistência a Saúde	25	-	-	-	-	4.840,60
Subtotal no período	**85**	**0**	**0**	**0**	**0**	**19.613,24**
Totais de recebimentos	**1.628**	**85.557.619**	**26.325.856**	**5.058.310,87**	**270.886,94**	**10.068.755,10**

Fonte: Conab/Diafi/Sufin/Gecob

4.9 – Programa de Revitalização da Conab

Esse Programa teve início em dezembro de 2003, mediante acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (Projeto BRA-03/04), com o objetivo geral de capacitar a Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País, fortalecendo cada vez mais a posição da Companhia dentro do contexto nacional.

Nesse cenário, tal Programa vem sendo desenvolvido mediante a implementação de cinco projetos, a seguir descritos, sendo que os dois primeiros buscam atender necessidades internas da Conab e os outros três estão relacionados com exigências externas da organização.

a) Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia

Visa ao aprimoramento das ferramentas de planejamento e, sobretudo, de controle das ações, de forma a garantir o efetivo monitoramento das atividades estratégicas, propiciando transparência ao desempenho institucional, inclusive no que pertine às dimensões de interesse do Tribunal de Contas da União (economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e eqüidade).

Para o desenvolvimento desse Projeto foi contratada, em abril de 2004, a

Symnetics Consultoria Empresarial Ltda. Como resultado, em dezembro de 2004 foi aprovado pela Diretoria Colegiada, em sua 675.ª Redir, por meio do Voto Presi n.º 02/04, o Planejamento Estratégico da Conab.

Citado planejamento, construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard-BSC, contemplou, entre outras orientações, uma nova declaração da missão institucional da Companhia; o mapa estratégico corporativo; os indicadores de desempenho; as metas para os anos de 2005, 2007 e 2009 e, ainda as iniciativas estratégicas (ou projetos), definidas para alavancar o alcance dos objetivos estratégicos.

A introdução desse novo modelo de gestão buscou, sobretudo, aprimorar o processo de planejamento e a cultura de avaliação institucional.

Para a medição dos indicadores, e o monitoramento do alcance das metas, a Conab tem utilizado o HPS- Hyperion Performance Scorecard (ferramenta de tecnologia da informação), sendo que os componentes do Mapa Estratégico Corporativo, tais como objetivos e indicadores, estão devidamente parametrizados, conforme apresentado no quadro que se segue, de forma a permitir a apuração da performance da Companhia, e sua visualização por meio da sinalização por cores.

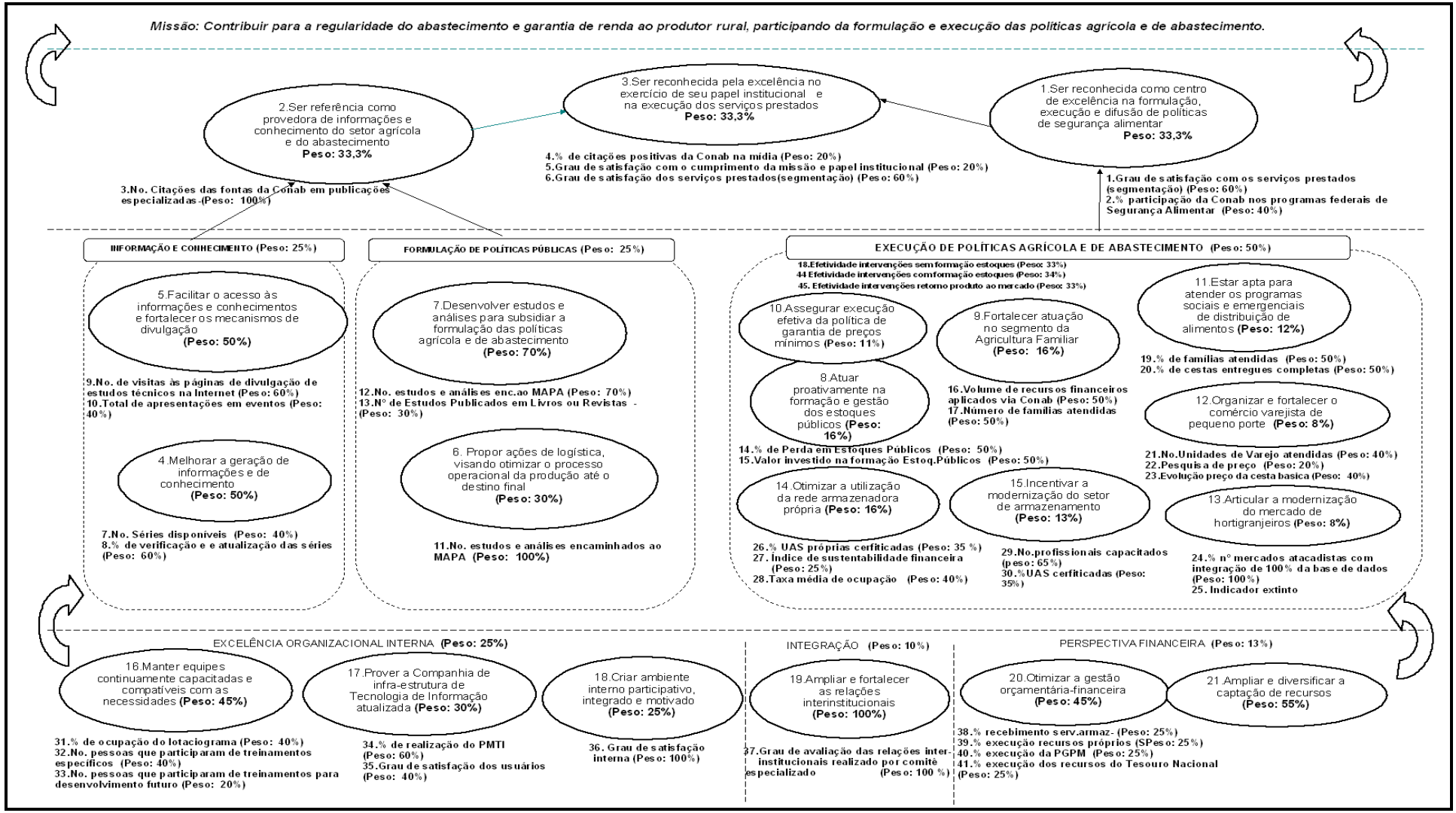
Quadro 4.75
Performance dos Componentes do Mapa Estratégico da Conab

Performance	Simbologia	Cor	Faixa
Excelente		Verde	> ou = a 90%
Boa		Azul	70% a 89%
Regular		Amarelo	40% a 69%
Ruim		Vermelho	abaixo de 40%

A figura 4.03 apresenta o Mapa Estratégico Corporativo, com a parametrização acima mencionada.

Em face da mudança ocorrida na liderança da Companhia, no segundo semestre de 2007 foi apresentado ao novo Presidente, pelo Grupo Gestor da Estratégia, um balanço das atividades realizadas até então, incluindo o histórico da implantação do planejamento estratégico, com base no BSC - suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A nova Direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo. Em decorrência, foram apurados apenas os resultados relacionados às metas fixadas para aqueles indicadores de desempenho que estão sendo implementados na ferramenta, pelos respectivos responsáveis, e que se mostram mais consistentes na vinculação com os objetivos estratégicos.

Figura 4.03
Mapa Estratégico Corporativo
Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.



b) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab

Objetiva dar agilidade, segurança e transparência à gestão visando: a modernização do setor de tecnologia da informação, por meio da implantação de sistemas corporativos, com base de dados integradas e com tecnologia WEB; a reestruturação do parque tecnológico, para suportar os novos sistemas; o aprimoramento da política de segurança da informação e contingência; e a qualificação da equipe técnica.

Constitui-se na principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico "Dotar a Companhia de Infra-Estrutura de TI atualizada", constante do planejamento estratégico da Conab, e está subdividido em sete subprojetos, a saber: Estruturação dos Serviços de Suporte Técnico; Estruturação dos Serviços de Apoio Tecnológico ao Planejamento Estratégico; Elaboração da Solução de TI; Segurança e Contingência; Atualização do Parque Tecnológico; Desenvolvimento dos Principais Sistemas Corporativos e Capacitação Técnica das Equipes. Para sua implementação, algumas premissas foram estabelecidas, tais como:

- Modelagem de negócio consoante as **prioridades** definidas;

- Uso preferencial de **soluções livres** em consonância com as diretrizes do governo eletrônico;

- **Direito patrimonial e propriedade intelectual** de sistemas de suporte às atividades fins;

- **Restrição** de novos desenvolvimentos de sistemas de médio e grande porte nas tecnologias legadas;

- Desenvolvimento dos novos sistemas priorizados com **tecnologia Web**, plataforma em software livre e dispositivos móveis quando necessário;

- Melhoria e formalização do **processo de desenvolvimento de softwares** – critérios, padrões quanto a forma e conteúdo, documentação a ser produzida em cada fase do processo – aderente à metodologia *UP-Unified Process* e nos princípios da gerência de projeto PMBok.

No exercício de 2007, várias foram as ações realizadas, cabendo registrar as de maior relevância:

- Entrada em produção do **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – SICARM** em plataforma web e livre, e implementação de novas melhorias e ajustes nos dados importados do sistema legado SCA para o SICARM. O sistema trata de todo o ciclo de vida dos armazéns: cadastro, impedimento, credenciamento e descredenciamento de armazéns, cadastro de contrato, termo aditivo, termo de rescisão, impedimentos, descredenciamentos e recredenciamentos de agentes, registro de perdas de estoque e informações relativas às ofertas de armazenagem existentes nas diversas regiões do país.
- Entrada em produção do Módulo de Preços do **Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO** em plataforma web e livre, e implementação de novas melhorias. Gera informações de séries, preços de produtos e índices econômicos para divulgação à sociedade e aos setores interessados, possibilitando a realização de análises conjunturais.
- Entrada em produção da solução de Datawarehouse para o Módulo de Preços do **Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO** em

plataforma web e livre. A partir do cadastramento diário de preços e de índices no SIAGRO, a solução de DW consolida uma base multidimensional, permitindo, via solução de Business Intelligence (BI), análises gerenciais – geração de relatórios, gráficos e mapas das séries históricas de preços e índices.

- Entrada em produção do Módulo de Custo de Produção do **Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO** em plataforma web e livre, e implementação de novas melhorias. Fornece informações sobre os custos inerentes à produção dos produtos acompanhados pela Conab. Para tanto, o sistema possibilita a realização do cálculo do custo a partir da coleta de informações sobre tecnologias e sistemas de produção predominantes e preços de insumo. O cálculo e a análise do custo de produção é essencial para elaboração da proposta de preços mínimos e de garantia.
- Início do levantamento de requisitos do Módulo de IPP/IPR do **Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – SIAGRO** em plataforma web e livre. Dada à grande abrangência do escopo negocial do projeto SIAGRO, de longo prazo, o mesmo vem sendo continuado com os demais módulos priorizados, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência;
- Entrada em produção do Módulo Agricultura Familiar do **Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST** em plataforma web e livre, e implementação de novas melhorias. Disponibiliza às unidades da Conab responsáveis pela operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, uma solução que permite o controle das demandas e programação orçamentárias, o registro de propostas de participação dos seguintes mecanismos do PAA: Compra Especial da Agricultura Familiar – CPR Doação; e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR/Estoque.
- Entrada em produção do PAANet do **Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST** e implementação de novas melhorias. Disponibiliza ao público (cooperativas e associações de agricultores familiares) um aplicativo que permite o registro de propostas de participação dos seguintes mecanismos do PAA: Compra Especial da Agricultura Familiar – CPR Doação; e Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR/Estoque.
- Entrada em produção da solução de *Datawarehouse* para o Módulo Agricultura Familiar do **Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST** em plataforma web e livre, e implementação de novas melhorias. Disponibiliza uma solução de *Business Intelligence (BI)* para provimento de informações gerenciais relacionadas ao PAA, de modo a suprir as necessidades dos usuários tanto por relatórios dinâmicos quanto por dados gerenciais, obtidos através de operações analíticas.
- Início do desenvolvimento do Módulo Administração de Estoques do **Sistema de Gestão de Estoques – SIGEST.** Dada à grande abrangência do escopo negocial do projeto SIGEST, de longo prazo, o mesmo vem sendo continuado com o próximo módulo priorizado, observadas as definições da Diretoria e rede de precedência.
- Entrada em produção do **Sistema de Avaliação de Safras** em plataforma web, e implementação de novas funcionalidades. Possibilita o cadastramento dos levantamentos e avaliação de safras. Fornece informações relativas à diferença de área plantada em relação à safra anterior. Possibilita acompanhamento de dados sobre a colheita/comercialização ao longo do ano. Acompanhamento sobre as áreas agrícolas.

- Desenvolvimento do **Sistema de Auditoria - SIAUDI** em plataforma web e livre. Promovida a entrega da versão funcional à área gestora para homologação e realizados treinamentos para os usuários da Matriz e Suregs. A entrada em produção encontra-se prevista para o início de janeiro/2008.
- Desenvolvimento, em curso, do **Sistema de Protocolo e Trâmite de Documentos – SIPROD**, em plataforma web e livre, cuja disponibilização da versão funcional do sistema para fins de homologação pela área gestora encontra-se prevista para meados de 2008.
- Suporte tecnológico ao Projeto Prohort e ao **Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB**.
- Entrada em produção do **Sistema de Informações Gerenciais – ConabSIG** em plataforma web e livre para atendimento ao Projeto Prohort. Disponibiliza uma solução de *Datawarehouse* e *Business Intelligence (BI)* para provimento de informações gerenciais de oferta e valor de comercialização de produtos hortigranjeiros em nível de município de origem e CEASA de destino.
- Conclusão da terceira fase do projeto de reestruturação do Sinteg (reengenharia do software) com a entrega da versão funcional do **xFAC – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos**, com a execução do projeto piloto na Sureg-MG. A entrada em produção encontra-se prevista para o início de 2008. Efetua controles integrados das operações relacionadas com faturamento, controle de estoques, atualização contábil e escrituração fiscal.
- Disponibilização do **"Portal de Acesso a Sistemas e Serviços"**, na intranet. Possibilita a autenticação dos usuários para acesso ao cardápio de opções de sistemas, aplicativos e serviços de Tecnologia da Informação, de modo integrado à rede de comunicação da Companhia. Essa integração é viabilizada por meio do protocolo LDAP (LightWeight Directory Access Protocol) que permite que o usuário utilize sua senha de rede para ter acesso aos sistemas e serviços.
- Desenvolvimento e entrada em produção da solução de **teclado virtual de acesso único** aos sistemas corporativos.
- Customização de solução livre de **"Suporte a Sistemas"**, cuja entrada em produção encontra-se prevista para o início de janeiro/2008.
- Aprovação em REDIR do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para o qüinqüênio 2006-2010**.
- Desenvolvimento e implantação da **"Central de Atendimento a Usuários – CAU"** para suporte a hardwares e softwares básicos, disponível na intranet.
- Conclusão do Projeto Básico e instrução de processo administrativo para a contratação e ampliação dos links de longa distância, cujo certame licitatório encontra-se em andamento pela área competente.
- Conclusão, aprovação em REDIR e publicação na NOC das **Normas de Recursos Computacionais**;
- Implantação de **serviço de banda larga** (ADSL) em determinados armazéns da rede própria.
- Reestruturação das **redes locais** das Suregs MG e MT com troca do cabeamento de núcleo e de switches.
- Atualização de versão do software **CACIC**.

- Implantação de **soluções de acesso e segurança** para que o software **BSC/HPS** seja **acessado pelo MAPA**.
- Início do **projeto piloto** para fins de homologação do **terminal WC 3270** com vistas à substituição do extra.
- Testes e implantação da **nova solução de firewall sobre FreBsd**.
- Conclusão da implantação de **serviços/sistemas para Geotecnologia** e testes para implantação de **Web Service** a fim de atender a Presidência da República.
- **Revitalização gradual do parque computacional** da Matriz e Suregs, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. No decorrer do exercício foram concluídos os processos de aquisição de 208 microcomputadores, 21 Concentradores tipo I, 21 Concentradores tipo II, 3 roteadores, 66 impressoras matriciais, 242 impressoras laser, 02 servidores, 2 datashows e diversas peças/componentes.
- **Treinamento** da equipe interna de infra-estrutura em: Linux para estação de trabalho; gerenciador de banco de dados PostGreSql; montagem e configuração do Cluster de Banco de Dados PostGreSql; antivírus TrendMicro.
- Realização de oficina com técnicos das áreas de infra-estrutura, para **repasse tecnológico** de soluções de segurança: OpenVPN, OpenCA, Firewall FreeBSD.
- Conclusão da segunda fase do **repasse tecnológico** à equipe interna da Administração da Infra-Estrutura a partir das novas soluções implementadas e resolução de problemas (principais serviços);
- Apresentações de **novas soluções de TI** já utilizadas na Conab para representantes de diversos órgãos públicos.

c) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras)

Visa o aperfeiçoamento metodológico da previsão de safras do Brasil, buscando a redução da subjetividade na avaliação das safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas e localização da produção, e objetivando a melhoria na gestão dos estoques e do escoamento da safra em apoio às políticas públicas e ao mercado. Na geração das informações o GeoSafras faz uso de geotecnologias tais como, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite, sistema de informações geográficas, além de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo.

As principais atividades desenvolvidas durante o terceiro trimestre de 2007, no âmbito do Projeto Geosafras foram:

- **Rio Grande do Sul**
  - **Monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas**:

    - Aquisição diária, avaliação, seleção e georreferenciamento de imagens NOAA/AVHRR.

    - Aquisição quinzenal, processamento e geração de produtos a partir de imagens TERRA/MODIS.

  - **Geração de imagens de índice de vegetação - NOAA quinzenais.**

    - Processamento das imagens e geração de produtos MODIS.

- Atualização do site com produtos NOAA e MODIS.

- **Geração de relatórios quinzenais da safra de soja 2006/07 pelo sistema PrevSafras.**

- **Mapeamento de áreas agrícolas:**

  - Início dos trabalhos (seleção e aquisição de imagens) para mapeamento do arroz e soja safra 06/07.

  - Levantamento de dados de campo em municípios mapeados com arroz para aferição dos mapas da safra 2005/06.

  - Avaliação de acurácia do mapeamento da área cultivada com arroz irrigado nos Municípios de Itaqui e Uruguaiana.

  - Continuidade do monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas com geração de máscara de plantio da soja com uso de imagens MODIS.

  - Continuidade dos trabalhos do mapeamento do arroz e soja safra 06/07.

- **Paraná**

  - **Mapeamento de áreas agrícolas:**

    - Elaboração e análise de relatório sobre a geração de imagem-máscara das áreas de plantio de culturas de verão e respectivos gráficos-histogramas dos núcleos regionais do Estado, com base em imagens MODIS.

    - Geração de mapas-imagem quinzenais de índice de vegetação do satélite NOAA.

    - Geração de imagem-máscara das áreas de plantio de cana-de-açúcar com base em imagens MODIS.

    - Elaboração de mapas de alta, baixa e média produção da cana-de-açúcar do Estado.

  - **Monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas**:

    - Execução do sistema PrevSafras com geração de relatórios quinzenais para a safra de soja e trigo 2006/07.

    - Reunião técnica e início dos trabalhos para desenvolvimento de nova versão do sistema PrevSafras.

- **Santa Catarina**

  - **Monitoramento das condições de desenvolvimento das culturas**:

    - Elaboração, análise e resumo de boletins de monitoramento e de prognóstico Agroclimático quinzenal por regionais do Estado.

    - Execução do sistema PrevSafras com geração de relatórios quinzenais para a safra de soja 2006/07.

    - Geração de mapas-imagem quinzenais de índice de vegetação do satélite NOAA;

    - Execução do sistema PrevSafras com geração de relatórios quinzenais para a safra de soja 2006/07.

- **São Paulo**

- **Mapeamento de áreas agrícolas:**

  - Finalização do mapeamento do café por meio de imagens de satélites dos anos 2006/2007.

  - Geração de mapas-imagem de índice de vegetação do satélite NOAA;

- **Minas Gerais**

  - Concluído o mapeamento das áreas de plantio de café por meio de imagens de satélites.

  - Criação da página na Internet para divulgação dos resultados do mapeamento de café, no CafeSat.

- **Bahia**

  - Processamento de imagens e início do mapeamento das áreas de culturas de verão no Oeste da Bahia.

  - Continuidade dos estudos para uso de imagens MODIS no monitoramento de culturas no Estado.

- **Mato Grosso**

  - Monitoramento agrícola com geração de relatório das culturas de verão no Estado com uso de imagens MODIS.

  - Ajuste da área de cultivo da soja no estado com base em imagens de satélite.

- **Goiás**

  - Geração de relatório de monitoramento das culturas de verão com base em imagens MODIS.

- **Distrito Federal**

  - Processamento de imagens e início do mapeamento das áreas de culturas de verão no Distrito Federal.

  - Mapeamento das áreas de culturas de verão no Distrito Federal.

  - Levantamento de dados de campo para ajuste de áreas de algodão.

  - Continuidade dos estudos para uso de imagens MODIS no monitoramento de culturas.

- **Geral**

  - Elaboração do Relatório Anual GeoSafras 2006.

  - Elaboração do Plano Trianual GeoSafras 2007, 2008, 2009.

  - Apresentação / submissão do Projeto GeoSafras junto à comissão de avaliação do CNPq.

  - Elaboração de edital em parceria como o CNPq para dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto GeoSafras.

  - Início de intercâmbio de cooperação técnica com o Joint Research Center (JRC) da União Européia.

  - Continuação das negociações sobre o Projeto DevCoCast project

  - Participação de Treinamento sobre o *Crop Growth Monitoring System*

(CGMS) na Itália.

- Continuidade do intercâmbio de cooperação técnica com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos com reunião técnica realizada em Washington no final de maio/07 para entendimentos relacionados à participação da Conab no projeto de Monitoramento Agrícola Global (GLAM —Global Agriculture Monitoring) conduzido pelo USDA, em colaboração com a NASA e com a Universidade de Maryland.

- Elaboração de manual de instruções para a rotina de monitoramento da evolução de cultivos utilizando imagens MODIS.

- Análise com elaboração de parecer de relatórios gerados sistematicamente pelos colaboradores, consultores e bolsistas do GeoSafras.

- Georreferenciamento de 355 usinas de cana-de-açúcar nos estados do PR, de SP, de MG, de GO, do MS e do MT. Simulação para identificação dos potenciais municípios fornecedores de cana-de-açúcar, para estas usinas, com diferentes raios de ação. Desenvolvimento de banco de dados de usinas e de sistema de apresentação de mapa e dos dados das usinas via Internet com uso de recursos do GoogleMap API.

- Implementação de processamento de imagens NOAA recebidas na estação do INMET. Seleção e depuração de feições geográficas e elaboração de conjunto base de pontos de controle destinados à correção geométrica destas imagens. Desenvolvimento de algoritmos com base em equações de calibração radiométrica das imagens recomendados pela NOAA. Geração das composições de imagens de máximo índice de vegetação mensal cobrindo todo o Brasil.

- Instalação do Sistema NAV de processamento de imagens NOAA.

- Elaboração mensal do Boletim Agrometeorológico-Espectral de monitoramento agrícola dos Estados RS, PR, SP, MG, GO, MS, MT, RO, TO, MA, BA, PI.

- Elaboração trimestral do Boletim de Prognóstico Agrometeorológico em parceria com as seguintes instituições: EPAGRI, SIMEPAR-IAPAR, IAC, UFGRS.

d) - Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, S4social e Ambientalmente Sustentáveis

A Conab, tradicionalmente vinculada à ações de política pública voltadas para o abastecimento, mercado e armazenamento agrícolas, pretende verificar a eficácia da estratégia e dinâmica de Rede, nos seguintes aspectos: a) no incremento da presença da agricultura familiar no mercado e no acesso à políticas públicas - especialmente aquelas operadas pela própria Companhia; b) no aumento, em volume e qualidade, das informações existentes sobre a produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-a de modo mais favorável nos dados que caracterizam a agricultura brasileira.

Para as organizações parceiras envolvidas com seu alcance, este objetivo pode representar a possibilidade de estruturação e perenização de uma dinâmica autônoma centrada na cooperação e ajuda mútua para além da vigência e interesses institucionais do Projeto Conab/PNUD.

Coerente com tal perspectiva de autonomia, a metodologia adotada para a estruturação das Redes tem caráter participativo, com as organizações envolvidas sendo chamadas a definir os principais obstáculos a enfrentar, as atividades e estratégias para sua implantação. Ao mesmo tempo, o entendimento de agricultura familiar utilizado no Projeto é bastante amplo, considerando uma noção de agricultores familiares que engloba, além destes propriamente ditos, assentados, acampados, quilombolas, índios e pescadores artesanais.

Seus objetivos específicos distribuem-se em três fases, conforme abaixo detalhado. A primeira foi aplicada em cinco áreas-piloto e, a partir da análise do nível de resposta alcançado, passou a ser executada em apenas três: no Mato Grosso, no Pará e na área de abrangência da SUREG-BA (estados da Bahia e Sergipe).

Fase 1 - Identificar/articular organizações de representação e apoio, movimentos sociais e outros atores vinculados à agricultura, familiar interessados no estabelecimento da Rede; realização de diagnóstico nas potenciais regiões de implantação do projeto; sistematização e análise de informações secundárias.

Fase 2 - discussão e análise das informações sistematizadas; elaboração de Planos de Ação Regionais (PARs) definindo a estratégia de implementação da rede e suas atividades no estado; identificação de parceiros para a celebração de Acordos de Implementação para execução dos PARs.

Fase 3 - implementação dos PARs (a cargo das Agências de Implementação); avaliação da execução dos PARs; avaliação da estratégia de Rede.

Essas fases foram implementadas no período de 2004 a 2006, embora a descontinuidade ocorrida no fluxo de recursos do Projeto Conab/PNUD, para as Agências Implementadoras, tenha comprometido o pleno atingimento das metas traçadas para o ano de 2006.

No exercício de 2007, mediante os Termos Aditivos às Cartas de Acordo, as Agências Implementadoras puderam dar continuidade as ações previstas nos PARs - atingindo as metas previstas quanto à realização dos Seminários Regionais e de Rede.

Com os subsídios colhidos em tais eventos, foram elaborados pelas Comissões Coordenadoras de Rede, com apoio da Conab, os Planos de Ação para o ano de 2007. Entretanto, tais Planos não puderam ser implementados.

Devido a revisão do Projeto Conab/PNUD – BRA 03/034, que ocupou todo o segundo semestre de 2007, novas Cartas de Acordo para assegurar a continuidade da estruturação das redes não chegaram a ser celebradas. Assim, as Agências Implementadoras não tiveram meios materiais para garantir o custeio das atividades dos animadores e das Comissões Coordenadoras.

Em que pese tal obstáculo, muitas das organizações que integram as redes patrocinaram atividades dos animadores para orientar grupos e organizações no acesso ao Programa PAA - o que evidencia um grau mínimo de autonomia da rede, na medida em que, mesmo sem o apoio de recursos do Projeto BRA 03/034, não houve o refluxo absoluto da dinâmica desencadeada em 2004.

O primeiro aspecto a considerar enquanto avaliação sobre o andamento desse Projeto diz respeito à descontinuidade das ações - fato conseqüente da revisão do Projeto Conab/PNUD – BRA 03/034, que se estendeu pelo segundo semestre de 2007, impossibilitando a celebração de novas Cartas de Acordo para a continuidade da estruturação das redes.

Um segundo aspecto a destacar é o de que, com tal hiato na execução das atividades, os Planos de Ação (PARs) elaborados após os Seminários Regionais e de Rede, em cada uma das regiões-alvo, perderam atualidade. As redes deverão atualizá-los somente a partir da perspectiva concreta de celebração de novas Cartas de Acordo - pelas quais serão assegurados meios para a retomada das atividades de estruturação das redes.

Por fim, um terceiro ponto relevante, foi a definição de três novas áreas para expansão do trabalho de estruturação de redes: Maranhão, Goiás e a área de abrangência da SUREG-PE (Pernambuco e Alagoas). Os critérios utilizados para definição de tais áreas pela Direção Nacional do Projeto BRA 03/034 foram: a) vizinhança com as redes já em estruturação, aproveitando potenciais sinergias; b) a existência de organizações e/ou embriões de rede que caracterizem potencial para implantação de redes e c) demanda reprimida em relação ao PAA, que caracterize potencial para incremento de operações do mesmo em tais áreas.

A perspectiva para 2008 é a de atualização dos Planos de Ação (PARs) pelas redes (MT, PA e BA/SE); publicação de Edital, seleção e contratação de novas Agências Implementadoras para implementação dos PARs atualizados; e publicação de Edital, e respectiva seleção e contratação de consultores para apoio às redes em estruturação (MT, PA e BA/SE). a fim de inaugurar o trabalho de estruturação de rede nos Estados do MA, GO e PE/AL.

e) Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aqüicultura Familiar

Visa estruturar e consolidar uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aqüicultura familiar, capaz de garantir uma melhoria significativa das condições de remuneração dos pescadores artesanais e aqüicultores familiares. Objetiva, também, reduzir a intermediação existente entre pescadores artesanais e o mercado consumidor, por meio da estruturação de corredores de comercialização, ampliando a oferta de pescado pelos beneficiários diretamente aos consumidores, e capacitando pescadores e aqüicultores para a comercialização direta com o consumidor.

Na primeira fase do Programa, especificamente com relação ao kit para a Feira do Peixe, foram cedidos 362 módulos de comercialização direta às organizações de pescadores artesanais e aqüicultores familiares, sob a forma de comodato, pelo prazo de um ano, prorrogado pelo período de até um ano se a avaliação técnica assim o recomendar, e após este período podendo ser doado em definitivo às entidades beneficiadas. Em última instância, o equipamento poderá ser transferido a outra entidade demandante se a primeira não tiver condições de cumprir o contrato de comodato assinado.

Entretanto, muitos desses projetos necessitam de um apoio mais constante da área da assessoria e assistência técnica. Vários deles não puderam iniciar ou utilizar os kits adequadamente por falta de um apoio efetivo dos governos locais, seja cedendo legalmente os espaços públicos para a instalação dos equipamentos e afastando os pescadores da informalidade, seja apoiando o transporte dos módulos para o local de comercialização (geralmente feiras livres). Uma assessoria mais efetiva pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural no dia-a-dia desses projetos possibilitaria que um número maior de kits estivesse em pleno funcionamento, em conformidade com o contrato de comodato, tendo como norte os entraves relacionados pelos próprios

pescadores que estão em dificuldades.

Esses elementos corroboram para que este projeto seja entendido como uma ação em construção, sendo que apenas um acompanhamento mais permanente possibilitará superar as dificuldades, aprimorando o alcance de seus objetivos, já que a maioria destes problemas reflete a pouca organização das comunidades.

Posteriormente às reuniões de avaliação do Programa Feira do Peixe, realizada pela Conab e SEAP/PR nos meses de agosto e setembro de 2007, resolveu-se dar continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido junto aos pescadores artesanais e aqüicultores familiares enquadrados no PRONAF, Grupos A a D, com novo aporte de recursos.

O programa pretende continuar apoiando estas entidades no fornecimento dos equipamentos para a comercialização em feiras e mercados públicos, de maneira organizada, retirando essas famílias da comercialização informal. Mas também tem como estratégia atuar no fortalecimento das entidades que foram beneficiadas com os módulos de comercialização, tanto na sua organização como na sua capacitação, buscando superar os entraves e dificuldades diagnosticadas no primeiro momento. Será necessário, portanto, uma forte articulação em rede solidária, que proporcione aos participantes um intercâmbio permanente de experiências e elementos que possam fortalecê-los. Para tanto, está previsto um assessoramento que identifique os gargalos existentes, seja apoiando na capacitação, seja executando processos de diagnose, com o levantamento e sistematização de dados que possam consolidar uma melhor compreensão dos projetos em andamento e dos projetos em demanda que ainda pleiteiam aprovação.

Em um balanço final de 2007-primeiro momento do Programa Feira do Peixe – foram dados os passos fundamentais na criação de laços mais próximos entre a Conab, os pescadores artesanais e aqüicultores familiares. O Programa, por meio de ações concretas e poucos recursos, beneficiou entidades de pescadores em toda a região do País (exceto AP), devendo ser reconhecido que a capilaridade da Companhia constitui elemento fundamental na execução das políticas públicas.

Além disso a Conab fez-se presente também na concretização do segundo objetivo do Programa: Estudo de Recomposição dos Terminais Públicos Pesqueiros de Santos e Cananéia-SP, participando no acompanhamento da reforma das instalações e substituição e/ou incorporação de novos equipamentos (câmaras frias, câmaras frigorificas, fábricas de gelo e locais para a comercialização).

As ações desenvolvidas pela Conab, e reconhecidas na avaliação da SEAP/PR, possibilitaram a continuidade do Programa com aporte de novos recursos destinados à aquisição, distribuição, capacitação e acompanhamento de novos módulos de comercialização direta de pescado.

O plano de trabalho prevê, para o próximo ano, a aplicação de R$2,0 milhões na aquisição e distribuição de equipamentos e R$0,5 milhão para o monitoramento, capacitação e gestão do Programa.

4.10 - Projeto SIGABrasil

Este projeto, denominado Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira-SIGABrasil, que integra e espacializa informações do setor (produção, estoques, rede de armazéns, vias de transporte, plantas de processamento, portos, entre outras), de forma a possibilitar a sua sobreposição, bem como permitir operações como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques

excedentes ou de regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha das regiões mais adequadas para instalação de agroindústria; e gerenciamento de programas sociais, consistindo em um importante sistema para o gerenciamento da logística do agronegócio.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano 2007 foram:

- Mapa de Municípios Atendidos pelo PAA, em contraposição aos Territórios Rurais do MDA.
- Confecção de mapas da série histórica da expansão das culturas do café, milho, arroz, soja, feijão, algodão, laranja e cana-de-açúcar.
- Mapa de Localização Geográfica da Rede Armazenadora da CONAB.

  - Identificação de unidades armazenadoras com erro de posicionamento para depuração e correção do banco de dados da SUARM.
- Mapas do Brasil e por estado produtor sobre preços recebidos pelos produtores de leite.
- Mapas para apoio às atividades relacionadas à fiscalização de seguro rural.
- Mapa da Produção Municipal Brasileira de soja, milho, algodão, café, cana-de-açúcar, bovinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e frutas.
- Mapa de Produção Agropecuária Brasileira, para atendimento à Presidência da República.
- Cadastramento e controle de CDs com produtos GeoSafras e SIGABrasil.
- Mapeamento do Corredor de Escoamento da Produção - Transnordestina.
- Continuidade dos estudos para desenvolvimento de software de geoprocessamento livre. Acompanhamento da instalação de software livres junto a SUMEP/GESIN/GETEC. Acompanhamento do Sistema PrevSafras. Testes de Banco de Dados (Postgresql/Postgis) com extensões espaciais. Levantamento via internet sobre software livres.
- Desenvolvimento de sistema com uso de GoogleMap e MapServer para disponibilização de informações de armazéns via Internet compartilhando o banco de dados da SUARM residente na SUMEP.
- Reuniões com representantes de seguradoras e do MAPA para estudos de viabilidade de monitoramento de áreas agrícolas cobertas por seguro rural com uso de geotecnologias e dados meteorológicos.
- Reformulações da página da ***Geotecnologia*** na Internet.

4.11 - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT

Pela Portaria MAPA n.º 171, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, com a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, levar

tecnologia à produção, estreitar os contatos com as Universidades e ampliar as funções das Centrais de Abastecimento.

Estatísticas relativas indicam que o volume de comercialização de produtos hortigranjeiros nos entrepostos atacadistas das Centrais de Abastecimento-Ceasas atingiu 14,6 milhões de toneladas, representando, em termos monetários R$11,6 milhões. Este número, no entanto, não contempla a comercialização feita pelos supermercados, estimada entre 6 e 8 milhões de t/ano; por outros tipos de mercados, como feiras livres, mercados do produtor e os produtos exportados. É o setor da agricultura que mais cresce no mundo. O consumo é, também, o que mais cresce quando comparado com outros produtos agrícolas. Representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens. A título de exemplo, dos 640 municípios paulistas, cerca de 400 abastecem o entreposto da capital, possibilitando alta receita/hectare e manutenção da mão-de-obra no campo.

Apesar de sua representatividade é um setor que necessita de apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos, potencial de aumento de consumo interno e externo.

As atividades relacionadas a implementação do Prohort, especificamente aquelas voltadas ao desenvolvimento do sistema de informações, por não haver ação orçamentária específica, vinham sendo custeadas com recursos da GAP. Em 2007, foi aprovada emenda parlamentar no valor de R$200.000,00, objetivando contribuir com os gastos inerentes à integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento.

Entre as atividades desenvolvidas podem ser destacadas:

- - Definição das bases do Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil - SIMAB, bem como dos produtos que comporão a pauta.
- - Estabelecimento de 19 Termos de Cooperação Técnica, firmados com as Centrais de Abastecimento.
- - Divulgação do PROHORT junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar estudos e parcerias para a evolução do setor.
- - Participação nos eventos de Goiânia/Caxias do Sul e Campo Grande visando divulgar o programa e angariar adesões.
- - Realização de consultoria técnica na implantação da Ceasa do município de Rio Branco/AC.
- - Reunião com a ABRACEN para explanação sobre o desenvolvimento do projeto (evolução do portal, definição SIMAB, disponibilização dos sistema de informações da Ceasa MG, B.I. da Conab - modelos gerenciais, mapas, séries históricas, etc).
- - Reuniões periódicas com os técnicos da área de Tecnologia da Informação-TI (uso do Script Case, implantação SIMAB via Portal, fórum de debates pela internet).
- - Formação de grupos temáticos para Fórum de Debates.

4.12 -Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios)

4.12.1 - Recursos Recebidos

4.12.1.1 - Convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

- Número do Convênio (SIAFI): 592025
- Processo n.º 71000.002329/2007-38
- Concedente: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS
- Data de assinatura: 12 de junho de 2007
- Vigência: até 31 de dezembro de 2007
- Data da publicação: 13 de junho de 2007
- Valor Original: R$86.400.000,00
    - MDS: R$77.600.000,00
    - Conab: 8.800.000,00
- Termo Aditivo 01
- Valor: R$49.866.720,00
    - MDS: R$46.316.720,00
    - Conab: 3.550.000,00
- Objeto: desenvolvimento de ações complementares da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, envolvendo instrumentos como a Compra Direta-CDAF e Compra Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação, visando à formação de estoques estratégicos, a sua comercialização e à distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Plano de Trabalho original previa o atendimento a 19.900 famílias de agricultores enquadradas no Pronaf, preferencialmente organizadas em cooperativas, associações ou grupos informais, e a implantação de 34 pólos de compra de alimentos. O Termo Aditivo alterou para 33.000 o número de famílias beneficiadas.

Para a execução, o MDS repassou recursos orçamentários/financeiros no valor de R$123.916.720,00, visando a aquisição de produtos e a operacionalização do convênio.

Além dos instrumentos acima descritos, a Conab elaborou novo Plano de Trabalho objetivando o atendimento a mais 6.857 famílias de agricultores familiares das regiões dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local-Consads, com exceção daqueles localizados nos Estados de São Paulo e Santa Catarina, no valor total de R$24.000.000,00. As operações deveriam ser realizadas, preferencialmente, na modalidade CPR-Doação, priorizando as demandas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

É a operação pela qual são adquiridos produtos agropecuários de famílias enquadradas nos grupos “A” ao “D” do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab), organizados ou não, em conformidade com o Art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com a Resolução MESA/Grupo Gestor do PAA n.º 01, de 31 de julho de 2003.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2007, 7.476 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R$5.557.398,39, beneficiando 2.281 famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.76
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF / MDS

Sureg	UF	N.º de Municípios Atendidos	Nº de Produtores atendidos	Quantidade Adquirida(t)	Valor da Aquisição (R$1,00)
Suregs com Processos Individualizados					
AM	AM	1	29	39	27.762,92
PE	AL	8	74	300	220.830,75
Subtotal		**9**	**103**	**339**	**248.593,67**
Suregs com Processo Consolidado					
BA	BA	21	491	1.550	1.136.952,69
MS	MS	4	246	1.427	875.710,80
PB	PB	1	3	15	8.712,54
PI	PI	17	653	1.328	841.504,49
RN	RN	6	88	324	246.570,19
SC	SC	13	520	1.680	1.618.256,58
SP	SP	18	177	813	581.097,43
Subtotal		**80**	**2.178**	**7.137**	**5.308.804,72**
Total		**89**	**2.281**	**7.476**	**5.557.398,39**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Objetiva a aquisição da produção de agricultores familiares enquadrados no Pronaf e os acampados da reforma agrária reconhecidos pelo INCRA, organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios. Esse mecanismo apóia a comercialização de produtos alimentícios por meio da sustentação de preços e propicia agregação de valor à produção agropecuária, conforme o Art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, o Decreto n.º 5.873/06 e a Resolução do Grupo Gestor do PAA n.º 20, de 2 de agosto de 2006.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 434 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R$1.159.402,40, beneficiando 532 produtores familiar nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.77
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

UF	N.º de Municípios Atendidos	Nº de Produtores Atendidos	Quantidade Adquirida (t)	Valor de aquisição(R$1,00)
Suregs comProcessos Individualizados				
RS	4	79	47	275.462,50
Subtotal	4	79	47	275.462,50
Suregs com Processo Consolidado				
PB	2	86	45	283.391,50
RN	4	277	238	376.729,20
SC	4	90	104	223.819,20
Subtotal	10	453	387	883.939,90
Total	**14**	**532**	**434**	**1.159.402,40**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

c) Compra Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Doação)

Tem por finalidade apoiar a comercialização de produtos alimentícios por meio da sustentação de preços, adquirindo para doação simultânea a produção de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, conforme o Art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, o Decreto n.º 5.873/06 e as Resoluções do Grupo Gestor do PAA n.º 01, de 31 de julho de 2003, e n.º 12, de 21 de dezembro de 2004.

São beneficiários fornecedores os agricultores familiares enquadrados nos grupos “A” ao “D” do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aqüicultores familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab), organizados em grupos formais (cooperativas ou associações); e como beneficiários consumidores as instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 117.274 toneladas de diversos produtos alimentícios de 65.697 produtores familiares e distribuídas a 8.161.756 beneficiários consumidores, conforme quadro a seguir.

Quadro 4.78
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS

Sureg	UF	Aquisição				Distribuição	
		N.º Agricultores Familiares	N.º Municípios	Quantidade Adquirida (t)	Volume de Recursos (R$1,00)	N.º de Entidades Beneficiadas	Nº de Pessoas Beneficiadas
Suregs com Processos Individualizados							
	AM	3.173	26	8.488	4.343.259,54	313	243.455
AM	RR	77	3	40	140.040,00	61	21.834
CE	CE	4.832	77	6.406	8.806.883,73	3.226	1.154.741
GO	GO	778	13	1.492	2.701.473,54	393	174.374
MG	MG	17.922	140	33.892	23.731.114,99	3.320	1.870.026
MT	MT	1.492	42	2.186	3.806.323,51	462	149.937
PE	PE	1.324	13	3.002	4.030.156,62	241	183.232
	AL	333	5	733	821.467,55	534	164.928
PR	PR	3.603	71	8.174	9.149.028,91	928	745.008
	RO	1.058	7	1.849	2.426.741,51	438	74.401
RO	AC	687	7	682	816.397,79	187	28.771
RS	RS	10.006	88	17.485	18.026.303,92	1.501	326.433
Subtotal		**45.285**	**492**	**84.429**	**78.799.191,61**	**11.604**	**5.137.140**
Suregs com Processo Consolidado							
	BA	5.461	51	5.880	14.446.075,24	1.988	971.372
BA	SE	3.198	29	6.756	9.433.411,92	347	221.896
ES	ES	77	4	88	112.237,79	42	7.308
MA	MA	2.978	30	2.477	6.074.594,19	658	184.153
MS	MS	90	4	177	254.955,00	82	24.597
PA	PA	606	12	350	1.175.517,45	246	150.167
PB	PB	481	17	800	972.993,65	337	54.916
PI	PI	450	1	27	191.663,68	18	8.868
RJ	RJ	467	3	582	1.382.946,40	228	87.553
RN	RN	535	6	377	1.057.677,67	887	251.052
SC	SC	4.464	99	9.130	16.889.150,15	2.346	793.774
SP	SP	1.323	12	3.935	4.375.913,82	389	223.610
TO	TO	282	10	2.266	641.802,96	110	45.350
Subtotal		20.412	278	32.845	57.008.939,92	7.678	3.024.616
Total Geral		65.697	770	117.274	135.808.131,53	19.282	8.161.756

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Durante o exercício a Conab recebeu recursos da ordem de R$147.916.720,00 e executou R$147.289.096,63 (99,58%), com destaque para as despesas com a aquisição de produtos para doação, que representaram cerca de 96,85% dos recursos liquidados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.79
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa						Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pesl Jurídica	
Suregs com Processos Individualizados								
AM	AM	18.397,50	1.926,18	4.511.700,69	27.548,64	-	90.621,82	4.650.194,83
CE	CE	28.495,00	9.543,60	8.295.505,14	7.822,68	-	21.470,89	8.362.837,31
GO	GO	33.585,00	9.555,98	2.701.473,54	13.726,89	-	929.129,92	3.687.471,33
MG	MG	9.457,50	8.733,93	23.780.479,97	5.157,34	-	468.364,15	24.272.192,89
MT	MT	10.535,00	2.328,45	3.757.547,30	8.377,50	-	208.549,04	3.987.337,29
PE	PE	22.908,58	6.800,51	4.030.156,62	17.887,28	76,44	202.688,99	4.280.518,42
AL	AL	9.075,80	1.517,90	1.042.298,30	4.276,15	3.271,20	32.136,88	1.092.576,23
PR	PR	21.423,50	5.837,88	10.338.434,77	14.975,22	-	336.678,47	10.717.349,84
RO	RO	32.787,50	6.780,95	2.426.741,51	8.069,75	-	56.498,39	2.530.878,10
	AC	2.222,50	700,70	816.397,79	3.503,57	-	-	822.824,56
RS	RS	7.182,50	5.768,94	18.301.766,42	4.454,56	-	344.451,65	18.663.624,07
Subtotal		**196.070,38**	**59.495,02**	**80.002.502,05**	**115.799,58**	**3.347,64**	**2.690.590,20**	**83.067.804,87**
Suregs com Processo Consolidado								
BA	BA	40.104,83	20.575,95	15.239.042,08	21.044,15	87,25	148.815,30	15.469.669,56
	SE	2.935,00	1.688,96	9.433.355,47	456,72	-	11.509,48	9.449.945,63
ES	ES	3.272,50	1.324,85	112.237,79	1.493,92	-	21.009,58	139.338,64
MA	MA	42.918,00	19.094,39	6.074.306,07	18.145,44	320,78	101.475,42	6.256.260,10
MS	MS	19.995,00	4.508,37	1.131.123,54	4.204,27	-	92.390,17	1.252.221,35
PA	PA	8.110,00	2.776,23	1.175.517,45	3.482,30	-	158.731,71	1.348.617,69
PB	PB	30.040,00	10.411,40	1.428.327,96	11.647,17	-	64.240,35	1.544.666,88
PI	PI	64.537,50	13.524,78	1.037.116,35	14.371,65	1.030,52	104.179,51	1.234.760,31
RJ	RJ	5.067,50	1.514,36	1.382.946,40	156,20	-	18.334,01	1.408.018,47
RN	RN	32.490,00	8.788,45	1.294.647,87	10.616,42	-	29.687,43	1.376.230,17
SC	SC	26.700,00	9.556,49	18.731.225,93	13.148,41	-	66.777,41	18.847.408,24
SP	SP	4.802,50	269,60	4.964.952,00	409,50	-	45.072,22	5.015.505,82
TO	TO	13.592,50	7.575,15	641.802,96	195,00	-	30.745,22	693.910,83
Matriz	DF	30.687,50	2.795,77	7.129,59	82.070,33	-	62.054,88	184.738,07
Subtotal		325.252,83	104.404,75	62.653.731,46	181.441,48	1.438,55	955.022,69	64.221.291,76
Total Geral		521.323,21	163.899,77	142.656.233,51	297.241,06	4.786,19	3.645.612,89	147.289.096,63

Fonte: Siafi

Durante o período foram repassados ao MDS R$12.782.987,39, referentes ao recebimento de CPR-Alimento, Proagro e venda de CPR-Estoque e Vendas em Balcão/Leilão.

4.12.1.2 – Ações Emergenciais

a) Remoção de Produtos da Agricultura Familiar

Repasse de recursos orçamentários/financeiros da Secretaria Nacional de Alimentação e Nutrição do MDS no valor de R$781.780,00, objetivando a remoção de produtos adquiridos no âmbito do PAA e armazenados em pólos de compra dos estados de Alagoas, da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco, do Piauí e do Rio de Janeiro.

As remoções foram justificadas em virtude de os produtos terem sido adquiridos durante o exercício de 2006 e permanecerem depositados nos pólos de compra, com riscos de perda, pois esses não têm estrutura necessária à guarda e conservação por períodos mais prolongados.

A previsão inicial envolvia a remoção de 7.960 toneladas de milho ensacado, farinha de mandioca, arroz e feijão que seriam utilizados na formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e, especificamente, aqueles armazenados nos Estados da Bahia e do Piauí

seriam comercializados pelo Programa Vendas em Balcão, cuja receita seria repassada ao MDS.

Considerando que os produtos se encontravam estocados em condições precárias nos pólos de compra com alto risco de perda de qualidade, cerca de 960 toneladas foram doadas a instituições sociais locais e o restante foi removido, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.80
Demonstrativo das Remoções Realizadas

Origem			Destino		Produto	Quantidade(t)
Sureg	UF	Localidade	UF	Localidade		
Suregs com Processo Individualizado						
PE	PE	Araripina	PE	Recife	Farinha de mandioca	1.645
		Petrolina		Arcoverde	Farinha de mandioca	185
		Manari		Arcoverde	Feijão	120
		Tupanatinga		Recife	Feijão	350
		Itaíba		Recife	Feijão	119
		Águas Belas		Recife	Feijão	163
		Bom Conselho		Recife	Feijão	274
	AL	Palmeira dos Índios	AL	Maceió	Farinha de mandioca	30
		Santana do Ipanema	PE	Recife	Feijão	766
		Arapiraca	PE	Recife	Farinha de mandioca	219
PR	PR	Campo do Tenente	PR	Apucarana	Feijão	78
RO	RO	Rolim de Moura	MT	Rondonópolis	Feijão	202
		Alto Alegre do Parecis		Cacoal	Feijão	453
Subtotal						**4.604**
Suregs com Processo Consolidado						
BA	BA	Irecê	BA	Entre Rios	Milho	300
		Irecê	SE	Itabaiana	Milho	600
RJ	RJ	Porciúncula	RJ	Rio de Janeiro	Arroz	47
MA	MA	Arame	MA	São Luís	Milho	45
		Buriticupu		São Luís	Milho	442
		Buriticupu		São Luís	Milho	42
		Lago da Pedra		São Luís	Milho	77
		Santa Luzia		São Luís	Milho	408
		Santa Luzia		São Luís	Milho	179
		São João do Paraíso		Imperatriz	Milho	56
		Loreto		Balsas	Farinha de mandioca	25
		Imperatriz	TO	Araguarina	Milho	135
PI	PI	Floriano	PI	Picos	Milho	40
Subtotal						**2.396**
Total						**7.000**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Dos recursos repassados pela SESAM/MDS (R$781.780,00) foram liquidados R$576.555,25, representando 73,75%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.81
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa						Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processos Individualizados								
CE	CE	455,00	-	-	-	-	-	455,00
MG	MG	-	-	-	-	2.342,81	1.172,31	3.515,12
PE	PE	2.280,00	865,00	7.555,25	142,32	288.034,28	47.079,64	345.956,49
	AL	-	-	-	1.395,00	875,99	279,00	2.549,99
Subtotal		**2.735,00**	**865,00**	**7.555,25**	**1.537,32**	**291.253,08**	**48.530,95**	**352.476,60**
Suregs com Processo Consolidado								
BA	BA	110,00	120,00	26,43	-	27.034,44	-	27.290,87
	SE	100,00	80,00	50,00	-	51.243,93	4.659,63	56.133,56
MA	MA	-	-	-	-	85.940,53	22.647,83	108.588,36
PI	PI	110,00	-	-	162,60	2.287,93	4.961,53	7.522,06
RJ	RJ	-	-	-	-	3.027,25	-	3.027,25
TO	TO	-	-	-	-	18.377,97	3.138,58	21.516,55
Subtotal		**320**	**200**	**76,43**	**162,6**	**187.912,05**	**35.407,57**	**224.078,65**
Total Gerl		**3.055,00**	**1.065,00**	**7.631,68**	**1.699,92**	**479.165,13**	**83.938,52**	**576.555,25**

Fonte: Siafi

b)Aquisição de Pescado no Estado da Bahia

Operacionalização de Acordo realizado entre a Conab e o MDS/SESAN para aquisição de pescado por meio do instrumento de Compra com Doação Simultânea – CPR Doação, visando atendimento às pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional no Estado da Bahia.

Para atendimento à demanda foi previsto recursos no valor total de R$301.500,00, sendo R$300.000,00 para a aquisição de pescado, R$1.000,00 para despesas com diárias de técnicos e R$500,00 para passagens e locação. As aquisições objetivaram o fornecimento de pescado às famílias de pescadores impedidos de obterem o produto em decorrência da contaminação das águas da Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia.

Foram adquiridas 48,0 toneladas de tilápia de 69 pescadores familiares, em dois municípios, ao custo de R$240.000,00, cuja distribuição beneficiou 36.931 pessoas em seis municípios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.82
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Pescado

Município	Aquisição			Doação		
	N.º Produtores Familiares	Quantidade Adquirida (t)	Valor (R$)	Instituição	N.º Beneficiários	Quantidade Doada (t)
Acupé	-	-	-	Colônia de Pescadores	8.440	11,0
Madre de Deus	-	-	-	Colônia de Pescadores	5.156	6,7
Maragojipe	-	-	-	Associação	6.874	8,9
Nilo Peçanha	4	2,8	14.000,00	-	-	-
Salinas das Margaridas	-	-	-	Associação	5.985	7,8
Saubara	-	-	-	Associação	10.000	13,0
Salvador	-	-	-	Sec. Des. Social	476	0,6
Taperoá	65	45,2	226.000,00	-	-	-
Total	**69**	**48,0**	**240.000,00**	**-**	**36.931**	**48,0**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gepaf

Além do pescado foram adquiridas 6 toneladas de geléia de umbu de 18 produtores familiares ao custo de R$60.000,00, com distribuição simultânea para 9 municípios, beneficiando 55.354 pessoas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.83
Demonstrativo da Distribuição de Geléia de Umbu

Município	N.º de Produtores Familiares	Valor (R$)	N.º de Beneficiados
Canudos	1	3.500,00	7.581
Chorrochó	-	-	2.395
Curacá	7	21.500,00	7.796
Euclides da Cunha	-	-	13.087
Juazeiro	-	-	220
Monte Santo	-	-	245
Senhor do Bonfim	-	-	12.500
Sobradinho	-	-	560
Uauá	10	35.000,00	10.970
Total	**18**	**60.000,00**	**55.354**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gepaf

Na aquisição do pescado e da geléia foram gastos R$300.000,00, representando 100% dos recursos destinados à aquisição e 99,5% do valor total, o saldo foi devolvido ao MDS durante o mês de novembro, no valor de R$1.500,00.

c) Compra com Doação Simultânea – CPR Doação de Leite - PAA-LEITE

O projeto teve por objetivo desenvolver o PAA-Leite com a aquisição e distribuição de leite produzido por agricultores familiares em Sergipe. As operações deveriam ser realizadas por meio do instrumento de Compra Especial da Agricultura Familiar com doação simultânea às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, em 25 municípios do Estado de Sergipe, visando atender 34.300 famílias no período compreendido entre abril e maio de 2007, conforme Plano de Trabalho encaminhado ao MDS-SESAN.

Foram beneficiadas famílias que possuem renda per capita mensal de até ½ salário mínimo e que possuam entre os membros da família: a) crianças de 6 meses a 6 anos, b) nutrizes de 6 meses após o parto, c) gestantes a partir da constatação da gestação pelo Posto de Saúde, d) idosos a partir de 60 anos de idade, e e) outros, desde que autorizados pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano de Trabalho previu, ainda, a compra e a distribuição de 34.300 litros/dia de leite pasteurizado tipo C, totalizando 2.092.300 litros. As aquisições efetuadas beneficiaram, efetivamente, 1.062 produtores familiares, em 24 municípios do Estado da Bahia, sendo que as doações atenderam a 33.107 famílias ou, aproximadamente, 128.756 pessoas.

Quadro 4.84
Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Leite

Município	Produtor Beneficiado	Quantidade Adquirida (l)	Valor(R$)	N.° de Pessoas Beneficiadas	Quantidade Doada(l)
Amparo de São Francisco	4	9.148	9.148,00	300	18.300
Aquidabã	8	18.772	18.772,00	-	-
Brejo Grande	-	-	-	800	48.800
Canhoba	-	-	-	600	36.600
Capela	4	9.572	9.572,00	-	-
Carira	56	91.500	91.500,00	1.500	91.500
Feira Nova	-	-	-	565	43.976
Frei Paulo	51	91.500	91.500,00	1.500	91.500
Gararu	54	112.560	112.560,00	1.250	76.250
Gracho Cardoso	-	-	-	750	45.750
Ilha das Flores	-	-	-	1.000	61.000
Itabaianinha	25	50.840	50.840,00	1.500	91.500
Itabi	25	58.856	58.856,00	600	36.600
Japoatã	76	179.714	179.714,00	-	-
Monte Alegre de Sergipe	63	80.029	80.029,00	-	-
Nossa Senhora de Lourdes	7	15.985	15.985,00	1.000	61.000
Nossa Senhora da Glória	84	203.150	203.150,00	1.372	98.784
Neópolis	2	4.692	4.692,00	-	-
Nossa Senhora Aparecida	18	42.012	42.012,00	723	52.056
Pacatuba	-	-	-	1.000	61.000
Pinhão	32	51.850	51.850,00	850	51.850
Poço Redondo	159	254.599	254.599,00	5.450	332.450
Poço Verde	95	162.660	162.660,00	2.000	122.000
Porto da Folha	137	298.684	298.684,00	3.000	183.000
Propriá	26	4.692	4.692,00	-	-
Ribeirópolis	1	60.684	60.684,00	2.000	144.000
São Francisco	5	2.440	2.440,00	-	-
Santana do São Francisco	26	11.918	11.918,00	800	61.000
São Miguel do Aleixo	-	60.684	60.684,00	547	39.384
Telha	-	-	-	500	30.500
Tobias Barreto	104	215.759	215.759,00	3.500	213.500
Total	**1062**	**2.092.300**	**2.092.300,00**	**33.107**	**2.092.300**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/gecaf Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecap

Para operacionalização e aquisição do produto foram repassados à Conab o total de R$2,1 milhões pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo liquidados R$2.094.773,57, representando 99,76 dos recursos. Foram gastos R $2.092.300,00 na aquisição do leite, R$1.159,80 com diárias, R$1.213,77 com material de consumo e R$100,00 com despesas de passagens e locomoção.

d) - Aquisição de Feijão

Repasse de recursos orçamentários/financeiros da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do MDS, no valor de R$15.900.000,00 objetivando a aquisição de feijão de produtores familiares dos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sendo R$15.000.000,00 para aquisição e o restante para despesas operacionais, incluindo gastos com a implantação dos pólos de compra.

No início do corrente ano, os preços de comercialização de feijão estavam abaixo dos custos de produção exigindo intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos, objetivando a manutenção da renda do produtor, especialmente daqueles que trabalham em pequena escala.

Para tanto, a Conab elaborou plano de trabalho, encaminhado ao MDS-SESAN, objetivando o atendimento a 4.300 famílias de agricultores familiares, por meio da implantação de seis pólos de compra do produto, e a sua distribuição às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Em função da queda dos preços por ocasião da colheita, no Estado de Rondônia e em áreas localizadas na Bahia, a Conab passou a adquirir feijão nesses estados também.

Por ser insuficiente o número de armazéns credenciados no Estado de Rondônia, capazes de abrigar o produto com a garantia de adequada guarda e conservação, foi necessária a remoção para outros estados logo após a aquisição.

Durante o período foram adquiridas 13.611 toneladas, em 157 municípios, ao custo total de R$13,9 milhões, beneficiando 5.530 produtores familiares, superando a meta prevista em 28,60%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.85
Demonstrativo da Aquisição de Feijão

UF	N.º de Municípios Atendidos	Nº de Produtores atendidos	Quantidade Adquirida(t)	Valor da Aquisição (R$1,00)
Suregs com Processos Individualizados				
PR	53	1.548	4.588	4.811.848,00
RO	20	1.656	3.758	3.788.318,56
RS	73	1.937	4.404	4.380.786,50
Subtotal	**146**	**5.141**	**12.750**	**12.980.953,06**
Suregs com Processo Consolidado				
BA	1	5	15	16.053,54
SC	10	384	846	864.320,68
Subtotal	11	389	861	880.374,22
Total	**157**	**5.530**	**13.611**	**13.861.327,28**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

As despesas liquidadas até o fim do período atingiram R$15.021.595,57, com destaque para a aquisição de produtos (aquisição mais impostos, taxas e sacaria) que representou cerca de 92,28% dos recursos liquidados.

Quadro 4.86
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Total
Suregs com Processos Individualizados									
GO	GO	-	-	-	-	-	3.920,34	-	3.920,34
MG	MG	-	-	-	-	-	-	3.479,02	3.479,02
PR	PR	2.750,00	4.488,87	4.811.848,00	1.484,26	-	28.560,29	26.555,55	4.875.686,97
RO	RO	32.212,50	6.965,97	3.788.330,16	16.211,02	4.675,67	67.529,51	509.658,21	4.425.583,04
	AC	1.420,00	300,00		228,00	-	175,00	-	2.123,00
RS	RS	8.471,34	3.510,19	4.380.786,50	1.827,50	-	27.078,48	192.481,94	4.614.155,95
Subtotal		**44.853,84**	**15.265,03**	**12.980.964,66**	**19.750,78**	**4.675,67**	**127.263,62**	**732.174,72**	**13.924.948,32**
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	-	-	16.053,54	-	-	-	52.946,80	69.000,34
ES	ES	-	-	-	-	-	4.303,95	-	4.303,95
SC	SC	-	-	864.309,08	-	-	18.268,30	132.268,94	1.014.846,32
Matriz		6.122,50	1.628,91	-	745,23	-	-	-	8.496,64
Subtotal		**6.122,50**	**1.628,91**	**880.362,62**	**745,23**	**0,00**	**22.572,25**	**185.215,74**	**1.096.647,25**
Total		**50.976,34**	**16.893,94**	**13.861.327,28**	**20.496,01**	**4.675,67**	**149.835,87**	**917.390,46**	**15.021.595,57**

Nota: (1) Inclui impostos e taxas incidentes sobre a aquisição de produtos e sacaria
Fonte: Siafi

No fim do exercício foi devolvido ao MDS R$870.666,70 referente aos recursos não utilizados.

e) - Aquisição de Produtos de Agricultores Familiares do Estado de São Paulo

Destaque orçamentário/Emenda Parlamentar da Bancada Federal do Estado de São Paulo, objetivando a aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares enquadrados nos grupos “A” ao “D”, do Pronaf, por meio do instrumento de Compra Especial da Agricultura Familiar-CPR/Doação, e a distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional no Estado de São Paulo.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 2.280 famílias de produtores, ao custo total de R$8.000.000,00.

Durante o mês de dezembro foram adquiridas 8.219 toneladas de diversos produtos alimentícios de 2.370 agricultores familiares (103,95% da meta prevista), beneficiando 228.324 pessoas atendidas por 616 entidades sociais, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.87
Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar - São Paulo

Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade Adquirida (T)	Valor das Aquisições (R$)	Nº de Entidades Beneficiadas	Nº de Pessoas Beneficiadas
Andradina	315	982	870.465,45	47	8.843
Apiaí	37	87	129.500,00	10	8.594
Assis	48	156	168.000,00	21	6.491
Barra do Turvo	21	68	73.500,00	8	3.239
Eldorado	39	180	136.500,00	58	14.340
Guarulhos	12	46	42.000,00	3	290
Iaras	20	95	70.000,00	8	1.284
Iguapé	8	27	25.000,00	2	5.610
Iperó	25	83	80.500,00	10	4.971
Itapeva	438	1.478	1.529.068,24	133	44.924
Juquiá	5	3	17.500,00	5	1.858
Mirandópolis	28	109	98.000,00	10	2.473
Monteiro Lobato	7	27	24.500,00	1	316
Paranapuã	14	61	49.000,00	1	1.128
Pereira Barreto	14	46	38.500,00	7	460
Peruíbe	107	220	374.500,00	3	3.251
Porto Feliz	39	185	136.500,00	13	1.513
Promissão	64	253	223.985,52	27	8.542
Registro	432	1.692	1.477.000,00	98	36.803
Restinga	117	551	409.500,00	24	6.499
Ribeirão Preto	127	553	444.480,79	10	15.968
São João do Pau D'alho	11	37	38.500,00	2	711
São José dos Campos	20	71	70.000,00	2	900
São Sebastião Grama	9	31	31.500,00	5	1.854
Sandovalina	67	76	231.000,00	5	5.219
São Paulo	166	518	581.000,00	37	14.838
Tapiratiba	32	120	112.000,00	10	3.393
Taquarituba	9	36	31.500,00	10	943
Taquarivaí	53	205	185.500,00	3	2.836
Trabiju	30	114	105.000,00	10	1.086
Tupi Paulista	56	109	196.000,00	33	19.147
TOTAL	**2.370**	**8.219**	**8.000.000,00**	**616**	**228.324**

Fonte: Conab/Digem/SupafGecap

4.12.1.3 - Cooperação Técnica com o Ministério Desenvolvimento Agrário-MDA

Em 2007 foram celebrados dois Termos de Cooperação entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (Portaria Conjunta n.º 3, de 17 de abril, e n.º 107, de 11 de dezembro), objetivando a aquisição de produtos de agricultores familiares nas modalidades Compra Direta e Formação de Estoques. Para tanto, o MDA repassou recursos orçamentários/financeiros no valor de R$91.855.575,00.

Nesses Termos, a Conab está autorizada a direcionar os estoques, objetivando o reposicionamento dos produtos, retirando-os das áreas que não favoreçam o seu escoamento para localidades próximas às regiões consumidoras, permitindo a venda em leilão público, ou ainda, a venda direta aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, vinculados ao Programa Vendas em Balcão e aos varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos.

Os Planos de Trabalho elaborados pela Conab estimaram o atendimento a 24.570 famílias entre os meses de março a dezembro, e a abertura de 10 pólos de compra, sendo atendidas durante o período 21.281 famílias (33,7%).

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por meio da CDAF foram adquiridas 25.723 toneladas de diversos produtos, no valor total de R$17.485.228,18 conforme quadro a seguir.

Quadro 4.88
Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/ MDA

UF	N.º de Municípios Atendidos	Nº de Produtores Atendidos (t)	Quantidade Adquirida	Valor da Aquisição (R$1,00)
Suregs com Processos Individualizados				
MT	4	262	3.851	866.407,98
PR	27	2.517	7.166	7.166.019,39
RS	109	3.009	12.913	8.358.583,53
Subtotal	**140**	**5.788**	**23.930**	**16.391.010,90**
Suregs com Processo Consolidado				
BA	3	21	156	49.489,12
RN	7	101	370	325.092,00
SC	4	62	126	122.101,20
SP	8	77	300	247.656,59
TO	1	125	842	349.878,37
Subtotal	**23**	**386**	**1.793**	**1.094.217,28**
Total	**163**	**6.174**	**25.723**	**17.485.228,18**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque

Por meio da CPR-Estoque foram adquiridas 57.546 toneladas de diversos produtos agrícolas no valor total de R$43.841.398,20, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.89
Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque

Sureg	UF	N.º de Municípios Atendidos	Nº de Produtores Atendidos	Quantidade Adquirida (t)	Valor da Aquisição (R$)
Suregs com Processos Individualizados					
AM	AM	6	679	1.585	1.611.806,70
MG	MG	8	694	543	2.405.803,54
MT	MT	4	74	305	242.687,28
PE	PE	4	1.430	7.936	5.000.000,00
	AL	2	626	3.471	2.189.470,33
PR	PR	9	987	3.164	2.501.320,26
RO	RO	5	380	873	1.179.988,99
	AC	3	592	2.938	2.055.050,00
RS	RS	72	7.075	33.201	21.024.168,28
Subtotal		**113**	**12.537**	**54.017**	**38.210.295**
Suregs com Processo Consolidado					
BA	BA	1	39	10	49.980,00
ES	ES	15	143	197	512.780,00
PA	PA	3	410	771	509.349,62
PI	PI	2	588	94	300.463,20
RN	RN	6	277	237	376.729,20
SC	SC	10	920	1.534	3.207.688,80
SP	SP	3	193	686	674.112,00
Subtotal		**40**	**2.570**	**3.529**	**5.631.103**
Total		**153**	**15.107**	**57.546**	**43.841.398,20**

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

Dos R$90.585.575,00 milhões repassados foram executados R$69.250.469,35

milhões, com destaque para as despesas com a aquisição de produtos para revenda, que representou cerca de 93,75% das despesas totais.

Quadro 4.90
Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Pessoa	Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aqusição de Produtos para Distribuição	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	450,00	-	1.029,90	-	-	-	1.331.829,80	1.333.309,70
GO	GO	5.225,00	2.527,76	4.678,71	-	9.743,92	-	-	22.175,39
MG	MG	927,50	-	1.062,50	-	10.850,35	-	2.405.803,54	2.418.643,89
MT	MT	1.620,00	895,38	-	-	178.959,30	158.285,30	1.131.883,03	1.471.643,01
PE	PE	5.572,99	1.935,69	1.360,76	-	5.039,03	-	4.999.998,00	5.013.906,47
	AL	3.240,00	700,00	-	1.466,00	27.759,41	154,60	2.199.855,33	2.233.175,34
PR	PR	21.830,00	5.290,06	12.026,25	-	1.393.820,42	201.220,38	9.174.322,11	10.808.509,22
RO	RO	5.725,00	3.060,70	2.277,18	-	-	31,50	1.179.988,99	1.191.083,37
	AC	780,00	511,00	-	-	-	-	2.335.027,50	2.336.318,50
RS	RS	5.640,00	19.910,59	569,70	-	933.065,46	508.887,13	32.953.677,48	34.421.750,36
Subtotal		**51.010,49**	**34.831,18**	**23.005,00**	**1.466,00**	**2.559.237,89**	**868.578,91**	**57.712.385,78**	**61.250.515,25**
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	17.327,50	5.419,45	11.158,13	35,80	13.343,13	73,00	100.385,66	147.742,67
	SE	707,00	-	50,00	-	-	-	-	757,00
ES	ES	660,00	175,17	173,91	-	-	-	512.780,00	513.789,08
MA	MA	820,00	641,95	-	-	34,00	-	-	1.495,95
MS	MS	-	-	-	-	61.188,08	-	-	61.188,08
PA	PA	18.135,00	3.453,79	5.919,29	-	-	-	509.349,62	536.857,70
PB	PB	-	217,50	-	-	812,00	-	-	1.029,50
PI	PI	2.570,00	757,49	5,00	-	15.132,99	-	300.463,20	318.928,68
RJ	RJ	180,00	196,90	10,00	-	-	-	-	386,90
RN	RN	10.170,00	3.914,88	1.803,57	4.617,20	-	923,44	708.253,98	729.683,07
SC	SC	7.440,00	5.534,26	8.937,60	-	226.463,74	8.704,58	3.809.037,51	4.066.117,69
SP	SP	4.680,00	640,59	1.185,77	-	15.181,40	-	921.768,59	943.456,35
TO	TO	1.200,00	553,48	-	-	5.193,02	42.682,06	352.122,08	401.750,64
Matriz	DF	8.465,00	-	71.700,98	-	196.604,81	-	-	276.770,79
Subtotal		**72.354,50**	**21.505,46**	**100.944,25**	**4.653,00**	**533.953,17**	**52.383,08**	**7.214.160,64**	**7.999.954,10**
Total Geral		**123.364,99**	**56.336,64**	**123.949,25**	**6.119,00**	**3.093.191,06**	**920.961,99**	**64.926.546,42**	**69.250.469,35**

Fonte: Siafi

Durante o período foram repassados ao MDA recursos no valor de R$34.718.481,52 referente a venda de produtos via leilão público e balcão.

4.12.1.4 - Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional - MI

Em 2007 a Conab recebeu transferência de crédito orçamentário/financeiro no valor de R$7.360.000,00, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios e a distribuição gratuita para as comunidades afetadas por desastres, em qualquer parte do país, que venham a encontrar-se em situações emergenciais inopinadas e notórias que possam levar à insegurança alimentar.

No Plano de Trabalho estava prevista a aquisição de produtos para a formação e manutenção de estoque estratégico de aproximadamente 120.000 cestas de alimentos, depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Na formação dos estoques de alimentos a Conab, a seu critério, utilizou os estoques oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, os

recursos para a aquisição dos produtos no mercado, via leilão público, e a utilização de produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Durante o exercício foram adquiridas em leilão público 2.646 toneladas de produtos alimentícios e utilizadas 722 toneladas oriundos do PAA. No fim do exercício restou em estoques 323 toneladas para uso em 2008, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.91
Demonstrativo de Variação do Estoque Estratégico – MI

Produto	Estoque/06	Aquisições		Distribuição	Saldo/2007
		Leilão	PAA		
Arroz	570,7	1.365,1	-	1.795,8	140,0
Feijão	61,4	183,0	323,3	525,7	42,0
Fubá	-	-	19,9	10,0	9,9
Farinha de mandioca	20,8	46,0	318,5	366,3	19,0
Macarrão	104,8	273,0	-	349,7	28,1
Óleo de soja	104,6	273,0	-	349,5	28,1
Açúcar	84,9	233,1	60,0	349,9	28,1
Leite em pó	108,3	272,8	-	353,1	28,0
Total	**1.055,5**	**2.646,0**	**721,7**	**4.100,0**	**323,2**

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gecom

No exercício foram atendidas 174.209 famílias, com a distribuição de 4.100 toneladas de diversos produtos, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.92
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – MI

Sureg	UF	Beneficiários						Total		
		Emerg/Defesa Civil		Ajuda Humanitária(*)		Acampados				
		N.º Fam.	Alim. Ent. (t)	N.º Fam.	Alim. Ent. (t)	N.º Fam.	Alim. Ent. (t)	N.º Fam.	Nº Atend.	Alim. Ent. (t)
Suregs com Processo Individualizado										
AM	AM	23.665	572,2	-	-	-	-	23.665	23.665	572,2
	RR	-	-	-	-	850	23,8	850	850	23,8
CE	CE	14.694	342,9	-	-	-	-	14.694	14.694	342,9
MG	MG	5.095	117,2	-	-	-	-	5.095	5.095	117,2
MT	MT	3.600	82,8	-	-	-	-	3.600	3.600	82,8
PE	PE	5.045	116,0	-	-	-	-	5.045	5.045	116,0
	AL	3.800	87,3	-	-	-	-	3.800	3.800	87,3
RO	RO	-	-	-	-	200	4,2	200	200	4,2
RS	RS	13.200	301,2	-	-	-	-	13.200	13.200	301,2
Subtotal		**69.099**	**1.619,6**	**0**	**0,0**	**1050**	**28,0**	**70149**	**70.149**	**1.647,6**
Suregs com Processo Consolidado										
BA	BA	46.925	1.077,1	-	-	-	-	46.925	46.925	1.077,1
ES	ES	-	-	2000	46,0	-	-	2.000	2.000	46,0
MA	MA	1.575	41,0	-	-	-	-	1.575	1.575	41,0
MS	MS	275	5,8	-	-	-	-	275	275	5,8
PA	PA	8.000	184,0	360	10,1	-	-	8.360	8.360	194,1
PI	PI	21.925	557,5	-	-	-	-	21.925	21.925	557,5
RN	RN	11.390	256,3	-	-	-	-	11.390	11.390	256,3
SC	SC	6.610	159,6	-	-	-	-	6.610	6.610	159,6
TO	TO	5.000	115,0	-	-	-	-	5.000	5.000	115,0
Subtotal		**101.700**	**2.396,3**	**2360**	**56,1**	**0**	**0,0**	**104060**	**104.060**	**2.452,4**
Total		**170.799**	**4.015,9**	**2.360**	**56,1**	**1.050**	**28,0**	**174.209**	**174.209**	**4.100,0**

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab
(*) alimento doado ao Peru e a Jamaica

A Conab participa, também, nas ações relativas à ajuda internacional, podendo, encaminhar alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional. Não existe

uma definição prévia dos itens que compõem as cestas, pois se procura respeitar a cultura alimentar de cada País. A composição do lote é estabelecida após entendimentos com as autoridades do País beneficiário e a entrega fica sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

Com os recursos oriundos do MI/SEDEC foram atendidas famílias vitimas de terremoto no Peru e as atingidas pela passagem de furacões na Jamaica. Foram enviadas a esses países 56.110 toneladas de produtos alimentícios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.93
Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País		Total
	Peru	Jamaica	
Arroz	20,0	5,4	25,4
Feijão	6,0	1,1	7,1
Farinha de mandioca	4,0	0,7	4,7
Óleo de soja	4,0	0,7	4,7
Açúcar cristal	4,0	0,7	4,7
Macarrão	4,0	0,7	4,7
Leite em pó	4,0	0,7	4,7
Total	46,0	**10,0**	56,0

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Entre as ações desenvolvidas durante o exercício destacam-sem os seguintes atendimentos:

- Distribuição de 225 toneladas de gêneros alimentícios (9.800 cestas) às famílias vitimadas por enchentes em municípios do Estado do Amazonas;
- Doação de 552 toneladas (24.000 cestas) para famílias vitimadas pela seca prolongada em diversos municípios do Estado da Bahia;
- Atendimento às famílias atingidas por inundações em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com distribuição de 276 toneladas de alimentos (12.000 cestas);
- Distribuição de 184 toneladas de alimentos (8.000 cestas) em atendimento às famílias vitimadas pela seca em diversos municípios do Estado do Pará.

Dos recursos repassados à Conab foram liquidados R$6.838.709,64 (92,92%), destacando-se a aquisição de produtos para distribuição, representando 87,20% da despesa total, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 4.94
Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos MI

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contribuivas	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	-	9.769,12	747.940,22	-	-	66.243,77	469,16	824.422,27
CE	CE	-	18.416,69	923.242,40	-	1.300,00	-	-	942.959,09
MG	MG	-	-	-	-	-	10.284,84	-	10.284,84
MT	MT	-	-	-	-	-	18.883,72	-	18.883,72
PE	PE	930,00	27.759,65	787.612,92	562,50	84,00	32.519,79	5,00	849.473,86
	AL	-	-	-	-	-	285,00	-	285,00
PR	PR	-	-	-	-	-	3.234,62	-	3.234,62
RO	RO	-	2.440,00	673,11	-	-	58.990,10	4.234,73	66.337,94
RS	RS	-	-	-	-	-	2.160,27	-	2.160,27
Subtotal		**930,00**	**58.385,46**	**2.459.468,65**	**562,50**	**1.384,00**	**192.602,11**	**4.708,89**	**2.718.041,61**
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	-	16.120,11	692.551,44	-	-	208.476,83	-	917.148,38
ES	ES	-	9.605,74	716.634,40	-	-	87.415,96	-	813.656,10
MS	MS	120,00	8.057,66	414.369,28	-	-	73.700,07	1.486,16	497.733,17
PA	PA	-	16.644,00	471.075,97	-	300,00	18.914,77	60,00	506.994,74
PI	PI	2.950,00	25.424,60	840.443,87	-	436,81	44.717,48	36.726,61	950.699,37
RN	RN	-	-	-	-	-	2.238,05	-	2.238,05
SC	SC	780,00	6.459,10	368.833,49	-	-	19.214,21	-	395.286,80
TO	TO	-		-	-	-	19.619,20	-	19.619,20
Matriz	DF	-	1.130,94	-	-	-	16.161,28	-	17.292,22
Subtotal		**3.850,00**	**83.442,15**	**3.503.908,45**	**0,00**	**736,81**	**490.457,85**	**38.272,77**	**4.120.668,03**
Total Geral		**4.780,00**	**141.827,61**	**5.963.377,10**	**562,50**	**2.120,81**	**683.059,96**	**42.981,66**	**6.838.709,64**

Fonte: Siafi

4.12.1.5 - Distribuição de Alimentos - MDS

Em 2007, a Conab recebeu três descentralizações de recursos orçamentários/financeiros do MDS, no valor de R$200.000,00, R$7.000.000,00 e R$38.800.000,00 milhões, objetivando a aquisição e distribuição emergencial e gratuita de gêneros alimentícios às famílias de grupos populacionais específicos, em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional (acampados, indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens e assemelhados, famílias em situação emergencial), incluindo ajuda humanitária internacional.

A primeira descentralização objetivava a distribuição dos saldos de gêneros alimentícios vinculados ao Convênio 62/2006 e seu Termo Aditivo, e as outras duas visavam a aquisição total de 22,2 mil toneladas de produtos para formação de 1.011.000 cestas de alimentos, a fim de propiciar o atendimento a cerca de 222.691 famílias e a manutenção de uma reserva estratégica de cerca de 50 mil cestas.

O quadro a seguir detalha a posição do estoque remanescente de 2006, as aquisições e as distribuições efetivadas em 2007 e o saldo para 2008.

Quadro 4.95
Demonstrativo do Estoque de Produtos para Distribuição-MDS

Produto	Estoque/06	Aquisições		Distribuição(1)	Saldo/2007
		Leilão	PAA		
Arroz	11.707,8	13.696,5	279,6	21.103,0	4.580,9
Feijão	2.057,2	-	6.042,8	7.095,6	1.004,4
Fubá	519,7	709,4	0,8	959,3	270,6
Farinha de mandioca	1.515,8		3.416,1	4.528,8	403,1
Farinha de trigo	668,1	1.200,8	101,9	1.653,6	317,2
Flocos de milho	591,8	768,7	-	1.107,1	253,4
Macarrão	1.175,2	1.473,1		2.121,9	526,4
Óleo de soja	2.416,6	2.807,0		4.246,7	976,9
Açúcar	1.121,9	1.460,9	3.079,7	4.516,0	1.146,5
Leite em pó	513,8	1.307,7	913,3	2.257,9	476,9
Total	**22.287,9**	**23.424,1**	**13.834,2**	**49.590,3**	**9.955,9**

Fonte: Conab/Diges/Sucom/Gecom

(1) inclui 422 quilos de produtos retirados para análise

No período considerado foram atendidas 402.726 famílias com distribuição de 2.097.153 cestas de alimentos, sendo distribuídas 49.590 toneladas de diversos produtos, conforme detalhado no Quadro 4.96.

Quadro 4.96
Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

	UF	Acampados		Quilombolas		Comunidade de Terreiro		Atendimentos Especiais		MAB		Indígenas		Total Geral		
		Nº Família	Alim. Ent. (t)	Nº Fam.	Alim. Ent. (t)	Nº Fam	Alim. Ent. (t)	Nº Fam	Alim. Ent. (t)	Nº Fam	Alim. Ent. (t)	Nº Fam	Alim. Ent. (t)	Nº Fam	Nº Atend.	Alim Ent. (t)
Suregs com Processos Individualizados																
AM	AM	250	16	-	-	-	-	4.495	294	-	-	5.360	683	10.105	40.345	993
	RR	1.284	57											1.284	2.704	57
CE	CE	3.014	649	981	152	100	15	0	0	1.595	193	1.650	310	7.340	52.966	1.318
GO	GO	6.356	716	3.264	289	300	44	0	0	3.120	220	111	18	13.151	58.311	1.286
	DF	7.057	1.121	0	0	0	0	1.000	41	0	0	0	0	8.057	52.666	1.162
MG	MG	13.533	1.116	2.612	253	800	83	10.120	259	532	53	2.500	409	30.097	93.154	2.173
MT	MT	19.529	2.956	701	88	0	0	500	52	965	145	2.398	200	24.093	156.166	3.441
PE	PE	29.052	4.842	7.166	547	800	176	3	0	0	0	5.901	594	42.922	259.046	6.159
	AL	13.021	1.665	818	73	200	25	0	0	0	0	3.082	185	17.121	92.474	1.948
PR	PR	11.861	2.092	60	3	0	0	0	0	610	117	1.500	293	14.031	100.852	2.506
RO	RO	2.732	379	0	0	0	0	0	0	1.010	129	0	0	3.742	21.154	508
	AC	100	2	0	0	0	0	0	0	0	0	323	30	423	1.389	33
RS	RS	2.831	557	341	48	800	112	239	7	3.263	297	3.176	398	10.650	61.172	1.419
Subtotal		**110.620**	**16.168**	**15.943**	**1.453**	**3.000**	454	16.357	**653**	**11.095**	**1.154**	**26.001**	**3.121**	**183.016**	**992.399**	**23.002**
Suregs com Processo Consolidado																
BA	BA	22.626	4.216	7.657	411	1.000	172	20.797	587	440	19	3.555	224	56.075	255.236	5.629
	SE	12.572	1.321	1.445	61		13	0	0	307	35	62	9	14.386	64.424	1.438
ES	ES	2.765	344	530	102	300	71	70	16	0	0	340	102	4.005	24.144	635
MA	MA	8.654	950	3.645	494	1.000	127	408	15	0	0	5.092	334	18.799	87.908	1.920
MS	MS	17.850	4.382	180	21	100	17	290	55	0	0	22.500	2.897	40.920	250.838	7.371
PA	PA	22.413	2.898	1.036	143	800	165	0	8	2.210	190	3.381	115	29.840	166.486	3.520
	AP	0	0	310	14	0	0	0	0	0	0	0	0	310	620	14
PB	PB	3.631	390	817	94	100	13	0	58	1.600	117	2.000	222	8.148	37.155	893
PI	PI	3.881	725	793	146	100	18	6.164	168	0	0	0	0	10.938	33.178	1.057
RJ	RJ	3.714	288	642	52	800	84	3.000	63	0	0	0	0	8.156	19.944	487
RN	RN	3.488	422	1.031	65	100	13	0	0	0	0	0	0	4.619	23.911	500
SC	SC	1.066	158	297	6	0	0	0	0	2.401	157	1.500	282	5.264	26.546	603
SP	SP	10.473	1.540	1.395	171	800	87	0	2	0	0	326	35	12.994	84.608	1.836
TO	TO	**2.659**	**348**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**7**	**1.094**	**102**	**1.503**	**229**	**5.256**	**29.756**	**686**
Subtotal		115.792	17.981	19.778	1.778	5.100	781	30.729	979	8.052	619	40.259	4.449	219.710	1.104.754	26.588
Total		226.412	34.149	35.721	3.231	8.100	1.235	47.086	1.633	19.147	1.773	66.260	7.569	402.726	2.097.153	49.590

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Em razão das severas inundações ocorridas na Bolívia, resultado no deslocamento de mais de 68.000 famílias, atingindo mais de 350.000 pessoas, o MDS, após solicitação do Ministério das Relações Exteriores-MRE, autorizou a Conab disponibilizar estoques de gêneros alimentícios para o atendimento aos atingidos. Foram encaminhadas cerca de 26 toneladas de alimentos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.97
Demonstrativo de Ajuda Humanitária

País	Produto	Quantidade (Em t)
Bolívia	Arroz	12,9
	Feijão	5,0
	Açúcar	4,0
	Macarrão	1,0
	Óleo de soja	2,0
	Leite em pó	1,0
Total		**25,9**

Fonte: Conab/Diges/Supab/Gepab

Entre as ações desenvolvidas durante o exercício destacam-sem os seguintes atendimentos:

- famílias vitimadas pelos efeitos da contaminação química por chumbo e metais pesados, na região de Santo Amaro/BA, com distribuição de 418 toneladas de produtos alimentícios (19.000 cestas);
- comunidades indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul, especificamente em Dourados e Amambaí, em vista da carência alimentar, com distribuição de 2.897 toneladas de alimentos (88.500 cestas);
- municípios atingidos por seca nos estados Alagoas, Piauí e Amazonas, com distribuição de 215,6 toneladas (9.800 cestas);
- famílias vitimadas por terremoto no município de Itacarambi/MG, com 500 kg de leite em pó.

A despesa liquidada foi de R$44.140.394,07, representando cerca de 95,96% dos recursos recebidos. Destacou-se a despesa com a aquisição de gêneros alimentícios, que representou cerca de 96,83% do total, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro 4.98
Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigaçoes Tributárias e Contributivas	
Suregs com Processos Individualizados									
AM	AM	-	-	807.604,57	-	-	47.138,32	-	854.742,89
CE	CE	1.560,00	901,00	637.828,82	-	3.671,81	-	-	643.961,63
GO	GO	6.800,00	48.704,65	1.592.128,55	-	-	92.083,45	-	1.739.716,65
MG	MG	9.700,00	24.375,21	3.080.051,21	749,86	159,56	33.364,05	2.018,34	3.150.418,23
MT	MT	-	98.920,96	2.023.881,28	-	-	12.240,41	-	2.135.042,65
PE	PE	3.310,00	1.911,49	5.043.135,90	52,50	5.001,96	6.345,81	293,81	5.060.051,47
	AL	-		2.420.151,89	100,00	4.564,00	-	912,80	2.425.728,69
PR	PR	50,00	10.756,00	1.506.664,14	23,40	-	97.455,46	-	1.614.949,00
RO	RO	-	16.435,59	564.150,11	-	-	10.915,25	-	591.500,95
	AC	-	330,00		-	-	-	-	330,00
RS	RS	3.790,00	291,90	1.137.950,01	52,00	-	84.640,38	-	1.226.724,29
Subtotal		25.210,00	202.626,80	18.813.546,48	977,76	13.397,33	384.183,13	3.224,95	19.443.166,45
Suregs com Processo Consolidado									
BA	BA	1.140,00	37.126,13	4.087.364,82	128,78	-	112.439,15	-	4.238.198,88
	SE	50,00	6.818,09	2.018.691,92	-	-	43.515,54	-	2.069.075,55
ES	ES	-		630.395,75	-	-	3.119,00	-	633.514,75
Matriz	MA	3.000,00	1.829,98	1.501.107,39	-	-	8.195,27	16.895,89	1.531.028,53
MS	MS	-		5.082.775,27	-	-	93.376,57	27.426,05	5.203.577,89
PA	PA	-	15.032,34	2.779.461,78	-	-	16.479,17	-	2.810.973,29
PB	PB	2.465,00	3.210,95	1.150.654,07	-	-	19.240,23	-	1.175.570,25
PI	PI	8.340,00	14.074,38	1.002.497,66	-	1.270,10	19.608,16	4.757,97	1.050.548,27
RJ	RJ	-	765,87	652.637,34	-	-	3.768,60	-	657.171,81
RN	RN	-	-	524.375,89	-	3.380,20	8.750,78	95,63	536.602,50
SC	SC	-	-	734.766,67	-	-	23.284,83	-	758.051,50
SP	SP	-	-	1.787.086,88	-	-	56.068,89	-	1.843.155,77
TO	TO	-	-	641.160,84	-	-	-	-	641.160,84
Matriz	DF	32.180,00	15.888,77	1.335.423,47	1.053,90	-	135.001,30	29.050,35	1.548.597,79
Subtotal		47.175,00	94.746,51	23.928.399,75	1.182,68	4.650,30	542.847,49	78.225,89	24.697.227,62

Fonte: Siafi

4.12.1.6 - Elaboração da Estimativa da Produção de Café

Repasse de recursos orçamentários/financeiros da Secretaria de Produção e Agroenergia -SPAE/MAPA, objetivando o planejamento, o levantamento e processamento de dados estatístico e elaboração de estimativa da produção brasileira de café, cujos trabalhos acontecem nas fases de pós-florada e pré-colheita de cada ano agrícola, no intuito de fornecer ao setor público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira de café que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional.

No período de 03 a 07/12/2007, os técnicos da Conab e das instituições parceiras visitaram municípios produtores de café em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro, para efetuar o quarto levantamento da safra de café 2007/2008.

A safra nacional de café fechou com uma produção de 33,7 milhões de sacas de café beneficiado. Desse total, 69,6% (23,5 milhões de sacas) são de arábica e 30,4% (10,3 milhões de sacas) são de robusta. Quando comparada à safra anterior (42,5 milhões de sacas de café beneficiado), verifica-se uma redução de 20,6% (8,8 milhões de sacas). A referida retração deve-se, principalmente, à bienualidade negativa da cultura, e às condições climáticas adversas, como a estiagem ocorrida entre março e setembro, que

afetou a floração das lavouras, e o excesso de chuvas nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007, que propiciou o aparecimento de pragas e doenças e prejudicou o combate às mesmas.

Quadro 4.99
Demonstrativo da Evolução da Produção de Café

UF/Região	Safra				Variação	
	2006/07		2007/08		(c/a)	(d/b)
	Área em produção(ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Area em produção(ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.011.865	21.987	1.016.414	15.486	0,45	-29,57
Espírito Santo	473.256	9.009	471.411	9.583	-0,39	6,37
São Paulo	212.100	4.470	168.700	2.632	-20,46	-41,12
Paraná	100.330	2.248	97.400	1.622	-2,92	-27,85
Bahia	97.794	2.251	94.990	1.831	-2,87	-18,66
Rondônia	162.627	1.263	153.281	1.482	-5,75	17,34
Mato Grosso	32.230	250	16.227	153	-49,65	-38,8
Pará	20.915	280	15.137	266	-27,63	-5
Rio de Janeiro	13.800	264	14.048	281	1,8	6,44
Outros	27.480	490	25.484	404	-7,26	-17,55
Total	**2.152.397**	**42.512**	**2.073.092**	**33.740**	**-3,68**	**-20,63**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

A área cultivada com café na atual safra foi de 2,07 milhões de hectares, além de 192,6 mil hectares em formação.

Comparado ao levantamento anterior, observa-se uma redução de 20,63% na produção, que passou de 42,5 para 33,7 milhões de sacas beneficiadas.

Quadro 4.100
Demonstrativo Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro – Safra 2007/08

UF/ Região	Parque Cafeeiro				Produção			Produtividade
	Em Formação		Em Produção		(Mil sacas beneficiadas)			
	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covas)	Área (ha)	Cafeeiros (Mil covas)	Arábica	Robusta	Total	(Sacas /ha)
Minas Gerais	131.481	471.667	1.016.414	3.126.897	15.450	36	15.486	15,24
Espírito Santo	23.186	73.489	471.411	1.067.814	2.016	7.567	9.583	20,33
São Paulo	13.235	42.890	168.700	418.215	2.632	-	2.632	15,60
Paraná	8.200	42.600	97.400	329.200	1.622	-	1.622	16,65
Bahia	3.762	14.481	94.990	237.000	1.315	517	1.831	19,28
Rondônia	7.950	15.264	153.281	273.147	-	1.482	1.482	9,67
Mato Grosso	1.438	3.450	16.227	38.945	11	141	153	9,40
Pará	1.445	5.262	15.137	36.329	-	266	266	17,60
Rio de Janeiro	260	1.200	14.048	26.540	269	11	281	19,97
Outros	1.603	3.847	25.484	61.161	162	242	404	15,84
Brasil	**192.560**	**674.150**	**2.073.092**	**5.615.248**	**23.477**	**10.263**	**33.740**	**16,27**

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Para a realização dos levantamentos a Conab recebeu repasses da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPAE/MAPA, no valor total de R$601.463,00, os quais foram totalmente repassados ao PNUD.

4.12.1.7 - Desenvolvimento de Sistema de Informações

Descentralização de crédito orçamentário e financeiro do MAPA, no valor de R$63.301,07, objetivando a contratação de suporte técnico à ferramenta BSC (HPS) e expansão do número de licenças, que o MAPA deverá utilizar como suporte à automação da gestão estratégica daquele Ministério.

Após a conclusão do processo licitatório, realizado em 13 de abril, foi entregue pela vencedora as licenças de uso do Software, assinado contrato de suporte técnico e elaborado o termo de aceite dos produtos para autorização do pagamento no valor de R$55.149,58.

4.12.1.8 - Participação na Exposição Freio de Ouro

Destaque orçamentário/financeiro da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, no valor de R$31.381,15, objetivando o pagamento pela participação da Associação de Criadores de Cavalo Crioulo do Distrito Federal na exposição de Brasília, realizada na Granja do Torto, no período de 19 a 22 de abril do corrente ano.

4.12.1.9 - Treinamento em Análise, Formalização, Acompanhamento e Fiscalização de Parcerias Institucionais

Destaque orçamentário da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA, objetivando apoiar o treinamento em Análise, Formalização, Acompanhamento e Fiscalização de Parcerias Institucionais realizado nas instalações da Conab em Agosto/07.

A despesa total foi de R$2.582,25, amparada na Fonte de Recursos: 0176013065 – PTRE 001483, comprovada pela NF 1008, de 30/07/2007, emitida por Exemplus Comunicação e Marketing Ltda.

4.12.1.10 – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar

Objetiva a elaboração de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar em nível nacional, incorporando aspectos ambientais, edafoclimáticos e de uso do solo, para fins de formulação de políticas públicas para a expansão sustentável da agricultura canavieira.

No plano de trabalho a Conab deverá realizar as seguintes atividades:

- coleta, organização e sistematização das informações temáticas disponíveis, que se encontram em base e formatos distintos;
- elaboração de mapas com indicação de áreas potenciais para o plantio da cana-de-açúcar, segundo critérios estabelecidos pelo MAPA;
- validação dos resultados por estado, que deverá ser realizada em parceria com as Secretarias Estaduais (Planejamento, Meio Ambiente e Agricultura), contando ainda com verificações em campo por amostragem, das áreas identificadas;
- publicação dos primeiros resultados do zoneamento da cana-de-açúcar; e,
- relatório final do zoneamento agroecológico.

Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da Secretaria de Produção e Agroenergia do MAPA, no valor de R$2.606.178,00 que foi integralmente repassado ao PNUD para utilização em 2008.

4.12.1.11 - Apoio à Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar

Termo de Cooperação estabelecido na Portaria Conjunta MDA/Conab 03, de 06/12/2007, objetivando apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, via estruturação de feiras livres/permanentes. Para tanto está prevista a aquisição e a distribuição de 600 barracas desmontáveis e de 480 balanças pequenas.

Os recursos financeiros necessários foram transferidos à Conab, no valor de R$1.270.000,00 cabendo à Companhia a aquisição, guarda e conservação dos equipamentos, sem custos para os usuários e a remoção para os locais indicados pelo MDA.

A Conab repassou os recursos ao PNUD, no valor de R$1.270.000,00, para execução durante o exercício de 2008.

4.12.1.12 - Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

Descentralização de crédito orçamentário/financeiro no valor de R$446.783,96 objetivando a fiscalização das operações de subvenção econômica ao Prêmio de Seguro Rural, sendo liquidado até o fim do período R$431.783,96 (96,64%).

O programa de trabalho 2006/07 foi encerrado com a realização da segunda etapa, no período de abril a junho, quando foram visitados 334 municípios, em 12 unidades da federação, envolvendo 781 apólices.

A primeira etapa do programa 2007/08 aconteceu no período de outubro a novembro de 2007, sendo visitadas 135 propriedades nos estados da Bahia (1 apólice), do Ceará (1), do Maranhão (1), de Minas Gerais (10), do Mato Grosso do Sul (4), do Mato Grosso (2), da Paraíba (1), do Paraná (62), do Rio de Janeiro (1), do Rio Grande do Sul (13), de Santa Catarina (4), de São Paulo (31) e de Tocantins (1), envolvendo uma área total de 13.199 ha.

As ocorrências foram registradas em relatório enviado ao MAPA para as providências cabíveis.

4.12.1.13 – Aquisição de Equipamentos para Bancos Comunitários de Sementes da Agricultura Familiar.

Cooperação entre a Conab e o MDA objetivando fortalecer e ampliar os bancos de sementes comunitários do Estado da Paraíba, pela disponibilização de equipamentos para a produção, beneficiamento e armazenagem de sementes, conforme Portaria Conjunta MDA/Conab n.° 111, de 20 de dezembro de 2007.

Para tanto o MDA repassou à Conab recursos orçamentários/financeiros no valor de R$84.500,00, que foram transferidos para o PNUD para utilização durante o exercício de 2008.

4.12.1.14- Remoção de Sementes

Termo de Cooperação entre a Conab e o MDA, no valor de R$200.000,00,

objetivando a remoção de 980,6 toneladas de sementes de milho e feijão caupi para distribuição a 80.216 agricultores familiares, em 91 municípios do semi-árido nordestino.

Foi contratada, por meio de leilão eletrônico realizado no fim do mês de dezembro/2007, a remoção de 956,1 toneladas de semente de milho e de feijão, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 4.101
Demonstrativo das Quantidades Removidas

Origem	Destino	Produto	Quantidade(t)
PE	BA	Milho	96,3
	CE	Milho	229,4
		Feijão	15,1
	PB	Milho	118,5
		Feijão	118,5
	PI	Milho	144,1
		Feijão	119,4
	AL	Milho	114,8
Total			**956,1**

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

Do valor recebido foram executados R$85.592,87 no pagamento de serviços de terceiros-pessoa jurídica. As despesas foram liquidadas nos estados da Bahia (R$6.461,00), do Ceará (R$26.976,80), da Paraíba (R$24.951,81) de Pernambuco (R$10.330,88) e do Piauí (R$16.917,38).

4.12.1.15 - Promoção da eficiência das cadeias de produção de pescados

Repasse de recursos orçamentários/financeiros recebidos da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, no valor de R$3.101.093,64, objetivando:

- Aquisição de equipamentos de infra-estrutura para comercialização em feiras livres e mercados públicos para pescadores artesanais e aqüicultores familiares.
- Fortalecimento e consolidação de uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aqüicultura familiar reduzindo a intermediação existente entre estes e o mercado consumidor.
- Capacitação de pescadores e aqüicultores para a comercialização direta com o consumidor.
- Finalização da execução do terminal pesqueiro de Santos.
- Análise de impacto da recomposição da infra-estrutura auferida pela venda do pescado nas áreas contempladas.

Dos recursos recebidos, foram liquidados R$15.400,00 com o pagamento pelos serviços de avaliação do uso dos Kits Feira do Peixe no Estado do Rio Grande do Sul, e o restante foi repassado ao PNUD.

4.12.2 – Recursos Transferidos

Durante o exercício foram feitas transferências orçamentárias/financeiras para a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe, em cumprimento ao Convênio celebrado em 06 de outubro de 2006, entre a Conab e aquela Instituição, com vigência até 31 de dezembro

de 2010; e ao PNUD.

À Fundação foi repassado R$162.942,00, cuja execução está detalhada no item 4.3.5 - **(**2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador.

Ao PNUD foram repassados R$10.089.834,64, para desenvolvimento das atividades inseridas nos cinco projetos incluídos no Acordo firmado entre a Conab e a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o PNUD. Foi inscrito em restos a pagar o valor de R$3.440.000,00, para repasse em 2008.

Os valores repassados estão detalhados no **Anexo F**.

5 – Desempenho Operacional

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção e dificuldades na obtenção de dados e informações consistentes.

Mais recentemente, foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado todo o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais e operacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as cinco dimensões: efetividade, economicidade, eficiência, eficácia e eqüidade.

Para a elaboração dos indicadores faz-se necessário amplo conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas orgânicas da Companhia, das normas operacionais, das ações orçamentárias e da metodologia de trabalho das equipes.

Para tanto, foi solicitado treinamento externo específico pois parte da equipe de trabalho foi contratada nos últimos concursos realizados.

Até o fim do exercício foram criados os indicadores relacionados à fiscalização dos estoques públicos. Em 2008, será dada continuidade aos trabalhos envolvendo as demais atividades operacionais da Companhia, que deverão ser implantados e avaliados para utilização como instrumentos de análise operacional.

Considerando que a Conab é a responsável pela administração dos estoques públicos e que as ocorrências de desvio e perdas de produtos alimentícios registradas em exercícios anteriores, trouxeram prejuízos diretos à sociedade brasileira e à imagem institucional da Companhia e do Governo Federal, a Conab dedica especial atenção à fiscalização dos estoques e às condições de armazenagem que podem acarretar perdas quantitativas e qualitativas dos produtos.

A Geare, em conjunto com a Superintendência de Fiscalização-Sufis, criou um conjunto de indicadores vinculados à atividade que está em fase de implantação e análise para verificação da consistência e utilidade. Os resultados apurados em 2007 estão apresentados no quadro a seguir.

Quadro 5.01
Indicadores de Desempenho Operacional - Fiscalização

Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Quantidade Fiscalizada (t) X 100 Quantidade planejada (t)	>=100,00	17.581.742 15.000.000	117,21
Eficácia	xecução Financeir	=	Valor Liquidado (R$) X 100 Valor Planejado	<=100,00	1.585.060,39 1.600.000,00	99,07
Eficácia	Cumprimento do Programa	=	Número de etapas realizadas X 100 Total de Etapas Programadas	=100	9 9	100,00
Eficiência	Custo por toneladas fiscalizada	=	Valor Liquidado (R$) Quantidade Fiscalizada (t)	Menor que o do ano anterior	1.485.060 17.581.742	0,08
Eqüidade	Índice de Perdas Quantitativas	=	Quantidade de Perdas em Armazenagem(t) X 100 Quantidade de Estoque Fiscalizado (t)	=0	17.936 17.581.742	0,10
		=	Quantidade de Desvio(t) X 100 Quantidade de Estoque Fiscalizado (t)	=0	44.824 17.581.742,00	0,25
Eqüidade	Índice de Perdas Qualitativas	=	Quantidade de Produtos AP(t) X 100 Quantidade de Estoque Fiscalizado (t)	=0	3.529 17.581.742	0,02
		=	Quantidade de Produto Desclassificado(t) X 100 Quantidade de Estoque Fiscalizado (t)	=0	2.374 17.581.742,00	0,01
Economicidade	Índice de Economicidade	=	Valor Liquidado (R$) (T) Quantidade Fiscalizada (t) (T) X 100 Valor Liquidado (R$) (T-1) Quantidade Fiscalizada (t) (T-1)	< 100	1.485.060 17.581.742 1.243.381 21.564.060	146,49

Fonte: Conab/Presi/Copav

Pelos resultados apurados verifica-se que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2007. Os indicadores de eficácia mostram que as metas estabelecidas foram cumpridas, tanto no que diz respeito à quantidade fiscalizada, cujo resultado superou a meta em 17,21%, quanto no cumprimento de 100% das etapas programadas, e também no desembolso financeiro que atingiu 99,07% do valor previsto.

Vale esclarecer que o custo por tonelada fiscalizada em 2007 foi 46,49% superior ao do ano anterior, passando de R$0,06/t para R$0,08/t, em decorrência de:

- redução de 47,02% no volume dos estoques públicos,
- baixa disponibilidade de empregados em algumas regionais para a realização das etapas, implicando em deslocamento de ficais, e, em conseqüência, maiores custos com diárias e passagens,
- realização de operações especiais, motivadas pelo recebimento de denúncias de desvios ou, ainda, pela falta do produto, constatada no momento da retirada de estoques para remoção ou venda. As quantidades fiscalizadas nessas operações não foram agregadas aos resultados obtidos na realização do programa de fiscalização para 2007, mas os custos foram liquidados na Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agropecuários.
- fiscalização de produtos para formalização das operações de AGF, dos Contratos Públicos de Opção de Venda e das aquisições no âmbito do PAA, e
- aumento dos valores das diárias, das passagens e de locação de veículos.

5.1 – Indicadores Vinculados ao PAA

As ações orçamentárias executadas pela Conab não possuem indicadores no âmbito do PPA, existindo apenas os indicadores, de cunho nacional, do Programa de Abastecimento Agroalimentar, a seguir discriminados.

- **Indicador 1 – Produção Nacional de Grãos**

Quando da elaboração do PPA 2004-07 o volume inicialmente estimado para a safra 2003/04 foi de 123,2 milhões de toneladas, com taxa de crescimento prevista de 4% ao ano, chegando a 152,9 milhões na safra 2006/07. Durante a revisão do indicador para o exercício de 2006, a previsão para a produção de grãos, safra 2005/06, foi de 121,4 milhões de toneladas, tendo atingido 119,9 milhões de toneladas, menor 1,25% em relação a meta. Quanto a safra 2006/07, para uma meta prevista de 126,8 milhões de toneladas, foi alcançada 131,7 milhões, sendo 3,86% maior que a estimada, decorrentes do incremento da área cultivada em 0,3% e 2,7% na produtividade, alavancados pelos bons preços de mercado e clima favorável.

Fonte: Conab-Avaliação da Safra Agrícola 2007/2008 – Quarto Levantamento – jan/2008.

- **Indicador 2 – Taxa de Variação da Renda dos Produtores Agropecuários**

O índice de referência inicial utilizado em 2003 tomou por base o PIB agropecuário apurado em dezembro de 2002, de R$104.908 milhões (valores correntes); em 2003, alcançou R$138.191 milhões; em 2004, atingiu R$ 159.643 milhões; em 2005, R$145.829 milhões, e em 2006, R$ 141.740 milhões. Como na época de realização do relatório o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE não havia fechado o número do PIB agropecuário para 2007, foi repetido o valor do último trimestre do referido ano, cujo resultado deverá ficar em torno de R$**124.986 milhões**, representando uma redução equivalente a 11,82%, em relação a 2006.

É conveniente ressaltar que a partir de 2005, o PIB Agropecuário vem apresentando resultado negativo, reflexo da crise agrícola que afetou o setor e também da implementação de nova metodologia pelo IBGE que levou a revisão dos índices apurados e atualizados os valores em março/2007.

Fonte: IBGE - PIB Agrícola

- **Indicador 3 – Taxa de Participação dos Produtos da Agricultura Familiar nas Aquisições do Governo Federal**

O índice de referência inicial informado quando da elaboração do PPA 2004-2007 foi de 0,48% sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 (3,3%), 2005 (3,15%), 2006 (5,7%) e 2007 (8,38%).

A partir de 2006, as ações orçamentárias do MDS, vinculadas a aquisição de produtos da Agricultura Familiar foram transferidas para o Programa: Acesso à Alimentação; tendo sido criadas, no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações (Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, Armazenagem e Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, com a mesma finalidade.

Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, quais sejam 10% para 2006 e 9% para 2007.

Quanto a 2007, o índice apurado foi de 8,67%, sendo que o total de aquisição

da Agricultura Familiar, via convênio com o MDA, atingiu 83.269 toneladas e as demais aquisições governamentais, via AGF (386.355 t) e por Contratos Públicos de Opções (490.145 t), totalizando 959.769 toneladas.

- **Indicadores 4 a 7** – Margem de Disponibilidade

Na revisão efetuada no PPA para o exercício de 2005 foram incluídos quatro novos indicadores com o objetivo de apurar a margem de disponibilidade de determinados produtos, isto é, aferir os resultados relativos a formação e manutenção dos estoques estratégicos. Os produtos selecionados: algodão em pluma, arroz em casca, milho e trigo, são considerados os mais sensíveis à queda de preços e nos quais a Conab pode atuar no processo de aquisição.

Em relação às previsões efetuadas no PPA para 2007, o algodão em pluma superou as expectativas delineadas para os produtos em pauta; o arroz em casca e o milho atingiram os índices previstos, entretanto o trigo ficou abaixo do estimado.

Considerando o consumo aparente dos produtos e os estoques governamentais, a situação é a seguinte:

- **Algodão** – os estoques públicos **(1.571,5 t)** representaram **0,39**% do estoque final e correspondiam a **0,6** dia do consumo aparente.
- **Arroz –** os estoques públicos **(1.525.071,1 t),** representaram **84,95**% do estoque final e corresponderam a **42,5** dias do consumo aparente.
- **Milho –** os estoques públicos **(759.266,7 t)**, representaram **11,50**% do estoque final e corresponderam a **6,8** dias do consumo aparente.
- **Trigo** – os estoques públicos **(5.640,0 t)** representaram 3,93% do estoque final e corresponderam a 0,2 dia de consumo aparente.

Fonte: Conab-Avaliação da Safra Agrícola 2007/2008 – Quinto Levantamento – fev/2008.
Conab-Posição Contábil dos Estoques

5.2 – Indicadores Vinculados ao Planejamento Estratégico

No que se refere aos resultados decorrentes do Planejamento Estratégico da Companhia e da implantação do seu Mapa Estratégico Corporativo, deve ser registrado que nem todos os indicadores criados estão sendo implementados de acordo com a periodicidade de cada um.

As reuniões de análise estratégica (RAEs), que ocorreram nos anos de 2005 e 2006, tiveram como um dos seus objetivos confrontar os resultados alcançados pela Companhia, em face das metas estabelecidas, por meio dos indicadores do planejamento estratégico. Nessas ocasiões, alguns indicadores foram avaliados, mostrando-se necessário o aprimoramento ou ajustes, seja na forma de apuração ou na metodologia/ parâmetros utilizados na sua definição.

Desta forma, os resultados até agora apurados estão demonstrados no **Quadro 5.2**. Destaca-se que a apresentação da performance global do Mapa Estratégico Corporativo da Conab por meio dos sinalizadores, conforme descrito no capítulo 4 quadro 4.75, depende da implementação de todos os indicadores de desempenho, relembrando que a dinâmica temporal da estratégia, em decorrência do Voto Presi nº 02/04, de 07 de dezembro de 2004, tem um horizonte de cinco anos (2005-2009).

Quadro 5.02
Objetivos e Indicadores do Mapa Estratégico Corporativo

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	IND	INDICADOR	META 2007	RESULTADOS 2007	INFORMAÇÕES
SOCIEDADE	1	Ser reconhecida como centro de excelência na formulação, execução e difusão de políticas de segurança alimentar	1	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Bom	(*)	(*) dependendo de contratação da Pesquisa de Opinião
			2	% participação da Conab nos programas federais de Segurança Alimentar	22% do total de recursos destinados às ações que integram os programas do LOA/06 e se coadunam com as atividades da Companhia	(R$ 276 milhões)	13%
	2	Ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agrícola e do abastecimento	3	Número de citações das fontes da Conab em publicações especializadas	Quantidade proporcional às citações das consultorias	(**)	(**) Indicador sendo revisto
	3	Ser reconhecida pela excelência no exercício de seu papel institucional e na execução dos serviços prestados	4	% de citações positivas da Conab na midia	87% de todas as citações registradas no período	88%	
			5	Grau de satisfação com o cumprimento da missão e papel institucional	Bom	(*)	(*) dependendo de contratação da Pesquisa de Opinião
			6	Grau de satisfação com os serviços prestados (segmentação)	Bom	(*)	(*) dependendo de contratação da Pesquisa de Opinião
PROCESSOS INTERNOS		**INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**					
	4	Melhorar a geração de informações e de conhecimento	7	Número de séries estatísticas disponíveis	10.500	(**)	(**) Indicador sendo revisto
			8	% de séries estatísticas verificadas e atualizadas	100%	(**)	(**) Indicador sendo revisto
	5	Facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação	9	Número de Visitas às páginas de informações técnicas	+ 30% s/marco zero **(230.114)**	72,5	Marco Zero = resultado do 1º Levantamento realizado em outubro/2006=177.011
			10	Total de apresentações em eventos	+ 15% s/marco zero **(370 palestras)**	313	Marco Zero = resultado de 2005 = 322 palestras
		FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS					
	6	Propor ações de logística, visando otimizar o processo operacional da produção até o destino final	11	Número de estudos e análises de logística encaminhados ao MAPA	**6 ESTUDOS:1)** 01 proposta para otimizar custo da guarda e escoamento da prod. dos principais grãos (soja, milho, trigo e arroz) 2) Relatório preliminar corredor do Rio Madeira; 3) Relatório de atualização de informações do corredor Centro Norte; 4) Proposta da utilização dos instrumentos de política agrícola nos corredores; 5) Atualização do diagnóstico das Rodovias Federais para escoamento da safra 6) Atualização do Diagnóstico do Setor Armazenador	1 Estudo publicado e início dos estudos de prospecção para o Relatório da Ferrovia Transnordestina	Estudos realizados em 2006: Relatório preliminar corredor do Rio Madeira; Atualização do diagnóstico das Rodovias Federais para escoamento da Safra; Atualização do Diagnóstico do Setor Armazenador **Obs.:** Foi elaborado e entregue em mãos ao Ministro do MAPA Proposta de utilização dos instrumentos de política agrícola nos corredores. Estudo realizado em 2007:Corredor da BR 163
	7	Desenvolver estudos e análises para subsidiar a formulação das políticas agrícola e de abastecimento	12	Número de estudos e análises encaminhados ao MAPA	01 proposta de política agrícola para os próximos 05 anos; 18 análises para previsão de safra; 01 proposta para os produtos da PGPM;10 análises conjunturais novas (30 **Estudos/Análises)**	29 Estudos/Análises	Não concluída a Proposta de Política Agrícola
			13	Número de Estudos Publicados em Livros ou Revistas Especializadas	20 Estudos	49	**Obs.:** Consideradas as análises publicadas no Site e Revistas.
		EXECUÇÃO DE POLÍTICAS AGRÍCOLA E DE ABASTECIMENTO					
	8	Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos	14	% de Perdas em Armazenagem dos Estoques Públicos	0,20% aa	0,69%	A venda de grande parte dos estoques permitiu a identificação de perdas pela fiscalização (meta extrapolada negativamente)
			15	Valor investido na formação de estoques públicos	R$ 1,5 bilhão	R$ 655,3 milhões	
	9	Fortalecer atuação no segmento da Agricultura Familiar	16	Volume de recursos financeiros aplicados via Conab	Valor correspondente a 3,5% do total destinado ao PRONAF **(R$ 350 milhões)**	R$ 224,6 milhões	
			17	Número de famílias atendidas pelo programa	160 mil	98.840 famílias atendidas	

		OBJETIVO ESTRATÉGICO	IND	INDICADOR	META 2007	RESULTADOS 2007	INFORMAÇÕES
PROCESSOS INTERNOS	10	Assegurar execução efetiva da política de garantia de preços mínimos	18	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, sem formação de estoques **(PEP; PROP; PEPRO, etc)**	100% das intervenções sejam efetivas	(**)	(**) - Indicador sendo revisto
			44	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - instrumentos de Apoio à Comercialização, com formação de estoques **(AGF e Contrato Opção Pública Venda)**	100% das intervenções sejam efetivas	(**)	(**) - Indicador sendo revisto
			45	Efetividade das intervenções realizadas pela Conab - Retorno de produto ao Mercado **(Vendas e VEP)**	100% das intervenções sejam efetivas	(**)	(**) - Indicador sendo revisto
	11	Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos	19	% de famílias atendidas	100%	100%	
			20	% de cestas entregues completas	100%	93%	
	12	Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte	21	Número de unidades de Varejo Atendidas	1.200	1.333	
			22	Pesquisa de preço	A serem fixadas após avaliação da implantação do Refap	(****)	(****) - Projeto em fase de avaliação
			23	Evolução do preço da cesta básica nas cidades atendidas pelo REFAP	Diminuir após implementação do Programa	(****)	(****) - Projeto em fase de avaliação
	13	Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros	24	Número de mercados atacadistas com integração de 100% da base de dados	45 Mercados Atacadistas	19	
			25	% de empresas aderidas ao sistema com acesso às informações	Indicador Extinto		
	14	Otimizar a utilização da rede armazenadora própria	26	% de UAS próprias certificadas	100% do total da capacidade estática instalada (1 milhão de toneladas)	(****)	(****) - Aguardando implementação das Normas de Certificação
			27	Índice de sustentabilidade financeira das UAS próprias	1	0,46	
			28	Taxa média de ocupação das UAS próprias	45%	37%	
	15	Incentivar a modernização do setor de armazenamento	29	Número de profissionais capacitados	1.000	967	
			30	% de UAS certificadas	40% do total da capacidade estática instalada no País	(****)	(****) - Aguardando implementação das Normas de Certificação
EXCELÊNCIA ORGANIZACIONAL INTERNA	16	Manter equipes continuamente capacitadas e compatíveis com as necessidades	31	% de ocupação do lotaciograma	90% do total de vagas aprovadas no lotaciograma	(*)	(*) Não apurado
			32	Número de pessoas que passaram por treinamentos específicos voltados às atividades	Todos passem por um treinamento de no mínimo 10 h	1.984	Número de Referência em dezembro 2007 = 2.610 empregados
			33	Número de pessoas que passaram por treinamentos para desenvolvimento futuro	6% do nº de empregados com graduação (6% de 900 = 54 pes.)	44	Foi usado o mesmo critério do ano anterior (54 pessoas)
	17	Prover a Companhia de infra-estrutura de Tecnologia de Informação atualizada	34	% de realização do PMTI - Projeto de Modernização de Tecnologia da Informação	60%	68%	
			35	Grau de satisfação dos usuários	Marco zero	(*)	(*) Dependendo de contratação da Pesquisa de Opinião
	18	Criar ambiente interno participativo, integrado e motivado	36	Grau de satisfação interna	Marco zero	(*)	(*) Dependendo de contratação da Pesquisa de Opinião
INTEGRAÇÃO	19	Ampliar e fortalecer as relações interinstitucionais	37	Grau de avaliação das relações inter-institucionais realizado por comitê especializado	Maior ou igual a bom (nota 7)	6,8	Esta nota corresponde ao 1º semestre, pois não houve apuração no 2º semestre
FINANCEIRA	20	Otimizar a gestão orçamentária-financeira	38	% de recebimento da prestação de serviços de armazenagem	100%	69%	
			39	% execução orçamentária-financeira da PGPM	100% do financeiro	49%	
			40	% execução orçamentária-financeira dos recursos próprios	100% do limite fixado pela SOF	99,9%	
			41	% execução orçamentária-financeira dos recursos do Tesouro Nacional	100% do limite financeiro	86%	
	21	Ampliar e diversificar a captação de recursos	42	Recursos provenientes de parcerias	R$ 450 milhões	R$ 324,5 milhões	
			43	Recursos provenientes de armazenagem	R$ 42 milhões	R$ 28 milhões	

5.3 - Indicadores Operacionais

5.3.1 – Indicadores Econômico-Financeiros

Os resultados dos indicadores, que são evidenciados mediante a comparação temporal de 31/12/07 e 31/12/06, retratam a situação econômico-financeira da Companhia com base nos registros contábeis, contemplando inclusive, as contas relativas às operações governamentais (estoques reguladores e estratégicos, mercado de opções e agricultura familiar).

a) Quocientes de Liquidez

Quadro 5.03
Demonstrativo de Variação dos Índices de Liquidez

Discriminação	30/12/2006	30/12/2007
Liquidez Absoluta ou Imediata	0,02	0,03
Liquidez Geral	1,07	1,09
Liquidez Corrente ou Comum	1,05	1,07
Liquidez Seca	0,32	0,38

Fonte:Conab/Diafi/Gecon/Sucon

Em 31/12/06, a Conab mantinha em disponibilidade R$0,02 do total de suas obrigações de curto prazo, tendo sido alterada para R$0,03% em 31/12/07 (liquidez absoluta ou imediata). As alterações ocorridas nos dados relativos à obtenção desse índice foi de manter em seu disponível um montante maior em 75,53% do que o conservado em 2006 (R$37,37 milhões para R$65,59 milhões), enquanto as suas obrigações a curto prazo diminuíram 12,39% (R$2.462.634.599,60 para R$ 2.157.479.033,73).

O índice de liquidez corrente em 2007 passou de R$1,05 para R$1,07. Essa alteração representou os decréscimos em relação ao exercício de 2006 de 10,75% e 12,39% ocorridos nos resultados apresentados no curto prazo do Ativo, equivalente a (R$277.430.559,95) e Passivo (R$305.153.426,75), respectivamente.

O índice em liquidez geral teve alteração e foi influenciado pelos decréscimos de 10,56% no total do ativo circulante e realizável a longo prazo (2006 para 2007), precisamente na rubrica Estoques para Alienação (recursos repassados pelo governo para os convênios), sobre o total e 12,41%, também de decréscimo, ocorrido no montante do passivo circulante mais o exigível a longo prazo (em Operações de Crédito).

A liquidez seca subiu de 0,32 para 0,38, fato explicado pelo decréscimo de 12,39%, ocorrido no passivo circulante (no valor de R$305.153.426,75, precisamente, em débitos de operações especiais), ser superior ao acréscimo de R$27.692.079,96 ocorrido no ativo circulante após a exclusão dos estoques (para compor a base de cálculo desse índice ou seja R$800.310.157,92 para R$828.002.237,47), equivalendo à variação de 3,46% ocorrida entre os exercícios de 2006 e 2007).

Em 31/12/06, para cada R$1,00 de dívidas de curto prazo, a Companhia dispunha de R$1,05 de disponibilidade de bens e direitos de curto prazo, permanecendo essa relação com o mesmo índice em 31/12/07 (liquidez corrente).

Esses índices têm por meta medir a capacidade de pagamento da companhia ou seja, quanto em direitos (R$ no ativo) existe para honrar cada R$1,00 de compromisso assumido.

b) Quociente de endividamento e estrutura

Quadro 5.04
Demonstrativo da Variação dos Índices de Endividamento

Discriminação	30/12/2006	30/12/2007
Participação do Capital de Terceiros	6,18	5,08
Composição do endividamento	1,00	1,00
Endividamento Geral	0,86	0,84
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,57	0,53

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Na relação da participação de capital de terceiros sobre o capital próprio da Conab, ocorreu de 2006 para 2007, decréscimo de R$1,10 (R$6,18 para R$4,99). Constata-se que o Passivo Circulante representa 83,55% (sendo este em 2006 equivalente a 86,06%) do total constante no passivo, cabendo ao Patrimônio Líquido 16,58% (sendo este em 2006 equivalente a 13,93%). É válido mencionar que 60,07% do Passivo Circulante (R$1.551.219.916,63) está representado por débitos em operações especiais e caíram 18,89% de 2006 para 2007 (são recursos a serem repassados pelo Governo para obrigações decorrentes de convênios).

O decréscimo de 0,03% nos índices de Endividamento Geral relativas aos exercício de 2006 e 2007 (entre as variações de 0,86% e 0,84%, respectivamente) representa as variações, para menor, ocorridas tanto no Ativo (de R$2.861.640.142,29 para R$2.582.235.241,34) como no montante dos resultados do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (R$2.463.154.156,45 para R$2.157.548.453,72), já comentado no item anterior. No que se refere à composição do endividamento, constata-se que tanto as obrigações como os direitos junto a terceiros concentram-se no curto prazo, fato constatado tanto em 31/12/2006 como também em 31/12/2007. Tal cenário não deixa de ser uma característica do setor no qual está inserido a Companhia.

A Imobilização do Patrimônio Líquido-PL teve em 2007, de 0,04% em relação ao exercício de 2006 (passando de 0,57% para 0,53%), face ao aumento do PL em aproximadamente 6,58% (precisamente na rubrica Resultado Acumulado), passando de R$139.224.543,96 para R$164.193.462,25, haja vista que a variação de 0,46%, para menor, ocorrido no Ativo Permanente foi insignificante (de R$225.778.358,73 para R$224.736.421,90).

Resguardada as participações e excepcionalidades com que se revestem as atividades da Conab, a evolução dos indicadores de liquidez e endividamento indica uma performance considerada como satisfatória.

c) Rentabilidade (Resultados)

Quadro 5.05
Demonstrativo da Variação dos Índices de Rentabilidade

Discriminação	30/12/2006	30/12/2007
Giro do Ativo-AM	0,13	0,14
Giro do Ativo Circulante-ACM	0,14	0,16
Giro do Ativo Permanente-APM	1,55	1,73
Margem Bruta	0,01	0,05
Margem Operacionalx	-0,11	-3,06
Margem Líquida	-0,07	-2,75
Rentabilidade do Ativo	0,00	0,01
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,00	0,07

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon

A variação ocorrida nesses indicadores tem influência sobre o potencial de vendas, gerador de resultados favoráveis, pois investimentos do Ativo implicam em receitas.

A diferença de R$0,01, para maior, (R$0,13 para R$0,14) resultante dos indicadores do Giro do Ativo (receita operacional diversa contra o ativo médio), corresponde ao aumento de 9,82% do primeiro indicador contra uma diminuição de 1,47% do segundo em relação aos resultados dos indicadores supramencionados no mesmo período de 2006. (Esses valores foram de R$ R$355.106.713,49 para R$389.966.577,50 contra os de R$2.762.444.615,51 para R$2.721.937.691,82, respectivamente).

Comparativamente a 2006, o Giro do Ativo Circulante teve uma variação a maior de R$0,02 em 2007. Essa diferença se deve à diminuição do Ativo Circulante Médio-ACM, em 1,31% (correspondente aos totais de R$2.474.213.448,63 e R$2.441.740.103,03 – ACM, de 2006 para 2007), equivalente a R$32.473.345,60, à menor, contra o aumento de 9,82% (correspondente a R$34.859.864,00, em 2006 para 2007) ocorrido na Receita Operacional Diversa o que resultou nos índices de R$0,14% e R$0,16% (2006 e 2007 respectivamente).

Já o índice relativo ao giro do permanente sofreu variação de R$1,55 para R$1,73 (2006 para 2007). A relação da média alcançada de R$225.257.390,32 em 2007 e a de 2006 no valor de R$229.612.000,34, deve-se à diminuição do ativo permanente, precisamente em outros investimentos (no valor de R$1.041.936,83 (0,46%)) registrada em 2007, entretanto o valor de acréscimo na receita operacional diversa foi de R$34.859.864,01 (9,82%).

Em termos representativos o aumento da receita em questão ficou bem aquém dos investimentos efetuados, conforme os decréscimos médios de R$40.506.923,69 (Ativo Médio), R$32.473.345,60 (do Ativo Circulante Médio) apresentados. Isso quer dizer, que para cada R$1,00 do Ativo foi investido R$0,14.

As alterações dos indicadores (lucro bruto/receita líquida de vendas e serviços) que medem a margem bruta, ocasionaram um aumento do seu índice em R$0,04 (de R$0,01 para R$0,05). Isso se deve ao lucro bruto que teve um aumento 328,11% e, em termos numéricos corresponde a R$33.204.110,81. Esse valor representa parte do aumento dos custos incorridos nas vendas de produtos e serviços de 2006 para 2007 (nos valores de R$736.726.142,39 e R$788.940.941,04 respectivamente). Esse valor entretanto é menos expressivo do que o crescimento de 11,44% apresentado na receita operacional líquida (R$ 85.418.909,46).

A margem operacional e a margem líquida têm como indicadores o lucro operacional/receita operacional líquida e o lucro líquido/receita operacional líquida, respectivamente. E esses indicadores sofrem influência das alterações ocorridas nos custos, nas despesas operacionais e no resultado não operacional da companhia.

O lucro operacional teve em 2007 resultado maior em, aproximadamente, 3.230,65% do que o de 2006 (passando de R$980.267,59 para R$32.649.283,17 positivo), enquanto a receita operacional líquida, também, teve aumento, de 16,80% (passando de (-)R$9.139.396,49 para (-)R$10.674.491,49. Essas alterações implicaram nas variações de R$0,11, negativo, em 2006, para R$3,06 também negativo em 2007. Já os índices de margem líquida de 2006 e 2007 foram negativos em R$0,07 e R$2,75, respectivamente. Essa diferença se deve ao resultado do lucro liquido de 2007 se apresentar maior 4.314,51% que o de 2006 (passando de R$665.933,88 para

R$29.397.692,76.

Os dois últimos indicadores informam o poder de ganho correspondente a cada R$1,00 investido pela Companhia. E resultam do lucro líquido obtido no exercício de 2007 em relação ao ativo médio e ao patrimônio líquido médio, respectivamente, apresentados nos balanços patrimoniais (2006 e 2007). Não ocorreu prejuízo, pois seus indicadores não apresentaram resultados negativos. Os índices de R$0,00 e R$0,00 relativos à rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido resultantes em 2006 passaram em 2007 para R$0,01 e R$0,07. Em 2007, ocorreu ganho no investimento efetuado na Companhia nesses indicadores para cada R$ (Real) investido.

6 - Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome	**CIBRIUS**
Razão Social	**Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS**
	Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde **14/12/2000**, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.
CNPJ:	**00.531.590/0001-89**
Plano de Benefícios:	Plano de Beneficio Definido – Registrado no CNPB sob o nº 19790007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

- **R$ 133.818.819,38**
  Fonte: Conab/Diafi/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

- **Participante - R$ 9.310.234,46**

  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

- **Patronal/Paritária - R$ 9.310.234,46**
  Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício
- **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R$ 12.522.125,54**
  Valor total referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

- **Total Contribuições - R$ 21.832.360,00**

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2007

Descrição	VALOR	Percentual
1) Renda Fixa	**251.021.002,30**	**75,43**
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	170.720.173,41	**51,30**
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	12.708.343,68	**3,82**
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	33.576.928,23	**10,09**
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	1.186.459,01	**0,36**
1.5 - Fundo BB Institucional	16.840.857,83	**5,06**
1.6 – Fundo FIC Caixa Ent. Fec. Miltimercado	8.922.184,48	**2,68**
1.7 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	7.066.055,66	**2,12**
2) Renda Variável	**54.804.592,22**	**16,47**
2.1 - Mercado de Ações	31.585.918,25	9,49
2.2 – FIA Fator Institucional	8.467.415,74	2,55
2.3 – FIA Mercado Geração Futuro	9.380.298,59	2,82
2.4 – FIA Schroder Performance	5.371.259,64	1,61
3) Imóveis	**19.926.885,79**	**5,98**
3.1 – Imóveis	13.591.195,23	**4,08**
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.335.690,56	**1,90**
4) Empréstimos	**7.061.535,37**	**2,12**
Total Geral	**332.814.315,68**	**100,00**

Fonte:Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN Nº 3.121/2003, alterada pela Resolução CMN nº 3.305, de 29 de julho de

2005, além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

Considerando o tipo de plano (BD - Benefício Definido), o CIBRIUS, notadamente no período de regime especial de intervenção do Poder Público na entidade, que se encerrou em 30/11/2007, buscou praticar as determinações legais de prudência e conservadorismo.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 013, de 12/02/08, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2007 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 013, de 12/02/08, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2008.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido ressarcimento, nos cargos da Diretoria Executiva, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente
JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO - Diretor Financeiro
RACHID MAMED FILHO – Diretor de Seguridade

Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da CONAB o valor de R $ 68.146.676,27, já contabilizadas as amortizações de R$950.806,20 e R$1.262.176,08,

concernentes às parcelas de competência de dezembro/2007 e amortização extra, também de competência de dezembro/2007.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Entidade, que foi mantida sob o regime especial de intervenção federal até 30/11/2007, encontrava-se sob a supervisão direta da SPC, não tendo sido objeto de qualquer atividade de auditoria interna por parte da CONAB.

Entretanto, em face do levantamento da intervenção e restabelecimento dos órgão estatutários, o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna da Conab para 2008, já contempla a realização de auditoria de acompanhamento de gestão.

7 – Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal

Não houve ocorrência.

8 – Operações de Fundos

Não houve ocorrência.

9 – Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins
(Conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)

9.1 - Informações acerca da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivas atas de reuniões **(Conteúdo Específico – (Item 13 do Anexo II da DN/TCU nº 85/2007).**

a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

Conselheiro	Valor (R$)		
	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Total
Edilson Guimarães	-	22.093,20	22.093,20
Evanir Valentim de Melo da Moita	22.093,20	-	22.093,20
Guilherme Costa Delgado	-	22.093,20	22.093,20
Jacinto Ferreira	-	12.383,91	12.383,91
Linneu Carlos da Costa Lima	-	12.383,91	12.383,91
Lucia Aída Assis de Lima	22.093,20	-	22.093,20
Luiz Gomes de Souza	-	10.598,58	10.598,58
Maçao Tadano	-	22.093,20	22.093,20
Maria das Graças Fontes	-	11.494,62	11.494,62
Maurício Andrade Coura	22.093,20	-	22.093,20
Silas Brasileiro	-	13.279,95	13.279,95
Wagner Gonçalves Rossi	-	11.494,62	11.494,62
Total	**66.279,60**	**137.915,19**	**204.194,79**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh/Gefop

b) - Atas das reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Os documentos solicitados estão inseridos no Anexo 2 (somente na versão entregue ao TCU/CGU).

9.2 – Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

O CIBRIUS-Instituto Conab de Seguridade Social, que tem a Conab como patrocinadora principal, encontrava-se sob a supervisão direta da SPC em face do regime especial de intervenção federal mantido até 30/11/2007, não foi objeto de qualquer atividade de auditoria interna por parte da Conab.

Entretanto, em face do levantamento da intervenção e restabelecimento dos órgão estatutários, o Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna da Conab para 2008, já contempla a realização de auditoria de acompanhamento de gestão.

10 - Gestão Orçamentária e Financeira

10.1 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, para o exercício de 2007, conforme apresentado no Quadro 10.01, monta em R$3,07 bilhões como receita prevista e despesa fixada. Desse total, constata-se como realizado o valor de R$1.345.725.591,94 (equivalendo a 43,81% do total da receita estimada) e R$1.325.823.340,91 (correspondente a 43,16% da despesa fixada), sendo apurado no fim do período superávit de R$19.902.251,03 conforme segue.

Na execução das receitas, que se classificam em Receita Corrente e Receitas de Capital, destaca-se a realização contabilizada no Grupo Receita Corrente, cujo resultado no fim do exercício foi de R$89.961.149,82, ultrapassando o valor previsto em 30,44%. Esse é composto pela Receita Patrimonial, com valor executado de R$9.284.524,86 (42,75%), pela Receita de Serviços, no valor de R$25.417.092,37 (87,60%) e por Outras Receitas Correntes, com execução de R$55.259.532,59 (ultrapassando o valor previsto em 103,06%).

No Grupo Receitas de Capital foi executado 6,25% (equivalente a R$6.385.124,50) do total de R$102.175.734,00 previsto para o exercício de 2007.

Quanto às despesas, houve maior expressividade no Grupo das Despesas de Capital, cuja execução atingiu o valor de R$667.739,944,79 representando 27,68% de sua previsão (R$2.412.362.768,00) para o exercício de 2007, destacando-se o grupo das inversões financeiras cuja execução foi de R$655.530.687,73 (despesas com aquisições de bens para revenda e outras a essas inerentes).

Nas Despesas Correntes as execuções atingiram percentual de 99,55% sobre o total de R$353.478.848,00 fixado para exercício. Nesse, o subgrupo pessoal e encargos sociais teve predominância pois representou 70,02% (equivalente a R$246,38 milhões).

O resultado apresentado pelo total da realização da receita corrente (R$89.961.149,82) com o total executado em despesa corrente (R$351.883.625,94) foi de déficit no valor de R$261.922.476,12.

Do total de R$2.900.932.606,72 previsto como Repasse da União foi executado o montante de R$1.249.379.317,62 (equivalente a 43,07%).

Quanto às despesas decorrentes dos “Créditos Orçamentários Suplementares Extraordinários”, cujos valores de previsões foram de R$299.394.613,08 e R$68.497.126,42, seus percentuais de realização giraram em torno de 99,99% e 100,00%, respectivamente (R$299.361.060,54 e R$68.497.126,42).

De um resultado total de R$943.179.547,44 (Receita de R$1.249.379.317,62 menos despesa R$306.199.770,18), excluindo-se o resultado da receita e despesa corrente R$261.922.476.12) e o resultado da receita e despesa de capital (R$661.354.820,29), verificamos um superavit de R$19.902.251,03.

No exercício tem-se por executado da movimentação financeira prevista para 2007 (repasses de R$2.900.932.606,72) o equivalente a 43,07% (R$1.249.379.317,62, discriminados conforme segue:

- 51,12% (fonte 0160) como Recursos das Operações Oficiais de Crédito (programação financeira para formação dos estoques públicos - produtos do

Governo Federal – Estoque Estratégico), no valor de R$638.682.807,24;

- 34,47% (fonte 0100) equivalente a R$430.697.425,72, correspondem às despesas de pessoal e encargos sociais, aquisições de gêneros alimentícios para a agricultura familiar, contribuição previdência privada – Cibrius, cumprimento de sentenças judiciais trabalhistas, recuperação e modernização da rede própria de armazéns, compra direta referente a agricultura familiar, gestão e distribuição de cestas e outras despesas para custeio;
- 12,61% (fonte 151), referente à contribuição social sobre o lucro das Pessoas Jurídicas; aquisições de gêneros alimentícios na composição de cestas para a agricultura familiar; convênio; compra visando a distribuição de gêneros alimentícios em caráter emergencial às famílias em situação de insegurança alimentar e apoio à instalação de bancos de alimentos (leite, pescado e feijão) e convênio com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social - MDS, no montante de R$157.552.654,28;
- 0,64% (fonte 179) do Fundo de Combate a Erradicação da Pobreza atendendo emenda parlamentar da bancada federal de SP conforme processo NR71000.008757-2007-74 (distribuição de gêneros alimentícios), no montante de R $8.000.000,00;
- 0,59% (fonte 300) para distribuição de gêneros alimentícios (processo n.° 59050.000049/2007-02), no valor R$7.360.000,00.
- 0,52% (fonte 0153), relativo à contribuição para financiamento da segurança alimentar, compra antecipada agricultura familiar (convênio MDS), no valor de R$6.482.385,13;
- 0,03% (fonte150) recurso diretamente arrecadado para atender Plano de Trabalho referente a estimativa da safra brasileira de café, no valor de R$393.726,00;
- 0,02% (fonte 0180) com recursos para atender Plano de Trabalho referente a estimativa da safra brasileira de café, no montante de R$207.737,00;
- 0,00% (fonte 176) apoiar treinamento em análise formalização, acompanhamento e fiscalização de parcerias institucionais, no montante de R$2.582,25.

Quadro 10.01
Balanço Orçamentário

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		EXERCÍCIO 2007	MÊS Dezembro
ÓRGÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	22211		
GESTÃO	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	22211	EMISSÃO ATÉ DEZEMBRO 2007	

RECEITA				ANÁL.
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HORZ/ %
RECEITA CORRENTE	68.966.598,00	89.961.149,82	(20.994.551,82)	130,44
RECEITA PATRIMONIAL	21.717.081,00	9.284.524,86	12.432.556,14	42,75
RECEITA DE SERVIÇOS	29.015.404,00	25.417.092,37	3.598.311,63	87,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.234.113,00	55.259.532,59	(37.025.419,59)	203,06
RECEITAS DE CAPITAL	102.175.734,00	6.385.124,50	95.790.609,50	6,25
ALIENAÇÃO DE BENS	102.175.734,00	6.385.124,50	95.790.609,50	6,25
SUBTOTAL(1)	171.142.332,00	96.346.274,32	74.796.057,68	56,30
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				
REPASSE DA UNIÃO	2.900.932.606,72	1.249.379.317,62	1.651.553.289,10	43,07
SUBTOTAL (2)	2.900.932.606,72	1.249.379.317,62	1.651.553.289,10	43,07
RECEITAS	2.900.932.606,72	1.249.379.317,62	1.651.553.289,10	43,07
TOTAL (1+2)	3.072.074.938,72	1.345.725.591,94	1.726.349.346,78	43,81
DÉFICIT TOTAL	-	-	-	-
TOTAL GERAL	**3.072.074.938,72**	**1.345.725.591,94**	**1.726.349.346,78**	**43,81**

DESPESAS				
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	HOR/ %
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	2.765.841.616,00	1.019.623.570,73	1.746.218.045,27	36,86
DESPESAS CORRENTES	353.478.848,00	351.883.625,94	1.595.222,06	99,55
PESSOAL E ENCARGOS SOC.	246.812.782,00	246.379.224,64	433.557,36	99,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍV. INT.	7.845,00	7.616,17	228,83	97,08
OUTRAS DESP. CORRENT.	106.658.221,00	105.496.785,13	1.161.435,87	98,91
DESPESAS DE CAPITAL	2.412.362.768,00	667.739.944,79	1.744.622.823,21	27,68
INVESTIMENTOS	12.322.669,00	12.170.323,73	152.345,27	98,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	2.400.000.000,00	655.530.687,21	1.744.469.312,79	27,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. INT.	40.099,00	38.933,85	1.165,15	97,09
SUBTOTAL (1)	**2.765.841.616,00**	**1.019.623.570,73**	**1.746.218.045,27**	**36,86**
MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO SUPLEMENTAR	299.394.613,08	299.361.060,54	33.552,54	99,99
DESPESAS CORRENTES	230.897.486,66	230.863.934,12	33.552,54	99,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.425.000,00	4.403.451,65	21.548,35	99,51
OUTRAS DEPESAS CORRENTE	226.472.486,66	226.460.482,47	12.004,19	99,99
DESPESAS DE CAPITAL	68.497.126,42	68.497.126,42	-	100,00
INVESTIMENTO	3.570.580,00	3.570.580,00	-	100,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	64.926.546,42	64.926.546,42	-	100,00
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	6.838.709,64	6.838.709,64	-	100,00
OUTRAS DEPESAS CORRENTE	6.838.709,64	6.838.709,64	-	100,00
SUBTOTAL (2)	306.233.322,72	306.199.770,18	33.552,54	99,99
TOTAL(1+2)	3.072.074.938,72	1.325.823.340,91	1.746.251.597,81	43,16
SUPERÁVIT TOTAL	-	19.902.251,03	(19.902.251,03)	-
TOTAL GERAL	**3.072.074.938,72**	**1.345.725.591,94**	**1.726.349.346,78**	**43,81**

Fonte: Siafi

10.2 - Atividades Desenvolvidas pela Conab

As atividades desenvolvidas em 2007, tanto as caracterizadas como atividades-meio ou finalísticas, estão inseridas em uma ou mais Ações do Plano Plurianual – PPA, e a execução da despesa, por tipo de operação e por atividade, está detalhada no Quadro 10.02. As despesas contabilizadas nas Operações Governamentais, que incluem, entre outras, as operações de venda de mercadorias vinculadas às AGFs e aos Contratos Públicos de Opção de Venda, representaram 71,64% da despesa total. O maior reflexo, sobre o total de R$1.325.823.340,91 executado no exercício, ficou por conta das despesas inerentes às Atividades Próprias em Unidades Administrativas com 26,06% (R$345.478.551,69), que representam gastos com pessoal e manutenção da Matriz, da sede das Suregs e das diversas unidades operacionais. Nas Operações Governamentais esse ficou por conta do Mercado de Opções com 25,78% (R $341.852.264,50), seguido das Unidades Estoque Regulador com 21,70% (R $287.696.976,75).

Quadro 10.02
Demonstração da Execução da Despesa Orçamentária Por Operações e Atividades

Operação e Atividade	Valor (R$)	(%)
Operações Governamentais	**949.817.940,25**	**71,64**
Mercado de Opções	341.852.264,50	25,78
Unidades de Estoques Estratégicos	203.359.905,36	15,34
Unidades de Estoques Reguladores -PGPM	287.696.976,75	21,70
Unidades Programas Aquisição de Alimentos	116.908.793,64	8,82
Atividades Próprias	**376.005.400,66**	**28,36**
Unidades de Armazenagem - UA	30.526.848,97	2,30
Unidades Administrativas	345.478.551,69	26,06
Total Geral da Conab	**1.325.823.340,91**	**100,00**

Fonte: SIAFI

10.3 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Essa demonstração se destina a evidenciar contabilmente a composição do resultado formado durante o exercício de 2007, em seus vários níveis, e, para efeito prático, está dividido em dois quadros específicos. O primeiro, apresenta a evolução das receitas e despesas e do resultado líquido apurado no final do exercício social em comparação com os dos dois últimos exercícios anteriores, e o segundo, a composição do total nos dois grupos de atividades-próprias e governamentais.

10.3.1 - Resultado Comparado

O quadro a seguir demonstra a evolução do resultado do exercício da Companhia no exercício de 2007, a partir do ano de 2005, discriminando os principais itens que o compõe e sua participação relativa no conjunto. Esse quadro reflete todos os procedimentos determinantes para o encerramento do balanço do período em questão.

Quadro 10.03
Resumo Consolidado das Demonstrações do Resultado dos Exercícios

Tipo	Atividades Próprias	Análise Horiz.	Análise Vertic.	Atividades Govermentais	Análise Horiz.	Análise Vertic.	CONAB Dezembro/07	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/06	Análise H. (%)	Análise V. (%)	CONAB Dezembro/05	Análise V. (%)
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	25.504.669,45	2,88	116,31	859.749.816,46	97,12	106,10	885.254.485,91	15,34	106,37	767.486.699,22	165,80	102,76	288.743.456,48	108,43
(-) DEDUÇÕES RECEITAS VENDAS E SERVIÇOS	(3.576.473,26)	6,75	(16,31)	(49.413.296,72)	93,25	(6,10)	(52.989.769,98)	156,72	(6,37)	(20.640.892,75)	(8,07)	(2,76)	(22.453.062,36)	(8,43)
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**21.928.196,19**	2,63	**100,00**	**810.336.519,74**	97,37	**100,00**	**832.264.715,93**	11,44	100,00	**746.845.806,47**	180,46	100,00	**266.290.394,12**	100,00
CUSTOS LÍQUIDOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	(28.299,35)	0,00	(0,13)	(788.912.641,69)	100,00	(97,36)	(788.940.941,04)	7,09	(94,79)	(736.726.142,39)	202,70	(98,65)	(243.382.994,02)	(91,40)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**21.899.896,84**	50,55	99,87	**21.423.878,05**	49,45	2,64	**43.323.774,89**	328,11	5,21	**10.119.664,08**	(55,82)	1,35	**22.907.400,10**	8,60
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	**(365.260.600,15)**	91,17	(1.665,71)	**(35.380.469,07)**	8,83	(4,37)	**(400.641.069,22)**	9,99	(48,14)	**(364.246.109,98)**	7,20	(48,77)	**(339.771.370,29)**	(127,59)
DESPESAS DE PESSOAL	(238.814.064,34)	100,00	(1.089,07)	3.009,84	(0,00)	0,00	(238.811.054,50)	6,24	(28,69)	(224.786.539,47)	18,39	(30,10)	(189.876.808,72)	(71,30)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(126.446.535,81)	78,14	(576,64)	(35.383.478,91)	21,86	(4,37)	(161.830.014,72)	16,04	(19,44)	(139.459.570,51)	(6,96)	(18,67)	(149.894.561,57)	(56,29)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**362.534.494,91**	92,97	1.653,28	**27.432.082,59**	7,03	3,39	**389.966.577,50**	9,82	46,86	**355.106.713,49**	17,16	47,55	**303.097.834,52**	113,82
TRANSFERENCIA DA UNIÃO	304.345.584,20	93,23	1.387,92	22.114.018,55	6,77	2,73	326.459.602,75	11,47	39,23	292.855.053,20	12,20	39,21	261.019.177,87	98,02
OUTRAS REC. OPERAC. DIV.	58.188.910,71	91,63	265,36	5.318.064,04	8,37	0,66	63.506.974,75	2,02	7,63	62.251.660,29	47,94	8,34	42.078.656,65	15,80
*RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(127.821,41)**	28,73	(0,58)	**(317.035,23)**	71,27	(0,04)	**(444.856,64)**	42,49	(0,05)	(312.194,58)	(97,73)	(0,04)	(13.766.135,67)	(5,17)
PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	(2.048.811,50)	100,00	(9,34)	-	-	-	(2.048.811,50)	#DIV/0!	(0,25)	-	(100,00)	-	1.193.042,92	0,45
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(757.922,27)	100,00	(3,46)	-	-	-	(757.922,27)	35.331,33	(0,09)	(2.139,13)	-	(0,00)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**16.239.236,42**	**55,24**	**74,06**	**13.158.456,34**	**44,76**	**1,62**	**29.397.692,76**	**4.314,51**	**3,53**	**665.933,88**	(105,30)	**0,09**	**(12.573.092,75)**	**(4,72)**
TOTAL DAS RECEITAS	385.990.352,86	30,32	1.760,25	887.181.899,05	69,68	109,48	1.273.172.251,91	13,41	152,98	1.122.593.412,71	89,30	150,31	593.034.333,92	222,70
TOTAL DE DESPESAS E DEDUÇÕES	(369.623.295,03)	29,73	(1.685,61)	(873.706.407,48)	70,27	(107,82)	(1.243.329.702,51)	10,82	(149,39)	(1.121.925.339,70)	85,26	(150,22)	(605.607.426,67)	(227,42)

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon
(*) Lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna

10.3.2 - Resultado por Atividades

Apenas para efeito de demonstração em nível de Relatório, o quadro a seguir foi elaborado a partir do princípio de Atividades Próprias e de Programas Governamentais. Na prática, porém, elas se entrelaçam, e os custos de uma atividade acabam se sobrepondo ao da outra.

O resultado, apresentado no ano de 2007, foi positivo em R$29.397.692,76. Esse superávit compreende os totais de R$13.158.456,34 das Operações Governamentais e R$16.239.236,42 das Atividades Próprias, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 10.04
Resultado Sintético por Atividades/Operações

Tipo	Atividades Próprias	Análise Horiz.	Análise Vertic.	Atividades Govermentais	Análise Horiz.	Análise Vertic.	CONAB Dezembro/07	Análise Vertic.
RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	25.504.669,45	2,88	116,31	859.749.816,46	97,12	106,10	885.254.485,91	106,37
(-) DEDUÇÕES RECEITAS VENDAS E SERVIÇOS	(3.576.473,26)	6,75	(16,31)	(49.413.296,72)	93,25	(6,10)	(52.989.769,98)	(6,37)
RECEITAS LÍQUIDAS DE VENDAS E SERVIÇOS	**21.928.196,19**	2,63	**100,13**	**810.336.519,74**	97,37	**100,00**	**832.264.715,93**	100,00
CUSTOS LÍQUIDOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	(28.299,35)	0,00	(0,13)	(788.912.641,69)	100,00	(97,36)	(788.940.941,04)	(94,79)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	**21.899.896,84**	50,55	99,87	**21.423.878,05**	49,45	2,64	**43.323.774,89**	5,21
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(365.260.600,15)	91,17	(1.665,71)	(35.380.469,07)	8,83	(4,37)	**(400.641.069,22)**	(48,14)
DESPESAS DE PESSOAL	(238.814.064,34)	100,00	(1.089,07)	3.009,84	(0,00)	0,00	(238.811.054,50)	(28,69)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(126.446.535,81)	78,14	(576,64)	(35.383.478,91)	21,86	(4,37)	(161.830.014,72)	(19,44)
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	**362.534.494,91**	92,97	1.653,28	**27.432.082,59**	7,03	3,39	**389.966.577,50**	46,86
TRANSFERENCIA DA UNIÃO	304.345.584,20	93,23	1.387,92	22.114.018,55	6,77	2,73	326.459.602,75	39,23
OUTRAS REC. OPERAC. DIV.	58.188.910,71	91,63	265,36	5.318.064,04	8,37	0,66	63.506.974,75	7,63
*RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(127.821,41)	28,73	(0,58)	(317.035,23)	71,27	(0,04)	(444.856,64)	(0,05)
RSULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	19.045.970,19	59,14	86,86	13.158.456,34	40,86	1,62	32.204.426,53	3,87
PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA	(2.048.811,50)	100,00	(9,34)	-	-	-	(2.048.811,50)	(0,25)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SICIAL	(757.922,27)	100,00	(3,46)	-	-	1,62	(757.922,27)	(0,09)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**16.239.236,42**	**55,24**	**74,06**	**13.158.456,34**	**44,76**	**1,62**	**29.397.692,76**	**3,53**
TOTAL DAS RECEITAS	388.039.164,36	30,43	1.769,59	900.340.355,39	70,60	111,11	**1.275.221.063,41**	153,22

Fonte: Conab/Diafi/Gecon/Econt
(*) lucro bruto operacional, despesa operacional, receitas operacionais diversas e movimentação interna.

10.4 - Despesas Comerciais e Administrativas

Por serem significativas no contexto das despesas gerais da Companhia, e por representarem um grupo de gastos suscetíveis de cortes e contingenciamento na execução das programações orçamentárias anuais, as despesas comerciais e administrativas foram agrupadas num quadro comparativo envolvendo os períodos de 2007, 2006 e 2005, a seguir especificados:

Quadro 10.05
Despesa Acumulada-Comerciais e Administrativas

(R$ mil)

Natureza	Até Dez/07	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até Dez/06	Anál. H. (%)	Anál. V. (%)	Até dez/04	Anál. V. (%)
Iptu, Icms,Taxa,Cpmf,Contr.Prev.,Obrig.Patr. e Outros	27.799,11	108,17	17,18	13.354,08	(59,94)	9,58	33.335,97	22,24
Baixas, Fornec.,Repos.de Dív.Perdas e Créd. a L/P	10.570,26	55,84	6,53	6.782,94	(58,67)	4,86	16.413,12	10,95
Compl. e Contrib.da Prev.Priv. e Patron.Cibrius	21.615,98	7,75	13,36	20.061,88	(8,11)	14,39	21.832,36	14,57
Vigilância Ostensiva	11.115,21	8,59	6,87	10.235,56	9,02	7,34	9.388,40	6,26
Progr. das Nac.Unidas p/o Desenv. Trasnf. p/Ex.Penud	13.529,83	(12,91)	8,36	15.535,45	1.086,82	11,14	1.309,00	0,87
Serviços de Energia Elétrica	7.567,80	4,30	4,68	7.255,99	17,00	5,20	6.201,55	4,14
Gêneros de Alimentação e PAT	14.077,27	11,17	8,70	12.663,29	13,79	9,08	11.128,77	7,42
Mat.e Ser. Hosp, Méd. e Periciais	11.389,31	(3,85)	7,04	11.845,95	39,10	8,49	8.515,91	5,68
Vales e Transportes	1.657,03	28,97	1,02	1.284,77	(13,37)	0,92	1.483,03	0,99
Serviços de Telecomunicações	2.954,32	(0,81)	1,83	2.978,54	7,71	2,14	2.765,28	1,84
Diárias no País, Ext., Hospedag.e Colab. Eventuais	4.879,11	2,33	3,01	4.768,11	2,32	3,42	4.659,92	3,11
Locação e Mat .p\Manut. de Bens Imóveis	3.720,70	(9,86)	2,30	4.127,89	(11,92)	2,96	4.686,77	3,13
Seguros em Geral	3.263,06	39,66	2,02	2.336,36	(15,60)	1,68	2.768,36	1,85
Mat.de Limpeza e Prod de Higieniz	2.671,35	15,79	1,65	2.306,97	11,99	1,65	2.060,07	1,37
Capatazia, Estiva e Pesagem	5.285,30	137,67	3,27	2.223,78	(50,47)	1,59	4.489,80	3,00
Passagens e Despesas com Locomoção	2.940,33	(1,40)	1,82	2.982,21	11,62	2,14	2.671,86	1,78
Mat.de Expediente e de Proc. de Dados	1.604,88	30,36	0,99	1.231,14	(48,28)	0,88	2.380,40	1,59
Serviços Técnicos Profissionais	2.067,14	(3,76)	1,28	2.148,01	(3,73)	1,54	2.231,14	1,49
Combust.e Lubrif. Automotível e p/Outras Finalidades	2.320,70	1,27	1,43	2.291,65	(8,42)	1,64	2.502,47	1,67
Material de Consumo Imediato	2,97	659,23	0,00	0,39	(83,68)	0,00	2,40	0,00
Aquisições de Bens para Revenda	57,17	(10,00)	0,04	63,52	21.073,42	0,05	0,30	0,00
Serviços de Água e Esgoto	890,53	(7,55)	0,55	963,25	19,50	0,69	806,05	0,54
Restos a Pagar	-	(100,00)	-	1.588,59	-	1,14	-	-
Loc., Manut. e Conservação de Equipam	1.752,65	(9,85)	1,08	1.944,11	(29,92)	1,39	2.774,19	1,85
Serv. e Mat. para Comunicações	466,20	(63,14)	0,29	1.264,82	11,79	0,91	1.131,41	0,75
Fretes e Transp. de Encomendas,	5.380,69	0,32	3,32	5.363,32	(6,96)	3,85	5.764,28	3,85
Serv.de Apoio Adm.Téc. e Operacional	384,77	(6,30)	0,24	410,63	(47,17)	0,29	777,25	0,52
Serviços Judiciários	574,40	16,72	0,35	492,10	25,65	0,35	391,65	0,26
Material p\Manutenção de Veículos	1.007,68	32,47	0,62	760,69	(16,51)	0,55	911,14	0,61
Serviço de Apoio ao Ensino	1.748,96	10,28	1,08	1.585,86	38,38	1,14	1.146,04	0,76
Gás Engarrafado e Mat/Químico	1.008,19	(32,70)	0,62	1.498,09	(4,99)	1,07	1.576,71	1,05
Aquisição, Manutenção e Locação de Software	392,25	(3,96)	0,24	408,43	(23,51)	0,29	533,94	0,36
Multas, Juros e Encarg. Financ. Indedutíveis	64,02	154,15	0,04	25,19	47,03	0,02	17,13	0,01
Condomínio	523,31	2,16	0,32	512,25	27,02	0,37	403,27	0,27
Mat. Elétrico,Protção, Segurança	1.043,96	201,96	0,65	345,73	(44,48)	0,25	622,76	0,42
Serv.de Cóp., Reprod.de Doc.e Teleprocessamento	254,45	(14,90)	0,16	299,00	(3,13)	0,21	308,65	0,21
Locação e Mat. p\Manut. de Bens Móveis	344,41	6,37	0,21	323,79	(38,25)	0,23	524,36	0,35
Mat.Téc. e Serviço de Seleção e Treinamento	724,63	28,73	0,45	562,92	(22,85)	0,40	729,67	0,49
Comissões e Corretagens	800,80	66,62	0,49	480,61	7,43	0,34	447,39	0,30
Serv., Mat. P/Utiliz. em Gráfica	411,69	(4,06)	0,25	429,13	(38,81)	0,31	701,35	0,47
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	128,03	37,22	0,08	93,30	(44,09)	0,07	166,89	0,11
Materiais de Consumo,Outros - Pagto. Antecipado	373,00	(120,16)	0,23	(1.850,15)	(37,65)	(1,33)	(2.967,22)	(1,98)
Mat.Odontológico, Farmac. e Hospitalar	103,55	78,32	0,06	58,07	4,84	0,04	55,39	0,04
Outros Serv. Terc. PJ - Pgto.Antecipado	6,35	-	0,00	-	(100,00)	-	2,24	0,00
Serviços Bancários	5,08	52,70	0,00	3,33	(47,34)	0,00	6,32	0,00
Classificação de Produtos	304,57	(0,82)	0,19	307,08	66,62	0,22	184,30	0,12
Mat. e Serv. de Cama, Mesa, Copa, Coz.e Doméstico	85,18	(18,18)	0,05	104,10	14,83	0,07	90,65	0,06
Exposições, Congressos e Conferências	153,67	(54,67)	0,09	339,00	(14,84)	0,24	398,07	0,27
Unifor., Tecidos e Aviamen. e Band., Flâ.e Insígnias	40,95	(55,48)	0,03	91,99	5,68	0,07	87,05	0,06
Serv. de Anál. e Pesq. Científica	29,12	(8,31)	0,02	31,76	18,16	0,02	26,88	0,02
Mat., Confec. de Acondicion. e Embalagens	298,98	74,71	0,18	171,13	(44,52)	0,12	308,45	0,21
Serv. e Mat. p\Áudio, Vídeo e Foto	14,85	(66,39)	0,01	44,17	11,48	0,03	39,62	0,03
Outros Serv; de Terc. PF-Pagto.Antecipado	(6.219,85)	(283.465,76)	(3,84)	2,19	(63,97)	0,00	6,09	0,00
Ferramentas e Mat. de Sinaliz. Visual	21,92	35,86	0,01	16,14	(34,17)	0,01	24,52	0,02
Sementes Plantas e Insumos	1,11	(42,74)	0,00	1,94	49,06	0,00	1,30	0,00
Armazenagem	2.779,31	342,08	1,72	628,69	1.317,85	0,45	44,34	0,03
Outros Serviços/ Pagto. Antecipado	-	(100,00)	-	(770,60)	(2.482,06)	(0,55)	32,35	0,02
Jur.da Dív.Contr.c/Inst.Financ e não Financ.At.Monet.	(6.016,58)	5,77	(3,72)	(5.688,22)	(38,11)	(4,08)	(9.190,85)	(6,13)
Mat. Bibliográfico não Imobilizável	21,67	53,31	0,01	14,14	178,32	0,01	5,08	0,00
Bens Móveis não Ativáveis	-	-	-	-	(100,00)	-	0,23	0,00
Serviços de Telefonia Móvel – Celular	-	-	-	-	(100,00)	-	144,90	0,10
Obras Instalações e Imóveis	-	(100,00)	-	1,78	-	0,00	-	-
Material para Reabilitação Profissional	-	(100,00)	-	0,80	-	0,00	-	-
Transferência a Inst. Privada s/Fins Lucrativos	162,94	43,95	0,10	113,19	-	0,08	-	-
Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-	(100,00)	-	1,50	-	0,00	-	-
Serv. de Conserv. e Rebenef. de Mercadoria	7,38	12,00	0,00	6,59	(78,66)	0,00	30,86	0,02
Serviços de Publicidade Institucionall	636,44	-	0,39	-	-	-		-
Serviço de Controle Ambiental	10,30	-	0,01	-	-	-		-
Serviços Funerários	-	(100,00)	-	0,65	(78,40)	0,00	3,00	0,00
Honorários Advocatícios-Ônus da Sucumbências	51,63	-	0,03	-	-	-		-
Patrocínio	0,19	-	0,00	-	-	-		-
Perícia Técnica - Justiça Gratuíta	4,90	-	0,00	-	-	-		-
Desincorporação de Passivos p/ Retificação	(37,08)	-	(0,02)	-	-	-		-
TOTAL	161.830,02	16,04	100,00	139.459,57	(6,96)	100,00	149.894,56	100,00

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon

Uma rápida análise deste Quadro mostra que o custo registrou, na rubrica em epígrafe, um acréscimo em torno de 16,04% em relação ao total apresentado no mesmo período de 2006, passando de R$139,46 milhões para R$161,83 milhões.

Verifica-se, no Quadro Resultado Sintético por Atividades/Operações (10.04), que o grupo em questão no exercício absorveu 19,44% do total da receita líquida de vendas e serviços (R$832.264.715,93) obtidas no exercício de 2007. No mesmo período de 2006 essa participação foi de 18,67% do total de R$746.845.806,47 (receita líquida alcançada) e, em 2005, foi de 56,29% do total de R$ 266.290.394,12.

Nas Despesas Comerciais e Administrativas (quadro n.º 10.05) também se destacam os maiores percentuais de participação que giraram em torno de 17,18%, 13,36%, 8,70%, 8,36%, 7,04% e 6,87%, referentes aos dispêndios correspondentes a Obrigações Tributárias Contributivas, Contribuições a Entidades Fechadas (Cibrius), Gêneros de Alimentação (Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT), Programação das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Transferências para o Exterior), Material e Serviços Hospitalares, Médicas e Periciais e Vigilância Ostensiva que, juntas, contribuíram com aproximadamente 61,54% para o resultado total de R $161.830.014,72, registrado no exercício de 2007.

Nesse grupo, as maiores variações ocorridas do exercício 2006 para o de 2007 ficaram por conta das seguintes despesas: Obrigações Tributárias e Contributivas com 27,80 milhões (108,17%), passando de R$13,35 milhões para R$27,80 milhões; Outras Despesas Operacionais com R$10,57 milhões (55,84%), passando de R$6,78 para R$10,57; Capatazia Estiva e Pesagem R$5,29 milhões (137,67%), passando de R$2,22 mil para R$5,29 milhões; Contribuições a Entidades Fechadas (Cibrius), com R$21,62 milhões (7,75%), passando de R$20,06 milhões para R$21,62 milhões e Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT /Gêneros de Alimentação com R$14,08 milhões (11,17%), passando de R$12,66 milhões para R$14.08 milhões.

As demais contas contábeis que compõem o resultado do período serão analisadas mais detalhadamente nos resultados específicos, por unidades orgânicas.

10.5 - Resultado das Superintendências Regionais

10.5.1 - Demonstração do Resultado, por Suregs e Matriz

Essa demonstração contábil reflete a composição do resultado obtido pelas Superintendências Regionais e pela Matriz, no exercício de 2007, conforme o Quadro 10.06 Demonstrativo do Resultado das Suregs e Matriz.

O quadro mostra, também, o resultado econômico acumulado no fim do exercício, em seus vários níveis e por superintendências, exceto as unidades dos estoques estratégico, regulador, mercado de opções e programas aquisição de alimentos. A Conab encerrou o seu exercício social com um superávit de R$16.239.236,42.

10.5.2 - Receitas de Vendas e Serviços

Nessas receitas, decorrentes das vendas de produtos e serviços prestados pela Companhia, o Quadro em questão especifica a participação das Superintendências para o resultado superavitário de R$16,24 milhões, sendo evidenciadas as Suregs do AM, RN, PB, PI, seguidas pela Matriz, pois contribuíram com apenas 0,15% (R$39,05 mil) para o total da receita em epígrafe (de R$25,50 milhões) e 0,18% sobre a receita líquida (de R$21,93 milhões) obtida no ano de 2007. Já as Suregs PR (com 28,93%), RS (com 23,63%), GO (com 18,43%), MG (com 11,21%) e MT (com 7,46%) totalizaram o montante de R$19,66 milhões, equivalente a 89,66% dessa receita, e conseguiram cobrir o baixo índice apresentado pelas supramencionadas e demais Suregs. Esses percentuais tiveram por base a receita líquida na coluna “D”.

10.5.3 - Receitas Líquidas

Essa é resultante da diferença apresentada entre as receitas de vendas e serviços (R$25.504.669,45) e as deduções que incidem sobre elas (R$3.576.473,26), como ICMS, PASEP, COFINS e ISS, resultando no saldo de R$21.928.196,19.

Os montantes apresentados no encerramento de 2007 demonstram, para o total das 21 Superintendências Regionais e da Matriz, que as 5 Suregs mencionadas do item anterior, juntas, contribuíram com 77,09% para o saldo em questão, conforme segue: PR com 24,75%, RS com 19,73%; GO com 16,05%, MG com 10,17% e MT com 6,48%, equivalentes ao total de R$16,90 milhões.

10.5.4 - Custos e Despesas Operacionais

Os primeiros representam os custos líquidos de vendas de produtos (CMV) e serviços, arredondamento e cancelamentos, enquanto as despesas operacionais decorrem das despesas de pessoal, comercial e administrativa.

Em Despesa de Pessoal são agrupados os dispêndios que interferem nos cálculos para os vencimentos e vantagens fixas (salários, adicionais, gratificações, provisões e outros), obrigações patronais (FGTS, INSS, encargos sociais e outros), outras despesas variáveis (indenizações trabalhistas, auxílios e outros), sentenças judiciais e depósitos compulsórios.

As Despesas Comerciais e Administrativas agrupam as despesas/receitas financeiras (juros da dívida com instituições financeiras, atualizações e variações monetárias cambiais não-financeiras, títulos de emissão de Instituições Financeiras Federais e outros); contribuições a entidades fechadas de previdência, material de

consumo (diversas); diárias; passagens e despesas com locomoção (diversas); outros serviços de terceiros, pessoa física e jurídica (diversas); locação de mão-de-obra; obrigações tributárias e contributivas (diversas); obras, instalações e imóveis; aquisições de bens para revenda (diversas) e outras despesas operacionais (créditos diversos a receber, adiantamentos recebidos, perdas diversas, sobras, ajustes financeiros ou não, depreciações, alienações e outros).

Os custos e as despesas operacionais apresentaram o montante de R$365.288.899,50 representado pelo total dos saldos de R$28.299,35 – Custos, R$238.814.064,34 - Pessoal e R$126.446.535,81 – Comercial e Administrativa.

As maiores participações para o resultado de R$365,29 milhões foram: a Matriz com 34,31% (R$125,34 milhões); seguida das Suregs de GO com 7,66% (R$28,00 milhões); MG com 4,98% (R$18,18 milhões); PE com 4,90% (R$17,92 milhões) e PR com 4,60% (R$16,82 milhões), perfazendo o total de R$206,25 milhões, equivalente a aproximadamente 56,46%.

No caso da receita líquida ser tomada por base, o montante da Matriz (R$125,34 milhões) (custo + pessoal + comercial e administrativa) ultrapassaram o total dessa receita (R$21,93 milhões) em 471,58%. Já as Suregs GO, MG, PE e PR ultrapassaram suas respectivas receitas em 695,09%, 723,13%, 18.627,73% e 209,92%, respectivamente. No cômputo geral, as despesas em epígrafe (R$365,29 milhões) ultrapassaram as receitas líquidas em 1.565,84%.

É válido mencionar que essas despesas são parcialmente subvencionadas com repasses do Governo Federal, inclusos no grupo Receitas Operacionais Diversas.

10.5.5 - Receitas Operacionais Diversas

Destacam-se nesse grupo as transferências financeiras (repasses), que representaram 83,95% (R$304.345.584,20) do resultado total de R$362.534.494,91 registrado nessa rubrica; quanto aos 16,05% restantes representam multas, juros de mora, indenizações e restituições auferidas, receitas imobiliárias, receitas de valores mobiliários (dividendos) e receitas diversas.

Do saldo de R$304,35 milhões registrados na rubrica Transferências Financeiras, os valores que apresentaram maior expressividade foram os da Matriz com aproximadamente 38,17%, correspondendo a R$116,16 milhões, seguido dos estados de GO (com 7,08%), de PE (com 5,22%), do CE (4,69%) e de MG (com 4,40%).

O resultado da receita em epígrafe (R$362,53 milhões) ultrapassou em 1.553,28% o total de R$21,93 milhões apresentado na receita líquida (tomada por base).

10.5.6 - Resultado Não-Operacional

Esse resultado provém da diferença entre as receitas e despesas oriundas de atos e fatos contábeis ocorridos na Companhia, mas que não coadunam com as suas atividades-fim (alienações de bens móveis e bens imóveis, reversões de suas depreciações, desincorporações de ativos, baixas, doações, perdas e aquisições de bens móveis e imóveis)

Esse grupo de contas apresentou resultado negativo em R$127,82 mil.

10.5.7 - Resultado Econômico

Esse resultado diz respeito à situação final que as Suregs e a Matriz

apresentaram no fim do exercício, demonstrado no Quadro 10.06, ou seja, a diferença entre o montante das receitas obtidas (somatórios das colunas “B“, “I” e “L”) e o das despesas efetuadas (somatórios das colunas “C”, “E”, “G”, “H”e “L”), ambas no mesmo período.

A (coluna “M”), do quadro supramencionado, demonstra que as Suregs e a Matriz, em sua totalização, apresentaram superávit de R$16.239,24 milhões. Apenas a Matriz (com R$28,51 milhões) e cinco das 21 Suregs existentes (RJ, MS, PR, ES e MT) encerraram o exercício com superávit (R$3,75 milhões, R$502,13 mil, R$845,31 mil, R$652,81 mil, R$446,60 mil, cobrindo os déficits resultantes das demais.

10.5.8 - Relação Receita Total/Despesa Total

Essa relação se refere à proporcionalidade existente entre o total das receitas obtidas pelo total das despesas realizadas. Os indicadores dessa relação (coluna “M”), mostram que apenas a Matriz e as cinco Suregs supramencionadas obtiveram receitas suficientes para suprirem as despesas efetuadas (RJ 1,33, MS 1,05, PR 1,05, ES 1,07, e MT 1,03). No cômputo geral, esse indicador foi de R$1,05, face o reflexo dos resultados (déficit) apresentados pelas demais unidades. No período ora analisado, a Conab possuía apenas R$1,05 de receita para honrar cada R$1,00 de despesa contraída.

Quadro 4.06
Demonstrativo do Resultado das Suregs, UA-Brasília e Matriz
Até Dezembro / 2007

(R$mil)

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
	Receitas	Deduções	Receita	Custos	Lucro	Despesas Operacionais (-)		Receita	Resultado	Resultado	Resultado	Relação	Provisões		Resultado Econômico
SUREG'S	Vendas e Serviços	(-)	Líquida	(-)	Bruto	Pessoal	Comercial e Administrativas	Operacional Diversas	Operacional	Não Operacional	Econômico	Rec.Total / Desp. Total	Imposto de Renda	Contrib. Social	Após Provisões
AM	0,70	(0,25)	0,45	-	0,45	(4.448,59)	(1.933,01)	5.506,12	207,17	-	(875,03)	0,86	-	-	(875,03)
BA	49,28	(6,85)	42,43	-	42,43	(5.681,16)	(3.302,02)	7.013,52	1.211,10	38,46	(1.888,77)	0,79	-	-	(1.888,77)
CE	371,96	(54,35)	317,61	-	317,61	(11.875,60)	(4.434,04)	14.701,87	(1.531,60)	(4,83)	(1.295,00)	0,92	-	-	(1.295,00)
ES	812,51	(117,04)	695,47	-	695,47	(6.620,24)	(2.259,00)	8.813,79	802,28	22,80	652,81	1,07	-	-	652,81
GO	4.042,02	(521,59)	3.520,43	(28,30)	3.492,13	(18.463,97)	(9.498,16)	22.211,92	(2.667,86)	23,97	(2.234,11)	0,92	-	-	(2.234,11)
MA	923,04	(129,33)	793,71	-	793,71	(5.802,27)	(4.443,29)	7.749,40	(101,67)	(7,79)	(1.710,25)	0,84	-	-	(1.710,25)
MT	1.634,76	(213,84)	1.420,92	-	1.420,92	(6.393,35)	(6.437,41)	11.847,41	(486,12)	9,03	446,60	1,03	-	-	446,60
MS	1.196,72	(176,43)	1.020,28	-	1.020,28	(5.546,15)	(5.478,14)	10.371,08	178,74	135,06	502,13	1,05	-	-	502,13
MG	2.458,77	(249,57)	2.209,20	-	2.209,20	(11.203,64)	(6.980,94)	16.044,47	1.561,13	(93,03)	(23,94)	1,00	-	-	(23,94)
PA	228,69	(32,59)	196,10	-	196,10	(4.745,04)	(2.054,50)	5.869,09	952,19	22,91	(711,44)	0,90	-	-	(711,44)
PB	9,69	(1,38)	8,31	-	8,31	(5.600,94)	(1.980,37)	6.485,29	(57,88)	217,01	(870,70)	0,88	-	-	(870,70)
PR	6.344,22	(917,36)	5.426,86	-	5.426,86	(9.070,03)	(7.748,85)	12.237,33	(1.255,12)	-	845,31	1,05	-	-	845,31
PE	111,62	(15,95)	95,67	-	95,67	(13.528,00)	(4.388,41)	16.029,84	1.687,27	-	(1.790,91)	0,90	-	-	(1.790,91)
PI	27,21	(3,76)	23,45	-	23,45	(6.518,30)	(2.598,99)	8.206,47	683,18	(0,38)	(887,75)	0,90	-	-	(887,75)
RJ	597,30	(85,12)	512,18	-	512,18	(9.221,52)	(2.083,51)	14.549,78	1.233,15	(7,76)	3.749,17	1,33	-	-	3.749,17
RN	1,45	(0,13)	1,31	-	1,31	(5.383,38)	(2.338,69)	6.716,38	51,11	(0,08)	(1.004,45)	0,87	-	-	(1.004,45)
RS	5.181,40	(854,25)	4.327,16	-	4.327,16	(7.272,43)	(8.045,79)	10.631,87	18.650,31	259,35	(99,84)	0,99	-	-	(99,84)
RO	212,38	(23,40)	188,97	-	188,97	(3.362,38)	(1.901,74)	4.020,09	1.913,91	(1,63)	(1.056,69)	0,80	-	-	(1.056,69)
SC	96,21	(10,77)	85,44	-	85,44	(3.885,50)	(1.701,36)	4.815,07	818,67	(2,89)	(689,24)	0,88	-	-	(689,24)
SP	1.091,99	(130,75)	961,24	-	961,24	(6.267,91)	(2.799,83)	7.483,17	(228,50)	(1.134,66)	(1.757,98)	0,83	-	-	(1.757,98)
TO	112,77	(31,76)	81,00	-	81,00	(3.822,12)	(2.803,18)	4.974,37	(691,54)	-	(1.569,93)	0,76	-	-	(1.569,93)
SUBTOTAL	**25.504,67**	**(3.576,47)**	**21.928,20**	**(28,30)**	**21.899,90**	**(154.712,54)**	**(85.211,21)**	**206.278,32**	**22.929,91**	**(524,48)**	**(12.270,02)**	**0,95**	**-**	**-**	**(12.270,02)**
Matriz	-	-	-	-	-	(84.101,52)	(41.235,33)	156.256,18	49.769,76	396,66	31.315,99	**1,25**	(2.048,81)	(757,92)	28.509,26
TOTAL	**25.504,67**	**(3.576,47)**	**21.928,20**	**(28,30)**	**21.899,90**	**(238.814,06)**	**(126.446,54)**	**362.534,50**	**72.699,68**	**(127,82)**	**19.045,97**	**1,05**	**(2.048,81)**	**(757,92)**	**16.239,24**

Fonte: Sucon/Gecon